

ELISETE EUSTÁQUIA RODRIGUES SILVA

**ESTUDO DA SINTAXE DE ORDEM DOS CLÍTICOS
PRONOMINAIS NO VERNÁCULO DE MISSIVISTAS
MINEIROS ALTAMENTE LETRADOS**

Belo Horizonte
Faculdade de Letras – UFMG
2021

ELISETE EUSTÁQUIA RODRIGUES SILVA

**ESTUDO DA SINTAXE DE ORDEM DOS CLÍTICOS
PRONOMINAIS NO VERNÁCULO DE MISSIVISTAS
MINEIROS ALTAMENTE LETRADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Maria Coelho

S586e

Silva, Elisete Eustáquia Rodrigues.

Estudo da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais no vernáculo de missivistas mineiros altamente letrados [manuscrito] / Elisete Eustáquia Rodrigues Silva. – 2021.

184 f., enc.: il, tab (p&b), grafs (color)

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 170-173.

Apêndices: f. 174-184.

1. Língua portuguesa – Pronomes – Teses. 2. Língua portuguesa – Variação – Teses. 3. Mudanças linguísticas – Minas Gerais – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

FOLHA DE APROVAÇÃO

ESTUDO DA SINTAXE DE ORDEM DOS CLÍTICOS PRONOMINAIS NO VERNÁCULO DE MISSIVISTAS MINEIROS ALTAMENTE LETRADOS

ELISETE EUSTAQUIA RODRIGUES SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 29 de novembro de 2021, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora
UFMG

Prof(a). Clézio Roberto Gonçalves
UFOP

Prof(a). Maria do Carmo Viegas
UFMG

Belo Horizonte, 29 de novembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Maria Coelho, Diretor(a) de unidade**, em 30/11/2021, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Carmo Viegas, Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2021, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clézio Roberto Gonçalves, Usuário Externo**, em 30/11/2021, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1072816** eo código CRC **5DBA0DA8**.

*A Rogério, meu marido, companheiro e amigo.
À minha amada Mamis (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder a oportunidade de realizar este estudo, proporcionando-me os meios necessários para concluí-lo com sucesso.

Agradeço à professora Sueli Maria Coelho, por ter me aceitado como orientanda, dividindo comigo seu vasto conhecimento científico, mostrando-se sempre solícita diante de minhas demandas acadêmicas e instigando-me a observar os fatos linguísticos por ângulos que me escapavam.

Agradeço à professora Maria do Carmo Viegas, por me incentivar a fazer o mestrado, que só foi possível por causa dos valiosos conhecimentos que compartilhou comigo na graduação, e por ter aceitado, tão prontamente, fazer parte de minha banca de defesa.

Ao professor Clézio Roberto Gonçalves sou grata por ter se disponibilizado a participar de minha banca de defesa.

Agradeço a meu marido Rogério, pelo companheirismo e apoio incondicional, sendo solícito e paciente comigo nos momentos mais difíceis de realização da pesquisa.

Agradeço a meus pais (*in memoriam*), por terem me permitido esta vida e me mostrado, através de seus exemplos, como ter força, coragem, fé e humildade para enfrentar as vicissitudes da vida.

Agradeço à minha família e aos meus amigos, pelo apoio permanente, sempre me incentivando e me lembrando de minhas capacidades para realizar esta pesquisa, e pela paciência que sempre tiveram comigo nos momentos de minhas ansiedades, irritações e ausências.

Agradeço aos meus colegas do mestrado, por terem trilhado esse caminho comigo, ajudando-me a ver o conhecimento científico por prismas diversos e enriquecedores.

Agradeço ao ato da pesquisa em si, pois, através dela, fui suprida de conhecimentos que, sem ela, me teriam escapado e os quais levarei pela eternidade.

Mediante o pensamento é possível a apreensão lógica das coisas, do ambiente, do raciocínio, do conhecimento. Responsável pela capacidade de perceber a beleza, identificar os sentimentos e elaborar programas de direcionamento, constitui um dos mais admiráveis tesouros com que a Vida honra o ser antropológico no seu infindável processo de evolução.

Joanna de Ângelis, por Divaldo Franco (2018, p. 27)

RESUMO

Apresenta-se um estudo descritivo do paradigma da colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos nos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas (tempo composto e locução verbal, nos termos tradicionais), no vernáculo culto mineiro, nele representado por correspondências pessoais de três escritores – Fernando Sabino, Otto Lara Resende e Murilo Rubião –, as quais foram trocadas entre as décadas de 40 e de 70 do século XX. O objetivo principal consistiu em investigar em que medida a sintaxe de ordem dos clíticos pronominais adotada por esses falantes/missivistas se aproxima ou se distancia da norma padrão culta da Língua Portuguesa do Brasil (PB), aqui representada por três gramáticos de referência: Bechara (2009[1961]), Cegalla (2008[1964]) e Cunha e Cintra (2001[1984]). Explorou-se a hipótese principal de que a colocação pronominal empregada por cidadãos altamente letrados, em contexto de informalidade, se distanciaria, em certa medida, da norma padrão proposta em nossas gramáticas normativas, as quais se espelham na norma europeia. Adicionalmente, foram testadas as seguintes conjecturas, que se mostraram, nesta pesquisa, tão relevantes quanto a hipótese principal, pois nossos dados se apresentaram robustos em relação a elas: (i) haveria um padrão de colocação pronominal comum aos três falantes/missivistas, tendo em vista a similaridade de formação acadêmica entre eles, a idade geracional e os laços de amizade que os uniam; (ii) o tipo de clítico pronominal e suas respectivas funções sintáticas influenciariam a sintaxe de ordem dos pronomes átonos; (iii) poderia haver uma alteração do padrão de uso desses pronomes pelos falantes/missivistas com o passar dos anos; e a localidade de vivência deles (Rio de Janeiro e Belo Horizonte) determinaria também uma eventual variação no padrão de uso dos clíticos pronominais em suas missivas. A investigação empreendida é de natureza quali-quantitativa e se fundamentou nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), a partir de uma adaptação da metodologia do estudo de painel, que examinou o vernáculo dos mesmos falantes ao longo de quatro décadas do século XX. Foram analisadas 390 ocorrências de clíticos pronominais, das quais 320 se encontravam em contexto sintático de verbo único e 70, em contexto de perífrases. Os resultados alcançados referendam a hipótese de que a colocação pronominal utilizada por falantes/missivistas altamente letrados se distancia da norma padrão do PB em alguns contextos sintáticos, bem como que existe um padrão comum entre eles, que se alterou ao longo das quatro décadas analisadas. A análise empreendida revelou ainda que o tipo de clítico pronominal e o tipo de forma nominal a que ele se liga condicionam, em certa medida, sua posição proclítica ou enclítica, mas que as suas funções não atuam como fator determinante de sua sintaxe de ordem.

Palavras-chave: Sintaxe de ordem; Clíticos pronominais; Variação e mudança linguística; Missivas pessoais mineiras; Norma padrão.

ABSTRACT

We present a descriptive study of the paradigm of the object pronouns order syntax in the morpho-syntactic context of the simple verb forms and verbal groups (compound time and verbal locution, in traditional terms), in the literate vernacular from Minas Gerais, represented here by the personal letters of three writers – Fernando Sabino, Otto Lara Resende e Murilo Rubião –, which were exchanged between the 40s and 70s of the 20th century. The main objective was to investigate in which extent the order syntax of pronominal clitics adopted by these speakers/writers approaches or takes distance from the standard norm of Brazil's Portuguese Language (PB), represented here by three reference grammarians: Bechara (2009[1961]), Cegalla (2008[1964]) and Cunha and Cintra (2001[1984]). We explored the main hypothesis of that the pronominal order syntax used by highly literate citizens, in a context of informality, would take distance, to some extent, from the standard norm proposed in our normative grammars, which mirror themselves the European norm. Additionally, the following conjectures were tested, which have demonstrated, in this study, to be so relevant as the main hypothesis, once our data are robust in relation to them: (i) there would be a common pronominal order syntax pattern for the three speakers/writers, considering the academic background similarity between them, their generational age and the bonds of friendship that linked them; (ii) the type of object pronouns and its respective syntactic functions would influence its order syntax; (iii) there could be a change in the pattern of use of these pronouns by the speakers/writers over the years; and the place where they lived (Rio de Janeiro and Belo Horizonte) would also determine an eventual variation in the pattern of use of the pronominal clitics in their letters. The investigation undertaken is of a qualitative nature and it was based on the assumptions of Variationist Sociolinguistics (LABOV, 2008[1972]), by an adaptation of the panel study methodology, which examined the vernacular of the same speakers over four decades of the 20th century. A total of 390 occurrences of pronominal clitics was analyzed, of which 320 were in the syntactic context of a single verb and 70 were in the context of verbal group. The results achieved support the hypothesis that the pronominal order syntax used by highly literate speakers/writers takes distance from the standard norm of Brazilian Portuguese in some syntactic contexts, as well as there is a common pattern of the pronominal order syntax between them, which has changed over the four decades analyzed. The analysis undertaken also revealed that the type of pronominal clitic and the type of nominal form of the verb to which it is linked, to a certain extent, condition the proclitic or enclitic position of the object pronouns, but that their functions do not act as a determining factor of their order syntax.

Keywords: Order syntax; Pronominal clitics; Linguistic variation and change; Personal letters from Minas Gerais; Standard norm.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	– Academia Brasileira de Letras
AUX	– Auxiliar
cl	– clítico pronominal
CP	– Colocação Pronominal
ÊN	– Ênclise
FNG	– Forma Nominal do Gerúndio
FNI	– Forma Nominal do Infinitivo
FNP	– Forma Nominal do Particípio
FS	– Fernando Sabino
FVP	– Forma Verbal Perifrástica
FVS	– Forma Verbal Simples
GER	– Gerúndio
IES	– Instituição de Educação Superior
IMS	– Instituto Moreira Salles
INF	– Infinitivo
LP	– Língua Portuguesa
MC	– Mesóclise
MR	– Murilo Rubião
NGB	– Nomenclatura Gramatical Brasileira
OD	– Objeto Direto
OI	– Objeto Indireto
OLR	– Otto Lara Resende
PAR	– Particípio
PB	– Português do Brasil
PE	– Português Europeu
PR	– Próclise
Projeto NURC	– Projeto de Estudo Coordenado da Norma Linguística Culta
TVM	– Teoria da Variação e Mudança Linguística
UEG	– Universidade do Estado da Guanabara
UERJ	– Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
VOLP	– <i>Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i>

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Fotos de Fernando Sabino	40
FIGURA 2 – Fotos de Murilo Rubião	42
FIGURA 3 – Fotos de Otto Lara Resende.....	44
FIGURA 4 – Evanildo Bechara e sua <i>Moderna Gramática Portuguesa</i>	46
FIGURA 5 – Domingos Paschoal Cegalla e sua <i>Novíssima Gramática da Língua Portuguesa</i>	48
FIGURA 6 – Celso Ferreira Cunha, Luís Filipe Lindley Cintra e sua <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i>	49
GRÁFICO 1 – Porcentagem dos clíticos pronominais nos <i>subcorpora</i> e no <i>corpus</i>	115
GRÁFICO 2 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples	119
GRÁFICO 3 – Porcentagens da próclise nos <i>subcorpora</i> , por década	159
GRÁFICO 4 – Porcentagens da ênclise nos <i>subcorpora</i> , por década	159
QUADRO 1 – Trechos das cartas dos falantes/missivistas	35
QUADRO 2 – Coletâneas das correspondências pessoais dos falantes/missivistas	37
QUADRO 3 – Formas e categorização dos pronomes pessoais.....	71
QUADRO 4 – Funções dos clíticos pronominais e seus exemplos, de acordo com as gramáticas de referência	73
QUADRO 5 – Regras de colocação dos clíticos pronominais nas formas verbais simples, nas gramáticas de referência.....	92
QUADRO 6 – Regras de colocação dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas, nas gramáticas de referência	104

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Ocorrências dos clíticos pronominais nos <i>subcorpora</i> e nos <i>corpus</i>	114
TABELA 2 – Posições dos clíticos pronominais nos <i>subcorpora</i> e no <i>corpus</i>	117
TABELA 3 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas.....	122
TABELA 4 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples	124
TABELA 5 – Funções de objeto direto e de objeto indireto relacionadas às posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples	125
TABELA 6 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas.....	130
TABELA 7 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais simples	136
TABELA 8 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas	146
TABELA 9 – Posições dos clíticos pronominais no <i>subcorpus</i> de FS, por década	156
TABELA 10 – Posições dos clíticos pronominais no <i>subcorpus</i> de MR, por década	157
TABELA 11 – Posições dos clíticos pronominais no <i>subcorpus</i> de OLR, por década.....	158
TABELA 12 – Posições dos clíticos pronominais no <i>corpus</i>	174
TABELA 13 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples	174
TABELA 14 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples, por clítico.....	175
TABELA 15 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas, por clítico	176
TABELA 16 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos nas formas verbais simples, por clítico	179
TABELA 17 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos nas formas verbais perifrásticas, por clítico.....	181

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA	20
1.1 A Sociolinguística Variacionista	20
2 METODOLOGIA	27
2.1 A metodologia de pesquisa	27
2.1.1 Os métodos	27
2.1.2 Uma adaptação da metodologia do estudo de painel	29
2.2 Recursos e objetos metodológicos	31
2.2.1 Os condicionadores da variação linguística	31
2.2.1.1 Os condicionadores internos da língua	31
2.2.1.2 Os condicionadores externos da língua	32
2.2.2 As correspondências particulares no estudo da variação linguística	33
2.2.3 Caracterização das coletâneas das correspondências pessoais dos falantes/missivistas	36
2.2.4 Caracterização dos falantes/missivistas	40
2.2.5 Caracterização dos gramáticos e de suas gramáticas	46
2.3 Processo de compilação das regras de colocação dos clíticos pronominais para fixação da norma	52
2.4 Particularidades metodológicas	54
2.4.1 Sobre as funções dos clíticos pronominais	54
2.4.2 Sobre os contextos sintáticos favorecedores das posições dos clíticos pronominais	56
2.4.3 Os termos da pesquisa	59
2.5 Procedimentos de coleta, apresentação e computação dos dados	61
2.5.1 A coleta dos dados: processo de escolha das cartas	61
2.5.2 A estruturação dos três subcorpora e do corpus da pesquisa	63
2.5.3 O processo de computação dos dados	65
3 OS PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS E SUAS CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES	66
3.1 A classe geral dos pronomes	66
3.2 Os pronomes pessoais	71
3.3 Os pronomes pessoais oblíquos átonos	71
3.4 As funções dos clíticos pronominais	73
3.4.1 Especificidades relacionadas às funções dos clíticos pronominais	77
4 SOBRE AS FORMAS VERBAIS SIMPLES E PERIFRÁSTICAS	83
4.1 Os verbos auxiliares nas formas verbais perifrásticas	87
5 DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL SEGUNDO TRÊS GRAMÁTICAS NORMATIVAS BRASILEIRAS	91
5.1 Descrição das posições dos clíticos pronominais	91
5.2 Descrição/compilação da norma de colocação dos clíticos pronominais	91

5.2.1	Compilação da colocação pronominal nas formas verbais simples.....	92
5.2.2	Compilação da colocação pronominal nas formas verbais perifrásticas	103
5.2.3	A colocação pronominal no português do Brasil, na visão dos gramáticos consultados.....	109
6	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	113
6.1	As ocorrências dos clíticos pronominais nos três <i>subcorpora</i> e no <i>corpus</i>	114
6.2	O uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas	116
6.3	As posições e as funções dos clíticos pronominais no <i>corpus</i>	118
6.3.1	As posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas.....	119
6.3.2	As funções dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas.....	123
6.4	Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais	134
6.4.1	Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais simples.....	135
6.4.2	Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas	144
6.5	O uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas, ao longo da diacronia estudada	155
6.5.1	A localidade de vivência dos falantes/missivistas	161
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
	REFERÊNCIAS.....	170
	APÊNDICES	174

INTRODUÇÃO

A Língua Portuguesa do Brasil (PB), como a maioria das línguas, possui particularidades em sua estrutura e em seu uso que a definem como uma identidade nacional, mas isso a conduz ao distanciamento, em certa medida, da sua variedade lusitana. As duas variedades da língua portuguesa, na contemporaneidade, apresentam variações que, apesar de não comprometerem a comunicação entre seus falantes brasileiros, podem causar um desconforto quanto ao uso da língua em esferas formais de utilização, assim como na coloquial, em menor medida. Provavelmente, isso se deve ao fato de os nossos atuais compêndios normativos da língua, que têm a função de garantir nossa identidade linguística, ainda estarem ligados ao longo cordão umbilical do português de além-mar, apresentando, assim, várias regras que não mais se conformam à realidade do nosso uso da língua, as quais, no lugar de esclarecer, algumas vezes, confundem.

Um dos tópicos gramaticais que mais apresentam divergências entre as duas variedades da língua portuguesa, a brasileira e a lusitana, é o da colocação pronominal (CP). Já dizia o filólogo e gramático Gladstone Chaves de Melo (1957, p. 218) que “poucos assuntos gramaticais da língua portuguesa têm feito correr tanta tinta e têm despertado tantas questões como êste da colocação dos pronomes pessoais átonos”, o que, por si só, já mostra a complexidade desse assunto. Ainda hoje, quase um século depois, a colocação pronominal continua a despertar o interesse de muitos estudiosos da língua, como é o caso da presente pesquisa.

Em algumas das atuais gramáticas normativas brasileiras (BECHARA, 2009[1961]; CEGALLA, 2008[2002]; CUNHA; CINTRA, 2001), as regras de colocação pronominal propostas são as que mais se ligam ao padrão europeu, resultando em um expressivo distanciamento entre norma e uso. Além das normas lusitanas, os gramáticos oferecem sempre algumas observações (adendas às normas tradicionais) sobre as regras brasileiras, apresentando, com isso, dois padrões distintos de uso da CP, um que se aplica à língua escrita e outro à língua falada.

Como ilustração do que esses gramáticos falam sobre a ordem pronominal na realidade brasileira da língua, em comparação à lusitana, tomamos, aqui, as observações que apresentam sobre o tema. Domingos Paschoal Cegalla (2008[2002], p. 543, *itálico do autor*) propõe que a “colocação do pronome átono junto ao participio, censurada pela Gramática tradicional, é peculiar à língua portuguesa do Brasil, em todos os níveis de fala, e encontra

acolhida entre os melhores escritores modernos. Exemplos: ‘Tinha *se esquecido* de conferir o bilhete.’ [...]’. Apesar de dizer que o pronome junto ao particípio é censurado pela norma padrão, o autor propõe sua licitude no Brasil, nas modalidades oral e escrita, colocando, inclusive, em seu exemplo, um sinal prosódico ligando o clítico pronominal ao particípio, o que evidencia uma distinção prosódica das duas variedades linguísticas, orientando, assim, a diferença de usos da língua. Celso Cunha e Lindley Cintra (2001, p. 316-317) também destacam essa diferença prosódica entre as variedades portuguesa e brasileira da língua, dizendo que a “colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica”, o que aumenta ainda mais o distanciamento entre as duas versões da Língua Portuguesa (LP).

Já Evanildo Bechara (2009[1961], p. 590, caixa-alta e itálico do autor) faz uma apresentação bem simplista das regras de colocação pronominal e, assim como os gramáticos anteriores, destaca, em forma de observações, as diferenças do uso desse tópico gramatical nas duas variedades da língua: “OBSERVAÇÕES: [...] Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen: Eu quero *lhe* falar [...]”, sendo essa posição condenada pelo português europeu (PE).

É visível que, apesar de admitirem a diversidade das normas entre o PB e o PE, os nossos gramáticos contemporâneos ainda mantêm o padrão de prescrição europeu, não adotando, em definitivo, as regras brasileiras de colocação dos pronomes átonos.

Além dos gramáticos tradicionais, outros estudiosos já se debruçaram sobre o tema da colocação pronominal com o objetivo de tentar desvelar sua variabilidade na Língua Portuguesa, como, por exemplo, Machado (2014) e Vieira (2009). Silvia Rodrigues Vieira (2009, p. 121) afirma que a “colocação pronominal constitui um fenômeno variável ‘aquém e além-mar’” e que, no “português do Brasil, a colocação pré-verbal, a preferida, e a pós-verbal constituem variantes possíveis, formas alternantes para um mesmo contexto estrutural”.

O jornalista e escritor Josué Machado (2014, p. 45) mostra, por exemplo, que, no Brasil, a posição do pronome já possui certa tendência de vir entre o auxiliar e o particípio: “Caso especial é o do verbo no particípio (formado, comido, partido). [...] o pronome se ligará ao auxiliar dele: ‘Havia-se formado’. Ou, mais descontraidamente como se forma no país: ‘Havia se formado’, sem hífen”. Neste último exemplo de Machado (2014), apesar de a forma utilizada ter seu uso condenado, já é considerada forma recorrente na língua falada e escrita em nosso país.

A partir da observância dessa variabilidade na ordenação dos pronomes átonos na Língua Portuguesa, o Manual da Redação: Folha de São Paulo (2001) faz um recorte do tema, optando pelas regras do português brasileiro, para o uso desses pronomes no dia a dia da redação do jornal. Em seu Anexo Gramatical, encontra-se: “**colocação de pronomes oblíquos átonos** – Trata-se de questão problemática. Há diferenças entre o padrão português e brasileiro. Com exceção de um ou outro caso, a tendência da **Folha** é adotar a colocação pronominal brasileira [...]” (MANUAL DA REDAÇÃO..., 2001, p. 124, negrito do Manual).

Mesmo existindo a norma culta padrão para regular a colocação desses pronomes, o *Manual da Folha* faz opção pelas regras da variedade brasileira da língua, as quais ainda não estão suficientemente sistematizadas, pelo menos não nos compêndios gramaticais, o que agrava ainda mais a questão, pois a *Folha de São Paulo* é um jornal de grande circulação na maior capital do país, e podemos dizer no país como um todo, se pensarmos nas mídias eletrônicas pelas quais o Jornal também se apresenta.

Desse modo, todas essas observações a respeito da colocação pronominal justificam a importância de se pesquisar e de se descrever o fenômeno no PB, a fim de se chegar à sistematização de uma norma do uso real da colocação pronominal brasileira, embora esta já esteja descrita. Consideramos que uma maior sistematização desse tópico gramatical poderia contribuir para que sua norma no PB se apresentasse em primeiro plano em nossas gramáticas. Para tanto, nada mais adequado do que a realização de um estudo detalhado do fenômeno a partir do vernáculo de cidadãos altamente letrados.

Assim sendo, nas palavras de Tarallo (1985, p. 19), “como coletar, porém, o vernáculo?”. Para o autor, o vernáculo é “a língua falada em situação natural de comunicação; presente especialmente nas narrativas de experiência pessoal” (TARALLO, 1985, p. 88). Por narrativa de experiência pessoal, o autor entende ser “a mina de ouro que o pesquisador-sociolinguísta procura”, uma vez que ao “narrar suas experiências pessoais mais envolventes o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma. A desatenção à forma, no entanto, vem sempre embutida numa linha de relato, a que chamaremos ‘estrutura narrativa’” (TARALLO, 1985, p. 23). Nesse sentido, a carta pessoal pode ser tomada como uma narrativa de experiência pessoal, em que o narrador (missivista remetente) conversa/dialoga com seu interlocutor (missivista destinatário), o qual, apesar de distante, se vê presente na mente do narrador, certo este de receber uma resposta de seu interlocutor, mesmo que tardiamente. Além disso, nesse tipo de missiva, os correspondentes trocam experiências pessoais, o que as habilita, portanto, para representarem o vernáculo.

Nosso interesse, aqui, é o de pesquisar a colocação pronominal partindo do seguinte questionamento: qual é o padrão de uso dos clíticos pronominais no PB, utilizado por cidadãos altamente letrados e cultos, em situação não monitorada de uso da língua, em suas modalidades escrita e falada, na contemporaneidade?. Para responder a essa pergunta, há que se vencer o desafio de retratar a língua falada de brasileiros cultos/letrados, em contexto de informalidade de uso da língua, o que tentamos fazer, neste estudo, tomando como *corpus* as missivas pessoais de escritores mineiros.

Para Bakhtin (1997, p. 281-282), as variedades dos enunciados linguísticos são denominadas gêneros do discurso ou textuais, sendo a carta pessoal, segundo ele, um enunciado que se enquadra no gênero de discurso primário (simples), assim como a réplica do diálogo cotidiano, os diários íntimos, o relato familiar e outros. Ainda segundo o autor, o “enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer esfera da comunicação verbal – é individual, e por isso pode refletir a individualidade de quem fala (ou escreve). Em outras palavras, possui um estilo individual” (BAKHTIN, 1997, p. 283).

Dessa forma, apesar de tomarmos a materialidade escrita do texto, elegemos um gênero cujas características são de oralidade (as cartas pessoais, representativas do vernáculo). Assim, este estudo pode contribuir para alargar a descrição do tema para além do texto escrito formal.

Sendo a intenção desta pesquisa a de levar em conta os parâmetros da Sociolinguística Variacionista, outras questões são essenciais para abarcar a descrição do fenômeno a ser estudado: (i) qual é o padrão linguístico de emprego dos pronomes átonos de cidadãos cultos/letrados, em situação não monitorada, como, por exemplo, nos contextos de gênero primário de instância privada, como as cartas pessoais?; (ii) os remetentes/escritores dessas cartas utilizam, em suas missivas, um modo outro de ordenar os pronomes átonos, ou se atêm aos padrões linguísticos formais da língua?; (iii) entre o remetente/locutor e o destinatário/interlocutor, a colocação dos pronomes átonos apresenta um padrão comum, ou difere de um para o outro, atestando estilo individual?; (iv) o tipo dos pronomes átonos e de suas funções sintáticas (dativo ou acusativo, por exemplo) interfere na posição que esses pronomes ocupam em relação ao verbo a que está ligado foneticamente?; (v) a forma como os missivistas das cartas pessoais ordenam os clíticos pronominais é alterada com o decorrer dos anos?; (vi) e sua localidade de vivência causaria uma variação em seus usos dos pronomes átonos?.

A partir dessas questões, aventamos as seguintes hipóteses, que foram testadas neste estudo, segundo os critérios metodológicos descritos de forma pormenorizada na segunda seção desta dissertação:

- i. no vernáculo de falantes¹/missivistas altamente letrados, em contexto de informalidade, no PB, será observada uma colocação pronominal que se distanciará, em certa medida, da norma padrão proposta pelos compêndios normativos da língua portuguesa do Brasil, por estes se espelharem na norma padrão europeia da LP; a expectativa é, pois, que os falantes/missivistas tanto farão uso diferenciado dos pronomes átonos, em alguns contextos sintáticos, quanto utilizarão os ordenamentos propostos pela norma culta padrão, noutros contextos;
- ii. a ordem pronominal utilizada pelos falantes/missivistas coincidirá, tendo em vista suas formações acadêmicas, suas ocupações e o contato constante entre eles, uma vez que eram amigos íntimos;
- iii. o tipo de pronome átono e de sua função sintática influenciará a posição dos pronomes átonos em relação aos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas;
- iv. espera-se uma alteração do uso dos pronomes oblíquos átonos pelos falantes/missivistas com o passar dos anos (4 décadas); e suas localidades de vivência (RJ e BH) determinarão, também, uma variação em seus padrões de colocação pronominal.

Dessa maneira, o objetivo primeiro desta pesquisa é o de fazer um estudo descritivo do paradigma da colocação dos pronomes oblíquos átonos nos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas, a partir do vernáculo culto mineiro, representado aqui por correspondências pessoais de três falantes/missivistas (Fernando Sabino, Murilo Rubião e Otto Lara Resende) altamente letrados, na tentativa de verificar os usos que eles fazem desses pronomes, nesse gênero de discurso primário (cartas pessoais), e de compará-los à norma padrão de CP do português brasileiro, para ver o quanto o uso da CP se distancia ou se aproxima dessa norma.

No bojo desse objetivo geral, outros mais específicos se delineiam, como:

¹ Nesta pesquisa, o sentido do termo falante se refere ao indivíduo que usa individualmente a língua e não faz referência à língua falada (o vernáculo), embora o gênero adotado (as cartas pessoais) possa ser tomado como tal (ver seção 2.2.2, da metodologia).

- Identificar e descrever a CP utilizada por falantes/missivistas mineiros letrados e renomados, os quais possuíam pleno domínio da norma padrão da LP, em contexto não monitorado: suas cartas pessoais.
- Fazer um compilado das normas de colocação pronominal propostas por três compêndios gramaticais da LP: *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009[1961]); *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (2008[1964]); e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra (2001[1984]), os quais foram escolhidos devido ao fato de serem referências de padronização/normalização da língua, além de possuírem formas ímpares de tratar o fenômeno em questão (ver caracterização das gramáticas, seção 2.2.5).
- Comparar as ocorrências de CP coletadas nas correspondências pessoais dos falantes/missivistas com as normas de CP compiladas das três gramáticas de referência, com o objetivo de verificar o quanto o uso da CP desses cidadãos mineiros letrados se aproxima ou se distancia dessas normas.
- Verificar se o uso que cada um dos três falantes/missivistas faz da CP revela um padrão comum, ou se há uma variação de uso dos pronomes átonos de um para o outro.
- Verificar se houve variação/mudança no uso da colocação dos pronomes átonos apresentado pelos falantes/missivistas, ao longo das quatro décadas (de 1940 a 1970) em que trocaram correspondências entre si; e ver se a localidade de vivência deles foi também um fator que atuou sobre um possível processo de variação em seus padrões de colocação pronominal.

Os resultados da pesquisa que empreendemos estão descritos ao longo deste texto, que apresenta a seguinte estrutura: na Seção 1, tratamos dos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, sobre os quais alicerçamos as discussões dos resultados emergidos dos dados do *corpus* elaborado especialmente para esta pesquisa; na Seção 2, apresentamos nossa metodologia, pois avaliamos que os procedimentos nela apresentados são importantes para o sequenciamento das informações constantes nas seções subsequentes; na Seção 3, discorreremos sobre as características e funções dos pronomes oblíquos átonos, situando-os na classe geral dos pronomes, da qual é uma subcategoria; na Seção 4, apresentamos as questões relativas à identificação das formas verbais simples e perifrásticas, explicitando suas peculiaridades; na Seção 5, resenhamos criticamente a norma de colocação pronominal segundo as três gramáticas normativas brasileiras selecionadas para esta pesquisa,

apresentando, em quadros sinóticos, a compilação das normas de CP apresentadas por esses compêndios; na Seção 6, apresentamos e discutimos nossos resultados; e, na Seção 7, formulamos nossas considerações finais, sistematizando, assim, os principais achados advindos da discussão dos resultados.

1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

1.1 A Sociolinguística Variacionista

Inicialmente ancorada nas bases de outras disciplinas, como a Linguística, a Sociologia e a Antropologia, a Sociolinguística veio a se tornar uma área de estudo seriamente comprometida com a língua no seu real contexto de produção, somente a partir dos estudos do linguista estadunidense William Labov (2008[1972]), realizados em Martha's Vineyard (dissertação de mestrado, publicada em 1963), em Massachusetts, e nas lojas de departamento (tese de doutorado, finalizada em 1964), em Nova Iorque, na década de 60. Nesses estudos, Labov (2008[1972]) propõe uma perspectiva da Linguística em sua realidade social, e seus resultados foram relatados no ensaio intitulado *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, escrito em parceria com Uriel Weinreich e Marvin Herzog, em 1966.

Inquieto com os estudos da linguagem, até então empreendidos, cujas barreiras ideológicas não observavam a língua em seu lugar de origem, isto é, a comunidade de fala, impondo, por consequência, variadas restrições aos linguistas acerca do estudo linguístico, Labov (2008[1972]) tomou o rumo de um estudo racional e socialmente realista da língua, relacionando efetivamente os fatos linguísticos aos sociais. Segundo Labov (2008[1972], p. 21), “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo”, o que expressa o caráter social da língua e a premência de esta ser observada e estudada em seu ambiente concreto, do qual é fruto, a “vida prática”, conforme palavra do próprio linguista.

Tendo em vista a língua em seu contexto social, Labov (2008[1972]), em sua tese de doutorado, como uma nova proposta à Sociolinguística, estabelece o modelo teórico-metodológico da Sociolinguística Variacionista, que ficou conhecido por Teoria da Variação e Mudança Linguística (TVM). Essa teoria propõe que a língua falada é heterogênea e, conseqüentemente, variável, ou seja, dotada de uma aparente “desordem”, que pode, contudo, ser quantificada e sistematizada. Assim, Labov (2008[1972]) se empenha em descrever a sistematicidade da variação existente na língua.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) desenvolveram a Teoria da Variação e Mudança Linguística para mostrar como a língua muda em uma comunidade de fala, quais os fatores que propiciam essa mudança e quais os problemas empíricos encontrados ao se estudarem os fenômenos linguísticos, nessa perspectiva teórica. Esses passos se traduzem em

propostas que fundamentam empiricamente as pesquisas concernentes à variação e mudança linguística.

Os autores afirmam que “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura da língua envolve mudança; mas toda mudança envolve variabilidade e heterogeneidade”² (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968, p. 188, tradução nossa). Essa afirmativa revela, substancialmente, a base sobre a qual se erige o projeto dessa importante teoria para os estudos comprometidos com a realidade social da língua. Isso nos leva a considerar que o estudo da variação linguística, em uma comunidade de fala, é fundamental para observarmos/analísarmos o que determina esse fenômeno, além de nos permitir entender como se operou/opera uma dada mudança na língua, mesmo que essa mudança não venha a se consolidar, como é o caso das variações estáveis, em que duas formas variantes concorrem ao longo dos anos (TARALLO, 1985).

Mas, em que consiste a variação linguística, objeto de estudo da Sociolinguística? De acordo com Coelho *et al.* (2018, p. 16), a variação linguística “é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado”. Essa noção de variação faz eco com a definição apresentada por Tarallo (1985, p. 8), que trata as formas concorrentes como “variantes linguísticas”.

Dentre as variantes da língua que concorrem em uma comunidade de fala, temos a variante “padrão”, aquela que se identifica com a variedade da língua culta, fiel às normas apresentadas pelos compêndios normatizadores da língua, e que, segundo Tarallo (1985, p. 11-12), “é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza de prestígio sociolinguístico na comunidade”; e, em oposição, temos ainda as variantes “inovadoras”, que “são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade”. Contudo, ainda de acordo com o autor, não necessariamente, essa relação entre os pares “padrão vs. não padrão”, “conservadora vs. inovadora”, “de prestígio vs. estigmatizada” coincide nessas variantes, uma vez que uma variante inovadora pode gozar de prestígio na comunidade de fala, e uma variante padrão não alcançar tal feito, sendo, até mesmo, estigmatizada nessa mesma comunidade (TARALLO, 1985).

Na Sociolinguística Variacionista, lidamos ainda com a noção de *variáveis*, que se relaciona aos fatos linguísticos e extralinguísticos. Em se tratando do primeiro fato, de acordo

² Texto original: “Not all variability and heterogeneity in language structure involves change; but all change involves variability and heterogeneity”.

com Tarallo (1985, p. 8), a “um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variáveis lingüísticas’”.

Emilio Gozze Pagotto (2013), por exemplo, apresenta um estudo em que compara as variadas posições dos pronomes átonos em duas constituições brasileiras, a do Império (1824) e a da República (1891). Em relação aos grupos verbais (locuções verbais ou tempos compostos), o autor mostra as possíveis posições nas quais os pronomes podem ocorrer, a depender dos contextos sintáticos que as condicionam: “a) próclise ao primeiro verbo **cl-V** V”; “b) ênclise ao primeiro verbo **V-cl** V”; “c) próclise ao segundo verbo **V cl-V**”; “d) ênclise ao segundo verbo **V V-cl**” (PAGOTTO, 2013, p. 37, negrito do autor) (cl = clíticos pronominais, ou pronomes átonos). Essas posições dos pronomes são consideradas as suas variantes, que podem ocupar quadro lugares nos contextos estruturais expostos, e tais posições, por sua vez, formam o conjunto das variáveis lingüísticas estudadas pelo autor. É importante salientar que, apesar de as posições dos pronomes átonos variarem de uma constituição para a outra, essa variação na língua não impede que os leitores compreendam o conteúdo de ambas, já que preservam o mesmo valor de verdade, o que lhes assegura o estatuto de variantes.

Essa relação entre os itens em variação e as variáveis lingüísticas pode ser esquematizada como se segue:

<variáveis/formas em variação> —> [variantes X...]

Assim como no estudo de Pagotto (2013), no caso desta pesquisa, a nossa variável lingüística seria a ordem/posição que os clíticos pronominais podem ocupar em relação aos contextos sintáticos das formas verbais simples e perifrásticas; e nossas variantes comportariam as diversas possibilidades dessa ordem dos clíticos. As sentenças seguintes, retiradas do nosso *corpus*, exemplificam nossa variável lingüística: *Quando ia falar à linda Stela (a voz ligeiramente trêmula) no navio que nos levaria para longe, lembrei-me de que ele nunca sairia do porto* (MR, 6) e *Me lembrei de você com grande frequência, sobretudo certo domingo, na praia, em Fregene, num bar meio boate* (OLR, 17). Nesses dois contextos, o clítico “me” ocupa duas posições (variantes), antes e depois das formas verbais, ou seja, esse conjunto de variantes (cada uma das formas possíveis de se dizer a mesma coisa) forma a variável estudada: sintaxe de ordem dos clíticos pronominais.

Na busca por um conhecimento mais amplo do que promove as variações e as mudanças lingüísticas, são destacados, como não poderia deixar de ser, dado o caráter social

da língua, os dois tipos distintos, mas complementáveis, de fatores condicionadores envolvidos nesse processo variável/mutável da língua: (i) os intralinguísticos, inerentes aos fatos internos da língua; e (ii) os extralinguísticos, ou fatores sociais, que, segundo Weinreich, Labov e Herzog (1968, p. 188, tradução nossa),

[...] estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança. Explicações que são restritas a um ou outro aspecto, não interessa quão bem construídas, deixarão de dar conta do rico conjunto de regularidades que podem ser observadas no estudo empírico do comportamento da língua.³

Os autores deixam claro que as regularidades presentes no caos das variações da língua somente são alcançadas com a observação de ambos os fatores/condicionadores. Assim os estudos que se prestam a desvelar a realidade desses fenômenos linguísticos só alcançarão resultados mais completos e fidedignos, se considerarem fatores linguísticos e extralinguísticos que atuam sobre o fenômeno estudado.

Complementando essa perspectiva das forças que atuam no processo de variação e mudança linguística, Coelho *et al.* (2018, p. 20, itálico dos autores) acrescentam que os condicionadores, “em caso de variação, são os fatores que regulam, que *condicionam* nossa escolha entre uma ou outra variante”. Os condicionadores/fatores internos podem se dar em vários contextos linguísticos: lexical, fonológico, morfofonológico, morfológico, morfossintático, sintático e semântico; já os condicionadores/fatores externos se referem aos fatores sociais que podem influenciar a variação e a mudança da língua, tais como: sexo/gênero, escolaridade, faixa etária, ocupação, localidade de vivência, redes sociais dos informantes, dentre outros. Neste estudo, por exemplo, consideramos a escolaridade (letrados/cultos), a ocupação (jornalistas/escritores), o local de residência (RJ e BH) dos falantes/missivistas como fatores extralinguísticos, para verificarmos suas influências no comportamento dos clíticos pronominais quanto às variáveis estudadas (ver mais detalhes na metodologia, Seção 2).

No intuito ainda de ilustrar os fatores condicionantes, recorreremos ao trabalho de Pagotto (1992), que apresenta um estudo diacrônico da língua portuguesa, em que observa o percurso dos pronomes átonos do século XVI ao XX, com o objetivo de verificar a mudança ocorrida na colocação desses pronomes. Em um dos contextos morfossintáticos observados, o de “verbo único”, o autor analisa a posição desses pronomes em relação ao contexto sintático

³ Texto original: “[...] are closely interrelated in the development of Change. Explanations which are confined to one or the other aspect, no matter how well constructed, will fail to account for the rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior”.

de advérbios pré-verbais, que, gramaticalmente, funciona como condicionador da próclise. Pagotto (1992, p. 125) contava com as seguintes variantes: “a) cl-ADV/NEG V; b) ADV/NEG cl-V”, tomadas no contexto morfossintático de verbo único, chegando, dentre outros, ao seguinte resultado:

De um lado, o período que vai do século XVI ao século XVIII apresenta um padrão em que a variante a (cl-NEG V) é sistematicamente superior à variante b (NEG cl-V); do outro lado temos os períodos seguintes [XIX a XX] em que a variante b (NEG cl-V) é praticamente categórica, refletindo o PB atual. (Sublinhado nosso).

Logo, esse estudo de Pagotto (1992) mostra como os condicionadores intralinguísticos funcionam para explicar as variações e as mudanças na língua, com o passar do tempo.

Da mesma forma, os condicionadores sociais também contribuem para desvelar as causas dos fenômenos de variação. Em sua tese de doutorado, Márcia Cristina de Brito Rumeu (2008) empreendeu uma pesquisa para verificar a implementação do “Você” no PB, nos séculos XVIII e XIX, objetivando mostrar como se deu a inserção desse pronome no quadro pronominal do PB e o seu padrão de coocorrência com a forma “Tu”, a partir de missivas pessoais da família Pedreira Ferraz – Magalhães. Além de levar em conta os fatores linguísticos que influenciaram o fenômeno, a autora lançou mão também dos fatores extralinguísticos como o “gênero” e a “faixa etária” dos informantes/missivistas, os quais se mostraram mais relevantes, no caso de sua pesquisa, do que os fatores internos.

Em relação ao fator social “faixa etária” dos informantes, Rumeu (2008, p. 140, itálico da autora) chegou ao seguinte resultado:

[...] a produtividade de formas relacionadas a P2 (*Tu*) mostrou-se favorecida pelos missivistas *idosos* (faixa 3), .70 de peso relativo [...]. Já as formas relacionadas a P3 (*Você*) mostraram-se mais produtivas entre os jovens. Esses resultados parecem indicar [*sic.*] os missivistas mais idosos tendem a manter o comportamento do século XIX em que o *Tu* ainda tinha um maior campo de atuação como pronome de referência ao interlocutor. O fato de os missivistas mais jovens, por sua vez, adotarem o inovador *Você* parece apontar para um processo de mudança linguística que é inaugurada em fins do século XIX e é efetivamente implementada entre as décadas de 20 e 30 do XX [...].

Esse resultado a que chegou a autora mostra a importância dos condicionadores extralinguísticos na análise das causas de uma variação e mudança na língua, seja ela de que nível for.

Tarallo (1985, p. 48) também expressa a perspectiva da importância das forças externas que atuam no processo de variação e mudança linguística:

[...] a inclusão dos fatores externos possibilitará retratar o campo de batalha de outros ângulos. Qualquer perspectiva nova sobre o “caso” merece ser levada em consideração. Especialmente em relação à normalização e à estandardização lingüísticas, o encaixamento social das variáveis é de extrema importância. [...].

A despeito de sua relevância, Coelho *et al.* (2018, p. 49, itálico dos autores) chamam a atenção para a importância e, também, para o cuidado em se trabalhar com os fatores extralinguísticos:

É importante observar que os condicionadores externos são controlados *conjuntamente* numa pesquisa sociolinguística, e que os resultados mais interessantes são aqueles em que podemos perceber várias *forças* atuando juntas. O fato de apresentarmos um ou outro condicionador externo como sendo relevante em determinado estudo não quer dizer que o pesquisador não tenha investigado a interação desse condicionador com outros. Vale lembrar também que é necessário *relativizar* os resultados quando tratamos de influências externas à língua. Cada comunidade é diferente e, portanto, apresenta condicionadores externos atuando de maneira diferente.

Em um estudo quantitativo, contamos também com alguns termos utilizados pelos sociolinguistas que se relacionam àqueles anteriormente explicitados, que são as “variáveis dependentes” e as “variáveis independentes”. Segundo Coelho *et al.* (2018), a variável linguística tomada como objeto de pesquisa é tratada como “variável dependente”, como, por exemplo, a variável “posição dos pronomes átonos” estudada por Pagotto (2013), que, como vimos mais acima, contém quatro variantes para o contexto de grupos verbais (cl-V V; V-cl V; V cl-V; V V-cl), sendo, por isso, considerada uma variável dependente eneária (quatro ou mais variantes).

Os conjuntos dos condicionadores da variação na língua, já observados acima, que podem favorecer a escolha dos informantes quanto a uma ou outra forma em variação, “ou a aplicação da regra variável”, são as “variáveis independentes” (COELHO *et al.*, 2018, p. 121), como é o caso dos fatores internos e externos utilizados por Rumeu em seu estudo da implementação do “Você” no PB e da alternância desse pronome com a forma “Tu”.

O educador e linguista José Lemos Monteiro (2000, p. 58) faz uma síntese dessas relações entre as variáveis dependentes e independentes, afirmando que as regras variáveis se aplicam “sempre quando duas formas estão em concorrência num mesmo contexto e a escolha de uma depende de uma série de fatores, tanto de ordem interna ou estrutural como de ordem externa ou social”.

Tendo em vista os pressupostos da Sociolinguística Variacionista ora apresentados, em que se fazem determinantes os fatores/condicionadores interno e externo à língua no comportamento das variantes no processo de variação linguística, apresentamos, a seguir, a nossa metodologia de pesquisa, em que explicitamos de forma pormenorizada esses fatores e outros critérios necessários ao adequado desenvolvimento desta pesquisa.

2 METODOLOGIA

2.1 A metodologia de pesquisa

Esta pesquisa se enquadra no domínio das ciências sociais e segue pelo caminho da valoração, da significação e da subjetivação da realidade da qual nós, como seres sociais, fazemos parte, e, desse modo, escapole, em certa medida, aos procedimentos metodológicos normativos das ciências naturais. Não obstante esse distanciamento dos métodos naturais de pesquisa, não desprezamos aqui a sua cientificidade, uma vez que, segundo Maria Cecília de Souza Minayo (2009, p. 10), “ela pré-contém, por assim dizer, diversas maneiras concretas e potenciais de realização” nas pesquisas sociais. Assim, tomamos essa cientificidade como uma ferramenta reguladora da subjetividade desmedida, que porventura possa vir a acontecer no processo de construção do conhecimento/realidade aqui empreendido.

De acordo com Minayo (2009), a metodologia de pesquisa envolve direcionamento do pensamento (teoria da abordagem/método), técnicas (instrumentos, materialidade) e criatividade (experiência, capacidade e sensibilidade) no tratamento da realidade. Mais que isso, ela “inclui as concepções teóricas da abordagem, articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade” (MINAYO, 2009, p. 15), ou seja, a metodologia é um conjunto de atividades intrínsecas ao fazer científico que proporciona a pacificação dos impasses teóricos, conduzindo à realização dos objetivos da pesquisa.

2.1.1 *Os métodos*

Esta pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa. Aparentemente apartados, esses dois métodos, cada um com suas peculiaridades, mostram-se de grande utilidade para o desenvolvimento das pesquisas sociais. A pesquisa qualitativa “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p. 21), possuindo um viés mais abstrato, e escapa aos indicadores quantitativos.

A pesquisa quantitativa, por sua vez, segundo o professor João José Saraiva da Fonseca (2018, p. 20), é mais objetiva e preza os dados quantificados:

A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenómeno, as relações entre variáveis, etc.

A diferença entre essas duas abordagens metodológicas, como é possível constatar, fundamenta-se em subjetivação dos dados, por um lado, e na sua quantificação, por outro. Nessa perspectiva, muitos são os que tomam, em uma escala hierárquica, uma como estando em vantagem sobre a outra, em relação ao fazer científico, como afirma Minayo (2009, p. 21):

[...] não existe um *continuum* entre abordagens quantitativas e qualitativas, como muita gente propõe, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar, sendo “objetivas e científicas”. E as qualitativas ficariam no final da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo “subjetivas e impressionistas”.

Contudo, Minayo (2009, p. 22) mostra que, na realidade social, essa diferença é “de natureza e não de escala hierárquica”. Sobre essa diferenciação, a autora explicita que,

[...] enquanto os cientistas sociais que trabalham com estatística visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenómenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada [*sic*], em primeira instância, pelos próprios pesquisados [*sic*] [entende-se “pesquisadores”] [...]. (MINAYO, 2009, p. 22).

Nessa perspectiva, podemos perceber aí não uma completa separação, mas uma complementariedade entre esses métodos de pesquisa, sendo que, ao invés de serem postados à parte um do outro, o que pode enfraquecer a interpretação dos dados do estudo, a conjugação de ambos pode ajudar a compor o todo do processo metodológico, levando a interpretações mais precisas e a resultados mais merecedores de crédito. Tal postura é compartilhada por Minayo (2009, p. 22) ao dizer que, entre essas abordagens metodológicas, “há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa”, o que é corroborado por Fonseca (2018, p. 20) ao informar que a “utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”.

E é justamente nesse caminho que pretendemos seguir ao adotar ambas as abordagens metodológicas, qualitativa e quantitativa, objetivando a condução ordenada, metódica e lógica de nossa pesquisa.

Além desse caminho, outro se delineia na busca por um melhor desenvolvimento dos objetivos desta pesquisa, que se trata do método comparativo de análise dos dados, que pode nos proporcionar a oportunidade de identificar as semelhanças e significar as discordâncias do fenômeno estudado. O método de comparação, segundo as professoras e pesquisadoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003, p. 107), “ocupando-se da explicação dos fenômenos, [...] permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira ‘experimentação indireta’”, podendo ser utilizado em pesquisas qualitativa e quantitativa. Para as autoras, o método comparativo é, ainda, eficaz em todos os momentos da pesquisa:

[...] num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura (regime presidencialista americano e francês); nas classificações, permite a construção de tipologias (cultura de *folk* e civilização); finalmente, a nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 107-108).

Percebe-se, então, a importância desse método para o desenvolvimento mais íntegro do processo de construção do conhecimento aqui proposto, pois sendo nosso objetivo realizar um estudo descritivo da colocação pronominal, em que colocamos em paralelo a norma padrão e o uso vernáculo do fenômeno, a partir de correspondências particulares, consideramos também o método comparativo bastante profícuo para esse fim.

2.1.2 *Uma adaptação da metodologia do estudo de painel*

Como a intenção aqui é a de desenvolver um estudo fundamentado pelos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, em uma proposta de sincronia passada circunscrita ao século XX, que levará em consideração o processo de variação da colocação pronominal no PB, a partir da observação dos mesmos falantes/missivistas de cartas pessoais, ao longo de um tempo relativamente extenso (da década de 1940 à de 1970), fica claro que nos aproximamos, de certa forma, dos pressupostos do estudo de painel propostos nos estudos sociolinguísticos variacionistas.

De acordo com Labov (1994, p. 76, tradução nossa), no estudo de painel, “tenta-se localizar os mesmos indivíduos que foram sujeitos de um primeiro estudo, monitorando quaisquer mudanças no comportamento deles, por submetê-los ao mesmo questionário, entrevista ou experimento”⁴. Contudo, esse estudo “é um procedimento caro e demanda tempo, se ele for planejado como um estudo de painel desde o começo, pois sua amostra inicial precisa ser grande o suficiente para se levar em conta as inevitáveis perdas”⁵ (LABOV, 1994, p. 76, tradução nossa).

Levando em consideração essa proposta metodológica de estudo de Labov (1994) e suas complexidades e tendo a ciência de que o tempo disponível para a realização da presente pesquisa não é suficiente para a adoção dessa proposta em sua totalidade, decidimos realizar, então, uma adaptação, ou aproximação, ao estudo de painel, pois percebemos que seus pressupostos podem nos oferecer mais um caminho promissor para o desenvolvimento dos nossos objetivos de pesquisa, principalmente no momento de realizar a comparação do uso da colocação pronominal ao longo do tempo, pelos falantes/missivistas.

Desse modo, o estudo de painel foi adaptado às necessidades desta pesquisa, nos seguintes termos: a entrevista e o questionário foram substituídos pela seleção de cartas pessoais, tendo em vista a proximidade destas com o vernáculo, sendo este “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala” (LABOV, 2008[1972]); essas cartas são dos mesmos informantes (falantes/missivistas), de uma mesma comunidade de fala (de Minas Gerais), que atendem às mesmas variáveis extralinguísticas: sexo (masculino), alto grau de escolaridade (juristas) e faixa etária (nascidos por volta da década de 20); no lugar de serem realizados dois estudos em momentos distintos da vida dos falantes/missivistas, para a verificação da existência de variação no uso da língua, quanto à ordem pronominal no PB, temos aqui a vantagem de um grande quantitativo de cartas e de sua perenidade, ao longo de quatro décadas.

Apesar de esse período ser muito curto para que se possa falar em uma mudança na língua, dada a necessidade de um percurso de tempo muito longo para sua consolidação, apesar de essa também não ser nossa proposta, o período de quatro décadas também é considerado extenso para um estudo de painel nos moldes labovianos, porém ele é promissor para a observação de uma variação/mudança em progresso dos fenômenos da língua,

⁴ Texto original: “A panel study attempts to locate the same individuals that were the subjects of the first study, and monitors any changes in their behavior by submitting them to the same questionnaire, interview, or experiment”.

⁵ Texto original: “[...] is an expensive and time-consuming procedure, if it is planned as a panel study from the beginning, for the initial sample must be large enough to take the inevitable losses into account”.

permitindo, assim, desenhar um panorama linguístico pretérito dos sujeitos a partir de suas trajetórias de vida, como defende com propriedade a professora Márcia Rumeu (2008, p. 105):

[...] acredita-se que apesar de o perfil do comportamento lingüístico do indivíduo projetado com base em períodos mais dilatados de tempo se distanciar da definição laboviana de estudo de painel *stricto sensu* (*panel study*, cf. Labov 1994:74 e 76/77), [ele] permite acompanhar, por outro lado, a progressão da mudança lingüística a partir da observação da trajetória de vida dos informantes, em sincronias pretéritas [...]. (RUMEU, 2008, p. 104).

Dessa forma, consideramos que essa aproximação/adaptação ao estudo de painel laboviano nos levará ao encontro de uma de nossas aspirações nesta pesquisa, que é a de verificar a existência de variação da colocação pronominal no vernáculo de indivíduos cultos brasileiros (de Minas Gerais), ao longo de quatro décadas, pela observação da trajetória linguística dos missivistas em análise, a partir da troca de cartas pessoais entre eles.

2.2 Recursos e objetos metodológicos

2.2.1 *Os condicionadores da variação linguística*

2.2.1.1 Os condicionadores internos da língua

A sintaxe de colocação dos pronomes oblíquos átonos (pronomes clíticos ou clíticos pronominais), que formam o nosso *corpus* de pesquisa, foi analisada de acordo com os seguintes condicionadores/fatores internos da língua (intralinguísticos ou linguísticos):

- i. Contextos morfossintáticos (formas verbais simples e perifrásticas);
- ii. Contextos sintáticos favorecedores da posição dos pronomes átonos (ex.: advérbio, conjunção, pronome etc.);
- iii. Função sintática dos pronomes átonos (ex.: acusativo, dativo, adjunto adnominal etc.).
- iv. Posições dos pronomes átonos (ênclise, mesóclise ou próclise);
- v. Tipo de pronome átono (me, te, se, lhe, lhes, o, a, os, as, nos, vos) e sua forma (1ª, 2ª e 3ª pessoas do singular/plural).

Com isso, objetivamos verificar a eventual influência dessas variáveis intralinguísticas sobre o fenômeno da colocação pronominal no português do Brasil.

2.2.1.2 Os condicionadores externos da língua

Atentas aos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, segundo os quais há que se combinar, na análise, variáveis linguísticas e extralinguísticas, consideramos os seguintes condicionadores/fatores externos da língua (extralinguísticos ou sociais) na interpretação dos dados emergidos do *corpus* desta pesquisa:

- i. O período de produção das cartas – da década de 1940 à de 1970 – em que serão computados os dados em cada década, para se verificar a existência ou não de variação no uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas, no decorrer desse período.
- ii. A faixa etária dos falantes/missivistas, sendo que, no início do período de troca das cartas (década de 40), todos estavam na faixa etária dos 20, e, ao final (década de 70), encontravam-se na faixa dos 50 anos de idade.
- iii. O grau elevado de escolaridade dos falantes/missivistas (juristas, escritores, jornalistas).
- iv. O local de nascimento, sendo os três falantes/missivistas do Estado de Minas Gerais: um de Belo Horizonte (Fernando Sabino); um de Silvestre Ferraz, atual Carmo de Minas (Murilo Rubião); e o outro de São João del-Rei (Otto Lara Resende).
- v. A localidade de vivência dos falantes/missivistas: o natural de Belo Horizonte se mudou para o Rio de Janeiro, fixando lá residência; o de Silvestre Ferraz se mudou primeiramente para Belo Horizonte, depois se transferiu para o RJ a serviço, vivendo lá por menos de dois anos, e, voltando a BH, aqui permaneceu até o final da vida; o nascido em São João del-Rei fez o mesmo percurso inicial que o anterior, mas, ao se mudar para a capital do Rio de Janeiro, lá fixou residência. Apesar de terem fixado residência nos locais indicados, os missivistas também viveram, por períodos intermitentes, em vários outros países (Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal), como adidos culturais ou a serviço do governo brasileiro.

O objetivo aqui é o de verificar se esses fatores sociais exerceram influência, ou não, na forma como os falantes/missivistas fizeram uso da colocação dos clíticos pronominais em suas missivas particulares.

2.2.2 *As correspondências particulares no estudo da variação linguística*

Stephan Elspass (2012, p. 156, tradução nossa) apresenta um estudo em que discute o papel dos “textos escritos à mão” como fontes de dados direcionados à sociolinguística histórica. Apesar desse direcionamento histórico, o autor oferece uma rica análise sobre as cartas pessoais e que pode ser útil também para o estudo que se dispõe a verificar a variação e a mudança linguística tomando esses tipos de texto como fonte de coleta de dados, especialmente quando há poucas possibilidades de se obterem dados orais, como é o caso das pesquisas de sincronias passadas.

Esses tipos de textos (cartas pessoais, diários e autobiografias), segundo Elspass (2012, p. 156), “são especiais, primeiramente, porque eles são tão próximos da fala como os textos históricos não ficcionais podem possivelmente ser e lançam luz na história da língua natural”⁶. Trazendo essa concepção para o nosso estudo, acreditamos que as cartas particulares como fonte de pesquisa podem lançar luz também à pesquisa de sincronia passada sobre a variação linguística, por representar a língua falada, o vernáculo.

Essa aproximação das cartas pessoais com a oralidade é vista ainda pelo autor ora referenciado como uma forma de ampliar a compreensão da histórica relação de mão dupla entre o falado e o escrito:

Cartas privadas, diários e fontes similares têm, assim, estado em foco como fontes de textos históricos que podem contar a história/estória da oralidade e, baseado nisso, sua relação com a história/estória da escrita literata tanto quanto as mudanças na oralidade sob influência da escrita. Isso incluiria fenômenos como “segunda oralidade” [...], variedades e registros orais que – tendo emergido na era da mídia eletrônica, tais como o telefone, o rádio e a televisão – são essencialmente baseados na língua escrita conceitualmente, mas usados no meio falado e, assim, eventualmente englobando elementos de ambos “oralidade” e “escrita”.⁷ (ELSPASS, 2012, p. 160, tradução minha).

⁶ Texto original: “*They are special, firstly, because they are as close to speech as non-fictional historical texts can possibly be and therefore cast light on the history of natural language*”.

⁷ Texto original: “*Private letters, diaries and similar sources have thus come into focus as historical text sources which can tell the (hi)story of orality and, based on this, its relationship with the (hi)story of literate writing as well as the changes in orality under the influence of writing. This would include phenomena like ‘second orality’*”

Levando em conta essas duas modalidades expressivas da língua, a oralidade e a escrita, podemos afirmar, então, que a carta pessoal está em seu entremeio, apresentando-se em um *continuum* que se perfaz tomando uma parte de cada um desses polos. Isso quer dizer que as cartas particulares representam a materialidade do oral no texto escrito, sem que este se dê formalmente, mas, sim, despreocupadamente, livre do rigor dos padrões linguísticos formais, por não ser monitorado, refletindo, assim, o vernáculo.

Também no campo do estudo histórico da língua, Rosane de Andrade Berlinck, Juliana Bertucci Barbosa e Talita de Cássia Marine (2008, p. 172), corroborando essa perspectiva da representação do oral nas correspondências particulares, acreditam que “um tipo de texto bastante rico e complexo que pode ser utilizado como *corpus* para as pesquisas de variação/mudança não só sob uma perspectiva diacrônica, mas também sincrônica, é a carta”. Dessa maneira, apoiando-nos nessa afirmativa, compreendemos que as cartas pessoais dos nossos falantes/missivistas são bastante profícuas para o estudo aqui descrito, que observa a variação linguística da colocação pronominal em sincronias passadas.

Berlinck, Barbosa e Marine (2008, p. 172) mostram ainda que “na carta podemos encontrar diferentes graus de formalidade, que podem variar do mais formal ao informal (ou até mesmo pessoal), dependendo da situação (contexto) em que se encontra o emissor, e, principalmente, de quem será o seu destinatário”. A partir dessa gradação de formalidade que a carta pode apresentar, podemos dizer que as cartas que serviram de fonte para esta pesquisa se enquadram na variação mais informal (pessoal), pois, apesar de terem sido produzidas por missivistas (emissores/falantes) altamente letrados (três escritores), o contexto entre eles e seus destinatários/ouvintes é de profunda intimidade (amigos íntimos, compadres), o que lhes permitiu a produção de uma narrativa descontraída e espontânea.

Essa inerência da informalidade na carta pessoal se dá por ser esse “o lugar onde se encontram/conflitam as várias estratégias do autor/narrador e do receptor/leitor” (BERLINCK; BARBOSA; MARINE, 2008, p. 174). E é utilizando essas várias estratégias dialógicas que nossos falantes/missivistas deixam aflorar a intimidade, a espontaneidade e o descompromisso com a norma padrão em suas correspondências pessoais com seus amigos/ouvintes íntimos, deixando as palavras dispostas nas linhas das missivas (impresas, muitas vezes, pela máquina de datilografia, ou manuscritas) expressarem elogios, brincadeiras, xingamentos, palavrões, fofocas, cobranças, desabafos, confidências, angústias,

[...], oral varieties and registers which – having emerged in the age of electronic media such as telephone, radio, and television – are essentially based on conceptionally written language, but used in the spoken medium and thus eventually encompassing elements from both ‘orality’ and ‘writtleness’”.

pedidos de desculpas e críticas sinceras aos seus textos literários, além de outras fórmulas expressivas do alto grau de informalidade dos textos pessoais.

Para exemplificar o quanto essa dinâmica dialógica entre remetente/falante e destinatário/ouvinte – com suas variadas estratégias e, conseqüentemente, com o grau de informalidade dela advindo – marca presença nas cartas dos nossos falantes/missivistas, apresentamos, no quadro a seguir, alguns trechos de suas cartas, presentes nas coletâneas fontes desta pesquisa (ver seção 2.2.3, abaixo), que são bastante representativos dessa interlocução ativa e espontânea:

QUADRO 1 – Trechos das cartas dos falantes/missivistas

Falante: Fernando Sabino Ouvinte: Otto	Falante: Murilo Rubião Ouvinte: Otto	Falante: Otto Lara Resende Ouvinte: Fernando
<p><i>Como vai indo a família? Continuo sendo o último varão sobre a terra. (Aqui entre nós: <u>varão é uma palavra indecente.</u>) O que quer dizer que as mulheres continuam <u>pululando</u> (essa não é possível, essa eu inventei): as três marias, as tresvairadas, as três mulheres do Sabonete Araxá. (p. 39, sublinhado do missivista)</i></p>	<p><i>Querido Otto, [...] Li várias vezes a sua carta, entre incrédulo e emocionado. Sai da leitura dela com o coração amassado. Todos os nossos amigos, principalmente o Hélio, gostaram muito do que você escreveu. Não falando do autor, que quase se dissolveu em lágrimas. (p. 35)</i></p>	<p><i>Você diz que o livro “vai fazer sucesso”. Não tive notícias do José Olympio, não sei se vendeu ou não. Sei que fui escolhambado deprimentemente pelo tal de Martins, criticozinho filho da puta! Honestidade intelectual é pau no cu! Bom senso que me faz acreditar muito em mim é a babaca da puta que o pariu! Não estou tão infeliz aqui, não. Pelo contrário. Estou é sozinho. (p. 35)</i></p>
<p><i>Ottinho, meu nego: esta carta está interrompida há uns quatro ou cinco dias. Chegou o momento de eu te pedir desculpas pelo que você qualificou de minha “desonestidade epistolar”. (Não é “desonestidade” não, Otto: escreve-se sem h). (p. 40)</i></p>	<p><i>As suas observações sobre os meus contos vão me ajudar muito e me chegaram no momento certo, quando o sofrimento de escrever e amar os meus personagens (ou odiar), no meu novo livro, estava me esmagando. (p. 55)</i></p>	<p><i>Disseram-me aqui que saiu no Globo que você foi agredido, com um soco no olho. Depois, alguém acrescentou que saiu outra nota e que o agressor foi o Guerreiro (salve o nome). É? O Vinicius largou a Cristina? Consta aqui que sim. (p. 117)</i></p>
<p><i>Paje, Estou escrevendo para voce numa maquina do hotel, na qual a gente tem de jogar uma moeda de ten cents para funcionar meia hora. O teclado nao tem til, não tem cedilha, nao tem acento. Como acontece com voce, Paje: quem vai ao vento perde o acento. (p. 85)</i></p>	<p><i>Entretanto, essa desambição na idade madura não me é benéfica. Me traz certo desencanto. A idade madura, meu velho Otto, é o diabo. Nem pileques eu tomo mais! Sou um perfeito inútil (melhor, imbecil). (p. 136)</i></p>	<p><i>Bom, escreva e veremos. Todo mundo aí silenciou! Nem uma única, nem uma só carta! Que merda é essa! Nem o Marco Aurélio! O Hélio, escrevi-lhe pelo aniversário, pela morte do dr. Braz – não respondeu! Nem sequer me mandaram convite de casamento da Maria Clara... Mas, pelo amor de Deus, nem comente este assunto, que já está fedendo. E só para ilustrar o silêncio, que aí me votam, pomba! [...] (p. 389)</i></p>

Fonte: Quadro elaborado a partir de trechos das cartas dos falantes/missivistas presentes nas três coletâneas tomadas como fontes desta pesquisa.

Nota: Os negritos nos excertos são nossos.

Dessa maneira, sendo uma de nossas propostas de pesquisa a de descrever o fenômeno de colocação pronominal nos contextos morfossintáticos de formas verbais simples e perifrásticas (condicionadores internos) no vernáculo culto da língua portuguesa do Brasil, consideramos, a partir do exposto, que as cartas pessoais se mostram adequadas e produtivas para esse propósito.

A opção pelas cartas pessoais se deveu, ainda, ao fato de o tempo hábil para execução da pesquisa não ser suficiente para a obtenção de dados de fala concernentes ao fenômeno em estudo e para uma pesquisa sincrônica. Assim, decidimos realizar um estudo de sincronia passada, utilizando as cartas pessoais de escritores mineiros como fonte de dados. E, talvez, com os dados de fala, não tivéssemos a riqueza de dados que as correspondências pessoais provaram possuir.

A escolha de escritores mineiros para compor a fonte de dados da pesquisa foi por serem eles representativos do português culto brasileiro e ainda pelo desejo de homenagear um dos mais ricos patrimônios culturais de Minas Gerais, a literatura mineira e seus escritores.

2.2.3 *Caracterização das coletâneas das correspondências pessoais dos falantes/missivistas*

Levando em consideração os pressupostos metodológicos da Sociolinguística Variacionista, optamos pela utilização de correspondências pessoais como fontes para a coleta dos dados relativos ao uso da colocação pronominal nos contextos morfossintáticos de formas verbais simples e perifrásticas, objetivando a elaboração de três *subcorpora*, um para cada um dos escritores/missivistas: Fernando Sabino, Murilo Rubião e Otto Lara Resende (ver seção 2.2.4), que compuseram o *corpus* representativo do fenômeno linguístico em questão, no âmbito do vernáculo culto da variedade brasileira da LP, retratado exatamente por esses falantes/missivistas altamente letrados em situação de uso privado da língua, as correspondências pessoais.

Essas cartas particulares se encontram compiladas em três coletâneas (Quadro 2, abaixo), sobre as quais apresentamos, a seguir, algumas descrições.

QUADRO 2 – Coletâneas das correspondências pessoais dos falantes/missivistas

COMPILADOR	COLETÂNEA	CORRESPONDENTE	PERÍODO
Cleber Araújo Cabral (Org.)	<i>Mares Interiores: correspondência de Murilo Rubião & Otto Lara Resende</i>	Remetente/Falante: Otto Lara Resende Destinatário/Ouvinte: Murilo Rubião e Remetente/Falante: Murilo Rubião Destinatário/Ouvinte: Otto Lara Resende	De 1945 a 1991
Fernando Sabino (Org., Ed.)	<i>Cartas na Mesa – Aos três parceiros meus amigos para sempre</i>	Remetente/Falante: Fernando Sabino Destinatário/Ouvinte: Otto Lara Resende, Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos	De 1943 a 1992
Otto Lara Resende (Companhia da Letras Ed.)	<i>O Rio é Tão Longe: cartas a Fernando Sabino</i>	Remetente/Falante: Otto Lara Resende Destinatário/Ouvinte: Fernando Sabino	De 1944 a 1970

Fonte: Elaboração nossa.

Mares Interiores foi organizada por Cleber Araújo Cabral, sendo dele também o prefácio e as notas explicativas apresentadas ao longo do texto. A coletânea é ilustrada com fotos dos missivistas, além de fac-símiles dos originais de algumas de suas cartas, telegramas, bilhetes, fichas catalográficas, páginas de jornais e revistas (com textos dos escritores) e dedicatórias em livros. Estão presentes ainda, ao final do livro, os perfis biográficos dos dois missivistas, Otto e Murilo, alguns anexos com textos diversos dos escritores, bibliografia de apoio e crédito das imagens. Em “Notas à Transcrição das Cartas”, logo no início da coletânea, Cabral (2016, p. 23-25) informa o processo de transcrição das 95 correspondências (43 de Murilo e 52 de Otto), do período de 1945 a 1991, a partir dos documentos originais obtidos do Arquivo Murilo Rubião, no Acervo de Escritores Mineiros, na UFMG, e do Arquivo Otto Lara Resende, na Reserva Técnica Literária do Instituto Moreira Salles (IMS), no Rio de Janeiro. Desse processo, é importante apresentar os procedimentos adotados por Cabral (2016, p. 24) para a edição das cartas:

A normatização do texto levou em conta, além da atualização ortográfica e dos estrangeirismos já incorporados ao nosso léxico, os seguintes critérios: a) desenvolvimento de palavras abreviadas, a exemplo do pronome v. (você) e do substantivo sr. (senhor); b) citação em itálico de títulos de livros, nomes de órgãos de imprensa, e entre aspas, de poemas, artigos, contos e crônicas; c) supressão de travessões indicativos do início de parágrafos; d) padronização do modo de indicação das datas na correspondência; e) manutenção da pontuação original, exceto quando truncava o texto; f) respeito às marcas particulares de grafia, como sublinhados e palavras em caixa alta [*sic*].

Esses procedimentos, principalmente os dois últimos, são muito relevantes, porque mostram que a sintaxe foi preservada na transcrição das cartas, indicando, portanto, que o ambiente sintático onde se encontra o fenômeno estudado não foi alterado pelo editor, nessa coletânea.

Dentre as cartas constantes nessa coletânea, selecionamos somente as de Murilo Rubião endereçadas a Otto, como fonte de coleta dos dados para a constituição do *subcorpus* do autor-fonte Murilo Rubião.

Cartas na Mesa foi organizada e editada por Fernando Sabino. É uma coletânea de algumas dezenas de correspondências pessoais enviadas pelo próprio escritor aos seus parceiros e amigos, Hélio Pellegrino, Otto Lara Resende e Paulo Mendes Campos. No início do livro, além de uma Carta-Poema, de Hélio Pellegrino, há um prefácio do missivista em que fala um pouco sobre a origem dessa duradoura amizade, sobre a distinta personalidade de cada um, até dele próprio, sobre a rebeldia e irreverência da mocidade e no que se tornaram mais tarde. Sabino (2002, p. 13) expressa que as velhas e gastas cartas servem ainda para mostrar o quanto essa relação de parceria íntima entre eles foi importante para suas vidas:

Deu trabalho a revisão destas cartas, já meio esfrangalhadas de tão antigas. Trabalho insano, tão somente justificado pela insanidade do remetente (e por extensão dos destinatários). Haja vista o tom descontraído do texto em geral, com as suas incorreções, distrações, distorções, repetições, contradições, alguns palavrões e outros senões. Ainda assim (ou por isso mesmo), é possível que o conteúdo da minha correspondência a eles dirigida ao longo de tantos anos dê pelo menos uma pálida idéia de como a relação que nos unia foi fundamental para cada um de nós. (Sublinhado nosso).

Ao final da coletânea, constam uma parte da carta que Carlos Drummond de Andrade enviou a Fernando Sabino (p. 302), uma entrevista de 1979, intitulada *Os quatro mineiros do apocalipse*⁸ (p. 303), conduzida por Narceu de Almeida Filho, para a revista *Ele e Ela* (Editora Manchete), um índice onomástico, uma resenha sobre o livro *Cartas perto do coração* – coletânea de cartas trocadas entre Fernando Sabino e Clarice Lispector –, seguida de frases ditas por esses autores retiradas desse livro, e finalmente uma biografia de Fernando Sabino.

Quanto ao tratamento das cartas para sua inclusão nessa coletânea, Sabino (2002, p. 15) informa, em nota de pé de página, o seguinte:

⁸ O quarteto amigo foi rotulado por Otto Lara Resende de “Os quatro cavaleiros de um íntimo apocalipse”, em 1980, “quando a produtora Marilda Pedroso os convenceu a gravar um disco duplo com poesia, prosa e depoimentos autobiográficos, *Os 4 mineiros*” (WERNECK, 2012, p. 108-109).

Dado o tom informal e descontraído das cartas (muitas delas manuscritas), aqui reproduzidas na íntegra, foi respeitada no texto a falta eventual de aspas, grifos e outros recursos gráficos, bem como a variação na escrita das datas, localidades, maiúsculas, etc. (Sublinhado nosso).

A partir dessa nota, podemos confirmar que, nas transcrições das cartas nessa coletânea, o texto foi mantido em sua completude, sem alterações estruturais, preservando-se, desse modo, o contexto sintático em que se estabelece o fenômeno aqui estudado.

Dentre as cartas presentes nessa coletânea, escolhemos somente as que Fernando Sabino endereçou a Otto Lara Resende, como fonte para a coleta dos dados para a constituição do *subcorpus* do autor-fonte Fernando Sabino.

O Rio é Tão Longe foi compilada após a morte de Otto Lara Resende, pela editora Companhia das Letras, a partir de documentos de sua coleção cedidos pelo Instituto Moreira Salles, no RJ. A coletânea conta com introdução, intitulada “O tagarela impenitente”, e notas de Humberto Werneck⁹, além de grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Nas primeiras páginas, afora alguns fac-símiles de cartas do escritor, encontramos fotos variadas de Otto sozinho, com sua família, com seus amigos, uma com a capa de seu livro *O lado humano* e outra de uma estampa do selo lançado em sua homenagem, um ano e meio após seu falecimento, em que há o dizer: “Correios e Telégrafos homenageiam um de seus mais ativos usuários” (p. 8). Ao final do livro, são encontrados os créditos das imagens e o índice onomástico.

Apesar de não haver nota a respeito do tratamento das cartas nessa coletânea, podemos verificar, a partir de parte de dois fac-símiles de cartas apresentados nas páginas 18 e 26, com suas transcrições dispostas, respectivamente, nas páginas 19 a 20 e 124 a 128, que o editor manteve intacta a estrutura do texto, alterando alguns poucos detalhes tipográficos/ortográficos que não prejudicaram o ambiente em que repousa o fenômeno em análise nesta pesquisa.

Essa coletânea é composta somente de cartas de Otto Lara Resende enviadas a Fernando Sabino, dentre as quais selecionamos algumas para coletar as ocorrências de colocação pronominal, com objetivo de constituir o *subcorpus* do autor-fonte Otto Lara Resende.

⁹ Humberto Werneck é belo-horizontino, jornalista e escritor, e “começou no jornalismo no *Suplemento Literário do Minas Gerais*. Mora em São Paulo desde 1970, onde já trabalhou no *Jornal da Tarde*, *Veja*, *Jornal da República*, *Isto É*, *Jornal do Brasil* e *Elle*. É cronista do jornal *O Estado de S. Paulo* e autor de *O pai dos burros* e *O santo sujo: a vida de Jayme Ovalle*, entre outros livros”. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00527>. Acesso em: 13 jul. 2021.

É importante salientar que os procedimentos utilizados na transcrição (no tratamento) das correspondências, na edição dessas três coletâneas, preservavam a integridade estrutural das missivas, o que garante a fidedignidade dos dados analisados neste estudo.

2.2.4 *Caracterização dos falantes/missivistas*

Sendo as fontes deste estudo as correspondências pessoais, é imprescindível a caracterização de seus falantes/missivistas, aqui representados por três escritores mineiros: Fernando Sabino, Murilo Rubião e Otto Lara Resende. Logo, apresentamos, a seguir, uma breve biografia de cada um deles, além de algumas considerações sobre sua relação com as cartas pessoais e o forte laço de amizade entre eles, que os levou a manterem uma frequência alta de correspondências entre si.

➔ **FERNANDO SABINO (FS)**



FIGURA 1 – Fotos de Fernando Sabino

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens¹⁰, em 7 de julho de 2021.

Fernando Sabino¹¹ (Fernando Tavares Sabino) nasceu no dia 12 de outubro de 1923, em Belo Horizonte, e faleceu em 11 de outubro de 2004, na capital do Rio de Janeiro.

¹⁰ Google Imagens é uma plataforma onde podemos pesquisar e encontrar fotos variadas de pessoas e outras coisas mais. Todas as imagens constantes nesta seção da pesquisa foram obtidas nessa plataforma. Disponível em: <https://www.google.com/imghp?hl=pt-br>. Acesso em: 7 jul. 2021.

Entrou para a Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1941, mas só se graduou em 1946, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Ainda jovem, aos 13 anos, escreveu uma história policial para a revista *Argus* (1936), da Secretaria de Segurança de Minas Gerais. Em 1941, publicou *Os grilos não cantam mais*, seu primeiro livro de contos. No ano de 1944, mudou-se para o Rio e publicou a novela *A Marca*. Após se formar em Direito, em 46, foi para Nova Iorque a serviço do Escritório Comercial do Brasil e, em seguida, do Consulado Brasileiro. Durante os dois anos em que lá viveu, escreveu várias crônicas sobre a vida nova-iorquina, enviadas ao diário carioca *O Jornal*. Várias delas se encontram em seu livro de crônicas *A Cidade Vazia* (1950). No período de 1964 a 1966, morou em Londres, sendo Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil na capital inglesa. Ainda na década de 60, inaugurou, com Rubem Braga, a Editora do Autor (1960) e a Editora Sabiá (1966). Publicou seu primeiro romance – *O Encontro Marcado* –, em 1956. Daí em diante, publicou variados livros, entre crônicas, contos e romances, dentre os quais se destacam: *O Homem Nu* (1960); *A Mulher do Vizinho* (1962), por este recebeu o Prêmio Fernando Chinaglia, do Pen Clube do Brasil; *A Companheira de Viagem* (1965); *A Inglesa Deslumbrada* (1970); *Gente I e II* (1975); *Deixa o Alfredo Falar!* (1976); *O Encontro das Águas* (1977); *O Grande Mentecápto* (1979), que lhe conferiu o Prêmio Jabuti para Romance; *A falta que Ela me Faz* (1980); e *O Gato Sou Eu* (1983). Em 1999, recebeu o Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras pelo Conjunto da Obra.

Como jurista, escritor, jornalista e editor brasileiro, considerado um importante cronista brasileiro, Fernando Sabino amava enviar e receber correspondências pessoais (mais receber do que enviar), tanto que editou duas coletâneas delas: *Cartas perto do coração* – trocadas entre ele e Clarice Lispector – e *Cartas na mesa*, que serviu de fonte de dados para a constituição do *corpus* desta pesquisa. A frequência de cartas enviadas e recebidas dos íntimos amigos era alta, e, a todo momento, havia uma intensa solicitação por cartas, pois, quando não recebia resposta de uma carta por ele enviada, sofria verdadeiros momentos de angústia e ansiedade, e, ao recebê-la, era tomado de um prazer desmedido:

¹¹ Para compor essa descrição de Fernando Sabino foram consultadas suas biografias presentes ao final da coletânea *Cartas na Mesa*, organizada e editada pelo próprio Fernando Sabino (2002, p. 305), da qual foram coletadas as cartas do escritor que serviram de fonte de análise nesta pesquisa, e no seu livro *O Encontro Marcado* (SABINO, 1995, p. 286-288). Foi consultado ainda o *site Pensador*. Disponível em: https://www.pensador.com/autor/fernando_sabino/biografia/. Acesso em: 9 jul. 2021.

*Escreva mais, logo que receber esta, não destrua tão comovente assiduidade epistolar. Também te responderei pontualmente, contarei casos, farei piruetas. Mande depressa um daqueles seus envelopes gordinhos, com letrinha de imprensa numa tinta meio marrom, que eu lá da porta vou avistando em cima da minha mesa. Então não toco na carta, tiro o paletó, arregaço as mangas, abro a janela, acendo um cigarro, liquido outros envelopes por acaso existentes (contas e anúncios) e depois vou filar o seu devagarinho. (Invariavelmente a carta estará colada dentro do envelope, por excesso de goma-arábica.) Depois de ler fico pensando que realmente doce é a companhia dos amigos. (Trecho de carta de Sabino para Otto, de *Cartas na Mesa*, p. 146).*

➔ MURILO RUBIÃO (MR)



FIGURA 2 – Fotos de Murilo Rubião

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens, em 7 de julho de 2021.

Murilo Rubião¹² (Murilo Eugênio Rubião) nasceu em Silvestre Ferraz (atual Carmo de Minas), Minas Gerais, em 1º de junho de 1916, e faleceu em Belo Horizonte, em 16 de setembro de 1991. Aos sete anos, mudou-se para BH (1923). Na capital mineira, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito, em 1942. Ainda na época da faculdade, assumiu a função de redator da *Folha de Minas* em 1939, permanecendo nessa função por mais de dez anos. Além disso, fundou, com outros colegas universitários, a revista *Tentativa*, nesse mesmo ano. Foi Diretor da Rádio Inconfidência de Minas Gerais, em 1943, e, nesse período, lecionou no Colégio Sagrado Coração de Jesus e no Colégio Arnaldo. Exerceu ainda os

¹² Para compor essa descrição de Murilo Rubião, foi consultado seu perfil biográfico presente ao final da coletânea *Mares Interiores: correspondência de Murilo Rubião & Otto Lara Resende*, organizada por Cleber Araújo Cabral (2016, p. 176-179), da qual foram obtidas as cartas de Murilo que serviram de fonte de análise nesta pesquisa. Além disso, foi consultado o site *Murilo Rubião*. Disponível em: <http://www.murilorubiao.com.br/vidabio.aspx>. Acesso em: 21 jul. 2021.

cargos de Diretor interino da Imprensa Oficial e do jornal *Folha de Minas* (1950). Morou na Espanha por quatro anos (1956 a 1960), onde foi Chefe do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Madri e Adido Cultural na Embaixada do Brasil daquele país. Em 1961, foi designado para a redação do jornal *Minas Gerais*. No ano de 1966, foi “designado pelo governador Israel Pinheiro para organizar o *Suplemento Literário de Minas Gerais*, publicação que dirige até 1969 – quando assume a chefia do Departamento de Publicações da Imprensa Oficial” (p. 178), dentre vários outros cargos públicos que assumiu. Em 1948, recebeu o Prêmio Othon Lynch Bezerra de Mello da Academia Mineira de Letras, pelo conjunto de sua obra literária, e o Prêmio Luísa Cláudio de Sousa do Pen Clube do Brasil, em 1975. Seus contos foram traduzidos e publicados em vários países, sendo alguns deles adaptados para o cinema e o teatro: *A Armadilha*, *O pirotécnico Zacarias*, *O ex-mágico da Tarberna Minhota*, *O bloqueio*, *A lua*, *Bárbara*, *Os três nomes de Godofredo*, *Memórias do contabilista Pedro Inácio*. Dentre seus livros, o primeiro foi *O ex-mágico*, de 1947, e o último foi *O homem do boné cinzento e outras histórias*, de 1990 (CABRAL, 2016, p. 177-179).

Como é possível verificar, Murilo Rubião foi jurista, contista, jornalista, escritor de romances, funcionário público. Dos três escritores apresentados, Murilo era o mais tímido e introspectivo e, podemos até dizer, o mais triste e melancólico. Suas cartas eram bem sucintas, pouco empolgadas, e demonstravam esse estado de ser do escritor. Mas, regozijava-se em receber as epístolas de seus queridos amigos e demonstrava isso em suas missivas remetidas a eles.

Velho Otto,

A sua carta me fez um grande bem. Ela chegou cedo, na manhã de ontem, manhã que prenunciava um dia triste, as varetas do chapéu de chuva apontadas para o céu. Confirmou, para minha alegria, a notícia do seu noivado, a certeza de que os seus vinte e seis anos de erros serão redimidos e o seu todo de Alfredo, o Dromedário, será dissolvido pelo carinho de olhos menos tristes que os seus. Confio, por você e os seus amigos, na farmacopeia das Helenas, mulheres que jamais enganaram o velho Rubião, teórico emérito em coisas da vida. (Mares Interiores, Carta 13, p. 55).

Querido Otto,

Por diversas vezes, nos dois últimos meses, sentei na máquina para lhe escrever. Como nada tivesse de importante para contar, senão tristezas de dromedário longe do deserto, aproveitava o papel para reescrever contos. (Mares Interiores, Carta 46, p. 94).

➔ OTTO LARA RESENDE (OLR)

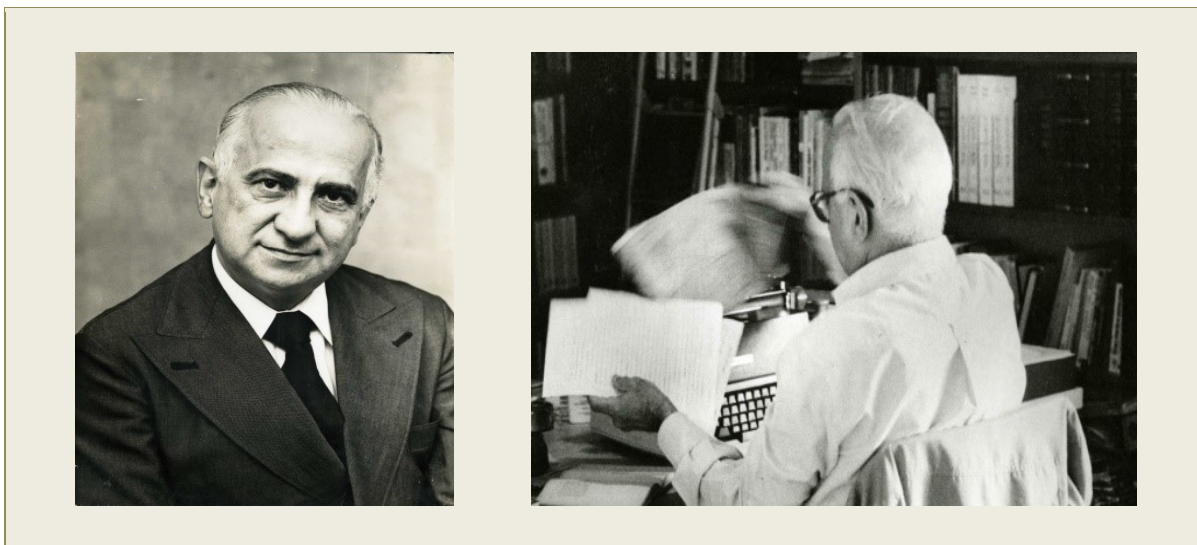


FIGURA 3 – Fotos de Otto Lara Resende

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens, em 7 de julho de 2021.

Otto Lara Resende¹³ (Otto Oliveira de Lara Resende) nasceu em São João del-Rei, Minas Gerais, em 1º de maio de 1922, e faleceu no Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1992. Mudou-se para Belo Horizonte em 1938. No ano de 1941, entrou para a Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade de Minas Gerais, atual Faculdade de Direito da UFMG, graduando-se em 1945. De 1940 a 1945 foi professor de Português, Francês e História no Instituto Padre Machado, organização de educação Católica de Belo Horizonte, que foi fundada pelo pai de Otto, Antônio de Lara Resende, em São João del-Rei, em 1921. Na capital mineira, foi jornalista no jornal católico *O Diário* e, na *Folha de Minas*, trabalhou com Fernando Sabino e Murilo Rubião. Mudou-se, em 1946, para o Rio de Janeiro, onde foi repórter em vários veículos de imprensa, como, por exemplo, *O Globo*, *Manchete* e *Jornal do Brasil*. Em 1957, mudou-se para a Bélgica, residindo em Bruxelas por três anos, como Professor de Estudos Brasileiros e Adido Cultural. Encerrando o ciclo de sua participação na imprensa, colaborou na *Folha de São Paulo*, “jornal em que publicou mais de 600 crônicas em dois anos” (p. 181). De 1967 a 1970, foi Conselheiro Cultural na Embaixada do Brasil em Lisboa. Voltando ao Rio, assumiu a direção do *Jornal do Brasil* até 1973. Foi um dos fundadores da Rede Globo de Televisão, onde foi diretor-adjunto de 1974 a 1983. Foi eleito

¹³ Para compor essa descrição de Otto Lara Resende, foi consultado seu perfil biográfico presente ao final da coletânea *Mares Interiores: correspondência de Murilo Rubião & Otto Lara Resende*, organizada por Cleber Araújo Cabral (2016, p. 181-183). Foi consultado ainda o site da ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/otto-lara-resende>. Acesso em: 12 jul. 2021.

membro da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1979, ocupando a Cadeira nº 39. Dentre suas performances literárias, escreveu contos, crônicas, novelas, romances, tais como: *O lado humano*, *Boca do Inferno*, *O retrato na gaveta*, *O braço direito*, *As pompas do mundo*, *O elo partido e outras histórias*, só para citar algumas.

O escritor, jornalista, cronista, contista, novelista e romancista Otto Lara Resende também era amante das epístolas pessoais, considerando-se um “tagarela impenitente”. Com a língua solta, Otto fala de tudo e de algo mais; suas cartas são recheadas de menções literárias, de exposições de intimidade, de comentários sarcásticos sobre os amigos, a vida, o trabalho, de chamadas de atenção dos amigos ausentes nas respostas de suas cartas, dentre outros recheios, em diálogos escritos com seus incorrigíveis amigos mais íntimos.

Se o Armando Nogueira ou o Borjalo providenciassem para eu receber O Cruzeiro, gostaria bem. Ao menos veria o que vai acontecendo por aí. Porque carta mesmo, é inútil esperar. As mais frequentes e noticiosas são as de Fernando LR. Os outros todos estão na moita, calados, cansados. O Hélio, nem para agradecer os parabéns que lhe mandei pelo aniversário. O Paulo, nem se fala. Etc. etc. Você [Fernando Sabino], já se vê que não perde tempo em escrever carta. Conheço sua teoria: o tempo que gastaria para fazer uma carta você o emprega para compor uma crônica, que é matéria paga e destinada a público mais numeroso. É uma maneira de ver. Vocês não perdem tempo, não se gastam para contentar um amigo distante. No que, de resto, fazem muito bem. Digo-o com sinceridade e lamento que eu não tenha ainda atingido esse grau de sabedoria, que espero alcançar o mais cedo possível. Ainda sou um incorrigível epistológrafo. [...] Se eu fizesse um diário, em lugar de cartas, posso lhe garantir que seria mais de um alentado volume impresso. Sou um tagarela impenitente, atirado à carta compulsivamente. O dr. Pellegrino dirá se é ou não sinal de imaturidade, de desequilíbrio emocional, consequência talvez de algum complexo (o de rejeição?, por exemplo). (O Rio é tão Longe, p. 62-63, sublinhado nosso).

*Fernando,
francamente! não entendo o seu cruel silêncio. Deixa estar, jacaré, que a lagoa há de secar. A vida dá muitas voltas. E outras sentenças da minha avó, para, em resumo: eu ainda te pego na esquina. (O Rio é tão Longe, p. 393).*

Como se pode observar, nossos três missivistas possuem características acadêmicas e profissionais bem comuns: juristas (graduados em Direito), escritores versáteis, jornalistas, editores, adidos culturais, o que corrobora o alto grau de letramento deles, ou seja, os três estavam acostumados, em seu dia a dia, à produção de textos conservadores e puristas em relação à norma padrão de uso da língua. Além disso, os três missivistas compartilham entre si algumas características pessoais: mineiros, amigos íntimos/compadres e epistológrafos, ficando ainda mais apropriado para se comparar norma e uso da língua, além de que essas variáveis também garantem o equilíbrio do *corpus* desta pesquisa.

Como critério metodológico para identificar os excertos das cartas que serviram de ilustração no momento da análise dos dados, utilizamos as iniciais dos nomes dos três falantes/missivistas e os números dos excertos que constam nos respectivos *subcorpora* (ver seção 2.5.2), por exemplo: Fernando Sabino, excerto número 3 = FS, 3; Murilo Rubião, excerto número 15 = MR, 15; Otto Lara Resende, excerto número 33 = OLR, 33.

2.2.5 Caracterização dos gramáticos e de suas gramáticas

Para compor o quadro de compilação das regras de colocação pronominal que representam a norma a ser contraposta ao uso desse tópico gramatical por cidadãos letrados, representados, aqui, pelos três falantes/missivistas caracterizados na seção anterior, foram selecionadas três gramáticas normativas da língua portuguesa brasileiras, de orientação tradicionalista. Neste momento, apresentamos uma breve biografia dos quatro gramáticos autores desses três compêndios, além de uma caracterização de tais obras, levando em consideração os propósitos, a orientação teórica e a estrutura física de cada uma delas, o que servirá para justificar as razões de sua escolha como fontes de análise desta pesquisa.

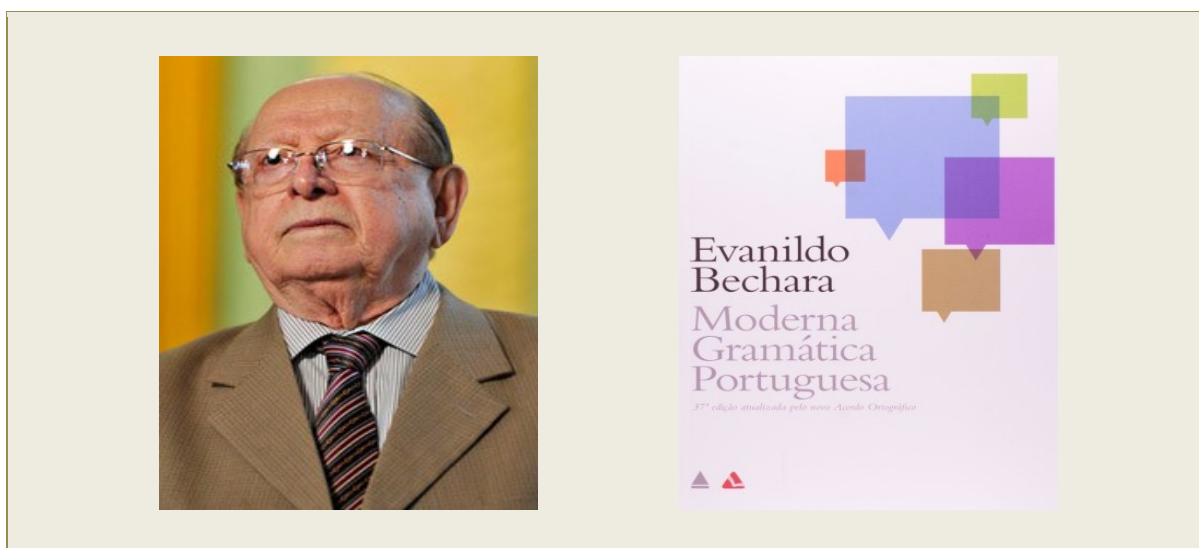


FIGURA 4 – Evanildo Bechara e sua *Moderna Gramática Portuguesa*

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens, em 7 de julho de 2021.

→ **Evanildo Bechara**¹⁴ nasceu em 26 de fevereiro de 1928, no Recife, em Pernambuco; é Bacharel e Licenciado em Letras pela Faculdade do Instituto La-Fayette, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ocupa a Cadeira nº 33 da ABL. Teve como um de seus mestres o Professor Manuel Said Ali, o que o inspirou a tomar o rumo dos estudos linguísticos. Já, aos 17 anos, escreveu o ensaio *Fenômenos de Intonação (sic)*, mostrando desde cedo sua tendência pelo estudo da prosódia (ortoepia) no português. Doutorou-se em Letras pela antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual UERJ, em 1964. Dentre suas variadas atuações no campo acadêmico, destacou-se no ensino da Língua Portuguesa, da Linguística e da Filologia Românica em Instituições de Educação Superior (IES) nacionais e estrangeiras (Alemanha, Holanda e Portugal). Publicou dezenas de livros, dentre eles a *Moderna Gramática Portuguesa*, que é utilizada por escolas e por faculdades como uma das fontes de referência no ensino e na pesquisa da LP. Além disso, participou da elaboração do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, levantando, sob orientação de Antônio Houaiss, o *corpus* desse compêndio lexical.

→ *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2009), em sua 37ª edição revista, ampliada e atualizada pelo novo Acordo Ortográfico, teve sua 1ª edição publicada em 1961. O autor trouxe à luz essa gramática com o propósito de oferecer a professores de português e seus alunos, “num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país” (Prefácio da 1ª edição, p. 21). Desse modo, apesar de a disposição dos assuntos seguir aproximadamente o modelo clássico, muitos deles receberam um tratamento novo, pois, segundo o gramático, “não poderiam continuar a ser encarados pelos prismas por que a tradição os apresentava” (Prefácio da 1ª edição, p. 21). Nessa gramática, o autor segue a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), além de utilizar outros termos que nesta não se encontram. A 37ª edição é atualizada “no plano teórico da descrição do idioma” e enriquecida “por trazer à discussão e à orientação normativa a maior soma possível de fatos gramaticais levantados pelos melhores estudiosos da língua portuguesa, dentro e fora do país” (Prefácio da 37ª edição, p. 19). Por fim, a *Moderna Gramática Portuguesa* combina, segundo o autor, “a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa” (Prefácio da 37ª edição, p. 20).

¹⁴ A biografia desse autor foi consultada no *site* da ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>. Acesso em: 7 jul. 2021.

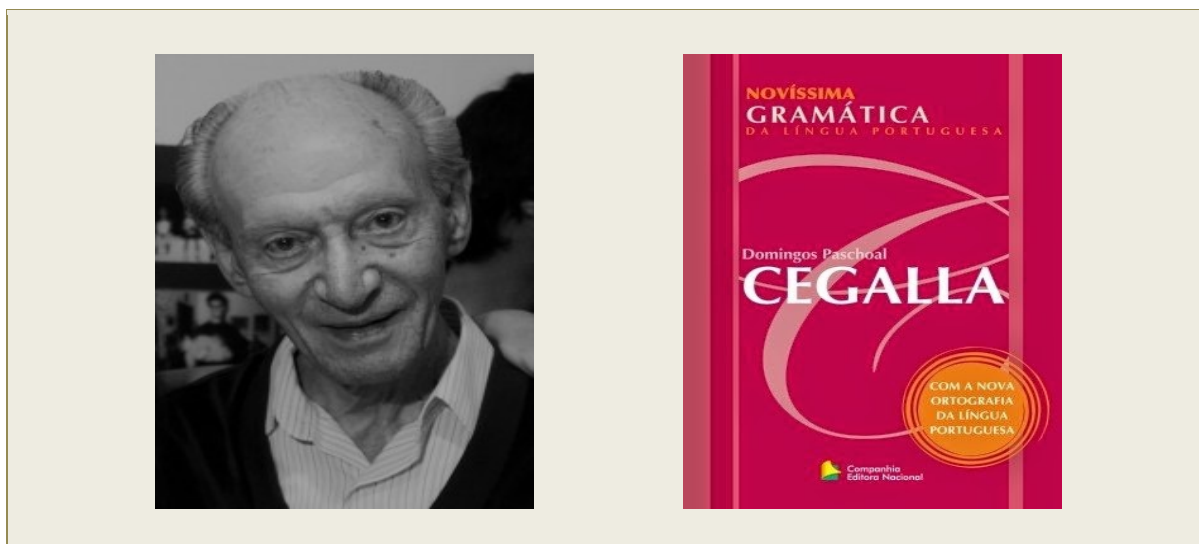


FIGURA 5 – Domingos Paschoal Cegalla e sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens, em 7 de julho de 2021.

→ **Domingos Paschoal Cegalla**¹⁵ nasceu no ano de 1920, em Tijucas, zona rural de São João Batista, em Santa Catarina, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 2013. Estudou no seminário dos Irmãos Maristas, em Curitiba, onde aprendeu grego, latim, francês e italiano. Formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, sendo professor de latim, de língua portuguesa e de literatura nas cidades de Curitiba, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Publicou várias obras didáticas consagradas, dentre elas a *Novíssima gramática da língua portuguesa*, em 1964. Escreveu ainda *Canção de Eurídice*, *Um brado no deserto* (poesia) e *Triângulo amoroso* (romance) e traduziu diretamente do grego as tragédias *Antígona*, *Eneida* e *Édipo Rei*, ganhando o Prêmio Jabuti com a tradução desta última.

→ *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla (2008), em sua 48ª edição revista, já com a nova ortografia da Língua Portuguesa, de 1990, de um acordo assinado em Lisboa pelos sete países lusófonos, teve sua 1ª edição publicada em 1964. Na apresentação de sua gramática, o autor, professor que era, fala da premência de unir o estudo da gramática à redação e ao estudo de bons textos (de qualidade), afirmando que somente “com essa didática plurivalente é que o ensino do português atingirá seu objetivo precípuo,

¹⁵ Informações obtidas no site WIKIPÉDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Domingos_Paschoal_Cegalla#cite_ref-diariocegalla_2-0. Acesso em: 7 jul. 2021. E do site L&PM EDITORES. Disponível em: https://www.lpm-editores.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecID=0&Template=../livros/layo_ut_autor.asp&AutorID=846164. Acesso em: 7 jul. 2021.

que é levar o estudante a assenhorar-se gradativamente das normas e dos recursos do idioma, nas modalidades oral e escrita” (Apresentação, p. 3). Isso retrata a estrutura de sua gramática, voltada ao ensino didático da língua, em que, a cada fim de tópico, há uma seção de exercícios relacionados e, após estes, um pequeno conto ou um poema. Além disso, após a lista bibliográfica, ao final da gramática, há uma seção com mais exercícios de exames e concursos, ao que se seguem suas respostas.

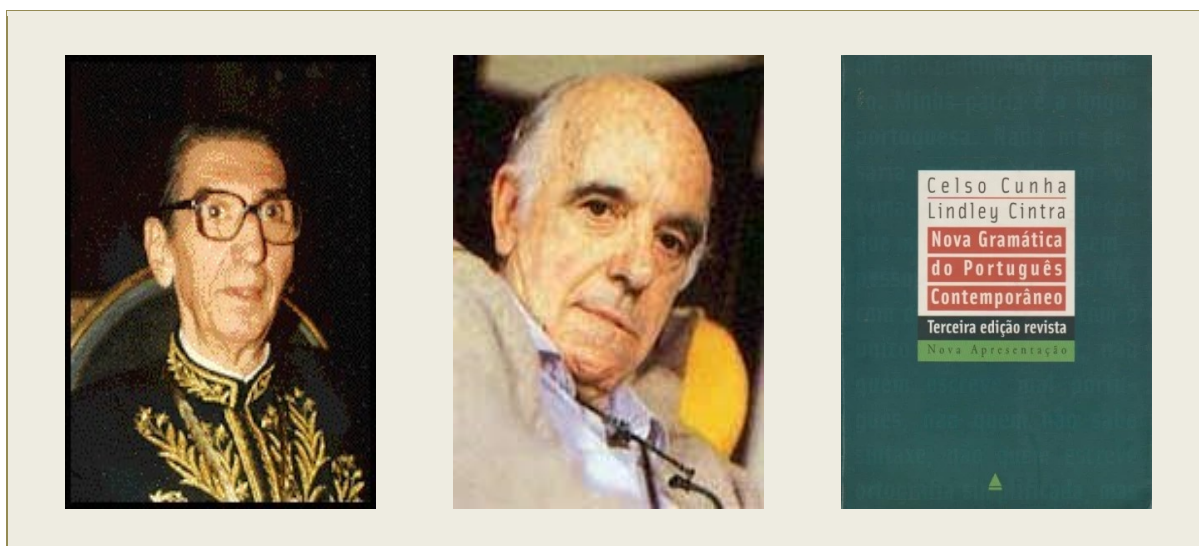


FIGURA 6 – Celso Ferreira Cunha, Luís Filipe Lindley Cintra e sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*

Fonte: Imagens obtidas na plataforma Google Imagens, em 7 de julho de 2021.

→ **Celso Ferreira da Cunha**¹⁶ nasceu em 10 de maio de 1917, em Teófilo Otoni, Minas Gerais, e faleceu em 14 de abril de 1989, na capital do Rio de Janeiro. Formou-se em Bacharelado e em Licenciatura em Letras pela Universidade do Distrito Federal, atual UERJ. Doutorou-se em Letras e fez Livre-docência em Literatura Portuguesa pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1947. Ocupou a Cadeira nº 35 da ABL. Dedicou-se ao estudo dos cancioneiros, à linguagem quinhentista e ao estudo do português do Brasil, deixando a obra *História da língua portuguesa no Brasil* não terminada. Atuou como Professor de Língua Portuguesa em IES nacionais e estrangeiras (Espanha, França e Portugal), dirigiu a Biblioteca Nacional por quatro anos, foi coordenador-geral do Projeto de Estudo Coordenado da Norma Linguística Culta, Projeto NURC, em 1972, além de ocupar importantes funções em vários outros projetos linguísticos no país. Revisou o texto da atual Constituição do Brasil. Escreveu várias gramáticas, das quais se destaca a *Nova Gramática do*

¹⁶ Informações colhidas no *site* da ABL. Disponível em: <https://www.academia.org.br/academicos/celso-ferreira-da-cunha/biografia>. Acesso em: 7 jul. 2021.

português contemporâneo, em colaboração com Luís Filipe Lindley Cintra, da Universidade de Lisboa: “O livro trabalha na chamada linguística contrastiva, que busca um código contrastivo da lusofonia. Nele se examinam, pela primeira vez, em confronto, as normas brasileira, portuguesa e africana do idioma”. Dedicou-se também a ensaios e reflexões sobre a língua portuguesa, destacando-se os livros *Língua portuguesa e realidade brasileira*, *A questão da norma culta brasileira*, *Uma política do idioma*, *Conservação e inovação do português no Brasil*, *Língua, nação, alienação* e *Em torno do conceito de brasileirismo*. Dentre os prêmios recebidos, destaca-se o Prêmio José Veríssimo (Ensaio e Erudição) da ABL, em 1956.

→ **Luís Filipe Lindley Cintra**¹⁷ nasceu em 5 de março de 1925, em Espariz, uma antiga freguesia portuguesa do município de Tábua, e faleceu em 18 de agosto de 1991, em Lisboa, Portugal. Teve toda sua formação acadêmica realizada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, “onde se licenciou e doutorou em Filologia Românica (respectivamente em 1946 e 1952) e onde exerceu toda a sua atividade docente, de assistente (1950-1960) a professor extraordinário (1960-1962) e catedrático (de 1962 até à morte)”, sendo, portanto, importante figura da linguística portuguesa. Integrou a equipe de linguistas que produziram o *Atlas Linguístico da Península Ibérica*, o que lhe abriu caminhos para a dialectologia e a etnografia. Na esteira da percepção de uma unidade fundamental da língua portuguesa, é que o autor se pôs em “defesa de uma ortografia comum”, dispondo-se a colaborar com Celso Cunha na escrita da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), “uma gramática escrita para servir de normativa, simultaneamente, à língua usada por portugueses, brasileiros e africanos”. Por fim, participou da comissão negociadora do Acordo Ortográfico de 1990.

→ *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2001), em sua 3ª edição revista, anteriormente ao acordo ortográfico, teve sua 1ª edição publicada em 1984. No prefácio, datado de 1985, que por sinal é o mesmo da 1ª edição, os autores apresentam as características gerais de sua gramática, dizendo que se trata

¹⁷ Informações colhidas no site da *HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA – EM LINHA*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/lcintra.html>. Acesso em: 7 jul. 2021.

[...] de uma tentativa de descrição do português atual [da década de 80] na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuramos, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas. (Prefácio, p. xxiv).

Sobre seus aspectos metodológicos, os gramáticos informam que, como sua gramática

[...] pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional européia e a americana. (Prefácio, p. xxiv).

Essas particularidades dessa gramática espelham a união de esforços de seus autores no desenvolvimento do projeto de uma gramática do português que desse conta de unificar/padronizar uma língua que, segundo eles, necessitava de uma descrição contemporânea que abrangesse as várias normas vigentes nos domínios geográficos em que ocorre, servindo de “guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar ‘correta’” (Prefácio, p. xxiii).

Como nosso principal objetivo, nesta pesquisa, é o de fazer uma comparação entre a norma padrão de colocação pronominal e o uso desse tópico gramatical no vernáculo culto na língua portuguesa do Brasil, avaliamos que as três gramáticas apresentadas seriam adequadas para a descrição das regras referentes ao tema gramatical em questão, por três motivos. O primeiro se refere ao fato de que as três gramáticas são normativas e tradicionalistas do ponto de vista teórico-metodológico. O segundo se trata dos períodos em que as gramáticas tiveram publicadas suas primeiras edições, principalmente a de Bechara (2009[1961]) e a de Cegalla (2008[1964]), que condizem com a época intermediária (década de 60) de troca de cartas entre os falantes/missivistas, que podem lhes ter servido de fontes de consulta da norma padrão do PB.

O outro motivo se relaciona à diversidade de estilo de seus autores. Levando-se em conta a formação acadêmica e o campo de atuação dos quatro gramáticos, podemos observar que cada um deles imprime em suas respectivas gramáticas um modo próprio de entender, tratar, ensinar ou, até mesmo, apresentar a língua e os temas gramaticais, conduzindo-os distintamente: Bechara é mais suscetível ao que os estudos modernos da língua

têm a oferecer, principalmente no campo da prosódia, mostrando uma pequena abertura às variações linguísticas; Cegalla é mais didático, ligando a construção do saber linguístico à redação e à interpretação textual; Cunha e Cintra são mais puristas, intentando uma unidade da língua portuguesa transcontinental. Dessa maneira, entendemos que essa diversidade de olhares pode também enriquecer a explicitação/compilação das normas de colocação dos pronomes clíticos, o que nos dará uma visão teórica mais ampla do fenômeno analisado.

Apesar de serem quatro os gramáticos, pois dois deles compartilham a autoria de uma das gramáticas, ao longo do texto, eles serão mencionados como sendo três, para identificação com cada uma das três gramáticas estudadas.

2.3 Processo de compilação das regras de colocação dos clíticos pronominais para fixação da norma

Considerando a complexidade do tema da colocação pronominal e de sua apresentação, optamos por compilar suas regras em dois blocos de contextos morfossintáticos: o primeiro se refere à ordem dos clíticos nos contextos de “um só verbo”; e o segundo, às “perífrases verbais” (compreendendo a locução verbal e o tempo composto, nos termos tradicionais) (ver Quadros 5 e 6, páginas 92 e 104, respectivamente).

Desse modo, para cada contexto, elaboramos um quadro em que apresentamos o que fala cada um dos nossos gramáticos sobre o tema (BECHARA, 2009[1961]; CEGALLA, 2008[1964]; CUNHA; CINTRA, 2001[1984]). Assim, em cada quadro, tomamos o cuidado de apresentar cada um deles em uma coluna distinta, sendo posicionados, paralelamente, da esquerda para a direita, de acordo com o ano da primeira edição de suas gramáticas, constando ainda os intervalos das páginas em que são apresentadas as regras.

Além disso, na primeira coluna dos quadros, explicitamos os contextos sintáticos comumente relacionados à colocação dos clíticos pronominais átonos, da seguinte forma:

1. No quadro das formas verbais simples (Quadro 5):
 - a) Verbo nos futuros do indicativo
 - b) Verbo no gerúndio precedido da preposição “em”
 - c) Verbo na forma nominal do infinitivo
 - d) Verbo em início de oração ou de período
 - e) Verbo após pausa (vírgula ou expressão intercalada)
 - f) Elementos atratores, que compreendem:

- advérbios, ou locuções adverbiais;
 - palavras negativas (não, ninguém, nada etc.);
 - pronomes relativos, indefinidos, exclamativos, interrogativos, pessoais;
 - preposição antes de infinitivo flexionado e de gerúndio (em);
 - numeral “ambos”;
 - conjunções coordenativas alternativas e subordinativas (mesmo elípticas);
 - objeto direto ou predicativo em início de oração.
- g) Tipo de oração, abrangendo as seguintes:
- orações optativas, com verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo;
 - orações subordinadas desenvolvidas, mesmo com elipse da conjunção;
 - orações iniciadas por palavras interrogativas ou exclamativas;
 - orações alternativas;
 - orações reduzidas de gerúndio;
 - orações imperativas afirmativas.

2. No quadro das formas verbais perifrásticas (Quadro 6):

- a) Verbo principal no infinitivo ou no gerúndio
- b) Verbo principal no particípio
- c) Verbo auxiliar
- d) Perífrase com preposição

O motivo desse formato de apresentação das regras partiu da observação de que cada um dos gramáticos trata o fenômeno da colocação pronominal de maneira bem distinta, por exemplo: um deles coloca os elementos atrativos em destaque, enquanto os outros dois tratam o assunto de forma velada; dois explicitam a colocação dos clíticos na forma nominal do infinitivo (fora das perífrases), enquanto o outro só trata do infinitivo nas perífrases; um parte do princípio de que a ênclise é a posição natural do clítico, ao passo que os outros dois não explicitam esse princípio, deixando essa temática subentendida nas regras e nos exemplos; dois deles tratam da posição do clítico em início de período e de oração, enquanto o outro não faz menção a essas temáticas.

Quando a intenção é fazer um compilado dessas regras, esse modo peculiar de cada um abordar o tema reveste a tarefa de maior complexidade. Assim, a configuração de compilação adotada pretende deixar mais didática a apresentação das regras de colocação pronominal, facilitar sua apreensão, possibilitar uma identificação mais clara das nuances de

cada contexto, além de evidenciar os espaços que cada um dos gramáticos dedica ao tema em suas gramáticas.

Além dessa compilação, após cada quadro, foram tecidas considerações a respeito de outros assuntos relativos ao fenômeno da colocação pronominal apresentados pelos gramáticos, tais como: as questões da eufonia, da ênfase e da prosódia; a colocação brasileira dos clíticos. Nessas considerações, optamos por apresentar as citações dos gramáticos sempre com recuo em bloco de 2 cm, ao invés de 4 cm, com o intuito de dar-lhes relevo, por se tratar de explicitação do objeto da pesquisa, a colocação pronominal.

2.4 Particularidades metodológicas

No momento de realizar a classificação dos dados para sua computação, percebemos que, nos *subcorpora*, alguns contextos morfossintáticos apresentados nos excertos, de onde foram extraídos os dados, demandavam a utilização de critérios diferenciados para determinar com precisão as funções dos clíticos e os contextos favorecedores de suas posições quanto às formas verbais às quais se acostam. Assim, objetivando a normalização metodológica, apresentamos aqui nossas escolhas e os critérios que utilizamos para classificar os dados peculiares emergidos do *corpus* desta pesquisa, sendo esses critérios fundamentados nas regras de colocação pronominal apresentadas nas gramáticas analisadas e na literatura pertinente.

Além disso, explicitamos alguns termos utilizados, que foram adaptados/adequados aos contextos específicos desta pesquisa.

2.4.1 Sobre as funções dos clíticos pronominais

Apresentamos, aqui, alguns critérios de seleção das funções dos clíticos pronominais para efeito de computação dos dados (Quadro 4, p. 73). No que se refere à escolha da função do clítico em verbos com dupla transitividade (bitransitivos), ou seja, com dois complementos, “objeto indireto e direto”, quando vier ligado a eles somente um complemento clítico, optamos por computá-lo com a função de OI (dativo), sendo o segundo complemento apagado considerado o OD, como, por exemplo, na sentença *Me perdoe, mas tive razões enormes para sair, inadiáveis* (FS, 1), em que o clítico “me” poderia ter como

função tanto o objeto direto como o objeto indireto. Esse critério se fundamenta na lógica de apagamento de um termo argumental (complemento do verbo):

Muitas vezes um termo argumental, isto é, condicionado pelas características sintáticas e semânticas de recção ou regência do termo regente, pode ser dispensado, apagado ou eliminado da oração pelo falante ou porque já foi referido anteriormente e, por isso, é facilmente subentendido pelo ouvinte, ou porque, graças ao conhecimento que temos das coisas e do mundo, a nossa experiência também facilmente entende aquilo de que estamos falando. (BECHARA, 2009[1961], p. 413).

Além disso, Bechara (2009[1961], p. 422, *itálico do autor*) complementa:

Embora o complemento ou objeto indireto integre o conjunto verbo + *complemento direto* ou *complemento relativo*, as circunstâncias do discurso (os entornos, a referência anterior ou seguinte no discurso) permitem que se omita o complemento direto ou complemento relativo, permanecendo na oração apenas o indireto, ou se pode omiti-lo, deixando apenas um daqueles complementos: O diretor escreveu *aos pais*. O diretor escreveu *cartas* [...].

No contexto dos complexos verbais com verbos causativos e sensitivos, quando o clítico está ligado a esses verbos, ele pode ser classificado com duas funções, a de “objeto (direto ou indireto)” e a de “sujeito do infinitivo”, como na sentença *Antes, deixe-me protestar contra a torpeza de me ter mandado o conto com as páginas todas fora de ordem, o que me foi uma verdadeira calamidade* (OLR, 1), em que o clítico “me” é complemento de “deixar” e está, ao mesmo tempo, desempenhando a função de sujeito pré-verbal, como sujeito do infinitivo “protestar”. Porém, optamos por computar somente a função de “complemento direto ou indireto” do clítico, uma vez que a função de sujeito extrapola nosso objetivo de análise e o pronome aparece na forma oblíqua.

Quanto à função de “complemento relativo” do clítico “se”, proposta por Bechara (2009[1961], p. 178), posto que ela também seja considerada “recíproca”, como em *Hoje em dia, dois brasileiros não se encontram sem que se fale de Brasília, que diacho!* (OLR, 37), optamos por computar somente esta última função para o “se”, nesse contexto sintático específico.

A função de “complemento nominal” ocorre com os pronomes clíticos acusativos-dativos (me, te, nos, vos) e com o dativo (lhe). Apesar de essa função não ser mencionada nos compêndios normativos estudados, ela ocorre, algumas vezes, em nosso *corpus*, razão pela qual optamos por computá-la como dados, nesta pesquisa.

Apesar de a função “partícula pronominal” não ser considerada pelos nossos gramáticos como portadora de uma “função sintática”, por não possuir um “valor gramatical”, mas estilístico, optamos, nesta pesquisa, por tratá-la com o título de “função” por considerarmos que ela possui, sim, um valor sintático, uma vez que ela é “parte integrante de certos verbos” (queixar-se, arrepender-se, alegrar-se, converter-se, afastar-se, admirar-se, atrever-se, indignar-se, congelar-se, derreter-se, indignar-se, ufanar-se, atrever-se, lembrar-se, esquecer-se, orgulhar-se, queixar-se etc.), de acordo com os gramáticos analisados, transmitindo “à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade” (CEGALLA, 2008[1964], p. 563).

A função “expletiva” (ou de realce) do clítico “se” foi computada com a função de partícula pronominal, uma vez que aquela somente possui um valor estilístico, não funcionando sintaticamente, o que a identifica, em certa medida, com a função do “se” como “partícula pronominal”.

2.4.2 *Sobres os contextos sintáticos favorecedores das posições dos clíticos pronominais*

Para efeito de apresentação dos dados computados nas tabelas, decidimos, primeiramente, considerar como contexto/elemento favorecedor/condicionador da posição do clítico aquele que ocorrer imediatamente antes das formas verbais às quais os clíticos se acostam; por exemplo: nas sentenças *Eu lhe contarei umas histórias engraçadas, você vai morrer de rir* (OLR, 25) e *Perdi o hábito de escrever cartas, mas aos poucos vou-me acostumando* (FS, 26), temos como elementos favorecedores o “Pronome Pessoal (eu)” e a “Locução Adverbial (aos poucos)”, respectivamente.

No caso das “perífrases com preposição” (tecnicamente denominadas perífrases de incidência indireta), optamos por considerar também como contextos favorecedores, além daquele anterior à perífrase, a preposição interpolada aos verbos e outros elementos que vierem entre a preposição e o verbo principal, sendo contabilizado o elemento que estiver imediatamente anterior ao verbo ao qual o clítico está acostado. Assim, na sentença *Mas não deixe de me telefonar, que ando saudososo dos nossos antigos papos ao vivo* (MR, 124), computou-se a “Preposição (de) interpolada em Perífrase com Infinitivo” como elemento condicionador da posição do clítico.

Esse mesmo critério foi considerado nos contextos de paralelismo sintático (em que há duas ou mais perífrases sequenciadas, em uma adição de pensamento). Logo, na

sentença *Achei a ideia ótima, como disse aqui ao Irineu, que ficou de, ai chegando, falar-lhes e em seguida me escrever (mas não escreveu)* (OLR, 106), em que os elementos interpolados foram computados, respectivamente, como “Pausa após Preposição (de) interpolada em Perífrase com Infinitivo” e “Locução Adverbial (*em seguida*) interpolada em Perífrase com Preposição (de) e Infinitivo”.

Em relação às orações subordinadas, apresentadas, nas gramáticas analisadas, como tipo de oração favorecedora da posição dos clíticos (ver contexto sintático “tipo de oração” no Quadro 5, p. 92), optamos por considerar, no lugar dessas orações, as conjunções que as introduzem como sendo o contexto condicionador do comportamento dos pronomes clíticos, pois, conforme observado por Cegalla (2008[1964], p. 539), “a elipse da conjunção [subordinada] não dispensa a próclise”, o que é corroborado por Cunha e Cintra (2001[1984]) (ver também o contexto sintático “elementos atratores” no Quadro 5, p. 92). A partir disso, compreendemos que podem ser essas conjunções que determinam a posição dos clíticos pronominais, e não a oração subordinada *per si*, o que se fundamenta, também, pelo fato de esse contexto ser regulado, pelos gramáticos, por regras imprecisas ou por mais de uma regra.

No caso das conjunções coordenativas, os nossos gramáticos consideram somente as alternativas como favorecedoras da próclise, contudo, em nosso *corpus*, observamos que grande parte das ocorrências dos pronomes clíticos, no contexto das outras conjunções que compõem o grupo das coordenadas, ficaram também proclíticas. Por isso consideramos também essas outras conjunções no rol do contexto sintático nomeado “conjunção/locução conjuncional”, por entendermos que elas também podem estar exercendo influência sobre o comportamento dos clíticos pronominais.

Já, no que concerne às seguintes orações: (i) subordinadas substantivas, quando não introduzidas por conjunção; (ii) reduzidas, sem que haja antes um elemento atrator; (iii) interrogativas, com a presença de advérbios ou pronomes interrogativos; (iv) exclamativas, quando iniciadas por advérbios ou pronomes exclamativos; (v) optativas; e (vi) imperativas afirmativas, todas estas foram computadas como “tipo de oração” que favorece a posição dos clíticos pronominais, de acordo com nossos gramáticos (ver o contexto “tipo de oração”, no Quadro 5, p. 92). No caso das orações (iii) e (iv), os advérbios e os pronomes constantes nessas orações, na verdade, podem também estar condicionando a posição dos clíticos, no lugar das orações em si, apesar disso decidimos mantê-las nesse contexto, para verificarmos o real comportamento desses elementos, nessas orações.

Por falar nos “pronomes”, na composição desse contexto sintático, levamos em conta os pronomes relativos, indefinidos (incluindo os de sentido negativo), demonstrativos,

personais (do caso reto), além dos oblíquos (tônicos). Esses três últimos tipos de pronome não são tratados pelos gramáticos de referência como sendo elementos atratores. Contudo, ao analisarmos as ocorrências de CP no nosso *corpus*, percebemos que estes pronomes poderiam estar favorecendo a posição dos clíticos, razão pela qual decidimos incluí-los nesse contexto. Já os pronomes relativos de orações interrogativas diretas e exclamativas, conforme parágrafo anterior, foram levados em conta no contexto sintático “tipo de oração”, por essas orações serem consideradas elas mesmas como contextos favorecedores do clítico.

Para compor o elemento atrator denominado “advérbio/locução adverbial”, além de todos os advérbios (sem distinção), consideramos ainda todas as expressões/locuções adverbiais, como, por exemplo: *ao menos, por pouco, nem sempre, de lá, depois de, agora ao HSE, volta e meia, pelo amor de Deus, por onde* etc. (exemplos selecionados do *corpus* da pesquisa).

No que se refere às “palavras negativas”, ou de sentido negativo (não, ninguém, nada, nunca etc.), apresentadas como elementos condicionadores da ordem dos clíticos pelos gramáticos (ver o contexto “elementos atratores” no Quadro 5, p. 92), optamos por computá-las dentro dos contextos sintáticos dos “advérbios/locuções adverbiais” ou dos “pronomes”, por essas palavras terem essas funções.

No que se refere ao contexto sintático “verbo após pausa”, ou somente “após pausa”, consideramos a vírgula e qualquer expressão que se posicione entre o elemento atrator e a forma verbal como sendo elementos marcadores da pausa.

Em relação aos “verbos nas formas nominais do infinitivo”, nas formas verbais simples, dois dos nossos gramáticos (ver o contexto “verbo na forma nominal do infinitivo” no Quadro 5, p. 92) propõem algumas regras de colocação pronominal para esse contexto morfossintático que não se harmonizam com o contexto de um só verbo, pois é possível verificar que os exemplos apresentados por eles constituem perífrases com preposição. Desse modo, tomamos os contextos sintáticos imediatamente anteriores às formas nominais do infinitivo tanto nas formas verbais simples quanto nas perífrases.

Para compor o contexto sintático das “preposições”, tomamos todos os tipos de preposição que antecedem as formas verbais simples e perifrásticas, no *corpus*, como também consideramos aquelas posicionadas entre os verbos desta última forma verbal, caso das perífrases com preposição, já especificado acima.

Quanto ao contexto de “verbo nos futuros do indicativo”, optamos por considerar como contexto favorecedor da posição do clítico aquele que antecede esses verbos, pois, de acordo com as gramáticas analisadas, podemos observar mais de uma regra de colocação

pronominal para esse contexto (ver “verbo nos futuros do indicativo”, no Quadro 5, p. 92), permitindo que o clítico ocupe uma posição ora determinada pelo futuro do presente ou do pretérito do modo indicativo, ora condicionada pelo contexto sintático anterior às formas verbais ligadas aos pronomes clíticos foneticamente.

O contexto sintático que nomeamos “substantivo-sujeito” (esse contexto não aparece no Quadro 5, pois os gramáticos não tratam dele) compreende todas as expressões substantivas (de uma ou mais palavras) na posição de sujeito da oração, ou seja, imediatamente antes das formas verbais (não estando estas nos futuros do indicativo) às quais os clíticos se ligam foneticamente. O que nos levou a tomar esse contexto como condicionador da posição dos pronomes clíticos foi o fato de, no nosso *corpus*, nas orações que o comportam, não haver nada que pudesse atuar como condicionante do clítico, além do sujeito lexical. Os tipos de oração relacionados a esse contexto também não são considerados pelos gramáticos de referência como possíveis condicionantes linguísticos do clítico pronominal; tais orações compreendem as denominadas raízes, principais e coordenadas sem conjunção. De acordo com Pagotto (1992, p. 49-50),

[...] alguns manuais de gramática tradicional tomam o sujeito pronominal como um elemento “atrator”. Por outro lado, a ênclise com estrutura SUJEITO VERBO em sentenças raiz no PE é uma propriedade de difícil explicação, diferindo das demais línguas românicas; é também uma situação em que a oposição PE x PB se faz mais flagrante.

Desse modo, tomando o rumo seguido pelo autor, consideramos o contexto substantivo-sujeito relevante, pois, por meio dele, poderemos verificar o comportamento dos clíticos em relação a outras orações em que há sujeitos pronominais ou elípticos (PAGOTTO, 1992).

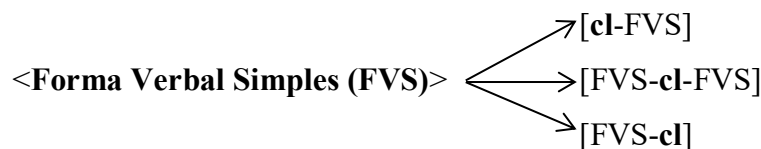
2.4.3 *Os termos da pesquisa*

Para que não parem dúvidas quanto aos significados de alguns termos utilizados nesta pesquisa, apresentamos, a seguir, suas explicações e seus usos:

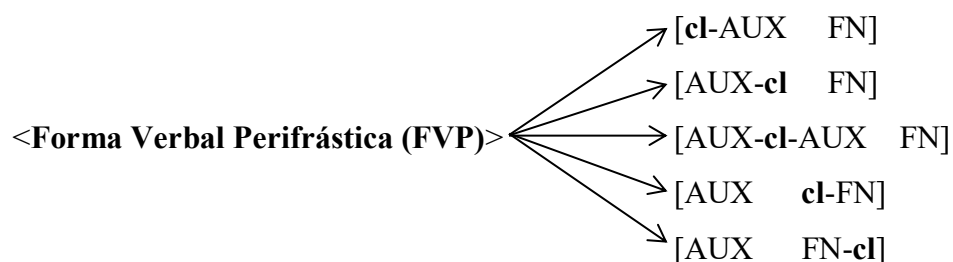
- **Condicionadores/fatores internos** – são os contextos intralinguísticos observados na análise dos dados, como especificado mais acima e, aqui, resumidamente transcritos: formas verbais simples e perifrásticas; contextos sintáticos favorecedores da sintaxe de ordem dos clíticos; tipo de clíticos

pronominais e suas funções; posições dos clíticos (ênclise, mesóclise e próclise).

- **Condicionadores/fatores externos** – compreendem os contextos extralinguísticos observados na discussão dos dados, anteriormente explicitados e, aqui, resumidamente transcritos: o período de produção das cartas (de 1940 a 1970); e o local de nascimento (Minas Gerais), a mesma faixa etária, o grau elevado de conhecimento da língua e o local de vivência dos falantes/missivistas.
- **Forma verbal simples, ou forma simples do verbo** – esse termo é usado quando nos reportamos à colocação pronominal no contexto de um só verbo, mesmo nos contextos de complexos verbais não perifrásticos.
- **Forma verbal perifrástica** – para não cairmos na areia movediça de definições não muito claras, adotamos esse termo e seus cognatos (estrutura perifrástica, forma perifrástica do verbo, perífrase), em acordo com Henrique Barroso (1994) (ver Seção 4, p. 83), ao nos referirmos à posição dos clíticos pronominais tanto nas locuções verbais quanto nos tempos compostos, evitando, assim, a separação desses termos.
- **Norma padrão** – consideramos como norma padrão as regras de colocação pronominal propostas pelas gramáticas eleitas para esta pesquisa.
- **Variante padrão** – expressão que, aqui, representa aquelas colocações pronominais que se pautaram nas normas prescritas pelas gramáticas normativas selecionadas nesta pesquisa.
- **Variante não padrão** – expressão que utilizamos para mostrar os usos alternativos de colocação dos pronomes oblíquos átonos apresentados pelos missivistas em suas missivas pessoais, ou seja, aqueles usos que não seguiram a norma padrão da LP.
- **Variáveis linguísticas** – no âmbito desta pesquisa, são os contextos morfossintáticos de colocação pronominal: <Forma Verbal Simples (FVS)>; <Forma Verbal Perifrástica (FVP)>.
- **Variantes** – são as posições em que ocorrem os clíticos pronominais (cl) (proclítica, mesoclítica e enclítica), em relação aos contextos morfossintáticos apresentados, conforme esquema que se segue:



- a) **cl-FVS** = próclise ao verbo;
- b) **FVS-cl-FVS** = mesóclise ao verbo;
- c) **FVS-cl** = ênclise ao verbo.



- a) **cl-AUX FN** = próclise ao verbo auxiliar;
- b) **AUX-cl FN** = ênclise ao verbo auxiliar;
- c) **AUX-cl-AUX FN** = mesóclise ao verbo auxiliar;
- d) **AUX cl-FN** = próclise à forma nominal (infinitivo, gerúndio ou participio);
- e) **AUX FN-cl** = ênclise à forma nominal.

➤ **Vernáculo** – termo que, aqui, é utilizado em referência ao uso da língua nas cartas pessoais, representativas do falar culto brasileiro.

2.5 Procedimentos de coleta, apresentação e computação dos dados

2.5.1 A coleta dos dados: processo de escolha das cartas

A princípio, pensamos no critério de selecionar uma carta para cada ano em que houvesse troca de correspondências nas três coletâneas de cartas escolhidas, entre as décadas de 1940 e 1970, o que daria uma média de 10 (dez) cartas para cada missivista (remetente/falante), totalizando, mais ou menos, 30 cartas. Contudo, após uma análise minuciosa das correspondências, verificamos que, se tomássemos somente essa média de cartas por falante/missivista, atingiríamos um quantitativo de ocorrências de CP bastante

diferenciado de um *subcorpus* para o outro, o que comprometeria a normalização de nossa amostragem.

Assim, tomamos as cartas de Fernando Sabino enviadas a Otto Lara Resende como ponto de partida, com observância ao critério inicial, excetuando-se a média de cartas por missivista. A partir daí, procedemos da mesma forma com as cartas de Otto, porém com acréscimos de correspondências nas décadas de 60 e 70, e com as de Murilo, mas com adição praticamente de duas, ou mais, cartas por ano para esse autor-fonte. A razão para a diferença do quantitativo de cartas entre os autores se deve ao fato de as cartas de Murilo Rubião serem enxutas, bem pequenas, se comparadas às dos outros dois missivistas, o que nos levou a extrair o dobro de cartas para alcançarmos o número de dados obtidos primeiramente nas cartas de Fernando Sabino.

Além disso, sugerimos, inicialmente, que as cartas seriam escolhidas conforme a maior quantidade de dados disponível, uma vez que, se escolhida aleatoriamente, uma carta poderia não conter dado algum. Esse critério foi mantido para as cartas do falante/missivista tomado como ponto de partida; já, para as dos outros dois, para alcançarmos o mesmo número de dados obtidos nas cartas de Fernando Sabino, tivemos que escolher algumas cartas em detrimento de outras, mas somente pelo quantitativos de dados de cada uma e não pelo tipo de dado nelas encontrado.

Outra proposta inicial foi a de que, para garantir o balanceamento do *corpus*, seria tomado o cuidado de que o total de palavras das cartas analisadas fosse aproximado para cada falante/missivista (*subcorpus*). Entretanto, verificamos também que o tamanho das cartas varia muito de uma para outra, o que nos fez abandonar essa proposta. Então, optamos por tomar o total de ocorrências de colocação pronominal obtido nas cartas do falante/missivista tomado como ponto de partida, que foi de 130 ocorrências, e garantir o balanceamento do *corpus* apresentando esse mesmo total de dados para os outros dois *subcorpora*. Assim, o quantitativo das ocorrências de CP nas cartas de cada falante/missivista (*subcorpus*) foi de 130, totalizando 390 dados, que compõem o nosso *corpus*.

Ao todo, foram selecionadas 49 cartas, sendo distribuídas entre os três falantes/missivistas da seguinte forma:

- ✓ 12 cartas de Fernando Sabino enviadas a Otto Lara Resende – uma para cada ano em que houve troca de correspondências (1944, 1957, 1958, 1959, 1964, 1965, 1967, 1968, 1969, 1970, 1976, 1979), totalizando 130 ocorrências de colocação pronominal.

- ✓ 13 cartas de Otto Lara Resende enviadas a Fernando Sabino – uma para cada ano em que houve troca de correspondências (1944, 1957, 1958, 1959, 1964, 1965, 1967, 1968), sendo que tivemos que escolher 2 cartas para o ano de 1969 e 3 para o ano de 1970, para alcançarmos o quantitativo de 130 ocorrências de CP.
- ✓ 24 correspondências de Murilo Rubião enviadas a Otto Lara Resende – para alcançarmos o quantitativo de 130 ocorrências de CP, procedemos da seguinte maneira: do ano de 1947, selecionamos a única carta existente; de 1948, das 7 cartas desse ano, escolhemos as 3 que continham mais dados; de 1949, das 7 cartas desse ano, selecionamos as 2 que apresentaram mais dados; de 1950, separamos as 3 cartas existentes e, dos 2 bilhetes que há na coletânea, ficamos com 1, pois o outro não possuía dado; de 1956, há somente um cartão postal; de 1957, há 2 cartas; de 1958, há 4 cartas; de 1959, há 2 cartas; de 1967, há somente 1 carta; de 1969, há 2 cartas; de 1970, consta somente 1 carta; e de 1971, existe também só 1 carta. Do ano de 1956 a 1971, utilizamos todas as correspondências existentes.

Os períodos, às vezes longo, em que não houve correspondências se devem aos momentos em que os missivistas estavam morando na mesma cidade, no caso o Rio de Janeiro, quando coincidia de isso acontecer, o que não era frequente, posto que eles viviam viajando a trabalho. No caso de Murilo Rubião, por exemplo, ele viveu no Rio por menos de dois anos (de meados de 1949 a início de 1950), sendo que as sete cartas do ano de 1949 foram enviadas a Otto antes de Murilo se mudar para lá, pois Otto já morava no Rio.

2.5.2 *A estruturação dos três subcorpora e do corpus da pesquisa*

Como já mencionado, o *corpus* desta pesquisa é constituído de três *subcorpora* (ou três amostras), um para cada falante/missivista (FS, MR, OLR). Cada *subcorpus* está disposto em um quadro, com cinco colunas, cada qual contendo, da esquerda para a direita, os seguintes itens respectivamente:

- **Número (N^o):** cada excerto transcrito recebeu um número de 1 a 130, para sua identificação no momento em que forem mencionados no texto.
- **Excerto:** todos os excertos das cartas com ocorrência de clítico foram transcritos linearmente, obedecendo aos critérios de anterioridade (sentença

anterior) e sequencialidade (sentença posterior) em relação à sentença em que o clítico está situado, para garantir a identificação do seu referente e a integridade de sentido da sentença. Além disso, nos excertos, foram destacados, em negrito, o verbo e o clítico, para uma melhor visualização do objeto do estudo (Ex.: *Entretanto, essa desambição na idade madura não **me é** benéfica. **Me** traz certo desencanto* (MR, 107)).

- **Clítico/Ordem/Função:** o clítico presente em cada excerto se encontra disposto em caixa-alta e negrito (Ex.: **ME**), no topo esquerdo da célula, sendo seguido pela descrição de sua posição em relação à forma verbal a que está ligado, também apresentado em caixa-alta (Ex.: PRÓCLISE/ÊNCLISE AO INFINITIVO). Em seguida, temos a função que aquele clítico está exercendo naquele excerto/sentença, sendo disposta com as iniciais maiúsculas (Ex.: Objeto Direto/Apassivador/Partícula Pronominal).
- **Contexto sintático:** nessa coluna, estão dispostos os seguintes itens: em primeiro lugar, o contexto favorecedor/elemento atrator da posição do clítico, com suas iniciais maiúsculas, seguido do contexto entre parênteses (Ex.: Início de Período/Advérbio (não)/Conjunção (que)/Preposição (de)); em segundo lugar, temos a forma verbal (simples ou perifrástica) a que o clítico se une, unida ao contexto favorecedor pelo símbolo matemático de soma (+), para deixar mais explícita a relação entre eles, com suas iniciais maiúsculas (Ex.: Preposição (por) + Forma Verbal Simples; Início de Oração + Perífrase com Infinitivo), com exceção das perífrases com preposição (Ex.: Preposição (de) interpolada em Perífrase com Infinitivo), em que essa relação já é visível; em terceiro lugar, encontram-se o tempo e o modo dos verbos em união com os clíticos, sendo, no caso das perífrases, apresentados o tempo e o modo dos auxiliares, com as iniciais maiúsculas (Ex.: Futuro do Subjuntivo/Auxiliar no Presente do Indicativo).
- **Contexto discursivo:** o contexto discursivo se traduz pela pessoa do discurso que o clítico está representando, vindo com um número ordinal, as iniciais maiúsculas e, quando necessário, o referente entre parênteses (ex.: 1ª Pessoa do Plural (a mim)/2ª Pessoal do Singular (a/para você)).

2.5.3 O processo de computação dos dados

Para uma disposição mais clara dos dados da pesquisa, optamos por inserir o quantitativo dos dados coletados, a partir do *corpus* constituído especificamente para esta pesquisa, em tabelas, comportando todos os clíticos pronominais que ocorreram nos três *subcorpora*, ou seja, foram desenvolvidas tabelas para os contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas, para cada contexto intralinguístico analisado. Nessas tabelas, foram inseridos os dados numéricos das ocorrências dos clíticos e suas respectivas porcentagens, sendo estas calculadas relativamente ao total de dados de cada contexto. Informamos ainda que cada ocorrência de colocação pronominal (ocorrência do clítico) equivale a um dado contabilizado.

Os dados em porcentagens foram apresentados com uma casa decimal (Ex.: 16,7%) e submetidos aos seguintes critérios de arredondamento (IBGE, 1993, p. 25-28):

- Quando o primeiro algarismo a ser suprimido foi ≤ 4 , mantivemos o algarismo anterior.

Ex.: 1,43 → 1,4

- Quando o primeiro algarismo a ser suprimido foi ≥ 5 , acrescentamos uma unidade ao último algarismo a permanecer.

Ex.: 1,46 → 1,5

Os casos de diferença entre a soma das parcelas e os respectivos totais, na contabilização dos dados, nas tabelas, se devem a esses critérios de arredondamento.

Nesta pesquisa, optamos por não usar um programa estatístico, como o Goldvarb, por exemplo, por considerarmos que uma apresentação simples dos dados e de suas porcentagens conseguirá mostrar, no âmbito do estudo comparativo/descritivo a que nos propusemos, as variações na colocação pronominal existentes entre o uso vernáculo culto da língua brasileira e a norma padrão apresentada pelas gramáticas do português brasileiro analisadas, sem a ambição de apresentar as probabilidades de uma mudança em progresso do fenômeno no PB.

3 OS PRONOMES OBLÍQUOS ÁTONOS E SUAS CARACTERÍSTICAS E FUNÇÕES

3.1 A classe geral dos pronomes

A classe geral dos pronomes é tratada de forma particularizada entre os vários estudiosos da língua portuguesa, não no sentido de uma distinção ampla, mas de um modo peculiar de abordar o tema. A maneira simplificada com a qual muitos deles discorrem sobre o assunto, talvez propondo facilitar sua apresentação ou, conseqüentemente, sua apreensão por parte de consulentes, pode ser tomada como motivo do não aprofundamento em sua intrincada trama, levando a uma classificação que nem sempre reflete as verdadeiras propriedades desse conjunto de itens gramaticais (instrumentais/morfemáticos) da língua portuguesa.

Pelo fato de a classe dos pronomes e, mais especificamente, o tópico da colocação pronominal constantes nas gramáticas normativas brasileiras serem pautados pela norma do português europeu, não exporemos aqui o que propõem os gramáticos lusitanos, para evitar a redundância. Assim sendo, apresentaremos, sucintamente, o que dizem os nossos gramáticos, para verificar a posição que eles assumem em relação a essas temáticas. Além disso, faremos conhecer algumas reflexões propostas por alguns linguistas que se debruçaram também sobre o assunto, postas suas nuances e sua complexidade (BENVENISTE, 1989[1974]; MONTEIRO, 1994; ALI, 2001[1921]; CASTILHO, 2020).

Inicialmente, faremos uma breve apresentação da classe geral dos pronomes, para termos uma visão um pouco mais ampla da variedade das unidades gramaticais que a compõem. Nesta explicitação, tomaremos como representativas, entre os gramáticos, as definições de Cegalla (2008[1964]), fugindo, assim, ao excesso.

O conjunto pronominal é formado de seis subconjuntos, alguns dos quais são considerados pronomes substantivos (CEGALLA, 2008[1964]): os pessoais, que “são palavras que substituem os substantivos e representam as pessoas do discurso”, e entre eles se incluem os pronomes de tratamento¹⁸, usados “no trato com pessoas” (p. 180-181); os indefinidos, que “se referem à 3ª pessoa do discurso, designando-a de modo vago, impreciso,

¹⁸ Os pronomes de tratamento são considerados pelos nossos gramáticos como “formas de tratamento” ou “formas substantivas de tratamento” ou “formas pronominais de tratamento”, estando incluídos nos pronomes pessoais e vinculados à 2ª Pessoa do discurso (com quem falamos).

indeterminado” (p. 186-188), podendo funcionar como substantivos ou adjetivos e ocorrer em locuções pronominais indefinidas: cada qual, qualquer um, seja quem for etc.; os relativos, que “são palavras que representam substantivos já referidos, com os quais estão relacionadas” (p. 184); os interrogativos, que são os ditos relativos/indefinidos (que, quem, quanto, qual), mas usados em frases interrogativas, referindo-se de forma imprecisa à 3ª pessoa do discurso (p. 188). Os outros dois tipos de pronomes possuem a função adjetiva: os demonstrativos, que “indicam o lugar, a posição ou a identidade dos seres, relativamente às pessoas do discurso” (183); e os possessivos, que se remetem “às pessoas do discurso, atribuindo-lhes a posse de alguma coisa” (p. 182).

Essa exposição nos leva a perceber o quanto é complicada a tarefa de tomar esses diferentes elementos gramaticais como formando uma única e coesa classe de palavras, pois é possível verificar que essas unidades gramaticais nem sempre se comportam todas da mesma forma, como naturalmente pronomes (de natureza dêitica ou anafórica), permitindo, até mesmo, classificá-las à parte, cada qual em um grupo sintagmático distinto, a depender do foco da análise. Por outro lado, aqueles subconjuntos analisados separadamente poderiam até ser reunidos em um só conjunto, devido às propriedades (traços) que compartilham (CASTILHO, 2020). Dessa maneira, podemos entender o motivo de a definição da classe dos pronomes variar entre os estudiosos da língua, como veremos a seguir.

Para Cunha e Cintra (2001[1984], p. 275), os pronomes são palavras que exercem funções equivalentes àquelas “exercidas pelos elementos nominais”, representando os substantivos ou determinando a extensão de seu significado. Como vimos, alguns pronomes funcionam como adjetivos e substantivos.

Seguindo a mesma linha, mas acrescentando algo mais, Cegalla (2008[1964], p. 179, sublinhado nosso), que apresenta também uma definição bem enxuta do termo, diz que os pronomes “são palavras que substituem os substantivos ou os determinam, indicando a pessoa do discurso”, entendendo por pessoa do discurso aquela “que participa [eu, você(s), nós] ou é objeto [ela(e), elas(es)] do ato da comunicação”. Contudo, podemos afirmar que nem todos os pronomes substituem termos, como é o caso dos indefinidos e dos demonstrativos, que podem funcionar como sujeitos: alguém, ninguém, isso, esse(a).

Já Bechara (2009[1961], p. 162, sublinhado nosso) expõe uma conceituação um pouco mais detalhada do termo (mas ainda insuficiente), mostrando que os pronomes são uma “classe de palavras categoremáticas”¹⁹, com elementos numericamente limitados que se

¹⁹ O gramático entende por “categoremáticos” os instrumentos gramaticais com um significado sintático: “Ao nos referirmos ao significado estrutural, aludimos, junto com as unidades lexemáticas (lexemas), às unidades

referem “a um significado léxico pela situação ou por outras palavras do contexto”, sendo que essa “referência é feita a um objeto substantivo considerando-o apenas como pessoa localizada do discurso”. Bechara (2009[1961]) não alude ao fato de os pronomes determinarem o substantivo, mas considera que são substantivos, adjetivos e advérbios, apesar de também mencionar que esse grupo de palavras não possui um significado lexical, mas apenas categorial. Disso podemos inferir as funções substantiva, adjetiva e adverbial dos pronomes, não sendo estas de sua natureza. Pelo exposto, é possível dizer que o entendimento do autor é o de que os pronomes só encontram um significado estando inseridos em uma situação ou em um contexto estrutural da língua, confirmando a natureza dêitica (primeira e segunda pessoas) ou anafórica (terceira pessoa) desses instrumentos gramaticais, em que também se inserem os pronomes oblíquos átonos.

Quando falamos que a classe geral dos pronomes é simplificada definida, estamos querendo indicar que, em suas entranhas, há mais do que os nossos gramáticos informam pura e simplesmente, como no exposto acima. Alguns linguistas vão além da simples caracterização dos pronomes como substituidores ou determinadores de outros termos. De acordo com o linguista francês Émile Benveniste (1991[1966]), o problema dos pronomes é tanto uma questão de línguas como de linguagem. E é pelo viés da linguagem que o linguista mostra que “os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são os signos”, sendo que uns pronomes “pertencem à sintaxe da língua”, e outros às “instâncias do discurso” (BENVENISTE, 1991[1966], p. 277). No âmbito do discurso, o autor tece algumas considerações a respeito da situação dos pronomes pessoais, dizendo que não

[...] é suficiente distingui-los dos outros pronomes por uma denominação que os separe. É preciso ver que a definição comum dos pronomes pessoais como contendo os três termos *eu*, *tu*, *ele*, abole justamente a noção de ‘pessoa’. Esta é própria somente de *eu/tu*, e falta em *ele*. Essa diferença natural sobressairá da análise de *eu*. (BENVENISTE, 1991[1966], p. 277-278, itálico do autor).

A respeito da natureza referencial dos pronomes pessoais, Benveniste (1989[1974], p. 84) nos remete ao jogo da enunciação, em que a “presença do locutor em sua

catagoremáticas, os pronomes, que são “formas sem substância”, isto porque apresentam apenas, ou em primeiro lugar, um significado categorial, sem representar nenhuma matéria extralinguística. Por isso, os pronomes são substantivos, adjetivos, advérbios e – em algumas línguas que não o português – até verbos. Diferem dos lexemas porque não possuem significado lexical, ou, se o apresentam, têm um significado lexical genérico (“pessoa”, “coisa”, “lugar”, “tempo”, “modalidade”, etc.), dado pela situação ou por outras palavras do contexto.” (BECHARA, 2009[1961], p. 111-112, aspas do autor e sublinhado nosso).

enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação”, emergindo desse jogo os “índices de pessoa (a relação *eu-tu*)”, em que “eu” denota o locutor, e o “tu”, o alocutário. O linguista afirma que entram ainda, nesse jogo enunciativo, os pronomes demonstrativos, que junto aos pessoais aparecem “como uma classe de ‘indivíduos linguísticos’”, de formas que remetem (dêixis) exclusivamente “a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos”, sendo que “o estatuto destes ‘indivíduos linguísticos’ se deve ao fato de que eles nascem de uma enunciação [...]” (BENVENISTE, 1989[1974], p. 84-85). Podemos concluir, então, que a enunciação produz uma cisão até mesmo dentro dos pronomes pessoais, sobre os quais se considerava uma certa homogeneidade de traços do ponto de vista do discurso, chegando, até mesmo, à proposição de “ele” como uma não pessoa.

Seguindo nessa linha, Monteiro (1994) mostra a singular contradição entre o que os pronomes verdadeiramente expõem e a forma equivocada como eles são tratados nas gramáticas tradicionais do PB. Segundo o autor,

[...] desde a cultura greco-romana, os vocábulos que tradicionalmente são conhecidos como pronomes foram alvo freqüente de reflexões e equívocos que ainda hoje perduram. A própria designação e o conceito que a ela subjaz não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, nem todos os pronomes funcionam como substitutos. Em segundo, os que exercem essa função nem sempre substituem nomes. E, por fim, há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes. (MONTEIRO, 1994, p. 29).

Pelo viés diacrônico, Said Ali, nobre gramático/sintaticista, linguista e filólogo da língua portuguesa, tempera as noções equivocadas dos “pronomes” dizendo que, “por muito sugestivo que seja o termo, não satisfaz, contudo, à ciência da linguagem definir o pronome como palavra supridora do nome substantivo” (ALI, 2001[1921], p. 74). O linguista entende correta a definição dos pronomes como “nomes e adjetivos gerais, em oposição aos ordinários nomes e adjetivos especiais”, sendo que “um nome de significação geral é, muitas vezes, quase equivalente a um pronome”, e, como exemplo, destaca a palavra “Senhor”, que, tendo um sentido especial, é considerada nome, porém, quando “o Senhor” se refere “a qualquer pessoa a quem dirigimos a palavras, é pronome” (ALI, 2001[1921], p. 74). Nota-se que o pronome não é compreendido pelo gramático como um mero substituidor ou determinador, mas como um nome (pronomes absolutos) ou um adjetivo (pronomes adjuntos).

Por sua vez, Ataliba T. de Castilho (2020, p. 474), em sua gramática que trata especificamente do português brasileiro, faz alguns apontamentos a respeito das propriedades desse conjunto de palavras, dizendo que, “do ponto de vista semântico-discursivo, os pronomes (1) representam as pessoas do discurso, pelo caminho da dêixis, (2) permitem a retomada ou antecipação de participantes, pelo caminho da foricidade (anáfora e catáfora)”. Já, em relação ao aspecto gramatical, o autor mostra que a classe dos pronomes

[...] exhibe as propriedades morfológicas de (i) caso; (ii) pessoa e número; (iii) gênero. Morfemas afixais e lexemas distintos expressam essas propriedades. Quanto ao caso, embora o português seja uma língua de caso abstrato, uma subclasse dos pronomes, e dos pessoais, preservou a distinção de casos herdada do latim vulgar, marcando-a através de seus lexemas. É o caso dos itens nominativos (*eu, tu, ele, nós*), o acusativo (*o*), os acusativos-dativos (*me, te, se, nos*), e o dativo (*mim, ti, si, lhe*). Essa marcação de caso particulariza os pronomes pessoais dentre os demais. Mesmo os possessivos, que equivalem semanticamente ao genitivo, não apresentam a variação lexêmica de caso encontrada entre os pessoais. (CASTILHO, 2020, p. 474, *itálico do autor*).

Pelo exposto, podemos ensaiar uma síntese definidora rasa do que seja a classe geral dos “pronomes”, que perpassa o entendimento dos estudiosos do tema no Brasil: aqueles instrumentos sintáticos que encontram parte de seus significados e de suas funções quando encaixados na estrutura semântico-discursiva (situacional) ou no contexto sintático (estrutural/gramatical), ora determinando, ora substituindo, ora se referindo (dêitica ou anaforicamente) a um ou mais termos da oração, ou seja, as pessoas do discurso (substantivos-sujeitos ou objetos), os momentos e os lugares, ou retomando sentenças inteiras, ora agindo independentemente como sujeitos oracionais.

São notáveis os variados entendimentos relacionados à classe geral dos pronomes, contudo não é nosso objetivo, aqui, destrinchar as mais intrínsecas particularidades de todas as suas subclasses, uma vez que esse é um tema, como se pôde ver, bem complexo e que demandaria um estudo à parte, para apresentá-lo apropriadamente. Nossa intenção com essa apresentação foi apenas a de situar, no amplo rol de itens dessa classe de palavras, um subconjunto ímpar dos pronomes pessoais, o dos pronomes oblíquos átonos, os quais também não escapam às complexas análises dos estudiosos da língua, especialmente em relação à sua colocação na estrutura sintática e discursiva de nossa língua.

A seguir, apresentaremos, mais detalhadamente, as características, as funções e a sintaxe de ordem desses instrumentos sintáticos, uma vez que são eles o nosso mote de pesquisa.

3.2 Os pronomes pessoais

Restringindo nosso olhar aos pronomes pessoais, podemos identificar as seguintes peculiaridades desses elementos categoriais da língua portuguesa (Quadro 3):

- quanto ao número, flexionam-se no singular e no plural;
- quanto à pessoa, possuem três flexões (primeira, segunda e terceira) para cada número;
- quanto à função, apoiam-se na forma reta, atuando como sujeitos oracionais, ou na oblíqua, agindo fundamentalmente como complemento do verbo, em que encontramos os resquícios da categoria de caso do latim vulgar: o acusativo (o/a); os acusativos-dativos (me, te, se, nos); e os dativos (átono: lhe e tônico: mim, ti, si), como explicitado, mais acima, por Castilho (2020);
- já, quanto à acentuação, podem ser tônicos, vindo sempre presos a preposições, ou átonos, nesse caso não fazendo uso delas (CUNHA; CINTRA, 2001[1984]).

QUADRO 3 – Formas e categorização dos pronomes pessoais

NÚMERO	PESSOA	PRONOMES PESSOAIS RETOS	PRONOMES PESSOAIS OBLÍQUOS	
			ÁTONOS	TÔNICOS
SINGULAR	1ª	Eu	me	mim, comigo
	2ª	Tu (Você)	te	ti, contigo
	3ª	Ela, Ele	a, o, lhe, se	ela, ele, si, consigo
PLURAL	1ª	Nós	nos	nós, conosco
	2ª	Vós (Vocês)	vos	vós, convosco
	3ª	Elas, Eles	as, os, lhes, se	elas, eles, si, consigo

Fonte: Elaboração nossa.

3.3 Os pronomes pessoais oblíquos átonos

Dentre os pronomes pessoais, os oblíquos átonos não podem ser considerados absolutos (substantivos) ou adjuntos (adjetivos), uma vez que não formam um léxico independente na língua, mas, antes, são considerados clíticos que se referem às pessoas já mencionadas, ou não, no discurso, ligando-se à forma verbal do enunciado.

Mas, em que consistem os clíticos? Para introduzir a noção de “clítico”, Bechara (2009[1961]) faz uma distinção dos vocábulos tônicos e átonos. Para o autor, há “grupos de forças” que subordinam alguns vocábulos “a um acentoônico predominante”, sendo aqueles que “perdem seu acento próprio para unir-se a outro que os segue ou que os precede” denominados “*clíticos* (que se inclinam) ou *átonos* (porque se acham destituídos de seu acento vocábular)”, e os vocábulos que mantêm “sua individualidade fonética” são chamados “*tônicos*” (BECHARA, 2009[1961], p. 88-89, itálico do autor).

Em acréscimo a essa conceituação, Elisa Fernández Rei (2012) esclarece que os clíticos são partículas dependentes de uma palavra léxica, ou seja, eles não podem funcionar sozinhos na estrutura da língua:

Os clíticos são palavras morfossintáticas, mas não podem constituir por si só um enunciado, posto que carecem de acento. Estas partículas apresentam uma dupla dependência, sintática e fonológica, que as obriga a se juntarem a uma palavra léxica mediante um processo de clitização: uma palavra léxica é a anfitriã e o clítico é o hóspede. [...].²⁰ (FERNÁNDEZ REI, 2012, p. 105, tradução nossa).

Tomando essas definições de clítico, podemos transferi-las especificamente aos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, lhe, lhes, o, a, os, as, nos, vos), que são hóspedes (clíticos) sempre clitizados a um vocábulo léxico (tônico), o verbo (o anfitrião), com o qual mantêm uma relação de dependência, vindo, pois, ligados foneticamente a este. Isso nos permite, então, fazer referência aos pronomes pessoais oblíquos átonos como clíticos pronominais, ou pronomes clíticos, ou somente clíticos, nesta pesquisa.

Os clíticos pronominais possuem uma única forma relacionada aos pronomes retos de 1ª e de 2ª pessoas do singular e plural: “me”, “te” e “nos”, “vos”, respectivamente; já, para a 3ª pessoa, em ambos os números, as formas se desdobram em quatro: “a(s)”, “o(s)”, “lhe(s)”, “se”. Esses clíticos serão apresentados de forma mais detalhada, a seguir, uma vez que a intenção, aqui, é esclarecer as funções que eles exercem em relação às formas verbais (simples ou perifrástica) às quais se ligam foneticamente.

²⁰ Texto original: “*Os clíticos son palabras morfossintáticas, pero non poden constituiren por si un enunciado normal posto que carecen de acento. Estas partículas presentan unha dobre dependencia, sintáctica e fonolóxica, que os obriga a se xuntaren a unha palabra léxica mediante un proceso de clitización: a palabra léxica é o anfitrión e o clítico é o hóspede. [...]*”.

3.4 As funções dos clíticos pronominais

Estreitando ainda mais nosso foco sobre o ambiente dos pronomes, podemos avistar os clíticos pronominais, sobre os quais, neste momento, explicitamos mais detalhadamente as funções que exercem em relação ao contexto morfossintático das formas verbais simples e perifrásticas, de acordo com as três gramáticas do PB aqui analisadas. Essa explicitação poderá nos ajudar a compreender mais acuradamente as razões de esses clíticos se posicionarem ou antes (proclíticos), ou entre (mesoclíticos), ou depois (enclíticos) das formas verbais nas quais se apoiam sintática e foneticamente.

Os clíticos pronominais possuem, praticamente, uma função objetiva, atuando como complemento verbal. Contudo, há uma variação em suas funções de acordo com o tipo de pronome clítico e de verbo com o qual aquele se liga. Assim sendo, para ilustrar esses variados empregos dos pronomes clíticos, apresentamos, a seguir, no Quadro 4, suas funções e seus respectivos exemplos, todos retirados das três gramáticas de referência e dispostos em paralelo, uma coluna para cada gramático/autor, com o intuito de possibilitar uma visão mais instrutiva do tema e de ajudar, principalmente, no tratamento dos dados desta pesquisa. Essa disposição nos permite, ainda, verificar a complexidade da tarefa de localizar essas funções e seus exemplos, nesses compêndios normativos do PB.

QUADRO 4 – Funções dos clíticos pronominais e seus exemplos, de acordo com as gramáticas de referência

CLÍTICO	FUNÇÃO	EXEMPLO		
		BECHARA (2009[1961])	CEGALLA (2008[1964])	CUNHA E CINTRA (2001[1984])
ME	Adjunto Adnominal (marcador de posse)	Doem-me as costas (p. 424)	O barulho perturba-me as ideias. [O barulho perturba as <i>minhas ideias</i> .] (p. 560)	
	Objeto Direto	Eu me vesti rapidamente. (p. 165)	Ele me estima. (p. 558)	“Queres ouvir-me um instante, sensatamente?” (U. Tavares Rodrigues, <i>PC</i> , 153.) (p. 301)
	OD Reflexivo	<i>dou-me</i> (obj. direto) <i>ao trabalho</i> (obj. indireto) <i>de fazer</i> (p. 181)	Sacrifiquei-me por ele. (p. 221)	Eu me feri. (p. 280)
	Objeto Indireto		Ele me obedece. (p. 558)	“Chamava-me o seu alferes.” (Machado de Assis, <i>OC</i> , II, 234.) (p. 301)
	OI Reflexivo			Dei-me pressa em sair. (p. 385)

CLÍTICO	FUNÇÃO	EXEMPLO		
		BECHARA (2009[1961])	CEGALLA (2008[1964])	CUNHA E CINTRA (2001[1984])
	Partícula Pronominal ²¹		<i>eu me lembro</i> (p. 227)	
	Sujeito do Infinitivo ²²			Deixe-me falar. (p. 302)
TE	Adjunto Adnominal (marcador de posse)			“O barro que em quimeras modelaste Quebrou-se-te nas mãos.” (C. Pessanha, C, 64.) (p. 304)
	Objeto Direto		Todos <i>te</i> esperam. (p. 558)	“Queria-te ver lá em cima.” (Luandino Vieira, NM, 3.) (p. 301)
	OD Reflexivo	<i>tu te feriste</i> (p. 223)	Consideras-te aprovado? (a ti mesmo) (p. 221)	Tu <i>te</i> lavas. (p. 280)
	Objeto Indireto		Cedo-te o lugar. (p. 558)	“– Ninguém <i>te</i> vai agradecer.” (Alves Redol, BSL, 355.) (p. 301)
	OI Reflexivo ²³	Tu <i>te</i> deste um presente?		
	Partícula pronominal		<i>tu te lembras</i> (p. 227)	
	Sujeito de um Infinitivo			Mandam-te entrar. (p. 302)
A(S), O(S) ²⁴	Objeto Direto	Ouçõ- <i>o</i> soprar. Vejo- <i>as</i> crescer. (p. 432) ²⁵	Se <i>a</i> vejo triste, consolo- <i>a</i> . (p. 558)	João ainda não fez anos; ele <i>os</i> faz hoje. (p. 277)
	Sujeito do Infinitivo		Mande- <i>o</i> entrar. (p. 558)	Mandei- <i>o</i> sair. (p. 302)
LHE(S)	Adjunto Adnominal (marcador de posse)	O médico tomou o pulso ao doente (tomou- <i>lhe</i> o pulso). (p. 424)	“O terror <i>lhes</i> contorce subitamente as faces.” (ÉRICO VERÍSSIMO) (p. 560)	“Duas lágrimas toldam- <i>lhe</i> a vista, um soluço prende-se- <i>lhe</i> no peito. (O. Mendes, P, 166.) (p. 304)
	Objeto Indireto		Não <i>lhe</i> pagou a dívida. (p. 558)	“O capitão <i>lhe</i> garantira que tudo fora um mal-entendido.” (M. Palmério, VC, 286.) (p. 301)
NOS	Adjunto adnominal		O vento nos despenteava os cabelos. [O vento despenteava os <i>nossos</i> cabelos.] (p. 560)	

²¹ Termo utilizado no texto de Coelho *et al.* ([2021]), significando o “se” como parte integrante de certos verbos considerados pronominais. Essa função está explicitada mais adiante (seção 3.4.1).

²² Com os verbos causativos e sensitivos, todos os clíticos, menos o “lhe”, podem ter essa função.

²³ Não foram encontrados exemplos dessa função nas gramáticas consultadas. Por isso, oferecemos um exemplo de nossa intuição para ilustrá-la.

²⁴ De acordo com Cegalla (2008[1964], p. 181, itálico e negrito do autor), “associados a verbos terminados em -r, -s ou -z, e à palavra *eis*, os pronomes **o**, **a**, **os**, **as** assumem as antigas formas **lo**, **la**, **los**, **las**, caindo aquelas consoantes. Exemplo: Mandaram prendê-**lo**. Ajudemo-**la**. Fê-**los** entrar. Ei-**lo** aqui!. Associados a verbos terminados em ditongo nasal (-am, -em, -ão, -õe), os ditos pronomes tomam as formas **no**, **na**, **nos**, **nas**: Trazem-**no**. Ajudavam-**na**. Dão-**nos** de graça. Põe-**no** aqui”.

²⁵ Bechara (2009[1961]) não considera os pronomes clíticos desses exemplos como tendo a função de “sujeito do infinitivo”, conforme apresentado na seção 3.4.1, que se segue a esta.

CLÍTICO	FUNÇÃO	EXEMPLO		
		BECHARA (2009[1961])	CEGALLA (2008[1964])	CUNHA E CINTRA (2001[1984])
	Objeto Direto		Ele <i>nos</i> convidou. (p. 558)	“Vinde e contemplai- nos , que entardece.” (C. Meireles, <i>OP</i> , 318.) (p. 301)
	OD Recíproco	Nós <i>nos</i> cumprimentamos. (p. 165)	Muitas vezes, <i>atrapalhamo-nos</i> uns aos outros. (p. 221)	Carlo e eu nos abraçamos. (p. 280)
	OD Reflexivo	Nós <i>nos</i> vestimos. (p. 165)	Às vezes nos intoxicamos com alimentos deteriorados. (p. 221)	Nós nos vestimos. (p. 280)
	Objeto Indireto		Perdoe- <i>nos</i> . (p. 558)	“Só a leitura dos grandes livros nos pode trazer a compensação das misérias de certos homens de letras.” (A. F. Schmidt, <i>GB</i> , 331. (p. 301)
	Partícula Pronominal	Queixamo- <i>nos</i> ao diretor. (p. 262)	“Desconcertados com essa reação que não esperávamos, <i>afastamo-nos</i> em pequenos grupos.” (JOSÉ J. VEIGA) (p. 225)	
	Sujeito do Infinitivo			Fez- nos sentar. (p. 302)
VOS	Objeto Direto		Eu <i>vos</i> louvo. (p. 558)	“Ninguém vos abandona, senhor.” (J. Régio, <i>ERS</i> , 90.) (p. 301)
	OD Recíproco		Ó povos, por que <i>vos guerreais</i> tão barbaramente? (p. 221)	Vós vos queríeis muito. (p. 280)
	OD Reflexivo			Vós vos levantais. (p. 280)
	Objeto Indireto		Pergunto- <i>vos</i> : o que diz a lei? (p. 558)	“– Ouvís o que vos pergunto?” (J. Régio, <i>ERS</i> , 186.) (p. 301)
	OI Reflexivo		Por que vos atribuíis tanta importância? (p. 221)	
	Partícula pronominal		<i>vós vos lembrais</i> (p. 227)	
SE	Apassivador	<i>Alugam-se</i> bicicletas. (p. 222)	<i>Sabe-se</i> que as línguas evoluem. (p. 562)	“Ouve- se ainda o toque de rebate.” (B. Santareno, <i>TPM</i> , 121.) (p. 306)
	Complemento Relativo	Eles <i>se</i> gostam. (p. 178)		
	Expletivo/de realce	Ver p. 223	As moças <i>sorriam-se</i> , agradecidas. [As moças <i>sorriam</i> , agradecidas.] (p. 563)	“... Vão-se as situações, e eles com elas.” (A. Magalhães, <i>OC</i> , 798.) (p. 307)
	Indeterminador do Sujeito	É- <i>se</i> feliz. Lê- <i>se</i> pouco entre nós. (p. 178)	A vida é tão leve quando <i>se está</i> contente! (p. 563)	“Vive- se ao ar livre, come- se ao ar livre, dorme- se ao ar livre.” (R. Brandão, <i>P</i> , 165.)

CLÍTICO	FUNÇÃO	EXEMPLO		
		BECHARA (2009[1961])	CEGALLA (2008[1964])	CUNHA E CINTRA (2001[1984])
				(p.306)
	Objeto Direto Reflexivo	Ele <u>se</u> feriu. (p. 177)	A criança feriu- <i>se</i> . (p. 558)	Ele vestiu- se rapidamente. (p. 279)
	Objeto Direto Recíproco	Eles <u>se</u> cumprimentaram. (p. 177)	Os dois <i>amam-se</i> como irmãos. [um ama o outro] (p. 562)	José e Antônio não se cumprimentam. (p. 280)
	Objeto Indireto Reflexivo	Ela <u>se</u> arroga liberdade. (p. 178)	<i>Dá-se</i> ares de importante. (p. 558)	“Sofia dera- se pressa em tomar-lhe o braço.” (Machado de Assis, <i>OC</i> , I, 656.) (p. 305)
	Objeto Indireto Recíproco		Os dois jovens <i>deram-se</i> provas de profunda amizade. (p. 562)	“Os estudantes passavam diante dos examinadores aglomerados, chorando- se uns aos outros como gado saindo em redemoinho da porta do curral.” (G. Amado, <i>HMI</i> , 191.) (p. 306)
	Partícula Pronominal	Ele se chama João. (p. 177)	<i>queixar-se, arrepender-se, alegrar-se, converter-se, afastar-se</i> [...] (p. 563)	“D. Adélia queixava-se baixinho.” (G Ramos, <i>A</i> , 136.) (p. 307) apiedar- se , condoer- se , queixar- se , suicidar- se , debater- se , enganar- se com alguém (p. 408)
	Sujeito do Infinitivo		O cego deixa- <i>se</i> levar pelo guia. [<i>se</i> : sujeito de <i>levar</i>] (p. 562)	“Virgília deixou- se cair , no canapé, a rir.” (Machado de Assis, <i>OC</i> , I, 497.) (p. 306)
ME, TE, LHE(S), NOS e VOS	Complemento Nominal ²⁶	Essa dieta <u>me/te/lhe/nos/vos</u> foi benéfica.		

Fonte: Elaborado a partir de exemplos selecionados das gramáticas de referência.

Nota: Nos exemplos apresentados, mantivemos os realces (*itálico* e **negrito**) como apresentados pelos gramáticos. Naqueles exemplos que não foram realçados pelos autores, colocamos os clíticos sublinhados, para destacá-los na sentença.

Se observarmos os números das páginas em que são apresentados os exemplos das funções dos clíticos pronominais, no Quadro 4, podemos verificar que os três gramáticos tratam do tema de forma bastante pulverizada, em suas gramáticas, dificultando sobremaneira sua sistematização. Em Bechara (2009[1961], p. 173), por exemplo, na seção “Emprego dos Pronomes”, em que há apresentação não somente dos oblíquos átonos mas também de todos

²⁶ Como não conseguimos encontrar exemplos dessa função nas gramáticas de referência (ver comentário na seção 3.4.1, que se segue a esta), consideramos importante apresentar, pelo menos, um exemplo baseado em nossa intuição, para ilustrá-la.

os outros, o clítico “se” é privilegiado, talvez por ele apresentar maior dificuldade/dúvida no momento de determinar suas funções, deixando os outros clíticos desabastecidos de informação/exemplos, principalmente em relação ao “vos”, pois não seria esperado que o gramático oferecesse exemplos desse pronome átono, depois de afirmar que, “caindo o pronome *vós* em desuso, só usado nas orações e estilo solene, emprega-se *vocês* como o plural de *tu*” (BECHARA, 2009[1961], p. 166, *itálico do autor*). Ademais, praticamente as mesmas situações ocorrem nos outros dois gramáticos, que também não ficam atrás no quesito de uma apresentação fragmentada do funcionamento dos clíticos pronominais.

3.4.1 *Especificidades relacionadas às funções dos clíticos pronominais*

Para uma identificação mais precisa das funções dos clíticos pronominais, é importante especificar tanto o entorno situacional do clítico quanto os itens sintáticos com os quais ele se liga (as formas verbais), o que nem sempre é uma tarefa simples. Desse modo, apresentamos aqui os contextos situacionais e as particularidades das funções dos clíticos, com o intuito de facilitar sua determinação, principalmente daquelas que causam mais dúvidas.

A função de “objeto” ocorre com todos os clíticos. Grosso modo, essa função compreende o complemento direto (normalmente sem preposição), ou “objeto direto”, aquele que acompanha um verbo transitivo direto, e o complemento indireto (regido de preposição), ou “objeto indireto”²⁷, acompanhando um verbo transitivo indireto; e no caso de o verbo ser bitransitivo, os dois complementos são solicitados. O que difere é que certos clíticos, como o de 3ª pessoa do singular “o(s), a(s)” e “lhe(s)”, só possuem uma dessas funções, a de objeto direto (acusativos) para os primeiros e a de objeto indireto (dativo) para o segundo. Já os outros clíticos (acusativos-dativos) perfazem ambas as funções, a depender da transitividade das formas verbais às quais se ligam.

Os clíticos acusativos-dativos “me, te, nos e vos” e o dativo “lhe(s)”, podem ser empregados como “adjuntos adnominais”, possuindo um “sentido possessivo, principalmente quando se aplicam a partes do corpo de uma pessoa ou a objetos de seu uso particular” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 303). Cegalla (2008[1964], p. 560) também alude a essa

²⁷ Nesta pesquisa, não faremos distinção entre o objeto indireto e o complemento relativo como o faz Bechara (2009[1961]).

função dizendo que esses pronomes clíticos “substituem muito elegantemente os possessivos”.

Esses mesmos clíticos também podem funcionar como “complementos nominais”, quando ligados ao complemento (adjetivo) de um verbo predicativo, como em *Pode ser-lhe útil?* (exemplo selecionado do *corpus* desta pesquisa: OLR, 116)²⁸, que se traduz por “Pode ser útil para ele”. Dos três gramáticos consultados, somente Bechara (2009[1961], p. 570, itálico do autor) faz uma menção aos “termos preposicionados e pronomes átonos”, em que apresenta o seguinte: “[...] em vez de *pôs-se diante dele* se pode dizer *pôs-se-lhe diante*; em vez de *aparecer diante dele*, *aparecer-lhe diante*”, porém o autor não deixa explícito que esses clíticos tenham a função de complemento nominal. Nessa mesma linha, os outros dois gramáticos não identificam essa função dos clíticos pronominais em suas gramáticas, motivo certo da falta de exemplos.

Quanto à função de “sujeito de um infinitivo”, com exceção do “lhe”, todos os outros clíticos desempenham essa função quando ligados a um complexo verbal em que o primeiro verbo é causativo ou sensitivo, e o segundo é infinitivo. De acordo com Cunha e Cintra (2001[1984], p. 302, negrito e itálico dos autores), nas sentenças “Mandei **que ele saísse...**” e “Mandei-**o sair**”, “o pronome *o* está para o infinitivo *sair* como o pronome *ele* para a forma finita *saísse*, da qual é sujeito”. Desse modo, verifica-se que o pronome “o”, nesse caso, está funcionando como sujeito do verbo “sair”.

Contudo, Bechara (2009[1961]) não compactua com a ideia de os clíticos pronominais possuírem essa função, nesse contexto sintático. Em seu entendimento, o pronome clítico ligado aos verbos causativos ou sensitivos funciona como seus complementos objetos. Segundo o autor, nos exemplos “Ouço-o soprar” e “Vejo-as crescer”, os infinitivos estão atuando “como modificadores dos respectivos pronomes adverbiais e funcionam como seus predicativos” (BECHARA, 2009[1961], p. 432). Assim sendo, “ao comutar o objeto direto do núcleo *ouço* ou *vejo*”, como em “Ouço o vento soprar → Ouço-o soprar” e “Vejo as árvores crescer → Vejo-as crescer”, é necessário “deixar à parte o infinitivo, que, como vimos, funciona como predicativo do objeto direto *vento* ou *árvores*” (BECHARA, 2009[1961], p. 432, itálico do autor). De acordo com o autor, se “não se pode falar nestes casos de ‘sujeito’ de infinitivo, também é impróprio afirmar que tais substantivos são ‘objeto direto’ do núcleo *ouço* ou *vejo* e ao mesmo tempo ‘sujeito’ do infinitivo” (BECHARA, 2009[1961], p. 432, itálico do autor).

²⁸ As siglas e abreviaturas foram explicitadas em seção específica, nas páginas preliminares, e ainda constam na seção da metodologia (2.2.4).

Sendo lícitas as colocações desses dois gramáticos, somos levados, no caso dos clíticos pronominais, a uma escolha entre as funções de “objeto (direto ou indireto)” ou de “sujeito do infinitivo”, nesse contexto sintático específico (ver metodologia, seção 2.4.1).

A função de “complemento relativo”, exemplificada por Bechara (2009[1961]), no Quadro 4, também é considerada como “recíproca”. Para o autor, a “interpretação de reflexivo recíproco não mudará se se tratar de verbo transitivo que se constrói com objeto indireto ou complemento relativo”, como nas sentenças “*João e Maria se escrevem*”, que se traduz por “um escreve ao outro” e “*João e Maria se gostam*”, do que se entende que “um gosta do outro” (BECHARA, 2009[1961], p. 177, itálico do autor).

Quando os clíticos átonos “me, te, se, nos, vos, se” se referem à mesma pessoa do pronome reto (sujeito), sendo esta, ao mesmo tempo, agente e paciente, temos aí seu emprego “reflexivo”. Segundo Cegalla (2008[1964], p. 221, itálico e negrito do autor), esses clíticos “são reflexivos quando se lhes pode acrescentar *a mim mesmo, a ti mesmo, a si mesmo, a nós mesmos, a vós mesmos, a si mesmos*, respectivamente”, como, por exemplo, em “**Consideraste** aprovado? (**a ti mesmo**)”, ou em “Errando, **prejudicamo-nos** a nós mesmos”.

Já a “reciprocidade” (variante da voz reflexiva) pode acontecer com os clíticos de 3ª pessoa do plural “nos, vos, se” ao se referirem à ideia de “um(a) ao(à) outro(a)”, mutuamente, sendo essa função considerada por Bechara (2009[1961], p. 176, itálico do autor) como uma “reflexividade recíproca”, pelo fato de o contexto em que se insere permitir outra acepção “ao originário significado unitário de ‘reflexividade’”, não se tratando mais de uma “reflexividade pura”, como em “*João e Maria se amam*”, em que a sentença “quer expressar que ‘João ama Maria’ e que ‘Maria ama ao João’”, ou seja, um ama ao outro.

Contudo, essa “reflexividade recíproca” pode despertar ambiguidade nas relações dos clíticos plurais “nos, vos e se” com seus respectivos sujeitos. Para Cunha e Cintra (2001[1984], p. 280, negrito dos autores), em “Joaquim e Pedro enganaram-se”, o clítico pode levar aos significados de que “o grupo formado por Joaquim e Pedro cometeu o engano, ou de que Joaquim enganou Pedro e este a Joaquim”. Para eliminar essa ambiguidade, o contexto sintático antecedente, ou subsequente, no qual essa oração se encontra, é fundamental. Além disso, como explicitado acima, basta acrescentar os termos anafóricos “a si mesmos”, para uma função de reflexividade “Joaquim e Pedro enganaram-se **a si mesmos**”, ou “um ao outro”, para a de reciprocidade “Joaquim e Pedro enganaram-se **um ao outro**”, ou um advérbio “Joaquim e Pedro enganaram-se **mutuamente**” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 280, negrito dos autores).

No que se refere à “voz passiva pronominal”, essa função é formada com o clítico apassivador “se” mais uma forma verbal ativa de 3ª pessoa, no singular ou no plural, de verbos transitivos ou bitransitivos, como nas sentenças “**Organizou-se** o campeonato” e “**Entregaram-se** os troféus aos vencedores da corrida” (CEGALLA, 2008[1964], p. 220, negrito do autor), sendo a pessoa o objeto da ação verbal.

Quanto ao índice/símbolo de “indeterminação do sujeito”, essa função também é determinada pelo clítico “se”, só que, desta vez, em relação à 3ª pessoa do singular, com verbos intransitivos, ou transitivos que se comportam como intransitivos. Bechara (2009[1961], p. 178, itálico do autor) faz a seguinte observação sobre essa função do clítico “se”:

[...] o *se* como índice de indeterminação de sujeito – primitivamente exclusivo em combinação com verbos não acompanhados de objeto direto –, estendeu seu papel aos transitivos diretos (onde a interpretação passiva passa a ter uma interpretação impessoal: *Vendem-se casas* = ‘alguém tem casa para vender’) e de ligação (*É-se feliz*). A passagem deste emprego da passiva à indeterminação levou o falante a não mais fazer concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo: [...] *Vende-se casas*.

O clítico “se” também possui outra função que se relaciona a alguns tipos de verbos, chamados pronominais, integrando-os. Para nomear essa função, tomaremos emprestado o termo “Partícula Pronominal”, usado por Coelho *et al.* ([2021]) para designar uma função do “se” que “não apresenta propriamente uma carga informacional, sendo basicamente um apêndice que tem como principal característica estar intrinsecamente ligado ao sujeito por meio de concordância”.

Os nossos gramáticos também tratam dessa função do “se”, estendendo-a aos outros clíticos átonos, excetuando-se o “lhe”. De acordo com Cegalla (2008[1964], p. 225, itálico do autor),

[...] há os verbos essencialmente pronominais, que só se usam com os pronomes átonos (*queixar-se, arrepender-se, dignar-se, etc.*), e os acidentalmente pronominais (*pentear-se, matar-se, atribuir-se, etc.*), que nem sempre se usam com os ditos pronomes. Os verbos pronominais abrangem, portanto, os reflexivos e são conjugados como na voz ativa, mas associando-se-lhes os pronomes *me, te, se, nos, vos, se*.

Confirmando essa explicitação, Bechara (2009[1961], p. 178, *italico do autor*) considera que o “se”, nessa função, pode se juntar a dois tipos de verbo: (i) aqueles que denotam “sentimento: *indignar-se, ufanar-se, atrever-se, admirar-se, lembrar-se, esquecer-se, orgulhar-se, arrepender-se, queixar-se*”, e, nesse caso, “não se percebendo mais o sentido reflexivo da construção, considera-se o *se* como parte integrante do verbo, sem classificação especial”; e (ii) verbos de “movimento ou atitudes da pessoa em relação ao seu próprio corpo: *ir-se, partir-se, sentar-se, sorrir-se*”, e aqui o autor salienta que “costumam os autores chamar ao *se* pronome de realce ou expletivo”.

Cegalla (2008[1964], p. 563, *italico do autor*) diz que, nesse caso, o “se” não tem função sintática, sendo “parte integrante de verbos que exprimem sentimentos, mudança de estado, movimento, etc., como *queixar-se, arrepender-se, alegrar-se, converter-se, afastar-se* e outros verbos pronominais”. O autor mostra ainda que esse “se” funciona como um vocábulo expletivo ou de realce, o qual, “sem ser rigorosamente necessário, transmite à ação verbal mais vigor, ênfase, ou certa espontaneidade”, ao que acrescenta dizendo que esse “se”, “não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, não exerce função sintática” (CEGALLA, 2008[1964], p. 563), corroborando a explicitação de Bechara (2009[1961]) sobre o tema.

Cunha e Cintra (2001[1984], p. 307, *italico e caixa-alta dos autores*) seguem a mesma linha, dizendo que o “se”, nessa condição, é “PARTE INTEGRANTE DE CERTOS VERBOS que geralmente exprimem sentimento ou mudança de estado: *admirar-se, arrepender-se, atrever-se, indignar-se, queixar-se, congelar-se, derreter-se, etc.*”. Os autores apresentam ainda o “se” como pronome expletivo, afirmando que, enquanto tal, serve “para realçar, com verbos intransitivos, a espontaneidade de uma atitude ou de um movimento do sujeito” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 307), aproximando do que Bechara (2009[1961]) e Cegalla (2008[1964]) expõem sobre o que designamos de partícula pronominal.

Ainda sobre o “se” como partícula pronominal, Cegalla (2008[1964], 221, *italico do autor*), em uma observação apresentada no corpo do texto, esclarece como dirimir a ambiguidade que pode surgir no instante de identificar essa função, que, nesse caso, pode ser entendida como sendo reflexiva:

Não se deve atribuir sentido reflexivo a verbos que designam sentimentos, como *queixar-se, alegrar-se, arrepender-se, zangar-se, indignar-se* e outros meramente pronominais. O pronome átono como que se dilui nesses verbos, dos quais é parte integrante. A prova de que não são reflexivos é que não se pode dizer, por exemplo, *zango-me a mim mesmo*.

Recuperando o clítico “se” como “expletivo” (ou de realce) e traduzindo o que os gramáticos acima falam a esse respeito, compreendemos que esse emprego do “se”, por não possuir uma função sintática, não expressa a ação reflexa, assemelhando-se ao “se” pronominal.

A partir do exposto sobre as possíveis funções que os clíticos pronominais podem exercer nos contextos das formas verbais, é possível confirmar a complexidade que a tarefa de determinação de tais funções encontra pelos caminhos tortuosos das gramáticas normativas da língua portuguesa no Brasil.

4 SOBRE AS FORMAS VERBAIS SIMPLES E PERIFRÁSTICAS

O que é “locução verbal”? O que é “tempo composto”? E quanto aos “complexos verbais” e às “perífrases”? E as “formas verbais simples”? Quais as semelhanças e as diferenças entre esses termos? Essas questões sempre nos inspiram a consultar a gramática para dirimir as dúvidas que pairam na definição dessas estruturas gramaticais. Em contrapartida, os compêndios normativos da LP vacilam em apresentar uma conceituação que demarque uma fronteira entre esses termos, se é que ela existe, tornando-os ainda mais confusos, como veremos a seguir.

Como o objetivo, nesta pesquisa, é verificar a colocação pronominal nos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas, faremos, neste instante, uma breve explicitação dessas estruturas sintáticas, pautando-nos nas considerações de nossos três gramáticos, além de um autor que descreve o português europeu e de linguistas que também tratam dos temas (BARROSO, 1994; ALI, 2001[1921]; PONTES, 1973; CASTILHO, 2020), com o intuito de esclarecer as nuances e propriedades dos termos em questão, o que pode nos levar à sua maior compreensão.

A “locução verbal” é entendida por Bechara (2009[1961], p. 230, itálico do autor) como sendo a “combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou particípio de outro verbo que se chama *principal*: *hei de estudar, estou estudando, tenho estudado*”. Além disso, como é possível visualizar nos exemplos dados pelo autor, quanto ao verbo principal no infinitivo, entre ele e o seu auxiliar “pode aparecer ou não uma preposição (*de, em, por, a, para*)” (BECHARA, 2009[1961], p. 230, itálico do autor).

Nota-se que o autor coloca a forma auxiliar + particípio como sendo uma locução verbal; no entanto, em seguida, ele oferece a definição de tempo composto, mostrando que “*ter, haver* (raramente) e *ser* (mais raramente) se combinam com o particípio do verbo principal para constituírem novos tempos, chamados *compostos*, que, unidos aos simples, formam o quadro completo da conjugação da voz ativa” (BECHARA, 2009[1961], p. 230, itálico do autor). Assim, podemos observar que não há, por parte do gramático, uma distinção clara entre locução verbal e tempo composto, sendo este considerado uma subcategoria daquela.

Essa noção de “tempo composto” é corroborada, em parte, por Cegalla (2008[1964], p. 200, itálico do autor), ao dizer que os tempos compostos são “formados pelos verbos auxiliares *ter* ou *haver*, seguidos do particípio do verbo principal: *Tenho trabalhado*

muito. *Havíamos saído cedo. [...]*”. Por outro lado, o gramático destoa, em parte, do anterior quanto à noção de “locução verbal”. Para Cegalla (2008[1964], p. 200, itálico do autor), as locuções verbais, também chamadas por ele de “conjugações perifrásticas”, são “constituídas de um verbo auxiliar seguido de gerúndio ou infinitivo do verbo principal: [...] *Estava lendo o jornal. Não podia atender. [...]*”. Como é possível atestar, Cegalla (2008[1964]) faz uma distinção mais clara entre tempo composto e locução verbal, colocando-os em campos separados e não um integrando o outro, como faz Bechara (2009[1961]).

Já, na gramática de Cunha e Cintra (2001[1984]), o tópico “locuções verbais” aparece na seção intitulada “Verbos auxiliares e seu emprego” e é definido pelos gramáticos da seguinte forma: “Os conjuntos formados de um verbo auxiliar com um verbo principal chamam-se **LOCUÇÕES VERBAIS**”, ao que acrescentam: “Nas **LOCUÇÕES VERBAIS** conjuga-se apenas o auxiliar, pois o verbo principal vem sempre numa das formas nominais: no **PARTICÍPIO**, no **GERÚNDIO**, ou no **INFINITIVO IMPESSOAL**” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 394, caixa-alta dos autores). Por essas definições, inferimos que os gramáticos não estabelecem distinção entre “locução verbal” e “tempo composto”.

Contudo, há uma seção intitulada “Formação dos tempos compostos” na qual os autores dizem o seguinte: “Entre os **TEMPOS COMPOSTOS** da voz ativa merecem realce particular aqueles que são constituídos de formas do verbo *ter* (ou, mais raramente, *haver*) com o particípio do verbo que se quer conjugar, porque é costume incluí-los nos próprios paradigmas de conjugação” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 402, caixa-alta e itálico dos autores), o que mostra uma tentativa de subclassificação dos tempos compostos no cercado das locuções verbais, assim como faz Bechara (2009[1961]).

Navegando em águas que não a dos nossos três gramáticos, no que se relaciona às formas verbais em questão, Barroso (1994) apresenta, em seu estudo, o termo “perífrase” (ou “procedimento perifrástico”, “construção perifrástica”, “conjugação perifrástica”, “forma perifrástica”, “estruturas perifrásticas”). O autor entende que a estrutura perifrástica forma um conjunto sintagmático a partir de dois verbos: o verbo auxiliar + verbo auxiliado, estando presente ou não a preposição, sendo uma unidade paradigmática que se contrapõe “às respectivas formas simples que caracterizam a conjugação fundamental” (BARROSO, 1994, p. 55). O gramático europeu faz, ainda, uma distinção criteriosa entre as perífrases verbais e os complexos verbais, dizendo que as

[...] estruturas gramaticais (= perífrases verbais) opõem-se [...] aos chamados ‘complexos verbais’ (caracterizados pela significação disjunta, por terem dois sujeitos e pelo não comportamento em bloco diante das transformações passiva e interrogativa), porque, ao contrário destes, se definem pela significação conjunta, por terem um único sujeito e pelo comportamento em bloco diante das ditas transformações. Numa palavra: o(s) verdadeiro(s) complexo(s) verbal(ais) perifrástico(s) possui(em) unidade semântica, sintática e funcional. (BARROSO, 1994, p. 61, sublinhado nosso).

O autor oferece, ainda, uma apresentação das estruturas perifrásticas, afirmando que estas são as que se realizam de forma efetiva no português contemporâneo:

- a. *VERBO AUXILIAR + PARTICÍPIO*:
exs.: **ter, haver, ser e estar + participio**;
- b. *VERBO AUXILIAR + GERÚNDIO*:
exs.: **ir, vir, estar, andar, continuar, etc. + gerúndio**;
- c. *VERBO AUXILIAR + INFINITIVO*:
exs.: **ir, vir, poder, querer, etc. + infinitivo**;
- d. *VERBO AUXILIAR + PREPOSIÇÃO + INFINITIVO*:
exs.: **começar a, continuar a, ficar a, estar para, estar por, ficar por, continuar por, deixar de, parar de, parar de, etc. + infinitivo**.
(BARROSO, 1994, p. 60, caixa-alta, itálico e negrito do autor).

Assim, podemos conceber o “complexo verbal” como sendo o termo utilizado quando se tem dois verbos que, apesar de aparecerem um seguido do outro (justapostos), não estão ligados em uma “unidade semântica”, com cada um expressando um significado individualizado, podendo ocorrer entre eles outro sujeito, momento em que fica mais claro que se trata de duas formas verbais simples e não de uma perífrase. Barroso (1994, p. 60) apresenta como exemplo de complexo verbal o sintagma “fala sonhando”, que “pode perfeitamente decompor-se em ‘fala e sonha’ ou ‘fala enquanto sonha’ sem alterar o significado”, representando duas ações concomitantes, sem, contudo, ter um significado conjunto, diferenciando-se do complexo verbal perifrástico, por este possuir um significado único e funcionar sintaticamente como um item único.

Com isso, podemos afirmar duas coisas: a primeira é que Barroso (1994) considera a perífrase verbal de forma mais ampliada, englobando tanto o “tempo composto” quanto a “locução verbal”, sem uma hierarquia nem uma fronteira entre esses elementos gramaticais, sendo, portanto, uma descrição mais genérica do tema; e a segunda é que o autor considera os complexos verbais não perifrásticos como compostos de dois verbos contíguos, que, na verdade, não formam uma locução com significação única, o que, por sinal, caracteriza as formas verbais perifrásticas, mas atuam separadamente como duas “formas verbais simples”, com sintaxe, semântica e funcionalidade distintas.

Quanto à forma verbal simples, Castilho (2020, p. 408) a define pura e simplesmente da seguinte maneira: “o sintagma verbal simples tem seu núcleo preenchido por um verbo pleno. Ponto final”. Como verbo pleno, o linguista entende aquele que tem a função de núcleo da sentença, “selecionando argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos” (CASTILHO, 2020, p. 397). Resumidamente, segundo o autor, os argumentos selecionados pelo verbo são os seus complementos (objetos, orações adverbiais, complementos oblíquos) e o sujeito²⁹; já os papéis temáticos têm a ver com certas propriedades que os verbos possuem que lhes permitem conferir papéis semânticos a seus argumentos³⁰.

Nessa linha de considerar a locução verbal e o tempo composto como formas verbais compostas, não havendo uma justificativa forte para a separação entre essas estruturas, encontram-se também linguistas renomados como Said Ali (2001[1921]), Eunice Pontes (1973) e Castilho (2020). Said Ali (2001[1921], p. 123-124), após apresentar uma análise dos verbos nocionais e relacionais³¹, defende que, da “combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, gerúndio ou particípio do pretérito de um verbo nocional (verbo principal), resulta a conjugação composta”, sendo esta estrutura verbal, para ele, não discriminatória, ou seja, ela comporta tanto o “estar amando” quanto o “ter amado”.

Em sua tese de livre docência, Pontes (1973), após análise das razões sobre a separação, ou não, entre esses termos apresentadas por renomados autores, incluindo aí Said Ali, não vendo motivos para manter tal distinção, optou por tratar essas duas estruturas verbais com a designação geral de “locução verbal”.

Castilho (2020, p. 408), por sua vez, não se apartando de seus colegas, propõe que o “sintagma verbal composto tem seu núcleo preenchido por verbo pleno numa forma nominal, especificado por um verbo auxiliar”. Como se pode ver, o autor sequer menciona a distinção entre locução verbal e tempo composto, sintetizando ambos de forma simples e precisa e dando o nome de sintagma verbal composto.

²⁹ Para saber mais sobre os argumentos verbais, ver seção “6.4.1.2. Argumentos e Adjuntos”, em Castilho (2020, p. 265-267).

³⁰ Para mais detalhes sobre papéis temáticos, ver seção “6.2. Propriedades Semânticas da Sentença”, em Castilho (2020, p. 252-257).

³¹ Segundo Said Ali (2001[1921], p. 122, sublinhado nosso), os “verbos de função nocional ou, simplesmente, verbos nocionais [...] não sofrem a influência do anexo predicativo, e vêm usados com o mesmo sentido e o mesmo ofício de predicado como se tal anexo não existisse. Verbos de função relacional, ou verbos relacionais são, pelo contrário, aqueles cuja aceção própria se apaga ou modifica por virem combinados com outro termo, originariamente anexo, ao qual transferem, ou com o qual dividem, o ofício de predicado da oração”.

4.1 Os verbos auxiliares nas formas verbais perifrásticas

Na perspectiva das formas verbais compostas, não podemos deixar de falar daqueles verbos que, ao lado das formas nominais (principais), as constituem: os auxiliares. Os verbos auxiliares também possuem suas nuances, principalmente no que se refere ao tipo de verbo que pode funcionar como tal, ou não, na composição dessas estruturas gramaticais. Não intentamos aqui fazer uma descrição exaustiva do tema, mas tão somente mostrar o porquê de alguns verbos, que quase sempre consideramos auxiliares, não formarem perífrases, lançando mão, novamente, de nossos gramáticos de referência e de alguns estudiosos do assunto (ALI, 2001[1921]; PONTES, 1973; CASTILHO, 2020).

É consenso, entre os nossos três gramáticos, que os verbos “ter, haver, ser e estar” são de uso mais frequente como auxiliares. Além desses, Bechara (2009[1961]) apresenta outros verbos que funcionam também como auxiliares, dividindo-os em “acurativos” e “modais”. De acordo com o autor, os verbos acurativos são aqueles que “se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor os aspectos do momento da ação verbal que não se acham bem definidos na divisão geral de tempo presente, passado e futuro” (BECHARA, 2009[1961], p. 231), quais sejam: começar a, pôr-se a, estar para (por), pegar a (de), continuar (a), estar a, andar, vir, ir, tornar a, costumar, acabar de, cessar de, deixar de, parar de, dentre outros; já os verbos modais compreendem aqueles que “se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou deixa de realizar a ação verbal” (BECHARA, 2009[1961], p. 232), sendo alguns deles: haver de, ter de, dever, precisar (de), poder, querer, desejar, odiar, buscar, pretender, tentar, ousar, atrever-se a, conseguir, lograr, parecer, ir, vir a, chegar a, dentre outros.

Cegalla (2008[1964], p. 196) conceitua verbos auxiliares como sendo “os que se juntam a uma forma nominal de outro verbo para constituir a voz passiva, os tempos compostos e as locuções verbais”, não entrando no mérito de suas propriedades. O gramático, tampouco, nos oferece especificamente uma amostra maior dos verbos que funcionam como auxiliares, além dos canônicos “ser, estar, ter e haver”, mas podemos depreender, a partir de seus exemplos, que os verbos “ir, começar a, poder, ficar, querer, dever, andar, vir, acabar de, entrar a, voltar a, viver”, parte dos quais se encontram na descrição de Bechara (2009[1961]), podem ter essa função. Cegalla (2008[1964], p. 250, *itálico do autor*) acrescenta que as “formas participiais regulares usam-se, em regra, com os auxiliares *ter* e *haver*, na voz ativa, e as irregulares com os auxiliares *ser* e *estar*, na voz passiva: [...] O convite *foi aceito* pelo

professor [/] O caçador *tinha soltado* os cães [...]", mostrando que o uso dos principais auxiliares possui uma distribuição diferenciada quando contíguos às formas nominais do particípio.

Já Cunha e Cintra (2001[1984], p. 387) dizem que o verbo auxiliar "é aquele que, desprovido total ou parcialmente da acepção própria, se junta a formas nominais de um verbo principal, constituindo com elas locuções que apresentam matizes significativos especiais", o que nos dá uma ideia um pouco mais coerente e específica do tema. Para os autores, além dos principais "ter, haver, ser e estar", os verbos "ir, vir, andar, ficar, acabar" podem ter também a função de auxiliar, "e mais alguns que se ligam ao INFINITIVO do verbo principal para expressarem matizes de tempo ou para marcarem certos aspectos do desenvolvimento da ação" (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 397, caixa-alta dos autores).

Said Ali (2001[1921], p. 808) vê os auxiliares como sendo todos os verbos relacionais, ou seja, são auxiliares todos aqueles verbos que perdem sua significação própria (concreta) quando vêm combinados com outros termos para os quais passam ou compartilham a predicação da sentença, numa fusão semântica. Contudo, o linguista adverte que os auxiliares "ir, andar, vir e tornar", por exemplo, "trazem muitas vezes a par de si outro verbo sob a forma infinita sem todavia [*sic*] operar-se a fusão semântica. Nesta hipótese, os dois verbos justapostos enunciarão cada qual um ato concreto. Será o caso de dois verbos simples pertencentes a orações diferentes" (ALI, 2001[1921], p. 123).

Pontes (1973, p. 124-125, *itálico da autora*), por sua vez, não é de todo unânime em relação aos verbos acurativos e modais como sendo todos auxiliares, assim como os vê Bechara (2009[1961]):

[...] uma parte dos verbos que foram classificados como auxiliares deve ser analisada como verbos que têm orações como objeto: os chamados 'causativos', 'sensitivos', uma parte dos 'modais' (os que indicam desejo, tentativa ou esforço, consecução), *saber, vir*. A outra parte é de verbos que devem ser analisados como tendo uma oração por sujeito (*parecer, ir, poder, precisar, dever, haver de, ter que*). Há verbos que apresentam as duas possibilidades, como os chamados 'acurativos'.

Observa-se aqui uma divergência sobre a questão da auxiliarização que perpassa as análises não só dos presentes estudiosos, mas também de todos aqueles que se debruçam sobre esse enigmático tema.

Devido a essa falta de consenso sobre o assunto, muitos autores preferem utilizar recursos considerados um pouco mais práticos para tratar dos ditos verbos auxiliares. De acordo com Castilho (2020, p. 444), os seguintes testes

[...] têm sido aplicados para a identificação dos verbos auxiliares (doravante V1): (i) sujeito da expressão; (ii) escopo da negação; (iii) inserção de expressões entre V1 e V2; (iv) alterações do sentido lexical de V1. Os três primeiros testes focalizam a coesividade sintática entre V1 e V2. O quarto opera com argumentos semânticos.

Castilho (2020, p. 445-446, *itálico e negrito do autor*) explica a aplicação desses testes da seguinte forma: no primeiro, “quando dois verbos ocorrem em adjacência, a seleção de sujeitos diferentes por cada um deles mostra que se trata de dois verbos plenos: [...] *Eu mandei ele entrar.*”, e que em “*O mensageiro não tinha saído*” e “*O mensageiro foi desviado de seu caminho*”, “ambos os verbos selecionaram o mesmo sujeito. Logo, V1 é auxiliar, V2 é um verbo pleno auxiliado, e o conjunto formou uma perífrase” (p. 445); já o segundo teste propõe que, se “a negação toma por escopo os dois verbos, e não apenas um deles, V1 é um verbo auxiliar, V2 é um verbo pleno auxiliado, e o conjunto se constitui numa perífrase: [...] *Ele não estava falando que a topografia.../*ele estava não falando que a topografia...*” (p. 445); sobre o teste (iii), o autor não tece comentários; quanto ao último, o das alterações semântica dos auxiliares, o linguista mostra que, nas perífrases, o V1 às vezes mantém seu sentido, promovendo uma composicionalidade semântica, sendo ele, nesse caso, chamado “auxiliante”, em que temos os verbos “ir, querer, andar, começar e acabar”, ou ele altera seu sentido, não havendo composicionalidade semântica, e, nesse caso, ele é denominado “auxiliar”, como os verbos “ser, estar, ter e haver”, ou seja, os “auxiliantes ficam a meio caminho entre verbo pleno e o verbo auxiliar” (p. 446).

Em contraponto aos verbos verdadeiramente auxiliares, Bechara (2009[1961], p. 233, *itálico do autor e sublinhado nosso*) apresenta, assim como Pontes (1973), os chamados “auxiliares causativos e sensitivos”:

Assim se chamam os verbos *deixar, mandar, fazer* e sinônimos (causativos) e *ver, ouvir, olhar, sentir* e sinônimos (sensitivos) que, juntando-se a infinitivo ou gerúndio, não formam locução verbal, mas, muitas vezes, se comportam sintaticamente como tal, isto é, segundo as relações internas que se estabelecem dentro do grupo entre o infinitivo e os termos que o acompanham [...].

Pontes (1973, p. 60) acrescenta, afirmando que esses verbos “são transitivos e o infinitivo que deles depende constitui uma oração que serve como seu objeto”. Em sua análise do causativo “mandar”, por exemplo, em “O homem mandou prender o ladrão”, a linguista conclui que “o infinitivo dependente de *mandar* pode ser desdobrado em uma oração de *que*, tem sujeito próprio com o qual concorda, flexionando-se, e pode ser negado independentemente de *mandar*” (PONTES, 1973, p. 68, itálico da autora).

Isso mostra que as estruturas que comportam os verbos causativos e sensitivos representam os complexos verbais não perifrásticos, já mencionados, em que seus verbos atuam individualmente, como formas verbais simples. Dessa maneira, esses tipos verbais não funcionam como auxiliares para formar perífrases, apesar de se portarem estruturalmente como tais.

5 DESCRIÇÃO DA COLOCAÇÃO PRONOMINAL SEGUNDO TRÊS GRAMÁTICAS NORMATIVAS BRASILEIRAS

Nesta seção, realizamos uma detalhada descrição/compilação do paradigma da colocação pronominal a partir das três gramáticas normativas da língua portuguesa do Brasil, apresentadas e justificadas na metodologia (seção 2.2.5), escolhidas para efeito de análise comparativa entre a norma padrão por elas apresentada e o uso vernáculo culto de colocação dos pronomes clíticos, colhido a partir das cartas pessoais de escritores mineiros letrados (falantes/missivistas), amplamente explicitados também na metodologia (seção 2.2.4).

5.1 Descrição das posições dos clíticos pronominais

Os clíticos pronominais na língua portuguesa podem ocupar três posições em relação à forma verbal à qual se ligam: a próclise, a mesóclise e a ênclise. Segundo Bechara (2009[1961], p. 588, itálico do autor), a próclise é a anteposição do clítico pronominal “ao vocábulo tônico: Não *me* deu a notícia”. A “ênclise”, de acordo com Cegalla (2008[1964], p. 538, negrito do autor), dá-se pela posposição dos pronomes oblíquos átonos ao verbo: “Quero-**lhe** muito bem”. E Cunha e Cintra (2001[1984], p. 309, negrito dos autores) dizem que, na “mesóclise”, o pronome átono ocorre no meio do verbo, ou seja, entremeado ao verbo: “Calar-**me**-ei”, “Calar-**me**-ia”.

5.2 Descrição/compilação da norma de colocação dos clíticos pronominais

No tópico gramatical “Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos”, nas gramáticas normativas do PB, são apresentadas regras gerais que determinam os contextos morfossintáticos de acordo com os quais os clíticos pronominais devem ser posicionados, tomando a forma verbal como base para essa colocação. É importante salientar que tais regras se espelham na norma europeia, que continua exercendo uma forte influência nos compêndios normativos do PB, talvez no sentido de evitar o eminente distanciamento entre as duas variedades da língua. Contudo, essa diferenciação linguística já é observada tanto na escrita

como, principalmente, no falar brasileiro em relação ao lusitano, como poderá ser verificada na apresentação do tema pelos gramáticos estudados.

5.2.1 *Compilação da colocação pronominal nas formas verbais simples*

Encontram-se descritas, a seguir (Quadro 5), as regras de colocação dos clíticos em relação à forma verbal simples, compiladas das gramáticas de referência (ver seção 2.2.5, da metodologia). A descrição conta com explicitação dos contextos sintáticos capazes de controlar o comportamento dos clíticos, estabelecendo sua posição proclítica, mesoclítica ou enclítica à forma verbal na qual se apoiam foneticamente. Além disso, inserimos comentários (✓) a respeito do que depreendemos a partir de cada regra apresentada, para que se possa verificar a conformidade, ou não, entre os gramáticos.

QUADRO 5 – Regras de colocação dos clíticos pronominais nas formas verbais simples, nas gramáticas de referência

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
Verbo nos futuros do indicativo	<p>- Quando o verbo está no futuro do presente ou no futuro do pretérito, <u>não se pospõe o clítico</u>, usa-se a próclise ou a mesóclise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Teodomiro <i>recordar-se-á</i> ainda de qual foi o desfecho do amor de Eurico...” [AH.1, 60]. • “Os infiéis... <i>contentar-se-ão</i>, talvez, com as riquezas...” [AH.1, 146]. 	<p>- Com verbo no futuro do presente e no futuro do pretérito, <u>se não ocorrer contexto sintático que exija a próclise</u>, usa-se a mesóclise. <u>Se houver esse contexto, impõe-se a próclise</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “<i>Dar-me-iam</i> água para lavar as mãos.” (Graciliano Ramos) • Não <i>lhe pedirei</i> nada. <p>- Em observação adenda, o autor diz que, <u>em caso algum, se haverá de pospor o pronome átono ao futuro do indicativo</u>.</p>	<p>- Quando o verbo está no FUTURO DO PRESENTE ou no FUTURO DO PRETÉRITO, <u>dá-se tão somente a PRÓCLISE ou a MESÓCLISE</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eu me calarei. • Eu me calaria. • Calar-me-ei. • Calar-me-ia.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Como é possível observar, com esses tempos verbais, fica explícita a proibição da ênclise, nos três autores. ✓ A mesóclise é requerida na ausência de contexto atrator do clítico, não podendo ser preterida se esse contexto ocorrer em início de período. ✓ Isso mostra que a colocação pronominal é, vez por outra, regida por mais de uma regra. 		
Verbo no gerúndio precedido da preposição “em”	<p>- Nesse contexto sintático, <u>a tradição fixou a próclise:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • “Ninguém, desde que entrou, <i>em</i> lhe chegando o turno, se conseguirá evadir à saída” [RB.2, 30]. <p>✓ Esta regra foi apresentada pelo autor na página 591, no item Posições fixas.</p>	<p>- Nesse contexto sintático, <u>usa-se a próclise.</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em <i>se tratando</i> de um caso urgente, nada o retinha em casa. 	<p>- Nesse contexto sintático, <u>é preferida a PRÓCLISE:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Em se ela anuviando, em a não vendo, / Já se me a luz de tudo anuviava. (J. de Deus, <i>CF</i>, 205.) • – Em lhe cheirando a homem chulo é com ele. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 755.)
	<p>✓ Podemos inferir que, para os três autores, a ênclise não é tradicionalmente permitida no contexto apresentado.</p>		
Verbo na forma nominal do infinitivo	<p>- Não há menção.</p> <p>✓ O autor trata do verbo no infinitivo somente nas perífrases.</p>	<p>- Para o <u>infinitivo não flexionado, precedido da preposição “a”, com os pronomes “o(s) e a(s)”</u>, usa-se a ênclise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todos corriam a <i>ouvi-lo</i>. • Começou a <i>maltratá-la</i>. • “Sabe ele se tronará a <i>vê-los</i> algum dia?” (JOSE DE ALENCAR) <p>- Junto a <u>infinitivo flexionado, regido de preposição, é de rigor a próclise:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Repreendi-os por <i>se queixarem</i> sem razão. <p>- Vindo o <u>infinitivo impessoal regido da preposição para, quase sempre é indiferente a colocação do pronome oblíquo antes ou depois do verbo, mesmo com a presença do advérbio</u></p>	<p>- Quando o pronome tem a forma <u>o/a</u> e ao infinitivo antecede a preposição <u>a</u>, a <u>ÊNCLISE é mesmo de rigor:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Se soubesse, não continuaria a lê-lo. (R. Barbosa, <i>EDS</i>, 743.) • Logo os outros, Camponeses e Operários, começam a imitá-la. (B. Santareno, <i>TPM</i>, 120.) <p>- Mesmo com <u>INFINITIVOS soltos modificados por negação, é lícita a PRÓCLISE ou a ÊNCLISE, embora haja acentuada tendência para a ênclise:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • E ah! Que desejo de a tomar nos braços... (O. Bilac, <i>P</i>, 72.) • Para não fitá-lo, deixei

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
		<p><i>não</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corri para <i>defendê-lo</i>. • Corri para <i>o defender</i>. • Calei-me para <i>não contrariá-lo</i>. • Calei-me para <i>não o contrariar</i>. <p>- Se a palavra negativa preceder um <u>infinitivo não flexionado</u>, é possível a ênclise:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Calei-me para <i>não magoá-lo</i>. <p>✓ Essa última regra foi acrescentada pelo autor em observação adenda, ao apresentar as palavras atrativas (elementos atratores).</p>	<p>cair os olhos. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 807.)</p> <p>✓ Podemos observar a preferência pela ênclise aos infinitivos, para o autor.</p>
		<p>✓ Nos dois autores, na primeira regra, podemos observar, pelos exemplos, que ela não é condizente com o contexto de forma verbal simples. Na verdade, os exemplos ilustram formas verbais perifrásticas, no contexto de verbo auxiliar + preposição + verbo principal. Embora nosso entendimento de que essa regra se refira a infinitivos em perífrases, decidimos mantê-la aqui como forma de deixar visível que os autores a tratam como formas verbais simples (complexos verbais).</p> <p>✓ Esta regra parece ser colocada pelos autores como uma questão de eufonia (prosódia), ou seja, como uma forma de se evitar que a proximidade da preposição “a” com os clíticos “o/a” soe como crases “ao/à”. Prova disso é que, quando a preposição muda (para), a próclise passa a ser permitida.</p> <p>✓ Podemos observar que aqui também os autores apresentam mais de uma regra para determinar a posição do clítico.</p>	
Verbo no início de oração ou de período	<p>- <u>Em início de período, não se posiciona o clítico em próclise, porém, em início de oração, essa posição é permitida:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • “Sentei-me, enquanto 	<p>- Nos períodos iniciados pelo verbo (que não seja o futuro), usa-se a ênclise, pois, <u>na língua culta, não se abre frase com o pronome oblíquo:</u></p>	<p>- Não há menção.</p> <p>✓ Contudo, observando os exemplos apresentados pelos autores, depreendemos</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
	<p>Virgília, calada, fazia estalar as unhas” [MA.1, 125].</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Não! <i>vos</i> digo eu!” [AH <i>apud</i> FB.1, 197]. • “Querendo parecer originais, <i>nos</i> tornamos ridículos ou extravagantes” [MM]. <p>✓ Pela regra, a próclise é permitida em início de oração, mas, em início de período, ela é categoricamente proibida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “<i>Vai-se</i> a primeira pomba despertada!” (RAIMUNDO CORREIA) • “<i>Diga-me</i> isto só, murmurou ele.” (MACHADO DE ASSIS) • “<i>Vendo-a</i> entrar, Araquém partiu.” (JOSÉ DE ALENCAR) <p>✓ Em início de oração, não há menção explícita do uso do pronome clítico.</p>	<p>que o clítico não seria possível em início de período ou de oração.</p> <p>✓ Segundo os autores, a próclise em início de período e de oração só é possível na colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal.</p>
	<p>✓ Fica claro que a ênclise em início de período é de rigor, em ambos os autores. Mas, no que se refere ao verbo em início de oração, somente Bechara deixa explícito na regra que a anteposição do clítico pronominal é permitida. Já os outros dois autores nem sequer mencionam este contexto sintático.</p>		
Verbo após pausa	<p>- <u>Após pausa entre o elemento atrativo e o verbo, o pronome átono pode vir antes ou depois do verbo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • “Ele esteve alguns instantes de pé, a olhar para mim; depois estendeu-<i>me</i> a mão com um gesto comovido” [MA.1, 86]. <p>✓ Pelo exemplo (não muito bom, por sinal), podemos considerar que a ênclise é preferida, uma vez que se observa um advérbio sem pausa entre ele e o verbo e o clítico posposto ao verbo, contrariando a regra do elemento atrativo (acima).</p>	<p>- Se houver pausa depois do advérbio, <u>prevalecerá a ênclise:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • “Depois, <i>encaminhei-me</i> para ele.” (SAID ALI) • “Aqui uma nuvem escura <i>envolveu-lhe</i> o espírito.” (ANÍBAL MACHADO) <p>✓ Essa regra é apresentada, pelo autor, como uma observação adenda.</p>	<p>- Sempre que houver <u>pausa</u> entre o elemento provocador da PRÓCLISE e o verbo, <u>pode ocorrer a ÊNCLISE:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco depois, detiveram-se de novo. (Ferreira de Castro, OC, I, 403.) <p>✓ Apesar da pausa, o modalizador “pode”, na regra, propõe que, nesse contexto, a próclise seria natural, com possibilidade de ser também a ênclise. Assim, é possível inferir que a posposição do clítico ao verbo, neste contexto, não é obrigatória, para os autores.</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
			<p>- A ênclise é <u>naturalmente obrigatória</u> quando aquele elemento, contíguo ao verbo, a ele não se refere:</p> <ul style="list-style-type: none"> • – Sim, sim, disse ela desvairadamente, mas avisemos o cocheiro que nos leve até a casa de Cristiano. / – Não, apelo-me aqui... (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 690.) <p>✓ Nesse contexto, podemos dizer também que a ênclise é “naturalmente” requerida em início de oração, o que é confirmado pelo exemplo.</p>
	<p>✓ Pelos exemplos dos autores, podemos dizer que eles consideram a vírgula ou uma expressão intercalada como sendo marcadores de pausas. No caso desta última, não há especificação do tipo de expressão ou de sua extensão, o que nos leva a considerar qualquer tipo de expressão, nesse contexto.</p>		
Elementos atratores	<p>- Se o verbo for modificado diretamente por <u>um advérbio (sem pausa entre os dois, indicada ou não por vírgula)</u> ou precedido de <u>palavra de sentido negativo, não se pospõe pronome átono</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Não <i>me</i> parece; acho os versos perfeitos” MA.1, 69]. • Sempre <i>me</i> recebiam bem. • Ninguém <i>lhe</i> disse a verdade. <p>- O autor deixa explícito como sendo elementos atratores somente os advérbios e as palavras de sentido negativo.</p> <p>- No entanto, pelas regras</p>	<p>- Nos contextos em que houver, antes do verbo, <u>palavras atrativas, a próclise é de rigor</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Jamais <i>te importunei</i>. • Há pessoas que <i>nos querem</i> bem. Nenhuma que <i>nos odeie</i>. • Se <i>me ensinares</i> o caminho, chegarei lá. • Sempre <i>me lembro</i> dele. • Já <i>se abrem</i> as portas das lojas e dos bancos. • Tudo <i>se acaba</i>. • Só <i>me ofereceram</i> um copo d’água. • O rio, ora <i>se estreita</i>, ora <i>se alarga</i> caprichosamente. <p>- Como palavras que</p>	<p>- Quando houver <u>palavra atrativa e não aparecer uma pausa separando-a do verbo, a língua portuguesa tende à PRÓCLISE pronominal</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nunca o vi tão sereno e obstinado. (C. dos Anjos, <i>M</i>, 316.) • Até a voz, dentro em pouco, já me parecia a mesma. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 858.) [...] • Ambos se sentiam humildes e embaraçados. (F. Namora, <i>NM</i>, 293.) • Todos os barcos se perdem, entre o passado e o futuro. (C. Meireles, <i>OP</i>, 37.) <p>- Os autores não</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
	<p>e pelos exemplos apresentados, inferimos que esses elementos também consistem em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ palavras interrogativas e exclamativas; ▪ preposição “em” seguida de gerúndio; ▪ sujeito antes de verbo no subjuntivo (orações optativas). <p>✓ O autor não especifica quais advérbios atraem o clítico. Desse modo, podemos considerar que qualquer advérbio possui essa propriedade.</p>	<p>podem atrair o pronome átono, o autor especifica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ as de sentido negativo; ▪ os pronomes relativos; ▪ as conjunções subordinativas (mesmo elípticas); ▪ certos advérbios; ▪ os pronomes indefinidos (<i>tudo, nada, pouco, muito, quem, todos, alguém, algo, nenhum, ninguém, quando</i>); ▪ a palavra “só” com sentido de “apenas, somente”; ▪ as conjunções coordenativas alternativas (<i>ou... ou, ora... ora, quer... quer</i>). <p>- Além desses, é possível inferir, pelas regras e pelos exemplos, os seguintes contextos atratores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ sujeito anteposto ao verbo, nas orações optativas; ▪ palavras ou expressões exclamativas; ▪ advérbios ou pronomes interrogativos; ▪ preposição expletiva “em” seguida de gerúndio; ▪ preposição antes de infinitivo flexionado. <p>✓ No caso dos advérbios, o termo “certo” torna a regra imprecisa, pois o autor não explicita aqueles que funcionam como atratores.</p>	<p>explicitam os elementos que atraem os clíticos. Porém, podemos traduzir, a partir das regras e dos exemplos, que esses elementos consistem em:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ palavras negativas; ▪ pronomes relativos; ▪ advérbios interrogativos; ▪ conjunções subordinativas (mesmo ocultas); ▪ preposição “em” antes de gerúndio; ▪ certos advérbios (<i>bem, mal, ainda, já, sempre, só, talvez, etc.</i>)* ou <u>expressões adverbiais</u>; ▪ objeto direto ou predicativo em início de oração; ▪ o numeral “ambos”; ▪ pronomes indefinidos (<i>todo, tudo, alguém, outro, qualquer, etc.</i>)**; ▪ e as conjunções coordenativas alternativas (<i>ou... ou, ora... ora etc.</i>). <p>✓ *No caso dos advérbios, os termos “certos” e “etc.” se contradizem, tornando a regra imprecisa. Além disso, há a inclusão do termo “expressões adverbiais”, que aumenta ainda mais o rol desse contexto sintático.</p> <p>✓ **Quanto aos pronomes indefinidos, o “etc.” inclui todos os demais dessa classe como sendo atratores.</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
	<p>✓ Podemos afirmar que, para os três autores, estando presentes esses elementos atratores, a ênclise não é permitida.</p> <p>✓ Em relação aos advérbios e pronomes interrogativos/exclamativos como elementos atratores, podemos questionar se não foi uma opção dos autores tratarem desses elementos quando falam das orações interrogativas/exclamativas, por considerá-los, no lugar dessas orações, os verdadeiros condicionadores da posição dos clíticos pronominais.</p>		
Tipo de oração	<p>- <u>Usa-se a próclise:</u> (i) nas <u>orações subordinadas</u> e (ii) nas <u>orações iniciadas por palavra interrogativa</u> ou <u>exclamativa</u>, com verbo flexionado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Se <i>a</i> visse, iria logo pedi-la ao pai” [MA.1, 87]. • “Confesso que tudo aquilo <i>me</i> pareceu obscuro” [MA.1, 79]. • “Tu que <i>me</i> lês, Virgília amada, não reparas na diferença entre a linguagem de hoje...?” [MA.1, 91]. • “Quantos <i>lhe</i> dá?” [MA.1, 97]. • “Quem <i>me</i> explicará a razão dessa diferença?” [MA.1, 158]. • Como <i>te</i> perseguem! <p>✓ Quanto às orações subordinadas, o autor não especifica quais determinam a posição do clítico, sendo possível inferir que sejam todas elas. Essa falta de especificação conduz a uma imprecisão da regra.</p> <p>✓ É possível observar, pelos exemplos apresentados, que os contextos que antecedem os verbos são pronomes interrogativos,</p>	<p>- <u>A próclise será de rigor:</u></p> <p>(i) nas <u>orações optativas</u> cujo <u>sujeito estiver anteposto ao verbo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Deus <i>o</i> guarde! • Os céus <i>te</i> favoreçam! • A terra <i>lhe</i> seja leve! <p>(ii) nas <u>orações exclamativas</u> iniciadas por <u>palavras</u> ou <u>expressões exclamativas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Como <i>te</i> ihudes! • Quanto <i>nos</i> custa dizer a verdade! <p>✓ Podemos inferir que, se estas orações ocorrerem sem elementos exclamativos, a ênclise seria permitida.</p> <p>(iii) e nas orações <u>interrogativas</u> iniciadas por <u>advérbio</u> ou <u>pronome interrogativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem <i>se</i> apresenta? • Quando <i>me</i> visitas? • Por que <i>vos</i> entristeceis? • Acaso <i>lhe</i> faltam recursos? <p>- Nas <u>reduzidas de gerúndio</u> (sem palavras atrativas) e nas <u>imperativas afirmativas</u>, os pronomes átonos <u>estão enclíticos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • “O anão chegara-se a Inocência, <i>tomando-lhe</i> 	<p>- <u>A PRÓCLISE é preferida:</u></p> <p>(i) nas orações iniciadas com <u>pronomes</u> e <u>advérbios interrogativos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Quem me busca a esta hora tardia? (M. Bandeira, <i>PP</i>, I, 406.) • – Por que te assustas de cada vez? (J. Régio, <i>JA</i>, 98.) • Como a julgariam os pais se conhecessem a vida dela? (U. Tavares Rodrigues, <i>NR</i>, 23.) <p>(ii) nas orações iniciadas por <u>palavras exclamativas</u>, bem como nas <u>orações que exprimem desejo (optativas):</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Que o vento te leve os meus recados de saudade. (F. Namora, <i>RT</i>, 89.) • – Que Deus o abençoe! (B. Santareno, <i>TPM</i>, 18.) • – Bons olhos o vejam! exclamou. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 483.) <p>(iii) nas orações <u>subordinadas desenvolvidas</u>, ainda quando a conjunção esteja oculta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando me deitei, à meia-noite, os preços estavam à altura do peçoço. (C.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
	<p>palavras exclamativas e conjunções, os quais estão exercendo atração sobre o clítico. Do que é possível deprender que são esses elementos que atraem o clítico e não o tipo de oração por si só.</p> <p>- Nas <u>exclamativas</u> e <u>optativas</u>, com o verbo no subjuntivo e sujeito anteposto ao verbo, a <u>tradição fixou a próclise</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Bons ventos <i>o</i> levem! • Deus <i>te</i> ajude! <p>✓ Podemos considerar que o uso da próclise, nestes contextos, é tradicionalmente obrigatório.</p> <p>✓ Esta regra foi apresentada pelo autor na página 591, no item Posições fixas.</p>	<p>uma das mãos.” (VISCONDE DE TAUNAY)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Procure suas colegas e <i>convide-as</i>. • “Romano, <i>escuta-me!</i>” (OLAVO BILAC) <p>✓ Podemos compreender que esse contexto das reduzidas de gerúndio é o de início de oração ou de período.</p> <p>✓ O uso da ênclise, nestes dois contextos, se faz obrigatório.</p>	<p>Drummond de Andrade, <i>BV</i>, 20.)</p> <ul style="list-style-type: none"> • – Prefiro que me desdenhem, que me torturem, a que me deixem só. (U. Tavares Rodrigues, <i>NR</i>, 115.) • – Que é que desejas te mande do Rio? (A. Peixoto, <i>RC</i>. 174.) <p>✓ É possível observar nesta regra, que a conjunção, mesmo oclulta, continua exercendo influência sobre o clítico. Do que podemos inferir que, na verdade, é a conjunção que determina a posição do clítico e não a oração em si.</p> <p>✓ O uso da próclise neste contexto não é uma obrigatoriedade, o que abre possibilidade ao uso da ênclise.</p> <p>✓ Podemos inferir ainda que nas orações reduzidas, a ênclise se faz requerida.</p> <p>- <u>Tende-se à PRÓCLISE nas orações alternativas</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • – Das duas uma: ou as faz ela ou as faço eu. (Sttau Monteiro, <i>APJ</i>, 39.) • Maria, ora se atribulava, ora se abonçava. (Ó. Ribas, <i>EMT</i>, 18.) <p>✓ O uso da próclise, neste contexto, é só uma tendência, não uma obrigatoriedade. Do que podemos</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS FORMAS VERBAIS SIMPLES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 588-589)	CEGALLA (2008[1964], p. 538-540)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 309-314)
			<p>deprender uma permissão ao uso da ênclise.</p> <p>- A ÊNCLISE e a PRÓCLISE são proibidas com os particípios. Quando o PARTICÍPIO vem desacompanhado do auxiliar, usa-se a forma oblíqua preposicionada:</p> <p>• Dada a mim a explicação, saiu.</p> <p>✓ Este é um contexto de oração reduzida de particípio, em que fica clara a proibição do clítico em qualquer posição em relação à forma nominal do particípio.</p>
	<p>✓ Em relação às orações interrogativas, é possível observar que os autores tratam somente das diretas, ou seja, as iniciadas por pronomes ou advérbios interrogativos. Do que é possível inferir que, nas indiretas, não iniciadas por esses elementos, a colocação do clítico é opcional e que, na verdade, podem ser esses pronomes e advérbios que estão determinando a posição do clítico, e não a oração interrogativa em si.</p> <p>✓ No que se refere às orações subordinadas, nos exemplos dos dois autores que tratam desse contexto, é possível depreender que a conjunção é que pode estar favorecendo a próclise, e não essas orações <i>per si</i>.</p> <p>✓ Quanto às orações alternativas, indicadas por Cunha e Cintra, no contexto “elementos atratores”, as conjunções é que são consideradas como contexto favorecedor dos pronomes clíticos.</p> <p>✓ É possível verificar ainda que esses entendimentos são plausíveis, devido à falta de rigor das regras propostas pelos gramáticos e pela proposição de mais de uma regra para o mesmo contexto sintático.</p>		

Fonte: Elaborado a partir das três gramáticas de referência.

Nota: Nos exemplos apresentados, mantivemos os realces (CAIXA-ALTA, *itálico* e **negrito**) como apresentados pelos gramáticos.

Em relação à posição mais natural do clítico, Cunha e Cintra (p. 309, caixa-alta dos autores) partem do princípio de que, “sendo o pronome átono objeto direto ou indireto do verbo, a sua colocação lógica, normal, é a ÊNCLISE”. Já Bechara (2009[1961]) e Cegalla (2008[1964]) não fazem menção a esse princípio, porém depreendemos, a partir das regras

apresentadas pelos autores, que também para eles a posição natural do pronome clítico seria a ênclise, uma vez que, para ocorrer a próclise, é preciso um contexto sintático mais específico, sendo que, não existindo esse contexto, a ênclise é requerida. Além disso, os autores destacam certos casos da ênclise eufônica ou enfática, que sacrificam as regras para o uso da próclise, mostrando que, às vezes, a posposição do clítico se faz solicitada por soar com elegância e realce aos ouvidos, no caso da oralidade.

Contudo, essa sintaxe de ordem dos clíticos é de natureza europeia e não brasileira. Em seu estudo que trata da comparação entre os textos da constituição do Império (1824) e a da República (1891), em que se tem materializada a passagem entre o português clássico e o moderno, este último constituindo a norma proposta nas gramáticas normativas do Brasil, Pagotto (2013) assevera que, na constituição da nova norma culta brasileira, no século XIX, os traços da norma europeia não foram abandonados. Segundo o autor, o importante

[...] é que, no mais das vezes, a constituição dessa nova norma não se dá pela incorporação das mudanças que se processavam na gramática brasileira. Ao contrário, vários traços incorporados a essa nova norma parecem ir na direção oposta àquela que seguia o português brasileiro. Assim é com os clíticos [...]. (PAGOTTO, 2013, p. 48).

Quanto à conformidade dos gramáticos em relação às regras apresentadas de colocação dos clíticos em um só verbo (Quadro 5), é possível observar que os três são consensuais somente em dois contextos sintáticos: (i) verbo nos futuros do indicativo, quando a ênclise é proibida; e (ii) verbo no gerúndio precedido da preposição “em”, quando a próclise é requerida. Já, nos demais contextos, eles concordam parcialmente, ou divergem em alguns pontos, ou até mesmo, em alguns casos, não fazem sequer menção a um ou outro contexto, como no caso do verbo em início de período ou de oração e do verbo na forma nominal do infinitivo. Os comentários tecidos no interior do quadro, para cada regra de cada gramático, dão uma ideia mais clara desses consensos e parcialidades em relação ao fenômeno exposto.

No que se refere ao contexto que dita a interposição do clítico ao verbo, nossos três gramáticos são unânimes em afirmar que há um único, o da forma verbal nos futuros do indicativo. Nesse ambiente sintático, a mesóclise é mencionada como uma das posições obrigatórias do clítico, especialmente quando o verbo estiver em início de período; a outra é a próclise, no caso de haver elementos atratores. Assim, confirmando esse caso de mesóclise, Cegalla (2008[1964], p. 541, *italico do autor, sublinhado nosso*) defende que a

[...] intercalação das variações pronominais átonas ocorre somente no futuro do presente e no futuro do pretérito, desde que antes do verbo não haja palavra que exija a próclise. Exemplos: *Realizar-se-á*, em maio, uma reunião de prefeitos. [...] ‘*Dar-me-iam* água para lavar as mãos.’ (Graciliano Ramos) [...].”

Contudo, o autor propõe, como observação, que a mesóclise não é de uso comum na fala cotidiana, restringindo-a ao âmbito formal de uso da língua: “A mesóclise é colocação exclusiva da língua culta e da modalidade literária. Na fala corrente, emprega-se a próclise: Eu *lhe* direi a verdade. Eles *se* arrependerão (ou vão *se arrepender*). Ela *o* chamaria de louco. Ao meio-dia, *nos* sentaríamos à mesa” (CEGALLA, 2008[1964], 541, itálico do autor).

Em acréscimo às regras apresentadas, os três gramáticos fazem ainda referência ao clítico “o” como não oblíquo átono. Bechara (2009[1961], p. 588) menciona o fenômeno no título da seção “Critérios para a colocação dos pronomes pessoais átonos e do demonstrativo *o*”, mas não o desenvolve ali; sua intenção é somente a de mostrar que o pronome demonstrativo “o” segue as mesmas regras de colocação propostas para os pronomes átonos. O autor, na seção que trata dos demonstrativos, o propõe como sendo um “pronome demonstrativo, de emprego absoluto, invariável no masculino e singular quando funciona com o valor ‘grosso modo’ de *isto, isso, aquilo* ou *tal*: Não *o* consentirei jamais [...]” (BECHARA, 2009[1961], p. 167, itálico do autor, sublinhado nosso).

Cegalla (2008[1964], p. 538, itálico do autor, sublinhado nosso), por sua vez, apresenta o tema já mesmo no final da seção “5 Colocação dos pronomes oblíquos átonos”, em forma de observação: “As normas que vamos dar acerca da colocação pronominal aplicam-se também ao pronome demonstrativo *o*, que pode incorporar-se ao verbo à maneira de um pronome pessoal átono, como no exemplo: Ia dizer-lhe uma palavra áspera, mas não *o* fiz”. Mais à frente, ao falar propriamente dos pronomes demonstrativos, o gramático explica melhor esse pronome “o” não oblíquo, chamando-o de “pronome neutro” e dizendo que ele “pode representar um termo ou o conteúdo de uma oração inteira, caso em que aparece, geralmente, como objeto direto, predicativo ou aposto” (CEGALLA, 2008[1964], p. 565).

Já Cunha e Cintra (2001[1984]) tratam do tema na seção “O(s), A(s) como demonstrativos”, fora da seção da colocação dos pronomes átonos. Os autores defendem que o demonstrativo “o” (a, os, as) é “sempre pronome substantivo”, e, se vier “no singular masculino, equivale a *isto, isso, aquilo*”, além disso ele “exerce as funções de objeto direto ou de predicativo, referindo-se a um substantivo, a um adjetivo, ao sentido geral de uma frase ou de um termo dela: [...] Não cuides que não era sincero, era-**o**. (Machado de Assis, OC, I, 893.) [...]” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 340-341, itálico dos autores, sublinhado nosso).

Essas exposições deixam visíveis as semelhanças e as diferenças entre o “o” demonstrativo e “o” oblíquo átono, quais sejam: ambos se referem a substantivos, possuem a função de objeto direto e obedecem às mesmas regras de colocação pronominal; mas somente o demonstrativo funciona como predicativo e retoma um adjetivo ou uma oração ou termo dela, também como aposto.

Há ainda um contexto, apresentado como observação pelos três gramáticos, que merece aqui sua exposição, pois, apesar de ser um uso já obsoleto, faz parte de nosso patrimônio literário, que é o da interpolação do advérbio “não” entre o pronome proclítico e o verbo, ou seja, o “não” pode vir depois do clítico, o que pode também ocorrer com outras palavras. Os autores destacam que esse uso é raro entre brasileiros, sendo mais praticado por escritores clássicos, especialmente os portugueses, e, como exemplo, temos as seguintes sentenças: “(...) descia eu para Nápoles a busca de sol que *o não* havia nas terras do norte [JR.2, 187]” (BECHARA, 2009[1961], p. 589, itálico do autor); “‘Já *me não lembravam* os três primeiros nomes’ (MACHADO DE ASSIS)” (CEGALLA, 2008[1964], 542, itálico do autor); e “Conformado pelas suas palavras, o tio calara-se, só para **lhe não dar** assentimento. (Alves Redol, F, 310.)” (CUNHA; CINTRA, 2001[1984], p. 314, negrito dos autores).

5.2.2 *Compilação da colocação pronominal nas formas verbais perifrásticas*

A seguir (Quadro 6), apresentamos um compilado das normas para as posições dos clíticos relacionada às formas verbais perifrásticas, de acordo ainda com nossos três gramáticos. Na descrição, adicionamos também comentários com nossas inferências acerca do que eles propõem para os contextos sintáticos especificados e para explicitar a concordância, ou não, entre eles.

QUADRO 6 – Regras de colocação dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas, nas gramáticas de referência

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS PERÍFRASES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 589-591)	CEGALLA (2008[1964], p. 543-544)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 314-316)
Verbo principal no infinitivo ou no gerúndio	<p>- <u>Se não houver nada que contrarie os princípios para colocação pronominal nas formas verbais simples</u>, o pronome átono <u>poderá aparecer enclítico (ligado por hífen) ao infinitivo ou ao gerúndio</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Eu quero falar-<i>lhe</i>. • Eu estou falando-<i>lhe</i>. (mais raro) <p>✓ Podemos perceber que, nestes contextos, o termo “poderá” abre a proposta de que o normal seria a próclise ao verbo principal, sendo a ênclise aceita como uma possibilidade, a depender das circunstâncias.</p>	<p>- <u>A próclise ou a ênclise podem ocorrer ao infinitivo ou ao gerúndio, conforme as circunstâncias</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Devo calar-me</i>, ou <i>devo-me calar</i>, ou <i>devo me calar</i>. • <i>Não devo calar-me</i>, ou <i>não me devo calar</i>, ou <i>não devo me calar</i>; • “Mas agora já <i>sabemos nos defender</i>.” (GUIMARÃES ROSA) • <i>Eu o estava lendo há pouco</i>, ou <i>Eu estava-o lendo há pouco</i>, ou <i>Eu estava lendo-o há pouco</i>. • “<i>Você está me machucando</i>.” (FERNANDO SABINO) <p>✓ Podemos dizer que o autor aceita todas as posições do clítico em relação ao infinitivo e ao gerúndio nas perífrases, inclusive quando há elemento atrator.</p> <p>✓ No primeiro, segundo e quarto exemplos, é possível verificar ênclise e próclise ao auxiliar, ampliando a regra.</p>	<p>- <u>Nas locuções verbais, pode dar-se:</u> 1.º) <u>Sempre a ÊNCLISE ao infinitivo ou ao gerúndio</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O roupeiro veio interromper-me. (R. Pompéia, <i>A</i>, 37.); • – Que poderá dizer-nos aquele rato de biblioteca? (A. Ribeiro, <i>AFPB</i>, 215.) • Só quero preveni-lo contra as exagerações do Prólogo. (A. de Quental, <i>C</i>, 314.) • Nós íamos seguindo; e, em torno, imensa, la desenrolando-se a paisagem. (R. Correia, <i>PCP</i>, 304.) <p>✓ Podemos inferir que o termo “sempre” (destacado) impõe uma obrigatoriedade da ênclise ao verbo principal nesses contextos, se não houver elemento atrator. Contudo, o segundo e o terceiro exemplos dos autores contam com contextos favorecedores (interrogativa direta e advérbio, respectivamente), contrariando a regra exposta para o contexto “verbo auxiliar” abaixo.</p>
	<p>✓ Apesar de a ênclise ao infinitivo ou ao gerúndio ser preferida nesse contexto sintático, a próclise também pode ocorrer, segundo Cegalla.</p>		

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS PERÍFRASES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 589-591)	CEGALLA (2008[1964], p. 543-544)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 314-316)
Verbo principal no participípio	<p>- <u>O pronome átono jamais se pospõe a participípio:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Eu <i>lhe</i> tenho falado. • Eu tenho-<i>lhe</i> falado. <p>✓ Depreendemos que a próclise e a ênclise podem ocorrer no verbo auxiliar, somente.</p>	<p>- <u>Em tempos compostos (com participípio), os pronomes átonos jamais se juntam ao participípio, podendo ocorrer a próclise, a ênclise ou a mesóclise ao verbo auxiliar, de acordo com as regras já estudadas para a forma verbal simples:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Os amigos <i>o tinham prevenido</i>. • Os presos <i>tinham-se revoltado</i>. • Nunca <i>a tínhamos visto</i>. • <i>Haviam-no já declarado</i> vencedor. <p>✓ É possível inferir que o autor aceita todas as posições em relação ao auxiliar, mas, quanto ao contexto do participípio, a ênclise ou a próclise são proibidas.</p>	<p>- <u>Quando o verbo principal está no PARTICÍPIO, o pronome átono não pode vir depois dele. Virá, então, PROCLÍTICO ou ENCLÍTICO ao verbo auxiliar, de acordo com as normas expostas para os verbos na forma simples:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • – Tenho-o trazido sempre, só hoje é que o viste? (M. J. de Carvalho, <i>TM</i>, 152.) • – Arrependa-se do que me disse, e tudo lhe será perdoado. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 645.) • Que se teria passado? (Coelho Netto, <i>OS</i>, I, 1412.) • Queria mesmo dali adivinhar o que se tinha passado na noite da sua ausência. (Alves Redol, <i>F</i>, 195.)
	<p>✓ Observamos que, neste contexto de verbo principal no participípio, a ênclise é expressamente proibida.</p> <p>✓ Depreendemos, pelos exemplos dos autores, que a próclise ao participípio é rejeitada.</p>		

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS PERÍFRASES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 589-591)	CEGALLA (2008[1964], p. 543-544)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 314-316)
Verbo auxiliar	<p>- O clítico aparecerá <u>tanto em próclise quanto em ênclise ao auxiliar, desde que os princípios para a sua colocação nas formas verbais simples não sejam contrariados:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Eu <i>lhe</i> quero falar. • Eu quero-<i>lhe</i> falar. • Eu <i>lhe</i> estou falando. • Eu estou-<i>lhe</i> falando. • Eu <i>lhe</i> tenho falado. • Eu tenho-<i>lhe</i> falado. • (...) e a conversação de Adrião <i>foi-a</i> lentamente acostumado à sua presença [EQ.4, 56] <p>✓ Apesar de se tratar de regra para o auxiliar, podemos notar aqui uma forte tendência pela colocação do clítico ao auxiliar mais do que ao verbo principal, nas perífrases, pois, de acordo com a norma para as FVS, não havendo contexto favorecedor, “poderia” ser ênclise ao infinitivo ou ao gerúndio</p> <p>✓ Simplificadamente, o autor admite qualquer posição nas perífrases com infinitivo e com gerúndio, e no caso do participio, somente ênclise e próclise ao auxiliar.</p>	<p>- <u>Nas locuções verbais (com infinitivo ou gerúndio), podem os pronomes átonos, conforme as circunstâncias, estar proclíticos ou enclíticos ora ao verbo auxiliar, ora à forma nominal:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Mandei-os entrar</i>. Não <i>os mandei entrar</i>. • <i>Podes ajudá-lo</i>. Não <i>o podes ajudar</i>, ou não <i>podes ajudá-lo</i>. • <i>Eu o estava lendo há pouco</i>, ou <i>Eu estava-o lendo há pouco</i>, ou <i>Eu estava lendo-o há pouco</i>. • As forças <i>iam-se-lhe sumindo</i> de dia para dia. • Os amigos <i>o tinham prevenido</i>. • Os presos <i>tinham-se revoltado</i>. • Nunca <i>a tínhamos visto</i>. <p>✓ É possível inferir que o autor aceita todas as posições em relação ao auxiliar, menos a próclise em início de período, em que a mesóclise seria requerida nos contextos de verbo nos tempos futuros do indicativo.</p> <p>✓ Esta regra se relaciona à primeira apresentada neste quadro.</p>	<p>- <u>Pode dar-se a PRÓCLISE ao verbo auxiliar, quando ocorrem as condições exigidas para a anteposição do pronome clítico a um só verbo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Rita é minha irmã, não me ficaria querendo mal e acabaria rindo também. (Machado de Assis, <i>OC</i>, I, 1051.) • Como te hei de receber em dia tão posterior? (C. Meireles, <i>OP</i>, 406.) • Como se vinha trabalhando mal! • Deus nos há de proteger! • Ega subiu ao seu quarto, onde outro criado lhe estava preparando o banho. (Eça de Queirós, <i>O</i>, II, 329.) <p>✓ A expressão modalizadora “pode dar-se”, presente na regra, leva-nos a considerar que a ênclise também é possível nestes contextos que exigem a próclise.</p> <p>✓ Além disso, no último exemplo, há uma expressão (pausa) entre o elemento atrator (onde) e a forma verbal, que deveria favorecer a ênclise ao auxiliar.</p> <p>- Quando essas condições não se apresentarem, <u>pode dar-se a ÊNCLISE ao verbo auxiliar:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Ia-me esquecendo dela. (G. Ramos,

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS PERÍFRASES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 589-591)	CEGALLA (2008[1964], p. 543-544)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 314-316)
			<p><i>AOH</i>, 40.);</p> <ul style="list-style-type: none"> • A cidade ia-se perdendo à medida que o veleiro rumava para São Pedro. (B. Lopes da Silva, <i>C</i>, 207.) <p>✓ Inferimos que a próclise ao auxiliar só se dá em casos especiais, uma vez que a ênclise é o natural para os autores.</p> <p>✓ De acordo com a primeira regra apresentada neste quadro, não deveria ser “sempre” a ênclise ao infinitivo e ao gerúndio?</p>
Perífrase com preposição	<p>- Não há menção no corpo das regras.</p> <p>✓ Esse tipo de perífrase só é ligeiramente pontuada em uma observação sobre a colocação do clítico entre brasileiros.</p>	<p>- <u>Quando o auxiliar vem seguido de preposição e infinitivo, conforme as circunstâncias</u>, os pronomes átonos <u>podem estar em próclise ou em ênclise ao verbo auxiliar ou à forma nominal</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Há de acostumar-se</i>, ou <i>há de se acostumar</i>. • <i>Não se há de acostumar</i>, ou <i>não há de acostumar-se</i>. • <i>Deixou de visitá-lo</i>, ou <i>deixou de o visitar</i>. • <i>Não o deixou de visitar</i>, ou <i>não deixou de visitá-lo</i>, ou <i>não deixou de o visitar</i>. <p>✓ Se levarmos em conta os exemplos apresentados, podemos observar que a ênclise ao auxiliar, neste contexto, não ocorre, apesar de ser proposto</p>	<p>- Não há menção no corpo das regras.</p> <p>✓ Contudo, os autores, nas regras anteriores, oferecem cinco exemplos em que esta construção aparece:</p> <ul style="list-style-type: none"> • – Ninguém o havia de dizer. (A. Ribeiro, <i>M</i>, 68.) • – Que mal me havia de fazer? (M. Torga, <i>NCM</i>, 47.) • Deus nos há de proteger! • Como te hei de receber em dia tão posterior? (C. Meireles, <i>OP</i>, 406.) <p>dos quais podemos inferir que a próclise ao auxiliar, neste contexto, é preferida. Entretanto, de acordo com a norma para as formas verbais</p>

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS PERÍFRASES			
CONTEXTO SINTÁTICO	BECHARA (2009[1961], p. 589-591)	CEGALLA (2008[1964], p. 543-544)	CUNHA E CINTRA (2001[1984], p. 314-316)
		<p>pela regra. E ainda se observa que o elemento atrator não determina a anterioridade do clítico, nesse contexto.</p> <p>✓ Além disso, não podemos deixar de notar que a preposição “de” é a única aceita pelo autor, neste contexto. Com as outras preposições, o autor não considera perífrase, como é possível verificar no contexto “verbo na forma nominal do infinitivo”, no Quadro 5.</p>	<p>simples, esses exemplos se constituem contextos favorecedores da próclise (ver Quadro 5)</p>
<p>✓ A colocação dos clíticos pronominais em relação às formas verbais perifrásticas, de acordo com os gramáticos, é determinada pelos princípios que regulam essa colocação nas formas simples do verbo. No entanto, é possível verificar que os próprios gramáticos contrariam esses princípios através de alguns exemplos dispostos para cada contexto sintático aqui apresentado, permitindo, com isso, que as regras propostas se tornem imprecisas.</p>			

Fonte: Elaborado a partir das três gramáticas de referência.

Nota: Nos exemplos apresentados, mantivemos os realces (CAIXA-ALTA, *itálico* e **negrito**) como apresentados pelos gramáticos.

Quanto à conformidade sobre as posições dos clíticos pronominais relacionadas às formas verbais perifrásticas, assim como ocorre nas formas verbais simples, os gramáticos não apresentam concordância em todos os contextos apresentados. O único consenso observado se refere à regra de proibição da ênclise ao verbo principal, quando este for um particípio. No contexto de perífrase com preposição, somente Cegalla (2008[1964]) regula a posição do clítico explicitamente; os outros dois nem fazem menção a essa temática. Nos demais contextos sintáticos, os linguistas concordam de modo parcial, acrescentando uma nuance ou outra em suas regras, como é possível conferir no Quadro 6, acima.

A seguir, apresentamos as explicitações dos três gramáticos relativamente à colocação dos clíticos no português do Brasil, nos dois contextos morfossintáticos descritos nos quadros anteriores. Essas explicitações não foram incluídas nos quadros devido ao fato de elas serem apresentadas, quase sempre, de forma adenda nas gramáticas, talvez para deixar

claro que a colocação pronominal brasileira não é a forma a ser adotada num contexto mais formal de uso da língua, uma vez que ela se baseia no falar cotidiano do PB.

5.2.3 *A colocação pronominal no português do Brasil, na visão dos gramáticos consultados*

Em sua gramática, Bechara (2009[1961], p. 587, *itálico do autor, sublinhado nosso*) abre a seção que trata da colocação dos clíticos pronominais afirmando que esse tipo de colocação, além de seu aspecto sintático, atende também às exigências eufônicas, ou seja, obedece à prosódia, principalmente no falar brasileiro:

Durante muito tempo viu-se o problema apenas pelo aspecto sintático, criando-se a falsa teoria da “atração” vocabular do *não*, do *quê*, de certas conjunções e tantos outros vocábulos. Graças a notáveis pesquisadores, e principalmente a Said Ali, passou-se a considerar o assunto pelo aspecto fonético-sintático. Abriram-se com isso os horizontes, estudou-se a questão dos vocábulos átonos e tônicos, e chegou-se à conclusão de que muitas regras estabelecidas pelos puristas ou estavam erradas, ou se aplicavam em especial atenção ao falar lusitano. A Gramática, alicerçada na tradição literária, ainda não se dispôs a fazer concessões a algumas tendências do falar de brasileiros cultos, e não leva em conta as possibilidades estilísticas que os escritores conseguem extrair da colocação de pronomes átonos. Daremos aqui apenas aquelas normas que, sem exagero, são observadas na linguagem escrita e falada das pessoas cultas. Não se infringindo os critérios expostos, o problema é a questão pessoal de escolha, atendendo-se às exigências da eufonia. É urgente afastar a ideia de que a colocação brasileira é inferior à que os portugueses observam [...].

Ao afirmar que a colocação pronominal brasileira é uma questão de escolha pessoal, que atende às exigências do bom tom produzido ao se usar o clítico pronominal, o que é, para o linguista, um “problema”, este assume que as regras propostas em sua gramática somente tendem ao “falar de brasileiros cultos”. Apesar de não apresentar uma visão preconceituosa sobre a variante brasileira, defendendo que as normas desta não são inferiores à norma europeia e, até mesmo, expondo crítica aos puristas, Bechara (2009[1961] ainda mantém as normas brasileira em observações adendas:

OBSERVAÇÕES:

1.º) Com mais frequência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen:

Eu quero *lhe* falar.

Eu estou *lhe* falando.

A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição: *Começou a lhe falar* ou *a falar-lhe*. (BECHARA, 2009[1961], p. 590, *itálico do autor, sublinhado nosso*).

Quando da posição do pronome clítico na perífrase com particípio, Bechara (2009[1961], p. 590, itálico do autor, sublinhado nosso) destaca que, no PB, a próclise ao particípio é lícita: “Jamais se pospõe pronome átono a particípio. Entre brasileiros também ocorre a próclise ao particípio: Eu tenho *lhe* falado”, no entanto não há, em sua gramática, uma regra explícita, com exemplos, que trate especialmente desse fenômeno brasileiro.

Sobre a presença da prosódia em nossa colocação pronominal, Cegalla (2008[1964], 540, itálico do autor, sublinhado nosso) expõe que, no falar brasileiro, os pronomes clíticos possuem uma certa tonicidade, o que justifica a prevalência de sua anteposição em nossa fala:

Na pronúncia do Brasil, as formas pronominais oblíquas não são completamente átonas; são, antes, semitônicas. Assim se explica por que entre nós é predominante a tendência para a próclise: Ele terá de *se explicar*. É o que eu queria *lhe dizer*. [...] “Me penteio, me lavo, me embelezo.” (MARINA COLASANTI) [...].

Além disso, o linguista, ao apresentar a regra de colocação pronominal nas perífrases com particípio, reforça essa nossa inclinação pela posição pré-verbal do pronome clítico, colocando, em seus exemplos, um sinal prosódico ($\overset{\frown}$), destacando que o clítico se apoia no particípio e não no auxiliar:

- A colocação do pronome átono junto ao particípio, censurada pela Gramática tradicional, é peculiar à língua portuguesa do Brasil, em todos os níveis de fala, e encontra acolhida entre os melhores escritores modernos. Exemplos:
“Tinha *se esquecido* de conferir o bilhete.” (VIVALDO COARACI)
“A conversa na mesa teria *lhe dado* suficiente prestígio para isso?” (JORGE AMADO)
“A terra devia ter *se contorcido*, fervendo em lama.” (ADONIAS FILHO) [...]
“A situação agora havia *se invertido*.” (JOSÉ J. VEIGA) [...]. (CEGALLA, 2008[1964], 543, itálico do autor, sublinhado nosso)

O gramático expressa ainda, em uma de suas observações, que a colocação brasileira se diferencia da lusitana por causa mesmo dessa prosódia, que impõe um ritmo diferenciado em nosso falar em relação ao do PE: “A maneira de colocar os pronomes átonos, no falar brasileiro, nem sempre coincide com a dos portugueses, devido à entoação diferente e ao ritmo peculiar de nossa fala” (CEGALLA, 2008[1964], p. 545, sublinhado nosso).

Além desse nosso ritmo peculiar, que nos direciona a posicionar o clítico antes do verbo, Cegalla (2008[1964], 542, itálico do autor), em mais uma de suas observações, diz ainda que a “próclise com o imperativo afirmativo não era estranha ao português clássico: ‘Agora tu, Calíope, *me ensina*...’ (LUÍS DE CAMÕES) / O pão nosso de cada dia *nos dai*, hoje.

(oração dominical)”. Isso nos leva a registrar que a opção pela anteposição do clítico não é somente um brasileirismo; antes se trata de uma “ancianidade” do PB, nos termos de Castilho (2020), indicando que o PB segue nessa tendência proclítica desde o século XV. Nesse sentido, Cegalla (2008[1964]), por meio de notas adendas, apesar de admitir que a colocação pronominal brasileira deva ser sancionada pelos gramáticos, faz um movimento ainda exíguo nessa direção, em sua gramática, mas, pelo menos, ele já existe.

Nessa perspectiva do arcaísmo do fenômeno estudado, Cunha e Cintra (2001[1984], p. 316-317, *itálico e negrito dos autores, sublinhado nosso*), dedicando uma seção especial para tratar das peculiaridades da colocação pronominal brasileira, reforça que essa colocação se assemelha à medieval e à clássica:

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica.

Podem-se considerar como características do português do Brasil e, também, do português falado nas Repúblicas africanas:

- a) a possibilidade de se iniciarem frases com tais pronomes, especialmente com a forma *me*: – **Me desculpe** se falei demais. (É. Veríssimo, *A*, II, 487.) [...].
- b) a preferência pela próclise nas orações absolutas, principais e coordenadas não iniciadas por palavra que exija ou aconselhe tal colocação: – Se Vossa Reverendíssima me permite, **eu me sento** na rede. (J. Montello, *TSL*, 176.) [...].
- c) a próclise ao verbo principal nas locuções verbais: Será que o pai **não ia se dar** ao respeito? (Autran Dourado, *AS*, 68.) [...].

Isso, mais uma vez, explica as divergências entre as duas variedades da língua, com destaque para o fato de que a lusitana foi a que primeiro mudou sua colocação de próclise > ênclise, distanciando-se da forma clássica, que era predominantemente proclítica no século XV, conforme Martins (1994). Ademais, como mencionado antes, Pagotto (2013, p. 41) também observa que essas diferenças, que se postam principalmente entre a fala e a escrita, se devem ao fato de a norma culta descrita e sistematizada em nossas gramáticas, cunhada no decorrer do século XIX, não ter tido um processo natural de convergência, sendo “construída a ferro e fogo”, sem a “incorporação de formas do português brasileiro falado”.

Finalizada a apresentação das regras de colocação dos clíticos de acordo com três gramáticos brasileiros, aqui representados por Bechara (2009[1961]), Cegalla (2008[1964]) e Cunha e Cintra (2001[1984]), podemos verificar o quanto é complexo o tema, devido às idiosincrasias da língua, principalmente na fala. Além disso, temos que contar ainda com a forte conexão existente entre as normas lusitana e brasileira, sendo esta pautada por aquela, principalmente em relação às regras de colocação pronominal. E um bom exemplo disso está

na possibilidade de reafirmarmos que, na normalização portuguesa, a ênclise é tomada como posição natural do clítico, o qual só vem para antes do verbo por força de algum elemento atrator, sendo essa normatização não condizente com a brasileira, embora sejamos incentivados a utilizá-la nos contextos mais formais de uso da língua. Além disso, certas posições dos clíticos, nas regras brasileiras, são regidas, algumas vezes, por mais de uma regra, tornando ainda mais intrincado o fenômeno.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da coleta e da análise dos clíticos pronominais empregados por falantes/missivistas mineiros cultos em correspondências pessoais são o cerne deste capítulo.

Primeiramente, faremos conhecer os dados das ocorrências dos clíticos pronominais nos três *subcorpora* (FS, MR e OLR), os quais nos permitirão ter uma visão mais ampla do quantitativo, do tipo e da posição dos clíticos utilizados pelos três falantes/missivistas, em suas correspondências pessoais, o que, ainda, nos sinalizará suas preferências a respeito do fenômeno da colocação pronominal.

Em atenção aos condicionadores linguísticos, apresentaremos os dados relativos ao uso da colocação pronominal pelos três missivistas/falantes, para verificarmos se a ordem dos pronomes clíticos utilizada por eles se assemelha ou se diferencia, ou seja, se eles apresentam um padrão comum, ou se existe uma variação na colocação desses clíticos entre eles.

Além disso, a partir da análise dos dados das posições de cada clítico e de suas funções, buscaremos verificar se o tipo de clítico e/ou sua função condicionam/favorecem, ou não, as variantes “próclise”, “mesóclise” e “ênclise”, em relação às nossas duas variáveis: as formas verbais simples e as formas verbais perifrásticas.

Visando a verificar o quanto a sintaxe de ordem dos clíticos pronominais empregada pelos falantes/missivistas se aproxima ou se distancia das regras prescritas nesses compêndios normalizadores da língua portuguesa, estabeleceremos um cotejo entre a norma prescrita pelas gramáticas que nos serviram de referência e o vernáculo de cidadãos mineiros altamente letrados em situação de uso privado.

Em seguida, observando os condicionadores extralinguísticos, analisaremos os dados de uso da CP dos três falantes/missivistas individualmente, ao longo das quatro décadas (de 40 a 70) de troca de correspondências, para investigarmos se eles alteraram a sintaxe de ordem dos clíticos pronominais, ou se mantiveram o mesmo padrão de colocação desses clíticos com o passar do tempo. Nessa oportunidade, utilizaremos esses mesmos dados para verificar ainda se a localidade de vivência dos três missivistas condicionou, ou não, o modo como eles ordenaram os pronomes clítico em suas missivas.

6.1 As ocorrências dos clíticos pronominais nos três *subcorpora* e no *corpus*

Como especificado na metodologia (seção 2.5.1), o quantitativo das ocorrências de colocação pronominal em cada um dos três *subcorpora* foi de 130, contabilizando um total de 390 dados, que compõem o *corpus* desta pesquisa. Desse total, 320 dados (82,1%) ocorreram no contexto morfossintático das formas verbais simples e 70 dados (17,9%) se relacionam às formas verbais perifrásticas.

Na Tabela 1, a seguir, encontram-se dispostos os dados relativos às ocorrências dos pronomes clíticos nos *subcorpora* (FS, MR e OLR), com o total dos clíticos em cada falante/missivista e com destaque para o total geral, no *corpus*, por clítico. Essa ilustração servirá para visualizarmos, comparativamente, as singularidades do uso dos pronomes clíticos nas cartas dos três falantes/missivistas, antes de passarmos à descrição da posição ocupada por esses clíticos, que é o cerne de nosso estudo.

TABELA 1 – Ocorrências dos clíticos pronominais nos *subcorpora* e nos *corpus*

CLÍTICO		FS	MR	OLR	TOTAL
ME		59 (45,4%)	56 (43,1%)	61 (46,9%)	176 (45,1%)
TE		16 (12,3%)	-	4 (3,1%)	20 (5,1%)
O(S), A(S)*		14 (10,8%)	19 (14,6%)	11 (8,5%)	44 (11,3%)
LHE(S)		7 (5,4%)	25 (19,2%)	26 (20,0%)	58 (14,9%)
SE		26 (20,0%)	22 (16,9%)	26 (20,0%)	74 (19,0%)
NOS		8 (6,2%)	8 (6,2%)	2 (1,5%)	18 (4,6%)
VOS		-	-	-	0 (0,0%)
TOTAL	Nº %	130 (100%)	130 (100%)	130 (100%)	390 (100%)

Fonte: Todas as tabelas desta seção e das que se seguem foram elaboradas a partir do *corpus* constituído especificamente para esta pesquisa.

Nota: *Os alomorfes lo(s), la(s), no(s), na(s) foram computados como clítico O/A.

No geral, os dados nos mostram uma pequena diferença de ocorrência dos clíticos de um *subcorpus* para o outro, excetuando-se os clíticos TE e LHE, que tiveram uma variação mais significativa. O clítico TE, em MR, é inexistente, e, em OLR, teve uma ocorrência muito pequena (3,1%) em relação ao índice de FS (12,3%). Os dados do clítico LHE, em FS (5,4%),

destoam consideravelmente dos outros dois falantes/missivistas, o que pode ser justificado pela presença mais acentuada do TE nas cartas de FS. Já as ocorrências do clítico NOS também se apresentaram em pequeno número, principalmente em OLR.

Sobre o clítico LHE, é fato que ele tem sido usado em substituição ao TE, no PB, como é possível verificar, a seguir, nos excertos das cartas de nossos falantes/missivistas:

- (1) *Não vou dar estas razões aqui, porque senão o papel acaba. Apenas **lhe** peço, me perdoe, Pajé.* (FS, 2).
- (2) *Certo de que você não faltará ao meu apelo, **envio-lhe** um grande e saudoso abraço.* (MR, 66).
- (3) *Parabéns, parabéns, parabéns. Felicidade total, paz de espírito, realização verdadeira: tudo **lhe** desejo de coração, com sinceridade verdadeiríssima, nada convencional.* (OLR, 16).

Verifica-se que o clítico de terceira pessoa está substituindo o de segunda quando na função dativa (objeto indireto), o que pode estar indicando um processo de mudança no sistema pronominal do PB. Talvez, esse seja o motivo de um uso maior do LHE em detrimento do TE³², em MR e OLR, que não usam ou usam pouco este último clítico. Além disso, os dados da pesquisa mostram que esse comportamento do LHE se estende para outros usos (funções), evidenciando a existência de um processo de variação e concorrência de formas, como será possível verificar mais adiante (seção 6.3.2).

A seguir, no Gráfico 1, apresentamos apenas as porcentagens relativas ao total dos clíticos por falante/missivista, assim como o total dos dados de cada clítico em relação ao total geral do *corpus*.

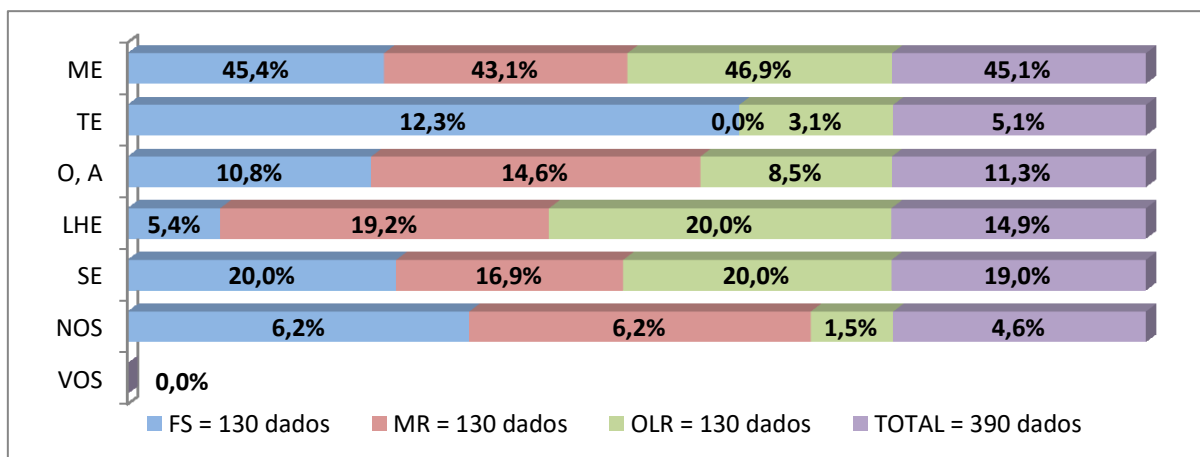


GRÁFICO 1 – Percentagem dos clíticos pronominais nos *subcorpora* e no *corpus*

Fonte: Todos os gráficos desta pesquisa foram elaborados a partir dos dados do nosso *corpus*.

³² Certamente, esses dados refletem também outro processo de variação linguística no quadro pronominal do PB, qual seja, a concorrência entre os pronomes TU e VOCÊ.

Analisando as porcentagens de ocorrência dos clíticos pronominais comparativamente, podemos verificar o robusto percentual do ME (45,1%) em relação aos outros clíticos, no *corpus*, além da equiparação de seus índices nos três *subcorpora*. É importante destacar que essa forte presença do ME vem indicando a dialógica emergida das cartas pessoais, como indícios de uma troca enunciativa entre aquele que fala (remetente/falante) e aquele que ouve (destinatário/interlocutor), de forma espontânea, descontraída. Isso decorre, portanto, do gênero textual e de seu contexto pragmático, em que o missivista se dirige ao seu interlocutor para lhe dar a conhecer (narrar) fatos de sua vida no momento da enunciação.

Considerando-se esse contexto de produção do gênero missiva pessoal, a não ocorrência do clítico VOS, no *corpus*, já era prevista, por conta dessa dialógica, uma vez que as cartas foram endereçadas a um único destinatário (TU/VOCÊ), e caso elas tivessem sido remetidas a um grupo de interlocutores, configuraria o uso da segunda pessoa do plural (VOS), o que não é o nosso caso. Ademais esse clítico não se conforma ao grau de informalidade do gênero do discurso primário (simples), que são as correspondências particulares (BAKHTIN, 1997). Portanto, a ausência do clítico VOS foi favorecida pela especificidade das fontes de dados de nosso *corpus*, assim como a expressiva produtividade do clítico ME.

6.2 O uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas

A partir do pressuposto de que o uso da colocação pronominal de cada falante/missivista coincidiria, uma vez que eles possuíam uma formação acadêmica idêntica (juristas), com ocupações na área do jornalismo e da literatura (escritores), e que cultivavam uma amizade íntima, com contatos constantes por meio da troca de cartas ou por encontros presenciais, analisamos, aqui, os dados de colocação pronominal emergidos de suas missivas, para verificarmos a plausibilidade dessa hipótese. Para tanto, trabalharemos para identificar as diferenças e/ou semelhanças da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais dos falantes/missivistas, a partir do cotejo de suas ocorrências no *corpus* desta pesquisa.

Como explicitado antes (seção 3.1), na língua portuguesa, os clíticos pronominais, como instrumentos gramaticais que desempenham a função precípua de complemento verbal, assumem três posições quanto ao contexto morfossintático das formas verbais às quais se

lingam foneticamente: a próclise, a mesóclise e a ênclise, sendo estas regidas pela norma padrão da língua portuguesa (ver Quadros 5 e 6, páginas 92 e 104, respectivamente).

Na Tabela 2, descrevemos as ocorrências dessas três posições em relação ao conjunto total de dados, isto é, incluindo-se os contextos morfossintáticos das formas verbais simples <FVS> e perifrásticas <FVP>, em cada *subcorpus*.

TABELA 2 – Posições dos clíticos pronominais nos *subcorpora* e no *corpus*

POSIÇÃO	FS	MR	OLR	TOTAL
Próclise	110 (84,6%)	92 (70,8%)	96 (73,8%)	298 (76,4%)
Ênclise	20 (15,4%)	38 (29,2%)	34 (26,2%)	92 (23,6%)
Mesóclise	-	-	-	-
TOTAL	130 (100%)	130 (100%)	130 (100%)	390 (100%)

Comparando os percentuais individuais dos três falantes/missivistas, é possível verificar que, entre eles, há uma certa homogeneidade no padrão de uso da colocação dos clíticos pronominais. Contudo, há uma pequena distinção dos dados de MR e OLR em relação aos de FS, que faz um uso um pouco maior da próclise (84,6%) do que da ênclise (15,4%), distanciando-se, de certa forma, dos outros dois falantes/missivistas. No entanto, essa diferença dos dados de um falante/missivista para o outro não nos permite aventar um distanciamento em relação ao uso da colocação pronominal entre eles.

O quantitativo total das posições dos clíticos pronominais no *corpus* evidencia que a próclise é a posição mais usada (preferida) entre os falantes/missivistas, ocorrendo em 76,4% do total dos casos, ou seja, quase quatro quintos do total geral no *corpus*, contra 23,6% de ênclise. Portanto, esses dados corroboram a proposição de que o PB tende a ser uma língua proclítica, ainda que se tome como amostragem linguística somente a fala/escrita de cidadãos altamente letrados.

Em relação à colocação mesoclítica, já era esperado que ela ocorresse minimamente no *corpus*, devido ao grau de informalidade das cartas pessoais, mas sua inexistência nos três *subcorpora* superou as expectativas. Essa constatação vem corroborar o que os nossos gramáticos postulam a respeito dessa posição dos clíticos pronominais: “é colocação exclusiva da língua culta e da modalidade literária. Na fala corrente, emprega-se a próclise [...]” (CEGALLA, 2008[1964], p. 541).

Além dessa tendência de uso mais formal, as condições para ocorrência da mesóclise são mais restritas do que as das outras duas variantes. Segundo nossos gramáticos (ver seção 5.2.1, p. 92), o uso obrigatório da mesóclise ocorre quando o clítico se une a uma forma verbal simples ou a uma perífrase com participio, estando ambas em início de período e nos futuros do indicativo (ex.: Dar-te-ei um presente!/Ter-lhe-ia dado um presente!³³), sendo que, para o caso da perífrase, a mesóclise se daria ao auxiliar. Fora esses contextos, a mesóclise deixa sempre seu lugar para a próclise ou para a ênclise à forma nominal nos contextos das perífrases com infinitivo ou gerúndio, posições que se apresentam mais usuais e menos formais no diálogo cotidiano, principalmente no que se refere à próclise.

Conforme Mira Mateus *et al.* (2003), até na variedade europeia do português moderno, essa ordem do clítico pronominal (mesóclise) se encontra em desaparecimento, sendo substituída pela ênclise, pelo menos nas formas verbais que não estejam nos futuros do indicativo.

Devido a essas restrições e formalidades, é provável que os nossos falantes/missivistas, especialmente pelo tom espontâneo e informal (próximo do vernáculo) de suas correspondências pessoais, tenham evitado, talvez não conscientemente, o uso da variante mesoclítica. Podemos dizer, ainda, que esse dado serve como prova de que a mesóclise não é natural, espontânea, também no PB, sendo reservada apenas para situações mais formais e, provavelmente, oriunda de uma meta-reflexão linguística.

Considerando que essa colocação dos pronomes clíticos pelos falantes/missivistas possa estar, a princípio, condicionada por algum fator linguístico, passaremos a analisar, nas próximas seções, como esses fatores condicionam (ou não) a sintaxe de ordem desses clíticos.

6.3 As posições e as funções dos clíticos pronominais no *corpus*

Trabalhamos, aqui, com a suposição de que a sintaxe de ordem dos pronomes clíticos, em relação às variáveis <FVS> e <FVP>, seria condicionada pelo tipo de clítico e também por sua função. Para testar essa hipótese, discutiremos, a seguir, os resultados relativos às ocorrências das variantes próclise e ênclise em relação a cada clítico, em ambos os contextos de verbo simples e de perífrase. Em seguida, repetiremos essa mesma estrutura de análise só que, dessa vez, apresentando a discussão sobre a relação dessas posições dos clíticos com as funções sintáticas que eles exercem.

³³ Essas sentenças são dados de intuição, usadas tão somente para exemplificar os contextos expressos.

Levando-se em consideração o que foi exposto nas seções anteriores sobre a ausência da mesóclise e do clítico VOS, no *corpus*, optamos por não os apresentar, com seus respectivos campos vazios, nas tabelas que se seguem.

6.3.1 *As posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas*

No Gráfico 2, a seguir, estão dispostos os índices das variantes proclítica [cl-FVS] e enclítica [FVS-cl] no contexto morfossintático de um único verbo. Nele se verifica a alta produtividade da posição pré-verbal dos pronomes clíticos, com exceção do clítico acusativo de terceira pessoa (O/A), que apresenta um índice mais elevado de ênclise.

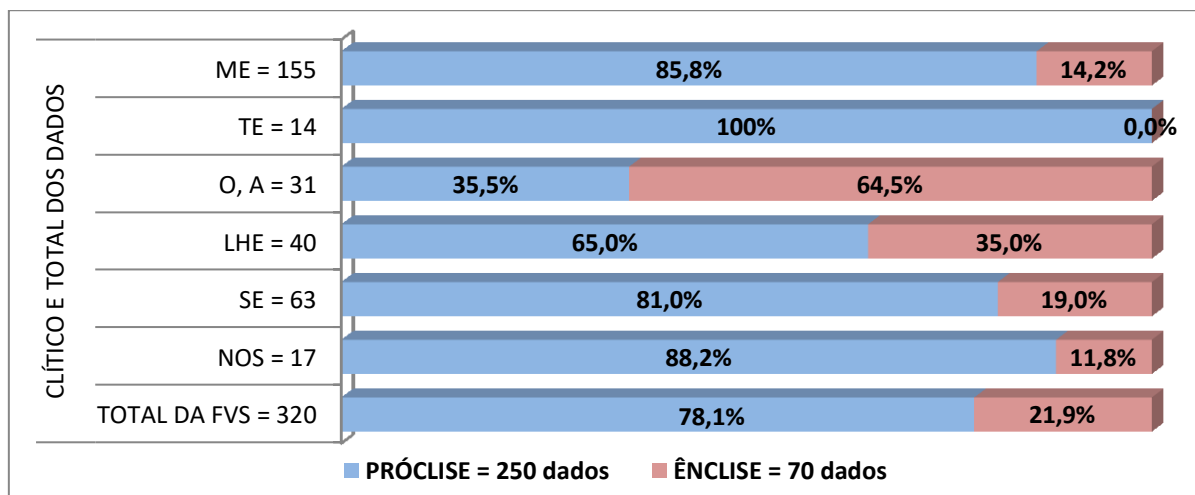


GRÁFICO 2 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples

Essa predominância da variante proclítica, em nosso *corpus*, atesta, sem dúvida, as afirmativas de nossos gramáticos a respeito da preferência pela anteposição dos clíticos pronominais entre os brasileiros (ver seção 5.2.3, p. 109). Mas, o que explica tal preferência? Uma explicação plausível é apresentada por Cegalla (2008[1964]), que relaciona o fenômeno ao fato de as formas pronominais átonas, no PB, possuírem uma semitonicidade, favorecendo sua posição pré-verbal. Cegalla (2008[1964]) ainda menciona que a entoação e o ritmo singular de nossa fala também fazem com que a colocação pronominal brasileira se distancie da do PE. Apoiando-se em dados históricos, Castilho (2020) nos informa que a próclise é tendência no PB desde o século XV, refletindo o português clássico, em que essa posição do clítico predominava.

O Gráfico 2 também nos mostra a posição pré-verbal categórica do clítico TE, que merece ser investigada. Qual a peculiaridade desse clítico para que ele, como acusativo e dativo, seja posicionado, categoricamente, antes das formas verbais simples, nas cartas de nossos falantes/missivistas? Há, nesse fenômeno, uma evidência de variação e/ou mudança na língua? No excerto que se segue,

- (4) *Pensei em sair daqui, e **ir te procurar** no Bas-fond, para onde telefonei **te deixando** recados que você não atendeu ou não **te deram**.* (FS, 7).

nota-se que o clítico de segunda pessoa, tanto em sua função acusativa quanto dativa, ocupa a mesma posição em ambas as formas verbais, mostrando que não é, portanto, a função o que está influenciando sua sintaxe de ordem.

No Gráfico 2, destaca-se, ainda, o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A), que apresenta uma porcentagem de posposição (64,5%; no total do *corpus*, o índice de ênclise é ainda maior: 75%, ver Apêndice A – Tabela 12) quase duas vezes maior do que a de sua anteposição (35,5%) às formas verbais simples. Essa alta produtividade da ênclise somente com esse clítico nos leva a questionar suas razões e a especular se essa forma clítica favorece, em alguma medida, a sua posposição ao verbo.

Coelho *et al.* ([2021]) também relatam um fato semelhante que ocorreu com esse clítico, em que, na função de objeto direto não reflexivo, do século XX para o XXI, houve uma inversão do uso de próclise (de 38% para 15%) para ênclise (de 62% para 85%), respectivamente, e o motivo aventado foi o da “atuação da influência da forma nominal de infinitivo”, pois, entre esses séculos, as ocorrências de objeto direto não reflexivo enclítico se vinculavam, no *corpus* analisado por eles, “a verbo no infinitivo”.

Talvez, essa constatação seja um ponto de partida para entendermos esse comportamento peculiar do clítico O/A. Em nosso *corpus*, verificamos uma quantidade razoável de vinculação do clítico acusativo de terceira pessoa às formas nominais do infinitivo na posição enclítica, nas FVS, mesmo diante de um elemento atrator, como mostram os seguintes excertos:

- (5) *Para **convencê-lo** do seguinte: que, apesar do preço do dólar, você deveria dar um pulo aqui, hospedar-se comigo, batermos uns papos longos, desprogramados.* (OLR, 19).
- (6) *A morte nos rodeia e a pressa é nossa em **encontrá-la**. É preciso cultivar esta pergunta: Quanto tempo nos resta para amar? Um cão vive, no máximo, quinze anos.* (MR, 12).

- (7) *Carlos Lacerda fez um discurso no sul cheio daquelas frases (a Constituição é intocável porque não toca a ninguém **tocá-la** para frente e se tocasse caberia ao povo **tocá-lo** para fora). (FS, 89).*

O fato de o infinitivo alterar sua forma por causa desse clítico pronominal (convencer = convencê-lo; encontrar = encontrá-la; tocar = tocá-la), fazendo com que essa forma nominal do verbo unida ao clítico O/A soe foneticamente como um único vocábulo, talvez possa explicar a preferência pela ênclise nesse caso específico, pois, se o clítico vem anteposto ao infinitivo, realça-se o clítico, mas, se posposto, ele integra a sílaba final do infinitivo, mudando, inclusive, a tonicidade do verbo, que deixa de ser oxítono e passa a paroxítono, padrão da maioria dos vocábulos da língua portuguesa.

Enfim, de acordo com os dados apresentados, temos confirmado o elevado percentual da anteposição dos clíticos pronominais no contexto sintático de verbo simples, com 78,1% de próclise, contra somente 21,9% de ênclise, no total desse contexto, indicando que a primeira variante [cl-FVS] é mais produtiva com quase todos os clíticos em relação à variável <FVS>, com exceção do clítico acusativo de terceira pessoa (O/A), que se postou contrário ao perfil traçado pelos demais. Esse dado mostra, portanto, que o clítico acusativo de terceira pessoa favorece a ênclise, a despeito da tendência proclítica do PB.

* * *

Passando às perífrases, na Tabela 3, abaixo, estão dispostos os dados referentes às posições dos clíticos relacionadas aos dois tipos verbais que compõem as formas verbais perifrásticas, o auxiliar e as formas nominais: infinitivo, gerúndio e participio. Nesse contexto sintático, temos uma semelhança em relação aos resultados apresentados nas formas simples do verbo, em que se contabiliza um índice de próclise (68,6%) duas vezes maior do que de ênclise (31,4%), atestando, mais uma vez, a natureza proclítica do PB.

Das 48 ocorrências de anteposição dos clíticos pronominais, mais da metade (52,1%) foi ao infinitivo, sendo mais fortemente representada pelos clíticos ME, TE, LHE e SE, indicando que, para esses clíticos, essa forma nominal do verbo parece favorecer a variante [AUX cl-FN] no contexto sintático das perífrases. No entanto, é importante questionar se esse fenômeno se dá mesmo por causa do infinitivo, ou se é o tipo de clítico que está ditando as regras, já que vimos, no caso das formas simples, uma atuação do clítico acusativo de terceira pessoa sobre a ênclise em contexto de infinitivo.

TABELA 3 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas

POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
	ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Próclise	Infinitivo	10 (50,0%)	4 (66,7%)	-	8 (72,7%)	3 (30,0%)	-	25 (52,1%)
	Gerúndio	5 (25,0%)	2 (33,3%)	-	2 (18,2%)	1 (10,0%)	-	10 (20,8%)
	Auxiliar	2 (10,0%)	-	-	1 (9,1%)	5 (50,0%)	-	8 (16,7%)
	Particípio	3 (15,0%)	-	-	-	1 (10,0%)	1 (100%)	5 (10,4%)
	Subtotal	20 (95,2%)	6 (100%)	-	11 (61,1%)	10 (90,9%)	1 (100%)	48 (68,6%)
Ênclise	Infinitivo	-	-	13 (100%)	7 (100%)	1 (100%)	-	21 (95,5%)
	Gerúndio	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
	Auxiliar	1 (100%)	-	-	-	-	-	1 (4,5%)
	Particípio	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
	Subtotal	1 (4,8%)	-	13 (100%)	7 (38,9%)	1 (9,1%)	-	22 (31,4%)
TOTAL	Nº (%)	21 (100%)	6 (100%)	13 (100%)	18 (100%)	11 (100%)	1 (100%)	70 (100%)

Por outro lado, quanto à variante enclítica dos pronomes átonos, a maior parte dos seus 22 dados também ocorreu ao infinitivo (95,5%), porém com participação categórica do clítico acusativo de terceira pessoa (O/A). Esse resultado é um indício de que o clítico acusativo O/A se comporta como favorecedor da ênclise também nas perífrases.

Já, quanto ao clítico LHE, nas perífrases, com mais de um terço do total de suas ocorrências também na posição de ênclise (38,9%) à forma nominal do infinitivo, podemos dizer que, como naturalmente dativo, ele seja posicionado, preferencialmente, depois do infinitivo, pois, no nosso *corpus*, das 5 ocorrências de ênclise ao infinitivo, 3 foram nessa condição. Por outro lado, é possível afirmar que, quando o LHE está em substituição ao clítico TE dativo, ele é mais favorecido antes das formas nominais, principalmente o infinitivo, e do auxiliar, uma vez que todas as ocorrências desse clítico, nessa condição, nas FVP, apareceram proclíticas (ver Apêndice B, Tabela 15).

A Tabela 3 ainda nos mostra que o índice de anteposição dos pronomes clíticos ao particípio nas perífrases é considerável (10,4%), pelo fato de esse contexto ser categórico de não ocorrência da ênclise. Segundo Cegalla (2008[1964], p. 543, sublinhado nosso), “nos tempos compostos os pronomes átonos [...] se juntam ao verbo auxiliar e jamais ao particípio,

podendo ocorrer [...] a próclise, a ênclise ou a mesóclise”. Então, se considerarmos a proposição desse gramático, essa ocorrência da próclise ao particípio não nos permite dizer que ela esteja de acordo, ou não, com a referida regra, uma vez que os clíticos não ocorreram nem proclítico, nem enclítico ao auxiliar. Por outro lado, o próprio gramático assim como os outros dois analisados já preveem esse uso dos pronomes clíticos no PB, e os dados vêm corroborar essa previsão (ver seção 5.2.3).

* * *

Portanto, a partir dos resultados apresentados em ambas as variáveis das formas verbais simples e perifrásticas, quanto ao clítico de segunda pessoa (TE), que ocorreu categoricamente na posição pré-verbal nas duas variáveis, e ao clítico acusativo de terceira pessoa (O/A), que ocorreu somente na posição pós-verbal, na FVP, e, em sua maior parte (64,5%), também posposto ao verbo, na FVS, é plausível aventar que esses dois tipos de clítico favorecem essas posições nesses contextos sintáticos, respectivamente.

Em relação aos outros clíticos, apesar de eles terem sido mais produtivos na posição pré-verbal, tanto na FVS quanto na FVP, somente nos cabe afirmar que há uma tendência desses clíticos em ocupar essa posição, em ambas as variáveis sintáticas.

Apesar dessas evidências, não dá para postular que são os tipos de clítico pronominal que favorecem, ou não, as variantes proclítica ou enclítica em relação às variáveis <FVS> e <FVP>, pois suas funções sintáticas também podem estar condicionando sua ordem. Tentando avançar um pouco mais nesse entendimento, a seguir, veremos como os pronomes clíticos se comportam em relação às suas respectivas funções.

6.3.2 *As funções dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas*

Conforme discutimos antes, os clíticos pronominais exercem funções sintáticas que variam de acordo com o tipo de clítico e com a transitividade do verbo aos quais se ligam foneticamente (ver seção 3.4). No *corpus* desta pesquisa, analisamos também essas funções, com o propósito de verificarmos se elas condicionam/influenciam, ou não, a ordem que cada um desses clíticos ocupa em relação aos contextos sintáticos das formas verbais simples e perifrásticas.

Os dados das funções dos pronomes clíticos, dispostos na Tabela 4, nos oferecem um panorama significativo da relação entre a função e a posição dos clíticos no contexto sintático das formas verbais simples.

TABELA 4 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples

POSIÇÃO	FUNÇÃO									TOTAL
	AA	AP	CN	IS	OD	ODRF	ODRC	OI	PP	
Próclise	4 (80,0%)	5 (71,4%)	3 (100%)	7 (77,8%)	53 (65,4%)	1 (100%)	3 (100%)	112 (84,2%)	62 (79,5%)	250 (78,1%)
Ênclise	1 (20,0%)	2 (28,6%)	-	2 (22,2%)	28 (34,6%)	-	-	21 (15,8%)	16 (20,5%)	70 (21,9%)
TOTAL	5 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	9 (100%)	81 (100%)	1 (100%)	3 (100%)	133 (100%)	78 (100%)	320 (100%)

Nota: Legenda: Adjunto Adnominal (AA); Apassivador (AP); Complemento Nominal (CN); Indeterminador do Sujeito (IS); Objeto Direto (OD); Objeto Direto Reflexivo (ODRF); Objeto Direto Recíproco (ODRC); Objeto Indireto (OI); Partícula Pronominal (PP).

No que se refere às funções de complemento nominal (excerto 8), objeto direto reflexivo e objeto direto recíproco, verificamos a ocorrência dos clíticos na posição pré-verbal, categoricamente. Já as funções de adjunto adnominal, apassivador (excerto 9) e indeterminador do sujeito (excerto 10) têm seus clíticos ocupando ambas as variantes [cl-FVS] e [FVS-cl], com uma tendência maior para a primeira variante, ou seja, a próclise.

- (8) *O meu aval está à sua disposição. E ficaria satisfeito se ele **lhe fosse útil**, mesmo sabendo da modéstia dele, principalmente nessa praça.* (MR, 35).
 (9) *O seu conto que saiu no Estado de S. Paulo é bom mesmo, **confirma-se**.* (FS, 19).
 (10) *Sim, senhor! Eis aí os magotes, lugar por onde **se toma** o subway.* (OLR, 9).

Apesar da predominância dessa variante, nessas funções, é possível observar, no *corpus*, que, não só nos excertos apresentados mas também nos demais relativos a essas funções, ocorrem contextos sintáticos considerados pelos nossos gramáticos como favorecedores das posições dos clíticos pronominais. Logo, não podemos afirmar que as funções supracitadas possam ter favorecido a variante pré-verbal, senão que o contexto sintático em que ocorreram estejam ditando a sintaxe de ordem dos clíticos.

Devemos, contudo, salientar que as duas funções que mais ocorreram nas formas verbais simples foram as de objeto direto (OD) e de objeto indireto (OI), que, tendo seus índices somados (25,3% + 41,6%, respectivamente), contabilizam 66,9% (214 ocorrências) do

total das ocorrências dos pronomes clíticos nas FVS, o que equivale a mais de dois terços dos dados desse contexto sintático³⁴ (Tabela 5, abaixo). Além disso, dessas 214 ocorrências dos clíticos nessas funções, 165 (77,1%) foram na posição de próclise, e 49 (22,9%), na de ênclise. Por isso, analisaremos essas funções separadamente, para termos uma visão mais apurada de suas nuances.

Na Tabela 5, como no contexto geral, verificamos uma expressiva ocorrência da variante [cl-FVS] nas funções tanto de objeto direto como de objeto indireto, com índices de 65,4% e 84,2%, respectivamente, mostrando, mais uma vez, que a ênclise é menos produtiva no PB.

TABELA 5 – Funções de objeto direto e de objeto indireto relacionadas às posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Objeto Direto	Próclise	34 (82,9%)	2 (100%)	11 (35,5%)	2 (100%)	-	4 (80,0%)	53 (65,4%)
	Ênclise	7 (17,1%)	-	20 (64,5%)	-	-	1 (20,0%)	28 (34,6%)
	Subtotal	41 (26,5%)	2 (14,3%)	31 (100%)	2 (5,0%)	-	5 (29,4%)	81 (25,3%)
Objeto Indireto	Próclise	73 (90,1%)	12 (100%)	-	22 (62,9%)	-	5 (100%)	112 (84,2%)
	Ênclise	8 (9,9%)	-	-	13 (37,1%)	-	-	21 (15,8%)
	Subtotal	81 (52,3%)	12 (85,7%)	-	35 (87,5%)	-	5 (29,4%)	133 (41,6%)
TOTAL*	Nº (%)	155 (100%)	14 (100%)	31 (100%)	40 (100%)	63 (100%)	17 (100%)	320 (100%)
Subtotal**	Nº (%)	122 (78,7%)	14 (100%)	31 (100%)	37 (92,5%)	0 (0%)	10 (58,8%)	214 (66,9%)

Nota: * Total dos dados nas formas verbais simples, por clítico (ver Apêndice A – Tabela 13).

** Subtotal dos dados das duas funções (OD e OI), nas formas verbais simples.

Assim como observado nas funções mencionadas anteriormente, no nosso *corpus*, a maioria das ocorrências dos pronomes clíticos, nessas duas funções, ocorre em contextos sintáticos considerados como favorecedores de próclise. Nos excertos (11) e (12), verificamos os contextos de pronome relativo e de advérbio de negação, respectivamente, com os clíticos na posição de próclise, na função de objeto direto; e, no excerto (13), temos os mesmos

³⁴ A maior produtividade dessas funções é, de certo modo, previsível, já que os clíticos são, em sua maioria, pronomes oblíquos cuja função precípua é de complemento verbal.

contextos condicionadores anteriores, com o clítico dativo também proclítico. Nesses casos, não se pode, portanto, associar a preferência pela próclise ao tipo de clítico ou à sua função.

- (11) *Estive com Israel Pinheiro que **nos honrou** com sua presença na noite de autógrafos, demos a ele uma caixinha de livros (reeditamos as caixinhas, grande sucesso).* (FS, 77).
- (12) *A verdade é que posso ir praticamente quando eu quiser de modo que vou ficando, se alguém não **me empurrar** acabo não indo.* (FS, 33).
- (13) *Somente aqueles que não **lhe interessam**, que **lhe não dedicam** nenhuma amizade, o procuram.* (MR, 17 e 18).
- (14) *Estive no princípio do ano no Brasil e, apesar das tentativas que fiz, inclusive deixando recados no seu apartamento, não me foi possível **levar-lhe** o meu abraço.* (MR, 70).

Por outro lado, no excerto (14), nem a oração subordinada substantiva, nem o advérbio de negação foram capazes de promover a próclise do dativo de terceira pessoa, que, curiosamente, se liga ao infinitivo, mesmo contexto em que o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) ocorreu, em sua maioria, enclítico, em nosso *corpus*.

Fazendo um paralelo entre os excertos (15) e (16), em que temos palavras de sentido negativo agindo como elementos atratores do clítico acusativo, verificamos a próclise e a ênclise, respectivamente, o que nos permite, então, inferir que, de fato, a forma nominal do infinitivo favorece a ênclise, pelo menos no que se refere ao clítico O/A.

- (15) *o André chegou hoje. Infelizmente, não pôde falar com você, para trazer alguma mensagem. Andou aí muito ocupado com o vestibular, depois com outras coisinhas. Telefonou, não **o viu**.* (OLR, 118).
- (16) *Carlos Lacerda fez um discurso no sul cheio daquelas frases (a Constituição é intocável porque não toca a ninguém **tocá-la** para frente e se tocasse caberia ao povo **tocá-lo** para fora).* (FS, 88 e 89).

Embora nos dois contextos de variação tenhamos a presença do clítico acusativo de terceira pessoa, no primeiro caso, o verbo está na forma finita e, no segundo, ele está no infinitivo, o que nos leva a confirmar que essa forma do verbo está atuando nessa variação.

Não obstante essas evidências, há ocorrências dos clíticos nas funções de OD e de OI que, aparentemente, não estão em ambientes sintáticos favorecedores de próclise, pelo menos de acordo com os nossos gramáticos. É o caso dos excertos que se seguem:

- (17) *Suas considerações sobre o Diabo **me impressionaram**: diabos, bastam os meus.* (FS, 22).
- (18) *O conhecimento que você tem de mim e sua amizade **te dão** elementos para imaginar o que me custou.* (FS, 50).

Temos, na parte desses excertos em que os clíticos estão inseridos, o que se chama de orações principais, que os nossos gramáticos não consideram condicionadoras da ordem dos clíticos. Nesses casos, estariam as funções dos clíticos favorecendo a variante proclítica? Se observarmos o excerto (19), a resposta seria um não, pois o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) está no contexto de oração raiz, também sem atratores, mas ele não segue o mesmo perfil que os demais clíticos, ficando na posição pós-verbal.

(19) *E, para seu assombro, verifica que elas não crescem. Uma alegria estúpida **domina-**o.* (MR, 27).

Talvez, para justificar essa colocação, poderíamos lançar mão da questão da escolha, ou estilística, ou da eufonia. Segundo Bechara (2009[1961], p. 587), se não houver infração às regras de CP, deve-se atender à instância da eufonia, porém tem a “questão pessoal de escolha”, que, por si, já é um problema, pois, o que um considera eufônico, outro pode não o considerar, como é o caso do excerto (19).

Na função de objeto indireto (Tabela 5), como mencionado, o destaque ficou por conta do clítico ME, com 81 dados (52,3% do total das 155 ocorrências desse clítico nas FVS), dos quais 90,1% estão em posição proclítica, e 9,9% se encontram enclíticos. Será que essa função (OI) desse clítico está influenciando sua posição nas FVS?

(20) *Ela já poderia estar decidida, mas concordo que não deva coincidir com a de seu pai para não te sobrecarregar – não digo como hospedeiro, não é esse o problema, me arranjo em qualquer lugar – mas como meu companheiro de europeanças, que sem isso não **me interessa** muito esse negócio de Europa não.* (FS, 44).

À parte a expressão de sentido negativo antes do verbo, nesse excerto, não é possível dizer que seja a função de OI a condicionadora da posição do ME, pois esse é o clítico que mais aparece antes das formas verbais, no *corpus*, tanto na sua função dativa como na acusativa. Isso nos permite inferir que, na verdade, o ME possui uma propriedade sintático-prosódica, no PB, que pode estar favorecendo a próclise em detrimento da ênclise.

Em relação à função de partícula pronominal (Tabela 4), esta ocorreu somente com os clíticos ME, SE e NOS, com anteposição às formas verbais simples em 79,5% do total de suas 78 ocorrências, nessa função, o que talvez se deva, em grande parte, como explicitado, aos contextos favorecedores, conforme representados pelos seguintes excertos:

- (21) *Muitas horas já **se passaram** e continuo triste e abatido por dentro – (apesar desta reunião de maiores aqui no Alcazar, não estou bem certo a propósito de quê).* (FS, 4).
- (22) *Sai de Lisboa sem programa, de carro, com o J. Luis e o Armando, até Paris, onde a crise cresceu tanto que **nos refugiamos**, vindos também de carro, em Bruxelas.* (OLR, 76).
- (23) *Confesso que saudades não me atormentam, nem **me sinto** culpado por essa lacuna.* (MR, 52).

Nessa função, destaca-se o clítico SE, por ser, de acordo com nossos gramáticos, o que mais se enquadra nessa função, com 45 (71,4%) de suas 63 ocorrências no contexto sintático das FVS (ver Apêndice B – Tabela 14). Os outros dois clíticos foram colocados nessa função, no *corpus*, por não se adequarem, em muitos casos, às outras funções que lhes são próprias. Isso indica que não só o SE mas também o ME e o NOS compartilham, também, essa função.

Chama a atenção, no *corpus*, um dado imprevisto, mas significativo, que é o das duas ocorrências do clítico LHE na função de OD (excertos 24 e 25), na posição proclítica à forma verbal, uma vez que sua função precípua é a de OI. Talvez, esse comportamento peculiar do LHE esteja condicionando sua sintaxe de ordem, uma vez que só ocorreu a próclise. Além disso, como mencionado antes, o fato de esse clítico estar em substituição ao TE, no PB, faz com que aquele esteja em vias de tomar emprestado, também, uma das funções deste clítico, a de acusativo (OD), conforme explicitado no excerto que se segue:

- (24) *Você conseguirá uma solução para as suas dívidas. Mesmo que seja precária, não tem importância. Eu **lhe ajudarei** encontrar outra melhor, assim que se efetive a minha transferência.* (MR, 38).

Nesse excerto, há explicitamente um verbo transitivo direto e indireto (...*lhe ajudar* [você] [a] *encontrar*...) ligado diretamente a um clítico que deveria se ligar somente aos verbos transitivos indiretos. Além desse, encontramos outro dado, no *subcorpus* de FS, que se relaciona a esse uso diferenciado do LHE:

- (25) *Que mais? O Dalton aparecendo de vez em quando, só fala em literatura, perguntando o tempo todo. Não vou mais na conversa dele desde que se recusou a ler um conto meu: fez cara de enjôo, mal folheou para ver quantas páginas tinha e sugeriu que **lhe mandasse** para Curitiba.* (FS, 124).

Nesse excerto, temos o LHE substituindo também outro clítico, o acusativo de terceira pessoa (O/A) (...*sugeriu que* [o] *mandasse* [o conto/ele] *para Curitiba*). As prováveis

razões para essa diferenciação nos usos do clítico LHE já foram apresentadas por Monteiro (1994, p. 86, *italico do autor*), desde a década de 90:

A forma *lhe* aparece com freqüência junto a verbos transitivos diretos, o fato se deve a motivos vários: estratégia de fuga ao emprego do clítico acusativo [função de objeto direto – O/A], em fase de franca extinção; manutenção de uma simetria morfossintática com outros pronomes (*me, te, se*) que funcionam como objetos diretos; ausência da preposição, o que desestabiliza a oposição entre os dois tipos de complemento verbal [caso do excerto 24]; recurso para se desfazer a ambigüidade entre as referências à segunda ou à terceira pessoa. [...].

Outro autor que descreveu esse fenômeno foi Antenor Nascente (1960, p. 108, *negrito do autor*), que o designou de “*lheísmo*”, ou seja, “o emprego da forma **lhe** como objeto direto”. Segundo o autor, esse emprego se dá por causa da desvalorização do LHE dativo a partir do uso, na linguagem cotidiana, dos pronomes tônicos preposicionados “a/para ele e a/para você”, fazendo com que o clítico dativo, analogicamente, por pressões da língua, fosse uniformizado com os clíticos acusativos-dativos ME e TE e ao acusativo O/A, passando a assumir também a função de acusativo (NASCENTE, 1960). Contudo, esse fenômeno ainda não foi admitido pelos nossos gramáticos, nem mesmo por Bechara (2009[1961]), que se propunha, em sua gramática, a ser mais aberto ao que os modernos estudos de linguagem apresentavam.

Nota-se que o clítico LHE, de há muito, vem sendo usado em substituição a outros clíticos pronominais, como recursos sintático e semântico favorecedores/estabilizadores do processo referencial nos enunciados, proporcionando, dessa maneira, um processo comunicativo mais fluido.

* * *

Passemos, agora, à discussão dos resultados correspondentes às funções dos pronomes clíticos no contexto sintático das formas verbais perifrásticas. Na Tabela 6, abaixo, os dados foram dispostos de acordo com sua hierarquia quantitativa, em relação aos verbos das perífrases, mostrando que a forma nominal do infinitivo foi favorável a ambas as variantes pré-verbal (35,7%) e pós-verbal (30%).

Apesar de os clíticos ocorrerem somente em uma posição, em relação aos verbos perifrásticos, nas funções de adjunto adnominal, de apassivador e de complemento nominal, verificamos que, assim como nas formas verbais simples, todas as suas ocorrências foram

submetidas a algum contexto sintático favorecedor, não nos permitindo dizer que essas funções exerceram alguma influência sobre as respectivas posições dos clíticos, também, no contexto das perífrases, como se observa nos seguintes excertos:

(26) *Você ficou mesmo querido do homem, não **vá lhe comer** a dieta! Millôr e Castejon foram também lembrados, o Marechal sorri com embevecimento.* (OLR, 35).

(27) *Estou remetendo via aérea uma relação de agremiados do Grêmio de Editores e Livreiros. **Pode ser-lhe útil?*** (OLR, 116).

(28) *Mas aguardando sua volta para tocarmos a coisa para frente. Só nós quatro nos juntando e vendo que é que **se pode fazer.*** (FS, 118).

No excerto (26), nota-se que a presença do advérbio de sentido negativo antes da perífrase exerce uma influência tal sobre o clítico dativo que, apesar de este estar em adjunção ao complemento do verbo principal (*não vá lhe comer a dieta [dele]*), não permitiu que ele ocorresse enclítico ao infinitivo, que tem escopo sobre essa posição. No excerto (27), temos o contexto de início de período, que exige a ênclise, logo não é plausível dizer que a função completiva nominal do LHE estaria determinando sua posição. Pelo excerto (28), também, não dá para prever se o clítico apassivador ficaria enclítico ao infinitivo, caso não houvesse o elemento considerado favorecedor da próclise.

TABELA 6 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas

VERBO	POSIÇÃO	FUNÇÃO							TOTAL
		AA	AP	CN	OD	ODRF	OI	PP	
Infinitivo	Próclise	1 (100%)	-	-	4 (19,0%)	1 (50%)	15 (55,6%)	4 (28,6%)	25 (35,7%)
	Ênclise	-	-	2 (100%)	13 (61,9%)	-	5 (18,5%)	1 (7,1%)	21 (30,0%)
Gerúndio	Próclise	-	-	-	3 (14,3%)	1 (50%)	2 (7,4%)	4 (28,6%)	10 (14,3%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
Auxiliar	Próclise	-	3 (100%)	-	-	-	3 (11,1%)	2 (14,3%)	8 (11,4%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	1 (7,1%)	1 (1,4%)
Particípio	Próclise	-	-	-	1 (4,8%)	-	2 (7,4%)	2 (14,3%)	5 (7,1%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
TOTAL	Nº (%)	1 (100%)	3 (100%)	2 (100%)	21 (100%)	2 (100%)	27 (100%)	14 (100%)	70 (100%)

Nota: Legenda: Adjunto Adnominal (AA); Apassivador (AP); Complemento Nominal (CN); Objeto Direto (OD); Objeto Direto Reflexivo (ODRF); Objeto Indireto (OI); Partícula Pronominal (PP).

Passando à função de objeto direto, a Tabela 6 deixa evidente a produtividade da ênclise ao infinitivo (61,9%), em que temos, como seu único representante, o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) (ver Apêndice B – Tabela 15). No *corpus* desta pesquisa, pode ser observado que, mesmo quando esse clítico aparece antecedido de um contexto categórico de próclise, ele ocorre enclítico ao infinitivo, como no excerto (29), em que o advérbio de negação não foi forte o suficiente para atrair o clítico, contrariamente ao que ocorreu com o LHE, na função de adjunto adnominal; e, nos contextos em que é indiferente a colocação proclítica ou enclítica, como no caso de verbo em início de oração, segundo Bechara (2009[1961]), ou de perífrase com preposição, a preferência continua sendo pela posposição do clítico O/A à forma nominal do infinitivo, nas FVP (excertos 30 e 31).

- (29) *Não pude lhe dar o meu abraço de despedida porque o tempo era pouco e não **consegui localizá-lo**. Até a última hora andei louco com o Banco do Brasil, atrás de dólares.* (OLR, 68).
- (30) *Ele e senhora perguntaram enternecidamente por você, **querem vê-lo**, eu garanti que você volta a Bruxelas.* (OLR, 34).
- (31) *Esta carta está saindo aos bofetões, só para não **deixar de escrevê-la** – sem sair michada.* (FS, 31).

Não podemos dizer, nesse caso, que são a função ou o tipo de clítico que estão influenciando a variante [AUX FN-cl], porque, na variável <FVS>, o clítico O/A aparece tanto enclítico como proclítico, nessa mesma função (ver Tabela 5). Então, resta-nos aventar a possibilidade de ser o tipo de verbo, isto é, a forma nominal do infinitivo, que, atrelada ao tipo de clítico, talvez, possa estar influenciando essa variante, nas perífrases, uma vez que esse padrão infinitivo-clítico é verificado também nas formas verbais simples, em que o clítico O/A ocorre mais proeminentemente ao infinitivo, na posição pós-verbal, o que mostra a força exercida por essa forma nominal sobre o acusativo de terceira pessoa.

Inversamente à função de objeto direto, os clíticos pronominais como objeto indireto foram mais produtivos na posição pré-verbal, em todos os verbos da perífrase, ocorrendo com mais força, também, na forma nominal do infinitivo. Porém, como explicitado anteriormente (seção 6.3.1), o clítico LHE também ocorreu enclítico a essa forma nominal, nessa função (excerto 32) (ver Apêndice B – Tabela 15).

- (32) *Mandei para a Sabiá uma carta para o Hélio e outra para o Vina. Chegaram? Agora, recuperado de endereço do Vina, **vou escrever-lhe** amanhã.* (OLR, 103).
- (33) ***Posso te assegurar** que no Rio de Janeiro atualmente ninguém fala noutra coisa senão ir para Bruxelas.* (FS, 48).

No entanto, como se pode observar, algo mais está condicionando a posição dos clíticos. No excerto (32), é a pausa entre o advérbio (agora) e a perífrase que está favorecendo a ênclise ao infinitivo, contudo as variantes [AUX-cl FN] e [AUX cl-FN] também seriam possíveis, mas a força do infinitivo levou o clítico à posição de ênclise, sobre o que não podemos dizer que esta situação é semelhante à da união infinitivo-O/A, devido ao fato de o clítico LHE ter ocorrido também proclítico a essa forma nominal. Já, no excerto (33), o infinitivo não faz ênclise com o clítico dativo TE, sendo mais um indicativo de que é a forma acusativa O/A que está atuando junto ao infinitivo para favorecer a ênclise.

Passando à função de partícula pronominal, como mencionado no contexto da FVS, encontramos os clíticos ME, SE e NOS. Dessa vez, a variante [AUX cl-FN] foi mais produtiva no gerúndio (excerto 34) e no infinitivo (excertos 35 e 36), com índice de 28,6% para ambas as formas nominais, sendo, provavelmente, a razão desse resultado os contextos sintáticos anteriores aos verbos das perífrases.

- (34) *O importante é que o “Boca do Inferno” vai fazendo sucesso, é capaz de já **estar se esgotando**.* (FS, 18).
- (35) *Estou na Embaixada e são 6 horas da tarde – daqui a pouco **tenho de me mandar**. Ainda estou me instalando, arranjei um ap. provisório, agora estou procurando o definitivo.* (FS, 59).
- (36) *Pois aqui no Rio, estou entusiasmado, acabando de montar meu escritório na... Rua Canning! Você **vai se ralar** de inveja.* (FS, 100).
- (37) *Mando aqui uma página do Sunday Times, para você ler, se interessar, e passar ao Hélio. Imagino que ele **há de interessar-se**. Se não, deite fora.* (OLR, 86).
- (38) *Helena e eu **temos nos lembrado** muito de você e ainda ontem de madrugada, ao voltar do aeroporto, lembrei que você, mais do que profeta, parece ter me rogado uma praga...* (OLR, 69).

O clítico SE ocorreu proclítico em todos os verbos da perífrase (ver Apêndice B – Tabela 15), mostrando-se bastante eclético, tendo somente uma ênclise ao infinitivo (excerto 37), em que aparece o verbo haver + preposição + infinitivo, sobre o que podemos conjecturar que essa estrutura perifrástica, talvez, tenha favorecido a variante [AUX FN-cl] desse clítico. Já o clítico NOS (excerto 38), assim como nas FVS, provou ter, também, uma tendência para a próclise nas FVP, apesar de ser um contexto de participio, que tem a ênclise proibida.

Enfim, relacionando os tipos de clítico e as funções que exercem, a partir dos dados referentes às formas verbais perifrásticas (ver a Tabela 6, acima, e as Tabelas 14 e 15 – Apêndice B), identificamos os seguintes resultados: a maior parte das ocorrências do clítico ME se encontra nas funções de OD, OI e partícula pronominal, estando majoritariamente proclítico às formas nominais das perífrases, principalmente o infinitivo; o clítico TE só

ocorreu como OD e OI e antes do infinitivo e do gerúndio; todas as ocorrências do clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) foram enclíticas ao infinitivo; o clítico LHE ocorreu nas funções dativas de adjunto adnominal, complemento nominal e OI, ora antes, ora depois do infinitivo, em sua grande parte; o clítico SE teve sua maior ocorrência na função de partícula pronominal, em sua maioria proclítico ao verbo auxiliar a às três formas nominais do verbo, além da função de apassivador, em que aparece totalmente proclítico ao auxiliar; e a única ocorrência de NOS foi como partícula pronominal, assumindo a posição anterior ao participio.

Como a posição do complemento verbal, via de regra, é depois da forma verbal (conforme Cunha e Cintra (2001[1984]), mais explicitamente), o natural do clítico pronominal, como sendo um complemento do verbo, seria a ênclise, porém os dados apresentados nas formas verbais perifrásticas, mostram que, na maioria das funções dos clíticos, a próclise foi mais abundante para quase todos os clíticos, com exceção do clítico acusativo O/A, que ocorreu enclítico nas FVP, categoricamente, e nas FVS, majoritariamente, em grande parte ao infinitivo. Os dados também nos informam que há uma tendência por certa posição a depender do tipo de pronome clítico: os clíticos ME, TE, LHE, SE e NOS tendem a ocorrer, em sua maior parte, antes das formas verbais, já o clítico O/A se posiciona, quase que exclusivamente, depois delas, principalmente do infinitivo.

* * *

Dessa maneira, a partir das análises dos dados das posições dos clíticos pronominais e de suas funções, constatamos que cada um dos clíticos, em relação às formas verbais simples e perifrásticas, possui uma tendência pela posição pré-verbal mais que por sua concorrente, a posição pós-verbal, a depender não de suas funções, mas, provavelmente, aos contextos sintáticos considerados pelos nossos gramáticos como condicionadores dessas posições dos clíticos, pois a maioria de suas ocorrências foram antes das formas verbais simples e antes das formas nominais nas perífrases. Logo, podemos dizer que a hipótese de que as funções dos clíticos influenciariam suas posições não se aplica.

Por outro lado, quanto aos tipos de clítico, é possível dizer que, tanto nas formas verbais simples quanto nas perifrásticas, os clíticos ME, TE, LHE, SE e NOS tendem pela próclise, independentemente de suas funções, e que o clítico O/A tende pela ênclise, principalmente à forma nominal do infinitivo, independentemente do contexto sintático em que ele está inserido, tornando legítima a hipótese de que o tipo de clítico influenciaria sua sintaxe de ordem.

Apesar desses resultados, verificamos que outros fatores linguísticos também contribuíram para as posições ocupadas pelos clíticos pronominais, conforme suas ocorrências no *corpus* analisado. A seguir, faremos uma análise mais apurada da forma como os pronomes clíticos se comportam na presença dos contextos sintáticos considerados favorecedores de suas posições.

6.4 Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais

Partindo da hipótese de que, no vernáculo de cidadãos altamente letrados, em contexto de informalidade, no PB, seria observada uma colocação dos clíticos pronominais que se distanciaria, em alguma medida, da norma padrão proposta pelos compêndios normativos da língua portuguesa do Brasil, que se espelham na norma europeia, faremos, aqui, um cotejo entre o uso dos pronomes clíticos pelos nossos falantes/missivistas e a norma padrão de colocação pronominal (compilada nos Quadros 5 e 6, p. 92 e 104, respectivamente), nos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas, com o intuito de verificar a validade da hipótese supracitada.

Segundo proposto por nossos gramáticos de referência, algumas palavras têm a faculdade de atrair o pronome clítico para antes das formas verbais às quais se ligam foneticamente. A essas palavras demos o nome de “elementos atratores”, os quais estão contidos nos contextos sintáticos favorecedores das posições dos clíticos (Quadro 5). Esses contextos foram especificados no nosso *corpus*, com o objetivo de verificarmos se eles condicionam, ou não, a posição dos pronomes clíticos em relação tanto às formas verbais simples quanto às perifrásticas.

Assim, apresentamos, nas duas seções que se seguem, os dados referentes a esses contextos favorecedores nesses dois ambientes sintáticos, separadamente (ver Apêndice C – Tabelas 16 e 17, em que os dados estão dispostos por clítico). Na discussão desses dados, incluímos uma breve síntese da norma padrão concernente a cada um desses contextos, com o objetivo de facilitar o cotejo entre o que é proposto nas gramáticas de referência e o uso do fenômeno em análise. Além disso, para ilustrar os dados em discussão, apresentamos alguns excertos selecionados do *corpus* desta pesquisa, e neles serão sublinhados os contextos condicionadores da ordem dos clíticos, o que nos proporcionará uma visão mais detalhada e didática do resultado que estiver em análise.

6.4.1 *Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais simples*

Antes de começarmos a discussão dos resultados referentes aos contextos sintáticos capazes de condicionar a posição dos clíticos pronominais, é importante salientar que, conforme discutido na Seção 5, os nossos gramáticos não são unânimes quanto à maioria desses contextos. Diante dessa situação, torna-se difícil estabelecer contextos categóricos para uma determinada posição do clítico. Dessa maneira, estabelecemos os contextos favorecedores categóricos a partir daqueles que os três gramáticos são consensuais; os demais contextos serão, portanto, tratados como de variação.

Nessa perspectiva, os contextos sintáticos categóricos de próclise, comuns nos nossos três gramáticos, são os seguintes: (i) advérbios (sem especificação); (ii) palavras de sentido negativo, que incluem advérbios (não, nunca etc.), pronomes (nada, ninguém etc.) e conjunções (nem etc.); (iii) gerúndio precedido da preposição “em”; (iv) orações optativas; (v) orações iniciadas por palavra interrogativa (interrogativas diretas) ou exclamativa. O contexto categórico de mesóclise se restringe a verbos nos futuros do indicativo e em início de período. Todos esses contextos servem tanto para a forma verbal simples quanto para a forma verbal perifrástica. Para a última, há ainda um contexto categórico de proibição da ênclise à forma nominal do particípio.

Os dados dispostos na Tabela 7, abaixo, se referem aos contextos sintáticos capazes de controlar o comportamento dos pronomes clíticos junto à variável morfossintática <FVS>, em que se encontra cada um desses contextos relacionados às duas variantes [cl-FVS] e [FVS-cl].

TABELA 7 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais simples

POSICÃO	CONTEXTO SINTÁTICO										TOTAL
	ADV	VAP	CONJ	EM/GR	IO	IP	PREP	PRON	S-S	TO	
PR	66 (100%)	17 (85,0%)	27 (93,1%)	1 (100%)	15 (41,7%)	9 (34,6%)	16 (64,0%)	70 (97,2%)	22 (91,9%)	7 (33,3%)	250 (78,1%)
ÊN	-	3 (15,0%)	2 (6,9%)	-	21 (58,3%)	17 (65,4%)	9 (36,0%)	2 (2,8%)	2 (8,3%)	14 (66,7%)	70 (21,9%)
TOTAL	66 (100%)	20 (100%)	29 (100%)	1 (100%)	36 (100%)	26 (100%)	25 (100%)	72 (100%)	24 (100%)	21 (100%)	320 (100%)

Nota: Legenda: Advérbio/locução adverbial (ADV); Verbo após pausa (VAP); Conjunção/locução conjuncional (CONJ); Gerúndio precedido da preposição “em” (EM/GR); Início de oração (IO); Início de período (IP); Preposição (PREP); Pronome (PRON); Substantivo-sujeito (S-S); Tipo de oração (TO).

Observa-se que o quantitativo de dados na variável <FVS> é expressivo, o que nos permitirá uma análise mais robusta das nuances inerentes ao uso dos pronomes clíticos pelos falantes/missivistas. Assim, o que salta aos olhos, na Tabela 7, são os dados totais das posições dos pronomes clíticos, evidenciando que a ênclise (21,9%) não é a regra, mas a exceção, no português do Brasil.

No que se refere ao contexto sintático advérbio/locução adverbial, segundo os gramáticos de referência, se, entre o advérbio/locução verbal e o verbo, não houver pausa (indicada ou não por vírgula), a anteposição do clítico é requerida. De acordo com os dados, os nossos falantes/missivistas adotaram a regra, pois a totalidade das ocorrências dos clíticos (66 dados) foi na variante [cl-FVS], inclusive com o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A), que, como mostrado na discussão sobre o tipo de clítico e de suas funções, mostra uma tendência pela ênclise.

Os excertos de onde foram extraídos os dados relativos a esse contexto nos permitem dizer que não são somente certos advérbios, como propõem nossos gramáticos, que atraem o pronome clítico, mas a maioria deles (pelo menos aqueles presentes no nosso *corpus*), e, nesse rol, estão incluídas as expressões/locuções adverbiais, conforme exemplificado nos excertos que se seguem:

(39) *Volta e meia me perguntam por que você está tão infeliz aí.* (FS, 19).

(40) *O nosso João Cabral não está zangado e leu a sua carta. Ele me disse que anda passando por um período mau e não tem escrito a ninguém. Foi transferido para Marselha e de lá lhe escreverá.* (MR, 93).

(41) *Eu sou mesmo muito sem-vergonha de ainda lhe escrever...* (OLR, 129).

Nota-se que, no excerto (40), contamos também com o verbo no futuro do presente, que, segundo a norma, não permite que o clítico *lhe* suceda, sendo esse mais um motivador da próclise. Porém, como explicitado na metodologia (seção 2.4.2, p. 56), esse contexto não foi levado em conta na contabilização dos dados, uma vez que, como se observa no excerto, ele está sendo regido por mais de uma regra de colocação pronominal, o que permite uma variação do uso dos clíticos, pois, se não houvesse a expressão atrativa (*de lá*), talvez ocorresse mesóclise, mas essa foi evitada por nossos falantes/missivistas, mostrando, ainda, que existe uma hierarquia entre as regras e que a palavra atrativa parece estar no topo dessa hierarquia.

Sobre o contexto sintático de verbo após pausa, somente Cegalla (2008[1964]) é categórico ao dizer que a ênclise prevalecerá caso ocorra pausa entre um elemento atrator e a forma verbal. Para os outros dois gramáticos, tanto faz a anteposição ou a posposição dos pronomes clíticos nessas circunstâncias. Se levarmos em consideração o que diz Cegalla (2008[1964]) comparado aos nossos dados, temos, aqui, uma transgressão da regra pelos nossos falantes/missivistas, em sua maior parte, pois, das 20 ocorrências dos clíticos nesse contexto, 85% foram na variante [cl-FVS], indicando que, mesmo com a presença da pausa, o elemento atrator continua favorecendo essa variante, como mostram os seguintes excertos:

- (42) *Suas palavras sobre meu romance me reconfortaram bastante – embora eu veja nelas um natural exagero: o de quem, mercê da distância que nos separa, se tomou de amores pelo livro para purgar o soberano desprezo que a ele votava por aqui.* (FS, 36).
- (43) *Mando-lhe também uma entrevista do Paulo que, de certo modo, nos dá uma pequena chance de entrarmos na posteridade.* (MR, 80).

Em relação ao contexto sintático das conjunções/locuções conjuncionais, segundo nossos gramáticos, a preferência é pela variante [cl-FVS]. Nessa perspectiva, nossos resultados mostram que 93,1%, das 29 ocorrências dos clíticos, ocorreram antepostas à forma verbal simples, indicando que as conjunções e/ou as locuções conjuncionais, no *corpus*, estão atuando como favorecedoras da variante [cl-FVS], como descrito pelos gramáticos de referência. Contudo, a variante [FVS-cl] também ocorreu (6,9%), mostrando uma variação no uso dos clíticos, o que indica que esse não é um contexto categórico de próclise no PB. As duas ênclises que ocorreram foram no *subcorpus* de MR (excertos 44 e 45):

- (44) *Um grande abraço e **mande-me** notícias da solução do caso para o seu fiel amigo [...].* (MR, 40).

- (45) *E mande-me notícias. Suas, de Helena, do nosso embaixador Hugo, Jorge Carvalho de Brito e Dada.* (MR, 73).
- (46) *Gostaria que você explicasse a ele os motivos do meu silêncio e lhe dissesse que pode transcrever nos jornais portugueses todos os trabalhos assinados por gente nova.* (MR, 117).

Mas, o que levou o falante/missivista (MR) a usar a ênclise num contexto sintático que, segundo os nossos gramáticos, permite tanto a próclise como a ênclise? Talvez seja por uma questão de escolha desse falante/missivista, ou, até mesmo, por uma pressão normativa. No entanto, no exceto (46) do mesmo falante/missivista, o clítico LHE ficou proclítico no mesmo contexto, com o verbo no modo subjuntivo, como nos casos anteriores, porém com clíticos diferentes. Então, a variação estilística ganha força.

Passando ao contexto de gerúndio precedido da preposição “em”, os nossos gramáticos dizem que a variante próclise é tradicionalmente fixada. Observando os nossos dados, verifica-se que a única ocorrência desse contexto (excerto 47) registrou o clítico SE anteposto à forma verbal, confirmando que esse contexto é categórico da variante [cl-FVS].

- (47) *O pudor, aliado a uma imensa falta de confiança em mim mesmo, leva-me a piores agonias: nunca consigo saber o momento exato de aparecer e desaparecer (em se tratando de convivência humana, naturalmente).* (MR, 43).

Para os contextos sintáticos de início de oração e de início de período, a regra é flexível para o primeiro, valendo tanto a anteposição quando a posposição do clítico; e, para o segundo contexto, a regra fixa a ênclise, se o verbo não estiver nos futuros do indicativo.

Em início de oração, houve preferência pela ênclise (58,3%) em relação à próclise (41,7%), mostrando que a flexibilidade da regra se cumpre. Talvez, por influência do contexto de início de período, a variante [FVS-cl] tenha ocorrido mais. Se cotejarmos os três excertos que se seguem, podemos nos perguntar se é a oração subordinada condicional, com valor adverbial, que precede o clítico TE o que está funcionando como seu atrator, pois, nos outros dois excertos, temos contextos de coordenação em que há variação da posição dos clíticos. É uma hipótese, mas, para confirmá-la, seria necessária uma análise mais detalhada das peculiaridades desse clítico, pois ele só ocorreu nessa posição, no nosso *corpus*.

- (48) *O que está entre parênteses não faz parte da história, **trata-se** de simples informação.* (MR, 59).
- (49) *Se receber logo, **te escrevo** de novo, já com a data certa do embarque e mais detalhes. Se não receber – mas estou certo de que receberei.* (FS, 56).

- (50) *A Lucy Teixeira chegou a Bruxelas, **me telefonou** agorinha mesmo, procura apartamento, faz muitas perguntas sobre gente antiga, fica pasma e cai na gargalhada diante de cada resposta.* (OLR, 13).

Por outro lado, não podemos deixar de destacar que o clítico ME, mais uma vez, apresenta um comportamento distinto, pois, nesse contexto sintático, é o maior representante da variante [cl-FVS], com 14 (77,8%) de suas ocorrências (18 dados) nessa posição (excerto 50) (ver Apêndice C – Tabela 16). Isso serve como evidência de que o clítico TE não é exceção.

Passando ao contexto de início de período, a grande parte das ocorrências dos clíticos ficou enclítica (65,4%), mostrando que o uso dos clíticos pelos falantes/missivistas, nesse contexto, se aproxima parcialmente da norma. Porém, salientamos a relevância do índice de próclise (34,6%), que é representativo dessa transgressão da norma, uma vez que ela proíbe, categoricamente, a anteposição do clítico nesse contexto sintático. Isso mostra, sem dúvida, que o clítico pronominal do PB se diferencia foneticamente do clítico pronominal do PE.

- (51) *Pajé, meu caro Pajé, detesto as explicações, diria o Paulo, detesto as coisas inexplicáveis, direi eu mesmo. Sei que você deve estar safado comigo porque sai quando você chegava lá em casa. **Me perdoe**, mas tive razões enormes para sair, inadiáveis.* (FS, 1).
- (52) ***Alvoroei-me**, mandei buscá-la, acabo de lê-la, respondo no ato.* (FS, 93).
- (53) *Você já procurou o Luiz Camilo, diretor do Banco Crédito Real? **Procure-o**. Ele é um camaradão e compreenderá sua dificuldade.* (MR, 34).
- (54) *Eu: estive na Itália, viajei, viajei, viajei. Vi coisas, muitas coisas. Fiquei crente que falo italiano. **Me lembrei** de você com grande frequência, sobretudo certo domingo, na praia, em Fregene, num bar meio boate.* (OLR, 17).
- (55) ***Vou-me** embora o mais depressa que puder.* (OLR, 126).

Somente o clítico ME ocorreu anteposto à forma verbal, com 9 das suas 20 ocorrências, nesse contexto. Nota-se, nos excertos acima, que os falantes/missivistas estão variando o uso do ME em um contexto categórico da variante [FVS-cl], mostrando que essa forma clítica está protagonizando o processo de variação na sintaxe de ordem dos pronomes clíticos.

Sobre a preposição como contexto favorecedor da posição dos pronomes clíticos, dois dos nossos gramáticos, além do contexto das perífrases com preposição e de verbo no gerúndio precedido da preposição “em”, a mencionam no momento em que apresentam a regra para o contexto de verbo na forma nominal do infinitivo. De acordo com Cegalla (2008[1964]), quando o infinitivo vier flexionado e regido de preposição, a próclise é de

rigor; e, se ao infinitivo não flexionado preceder a preposição “para”, o clítico poderá vir antes ou depois da forma verbal, mesmo com a presença do advérbio “não”, regra esta compartilhada por Cunha e Cintra (2001[1961]), mas estes não especificam o tipo de preposição.

Apesar de não haver uma regra explícita que trate especificamente da preposição como contexto favorecedor da posição das formas pronominais átonas, os dados mostram que esse contexto sintático possui uma certa capacidade de atração dos clíticos, apresentando 64% de próclise, contra 36% de ênclise, nesse contexto sintático.

- (56) *E sobretudo me mande uma palavra animadora sobre a perspectiva de nos vermos aí em breve, há tanto por mim aguardada. (FS, 55).*
- (57) *Para convencê-lo do seguinte: que, apesar do preço do dólar, você deveria dar um pulo aqui, hospedar-se comigo, batermos uns papos longos, desprogramados. (OLR, 19).*
- (58) *A morte nos rodeia e a pressa é nossa em encontrá-la. É preciso cultivar esta pergunta: Quanto tempo nos resta para amar? Um cão vive, no máximo, quinze anos. (MR, 12).*
- (59) *Um grande abraço, meu velho Otto, e não se esqueça de me recomendar a todas as mulheres belas dessa cidade, que eu nunca mais sairei desta cadeia. (MR, 8).*
- (60) *Fernando: abri o envelope (rasgou) só para lhe dizer que li *A inglesa* e fiquei deslumbrado! Estou babando de inveja... Otto. Confidencial. (OLR, 74).*

A primeira regra (preposição + infinitivo flexionado) é observada categoricamente pelos nossos falantes/missivistas, pois os pronomes clíticos, neste contexto específico, no *corpus*, vieram proclíticos a essa forma nominal (excerto 56). Quanto à segunda regra (preposição “para” + infinitivo não flexionado), no nosso *corpus*, é possível verificar que, neste contexto, quando ocorreu com o clítico O/A (excerto 57), este ficou sempre enclítico a essa forma nominal. No entanto, o mesmo aconteceu estando presente outro tipo de preposição (excerto 58), sugerindo, mais uma vez, que esse clítico apresenta um comportamento singular, se comparado aos outros clíticos, que ficaram, em sua maioria, proclíticos ao infinitivo não flexionado, também, com os outros tipos de preposição (excertos 59 e 60). Tudo isso nos possibilita inferir que não somente a preposição “para” mas também as outras (pelo menos as que ocorreram no nosso *corpus*) influenciaram nossos falantes/missivistas no momento de ordenarem os clíticos pronominais, com preferência pela variante [cl-FVS].

Passando ao contexto sintático dos pronomes, Cegalla (2008[1964]) especifica os pronomes relativos e os indefinidos como sendo elementos atratores, propondo que a próclise é de rigor quando eles aparecerem antes das formas verbais. Os dados nos indicam que o

conjunto de pronomes selecionados para esse contexto, além dos mencionados pelo autor (ver seção 2.4.2), se comporta como atrator dos clíticos pronominais, pois nossos falantes/missivistas fizeram uso dos clíticos em observância à regra, apresentando um índice de 97,2%, do subtotal de 72 ocorrências nesse contexto, na variante [cl-FVS]. Por outro lado, houve apenas 2 ocorrências dos clíticos na posição de ênclise (2,8%) (excertos 61 e 62).

- (61) *Carlos Lacerda fez um discurso no sul cheio daquelas frases (a Constituição é intocável porque não toca a ninguém **tocá-la** para frente e se tocasse caberia ao povo tocá-lo para fora).* (FS, 88).
- (62) *Cristina está com o pé inchado, deu um nevoeiro tremendo em Bruxelas e eu **renovo-lhe** o meu abraço de parabéns, que é do sempre inalterável amigo.* (OLR, 14).
- (63) *Quando ia falar à linda Stela (a voz ligeiramente trêmula) no navio que **nos levaria** para longe, lembrei-me de que ele nunca sairia do porto. E que o meu coração havia secado.* (MR, 5).
- (64) *Somente aqueles que não lhe interessam, que lhe não dedicam nenhuma amizade, **o procuram**.* (MR, 19).

No excerto (61), podemos encontrar o que os gramáticos de referência denominam “palavra de sentido negativo” (*ninguém*), que, segundo eles, age como elemento atrator categórico dos clíticos. No entanto, essa regra não foi observada por nossos falantes/missivistas, pois o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) se encontra enclítico, mostrando, novamente, a singularidade do comportamento desse clítico, sobretudo em contextos de verbo no infinitivo, conforme explicitado mais acima na seção que trata dos tipos de clítico e suas funções (seção 6.3, p. 118).

Apesar de ter sido uma única ocorrência enclítica do dativo LHE (excerto 62), nesse contexto, a dúvida se instala, pois qual seria a motivação do falante/missivista para fazer uso dessa variante com esse clítico? A resposta para essa dúvida pode estar na dupla transitividade do verbo, como forma de equiparar a posição de seus complementos: verbo-OI-OD.

O excerto (63) conta também com outro contexto sintático condicionador do clítico, o do futuro do pretérito, de acordo com os nossos gramáticos, mostrando, novamente, que há uma hierarquia entre as regras, pois, sem a palavra atrativa, talvez a mesóclise ocorresse, mas ocorreu a próclise, mostrando que o contexto de pronome relativo parece estar em um lugar mais alto dessa hierarquia, ou ainda que a mesóclise é terminantemente evitada e que não tem lugar em contextos de informalidade, como é a situação de produção dos textos que constituem nossa amostra linguística

Ademais, uma informação que merece registro é que, no *corpus*, houve 2 ocorrências do clítico O/A junto a verbos terminados em ditongo “nasal” (-am, -em) (como no excerto 64), em que os falantes/missivistas usaram a variante [cl-FVS]. Em caráter conjectural, indagamos se eles utilizaram os clíticos nessa posição, para evitar os alomorfes “no(s), na(s)”, por motivo de eufonia, ou por, talvez, serem essas formas clíticas muito formais, pois, como observado até agora, o clítico O/A tem sido colocado enclítico ao verbo, majoritariamente; ou, talvez, essas formas clíticas já se encontrem em processo de desuso no PB, na fala cotidiana, pois, no *corpus*, não ocorreu sequer um desses alomorfes.

No que se refere ao contexto substantivo-sujeito, os nossos gramáticos também não fazem menção a esse contexto, ou seja, eles não o consideram como um condicionador dos clíticos pronominais. Por esse motivo, ele não aparece no Quadro 5 (seção 5.2.1, p. 92). Contudo, houve uma frequência expressiva da variante [cl-FVS] nesse contexto (91,9%). Esse resultado nos inspira a questionar se o contexto sintático substantivo-sujeito é capaz de atrair mesmo os pronomes clíticos, ou se há uma outra motivação para os nossos falantes/missivistas usarem essa variante tão abundantemente, nesse contexto. Talvez, o fato de haver uma tendência à próclise no PB faça com que a ênclise fique residual em determinados contextos, ao contrário do PE, em que ela é regra. Por outro lado, o fato de esse contexto estar situado em oração principal, ou em oração raiz, ou em oração encaixada coordenada, pode nos levar a pensar se isso teria contribuído para tal emprego dos pronomes clíticos.

Os clíticos ME, TE, LHE e NOS ocorreram no contexto de substantivo-sujeito, com o total de suas ocorrências na posição proclítica (ver Apêndice C – Tabela 16). Já os clíticos SE (excerto 65) e O/A (excerto 66) tiveram uma ocorrência cada na posição de ênclise. Nova questão se impõe: o que motivou o nosso falante/missivista (MR) a usar a variante [FVS-cl], distanciando-se dos outros usos dos clíticos nesse contexto? Uma possível resposta se encontra na seção em que tratamos das funções dos clíticos, em que foi aventada as questões de estilística e de eufonia. Olhando para o excerto (67), a questão da estilística é a mais provável.

(65) *Por azar, e mal de nossos pecados, o meu tio encontra-se em Guarapari, no Espírito Santo, em gozo de férias.* (MR, 33).

(66) *E, para seu assombro, verifica que elas não crescem. Uma alegria estúpida domina-o.* (MR, 27).

(67) *A morte nos rodeia e a pressa é nossa em encontrá-la. É preciso cultivar esta pergunta: Quanto tempo nos resta para amar? Um cão vive, no máximo, quinze anos.* (MR, 11).

- (68) *Suas palavras sobre meu romance **me reconfortaram** bastante – embora eu veja nelas um natural exagero: o de quem, mercê da distância que nos separa, se tomou de amores pelo livro para purgar o soberano desprezo que a ele votava por aqui.* (FS, 34).
- (69) *Helena **se associa** no abraço. Meninos, bem. A bênção para o Pedrinho. Como vão os seus?* (OLR, 30).

Como se pode verificar, nesses exemplos, não há elementos atratores antes do verbo, mas somente substantivos-sujeitos, o que deveria ter condicionado nossos falantes/missivistas a posicionarem os clíticos somente após a forma verbal, caso tivessem se pautando pela norma europeia, que orienta as normas de nossos compêndios gramaticais, e que considera a ênclise a posição mais natural, a exemplo do que ocorreu nos dois primeiros excertos; no entanto, nos três últimos excertos, temos somente a variante [cl-FVS]. Dessa maneira, se não temos elementos atratores, por que a tendência por essa variante? Talvez, o contexto substantivo-sujeito, por influência dos pronomes pessoais, já estivesse fixado na mente de nossos falantes/missivista como um elemento capaz de deslocar os clíticos pronominais para antes do verbo; outra conjectura é a tendência proclítica do PB, independentemente de termo atrator, conforme questiona Bechara (2009[1961]).

Para o contexto sintático tipo de oração (ver metodologia, seção 2.4.2, p. 56), são apresentadas duas regras: (1) a ênclise somente se impõe nas orações reduzidas de gerúndio (excerto 70) e nas imperativas afirmativas, regra que é somente proposta por Cegalla (2008[1964]); e (2) para as demais orações, a próclise é de rigor, regra compartilhada pelos nossos três gramáticos.

Os dados da Tabela 7 (cf. p. 136) mostram que o índice da variante [FVS-cl] é de 66,7%, das 21 ocorrências dos clíticos nesse contexto sintático, indicando que os nossos falantes/missivistas observaram parcialmente as regras propostas para esse contexto, uma vez que houve ocorrências da variante [cl-FVS] nas orações reduzidas de gerúndio (excerto 71), assim como da variante [FVS-cl] no contexto das orações subordinadas desenvolvidas (excerto 72), atestando, assim, variação na sintaxe de ordem dos clíticos nesse contexto sintático.

Nesse último caso, supostamente, o tipo de clítico (O/A) pode estar influenciando sua posição, pois, se anteposto à forma verbal, levaria a uma ligação intervocabular, configurando-se a questão da “escolha pessoal”, que atende “às exigências da eufonia”, segundo palavras de Bechara (2009[1961]) (ver seção 5.2.3, da CP no PB, p. 109).

- (70) *O número especial dedicado à nova literatura portuguesa foi recebido aí com restrições, acusando-nos de omissões*. (MR, 120).
- (71) *O Justino Martins me escreve, patético, me convidando para dirigir H de Homem, nova revista Bloch*. (OLR, 108).
- (72) *Consertei meu guarda-chuva sentimental, comprei um novo: “armação de aço, panejamento sedoso”; aluguei o meu olhar de inverno e, para o cúmulo de uma obesa felicidade, aprendi a assoviar uma certa música. Impossível reproduzi-la aqui”*. (MR, 21).
- (73) *Dez anos! Como é que você não me chamou a atenção para o cinquentenário do Etienne? Sujo!* (OLR, 79).
- (74) *Fernando, recebi (e acabo de responder) carta do Autran, contando o encontro com você, meu panic, fear, grief, exhaustion (o resto na carta que mandei ao Marco Aurélio – só agora soube, pelo Autran, que lhe morreu o cunhado Osvaldo – como se morre aí!)*. (OLR, 84).
- (75) *De modo que sugiro você mesmo fazer a carta, me mandar para assinar; assino qualquer coisa*. (FS, 96).

No excerto (73), oração interrogativa direta, e no (74), oração exclamativa, a colocação dos clíticos está em observância à regra (2). Mas, cabe-nos a hipótese de que os pronomes interrogativos e exclamativos e, até mesmo, o advérbio “não”, em (73), estejam também condicionando a ordem dos clíticos, e não essas orações *per se*, ou seja, há dois tipos de condicionadores sintáticos atuando para favorecer a próclise. Isso indica, mais uma vez, a existência de mais de uma regra determinando a colocação pronominal em certos contextos sintáticos.

O excerto (75) nos apresenta a oração reduzida de infinitivo, sobre a qual os nossos gramáticos não fazem menção. No entanto, ela ocorreu em nosso *corpus*, apresentando mais produtivamente a variante [FVS-cl], mostrando que esse tipo de oração parece favorecer a colocação enclítica, pois só houve uma ocorrência da variante concorrente, a desse excerto.

Apesar da proposição de duas regras para o contexto “tipo de oração”, podemos verificar que a variante [FVS-cl] é mais produtiva no *corpus*. Contudo, esse percentual foi alavancado pelo maior número de ocorrência das orações reduzidas de gerúndio e de infinitivo no *corpus*, em que observamos essa variante em grande número.

6.4.2 *Os contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas*

Passemos, agora, à discussão dos resultados concernentes aos contextos sintáticos favorecedores dos pronomes clíticos nas formas verbais perifrásticas. Em linhas gerais, as regras propostas para a variável sintática <FVS> são as mesmas a serem seguidas para a

variável <FVP>, em que os contextos sintáticos tidos como favorecedores da posição dos clíticos devem ser observados também nas perífrases, sendo que a diferença está em qual de seus verbos (auxiliar ou principal/forma nominal) os clíticos pronominais vão se ligar foneticamente.

Desse modo, dependendo das circunstâncias (regras para a FVS), os clíticos podem vir antes ou depois do auxiliar, ou das formas nominais do infinitivo ou do gerúndio, e, no caso da forma nominal do participípio, a ela não se pospõe os clíticos. A variante [cl-AUX FN] só não é permitida quando a perífrase estiver em início de período. Por extensão às regras de CP na FVS, se os elementos atratores vierem antes da perífrase, podem ocorrer as variantes: [cl-AUX FN] ou [AUX-cl FN]; mas, se eles vierem entre seus verbos, somente as variantes [AUX cl-FN] ou [AUX FN-cl] são possíveis. Por outro lado, somente essas duas últimas variantes podem ocorrer se não houver contexto favorecedor nem antes, nem entre a FVP, de acordo com os gramáticos de referência (ver Quadro 6, p. 104).

No que se refere às perífrases com preposição (auxiliar + preposição + infinitivo) (ou perífrase de incidência indireta), somente Cegalla (2008[1964]) trata desse contexto sintático, propondo que o pronome clítico pode se antepor ou se pospor tanto ao verbo auxiliar quanto à forma nominal. Porém, essa regra não é considerada quando a perífrase vem acompanhada da preposição “a” e ocorre o clítico “o(s)/a(s)”, em que é permitida somente a ênclise ao infinitivo. Esta regra é também compartilhada por Cunha e Cintra (2001[1984]) (ver Quadro 5, p. 92).

Na Tabela 8, abaixo, os dados estão dispostos obedecendo a sua hierarquia quantitativa em relação aos verbos das perífrases.

TABELA 8 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas

VERBO	POSICÃO	CONTEXTO SINTÁTICO									TOTAL
		ADV	VAP	CONJ	IO	IP	PREP	PRON	S-S	TO	
Infinitivo	PR	3 (23,1%)	-	4 (36,4%)	3 (37,5%)	2 (28,6%)	11 (68,8%)	2 (40,0%)	-	-	25 (35,7%)
	ÊN	3 (23,1%)	2 (50,0%)	5 (45,5%)	5 (62,5%)	1 (14,3%)	4 (25,0%)	-	1 (33,3%)	-	21 (30,0%)
Gerúndio	PR	3 (23,1%)	2 (50,0%)	-	-	4 (57,1%)	-	-	1 (33,3%)	-	10 (14,3%)
	ÊN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
Auxiliar	PR	2 (15,4%)	-	2 (18,2%)	-	-	1 (6,3%)	3 (60,0%)	-	-	8 (11,4%)
	ÊN	1 (7,7%)	-	-	-	-	-	-	-	-	1 (1,4%)
Particípio	PR	1 (7,7%)	-	-	-	-	-	-	1 (33,3%)	3 (100%)	5 (7,1%)
	ÊN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)
TOTAL		13 (100%)	4 (100%)	11 (100%)	8 (100%)	7 (100%)	16 (100%)	5 (100%)	3 (100%)	3 (100%)	70 (100%)

Nota: Legenda: Advérbio/locução adverbial (ADV); Verbo após pausa (VAP); Conjunção/locução conjuncional (CONJ); Gerúndio precedido da preposição “em” (EM/GR); Início de oração (IO); Início de período (IP); Preposição (PREP); Pronome (PRON); Substantivo-sujeito (S-S); Tipo de oração (TO).

Uma análise mais generalista da tabela já nos permite visualizar que a forma nominal do infinitivo lidera a variação das posições dos clíticos pronominais na variável <FVP>, já que mais da metade das ocorrências dos clíticos se encontram proclíticos ou enclíticos ao infinitivo. Quanto às formas nominais de gerúndio e de particípio, verifica-se que a produtividade da variante [AUX cl-FN] é absoluta. Já, em relação ao verbo auxiliar, a variante [cl-AUX FN] predomina.

A partir dessa visão geral, passaremos a uma visão mais detalhada dos diversos ambientes sintáticos. Dessa forma, começamos nossa discussão pela forma nominal do infinitivo (FNI), passando à do gerúndio (FNG), ao auxiliar (AUX) e terminando com a forma nominal do particípio (FNP), para identificarmos quais os contextos favorecedores foram responsáveis pela variação da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais nas perífrases.

→ FORMA NOMINAL DO INFINITIVO

No contexto sintático de advérbio/locução adverbial, os clíticos ME, LHE e O/A ocorreram ligados à FNI (ver Apêndice C – Tabela 17), em que os dois primeiros ficaram na posição de próclise, e o clítico acusativo de terceira pessoa ficou somente enclítico, mostrando que os nossos falantes/missivistas seguiram parcialmente a regra para esse contexto. Todavia, como mencionado antes, o clítico O/A apresenta um comportamento sintático peculiar se comparado aos outros clíticos também nas perífrases, devido à sua forte ligação a essa forma nominal, que o leva a transgredir as regras, na maioria das vezes.

(76) *Não pude lhe dar o meu abraço de despedida porque o tempo era pouco e não consegui localizá-lo. Até a última hora andei louco com o Banco do Brasil, atrás de dólares.* (MR, 68).

Nota-se, nesse excerto, que nem a presença do advérbio de sentido negativo foi suficiente para atrair o clítico para antes da perífrase, ou seja, esse elemento atrator não conseguiu desfazer o vocábulo fonético formado pelo infinitivo + o clítico acusativo de terceira pessoa.

No contexto sintático de verbo após pausa, houve 2 ocorrências dos clíticos na variante [AUX FNI-cl], do total dos dados nesse contexto, estando elas em consonância com a regra:

(77) *Mandei para a Sabiá uma carta para o Hélio e outra para o Vina. Chegaram? Agora, recuperado de endereço do Vina, **vou escrever-lhe** amanhã.* (OLR, 103)

(78) *E como foi a pesquisa de mercado – publicidade inclusive? Achei a ideia ótima, como disse aqui ao Irineu, que **ficou de, aí chegando, falar-lhes e em seguida me escrever** (mas não escreveu).* (OLR, 105 e 106)

O excerto (78) apresenta o caso da perífrase com preposição “de” da qual trata Cegalla (2008[1964]). Para esse tipo de perífrase, a regra proposta pelo gramático é imprecisa, permitindo que, conforme as circunstâncias, o clítico ocupe posições variadas (ver Quadro 6, p. 104), mesmo havendo contexto sintático que favoreça a posição do clítico. Nesse caso, temos a “pausa” entre a preposição “de” e o infinitivo, que favoreceu a ênclise, porém, a vírgula está intercalando um termo de valor adverbial, que, em tese, deveria atrair o clítico, e mesmo assim tivemos a ênclise. Há ainda, nesse mesmo excerto, um paralelismo sintático ligado pela conjunção aditiva “e” (...ficou de falar-lhes e ficou de me escrever...) seguida por uma locução adverbial (*em seguida*), em que o clítico ME se encontra próclítico, favorecendo

a regra para o contexto de advérbio, mas não o de pausa. Como é possível verificar, nesse excerto, as regras de colocação pronominal se sobrepõem, pois contamos com vários contextos sintáticos (preposição, pausa, conjunção, expressão adverbial) que poderiam estar condicionando as posições dos clíticos, sendo que há uma regra para cada um desses contextos, o que pode ter levado o nosso falante/missivista a variar o uso dos clíticos nesse contexto específico.

No contexto motivado pelas conjunções/locuções conjuncionais, dos 11 dados desse ambiente sintático, 36,4% se apresentaram proclíticos e 45,5% ficaram enclíticos à FNI, indicando que a variante [AUX FNI-cl] se faz mais produtiva. Todavia, esse resultado pode ter sido favorecido porque a maioria desses dados ocorreu com as conjunções coordenativas, que não são consideradas pelos nossos gramáticos como contextos favorecedores. Além disso, dos 5 casos de ênclise, 4 (80%) se deram com o clítico O/A, que, como demonstrado, favorece a ênclise:

(79) *Otto, URGENTÍSSIMO – Mande dois exemplares de O Braço Direito por via aérea – perde o amor a uma abobrinha dos selos, que **estou tentando publicá-lo** aqui.* (FS, 73).

Em face dos nossos dados, esse comportamento do clítico acusativo de terceira pessoa se tornou previsível, pois, no *corpus*, na maioria dos contextos de infinitivo + O/A, independentemente do contexto sintático favorecedor, a ênclise foi a colocação majoritariamente preferida. Essa construção parece já estar sistematizada na mente dos nossos falantes/missivistas. Além do clítico acusativo de terceira pessoa, o quinto dado enclítico ao infinitivo se deu com o clítico LHE:

(80) *Espero que você, generosamente, **possa** ao menos **vê-lo** e **ser-lhe** útil em alguma coisa de que precise (em princípio, não precisa de nada: só de amizade).* (OLR, 92).

A variante [AUX FNI-cl], nesse caso, pode ter sido favorecida pelo paralelismo sintático, fazendo com que o clítico, no segundo infinitivo (*ser-lhe*), siga a mesma colocação enclítica do primeiro (*vê-lo*). Contudo, em outro contexto, esse clítico ocorreu também na posição de próclise, o que fortalece a hipótese do paralelismo ter favorecido a ênclise anteriormente:

(81) *Entreguei ao Cláudio os que vieram para ele. Diz que **vai lhe** escrever.* (OLR, 124).

Esse excerto confirma, ainda, o que os nossos gramáticos falam sobre a colocação pronominal entre os brasileiros, a próclise ao verbo principal nas perífrases (seção 5.2.3).

Passamos, agora, aos contextos de início de oração e de início de período. Trazendo as regras das FVS para as perífrases, entendemos que os pronomes clíticos podem vir antes ou depois do auxiliar ou da forma nominal, no primeiro contexto; e, no segundo, o clítico deve vir enclítico ao auxiliar ou à forma nominal. Em ambos os casos, há a premência de o auxiliar não estar nos futuros do indicativo, principalmente em início de período, em que a mesóclise se impõe, ou a ênclise à forma nominal se esta não for o participípio.

Quanto ao contexto sintático de início de oração, das 8 ocorrências dos clíticos pronominais identificados, temos 3 (37,5%) proclíticas (excerto 82) e 5 (62,5%) enclíticas (excerto 83) à FNI, o que confirma novamente a tendência da ênclise ao infinitivo, assim como os dados vêm sinalizando desde as formas verbais simples. No entanto, não podemos dizer que esses dados contrariam ou confirmam a regra apresentada para esse contexto, devido à sua imprecisão/flexibilidade. Talvez, possamos dizer que a presença maior da ênclise tenha sido favorecida pelo contexto sintático de início de período, em que ela é obrigatória.

(82) *Andei pensando muito no seu caso, **you lhe dizer** depois objetivamente.* (OLR, 45).

(83) *Chegou aqui um troço para o Irineu Garcia. Acho que é disco, muito bem acondicionado. Tanto, que não consegui abrir o pacote. Se o vir, **quer perguntar-lhe** o que devo fazer?* (OLR, 121).

Mais uma vez, podemos observar o clítico O/A em ênclise à FNI, categoricamente, também nesse contexto:

(84) *Logo que terminar os contos que estou escrevendo, **you submetê-los** ao seu julgamento.* (MR, 72).

Segundo nos sinalizam os resultados obtidos, os nossos falantes/missivistas estão operando com a seguinte regra: se o verbo estiver no infinitivo, o clítico O/A fica enclítico, se não, ele fica proclítico, já que a maioria dos casos se resume nisso. Ademais, a não ocorrência de anteposição dos clíticos ao auxiliar indica que, nas formas verbais perifrásticas, essa colocação não é favorecida pelo contexto sintático de início de oração.

Em relação ao contexto sintático de início de período (posição inicial absoluta), ocorreram somente os clíticos ME, TE e LHE (ver Apêndice C – Tabela 17). Somente o último apresentou 1 ocorrência (14,3%) enclítica à FNI (excerto 85), das 7 desse contexto (Tabela 8), harmonizando-se com a regra proposta por nossos gramáticos. Quanto à variante

[AUX cl-FNI], houve 2 ocorrências (28,6%), ambas no mesmo contexto, com clíticos diferentes, e empregadas pelo mesmo falante/missivista:

- (85) *Estou remetendo via aérea uma relação de agremiados do Grêmio de Editores e Livreiros. **Pode ser-lhe** útil?* (OLR, 116).
- (86) *Posso **te assegurar** que no Rio de Janeiro atualmente ninguém fala noutra coisa senão ir para Bruxelas.* (FS, 48).
- (87) *Posso **lhe assegurar** que o negócio aqui é bom mesmo, o que atrapalha são as notícias daí.* (FS, 68).

Tais dados mostram que os nossos falantes/missivistas não transgrediram a regra para esse contexto, pois a variante [cl-AUX FN] não ocorreu. Contudo, podemos destacar que a maioria dos clíticos pronominais ocorreu anteposta às formas nominais, sugerindo que a próclise à forma nominal nas perífrases é mais produtiva no PB, nesse contexto sintático.

No contexto sintático das preposições, a Tabela 8 nos mostra uma tendência forte da variante [AUX cl-FNI], com 68,8% das 16 ocorrências dos clíticos nesse contexto, o que indica que nossos falantes/missivistas têm uma preferência por essa variante quando há uma preposição que antecede o verbo. Como esse não é um contexto favorecedor categórico da sintaxe de ordem dos clíticos, não podemos dizer que, nesse caso, alguma posição do clítico contrariou, ou não, as regras prescritas nos manuais normativos.

Recapitulando tais regras, para o contexto de infinitivo não flexionado, com a preposição “a”, há a obrigatoriedade da ênclise se o clítico for O/A, estritamente; e, com as outras preposições, a posição do clítico é indiferente, podendo vir antes ou depois do infinitivo, mesmo se houver palavra negativa. Já, para o infinitivo flexionado regido de preposição, a próclise se torna obrigatória, segundo Cegalla (2008[1964]).

De acordo com os dados, o clítico O/A, novamente, lidera a ênclise ao infinitivo, com suas 3 ocorrências nessa posição (excerto 88); a outra ênclise ficou por conta do clítico SE (excerto 89).

- (88) *Esta carta está saindo aos bofetões, só para não **deixar de escrevê-la** – sem sair michada.* (FS, 31).
- (89) *Mando aqui uma página do Sunday Times, para você ler, se interessar, e passar ao Hélio. Imagino que ele **há de interessar-se**. Se não, deite fora.* (OLR, 86).
- (90) *E, além do mais, **acaba de me sugerir** um tema para conto: um homem começa a ser esquecido pelos seus melhores amigos.* (MR, 15).

Por outro lado, houve 11 (68,8%) ocorrências dos clíticos na posição de próclise na FNI (excerto 90), sugerindo que as preposições parecem favorecer a variante [AUX cl-

FNI] nas formas verbais perifrásticas, pois ela é mais produtiva quando a forma nominal é a do infinitivo precedido de preposição. Não obstante esse resultado, há que se levar em conta a natureza clítica das preposições, que, por serem também um tipo de clítico, logicamente não pronominal, podem estar atuando também para influenciar essa variante.

Para o contexto sintático dos pronomes, conforme já explicitado quando das formas verbais simples, os gramáticos consultados entendem que somente os pronomes relativos e os indefinidos possuem a propriedade de favorecer a posição proclítica dos pronomes átonos. Nesse contexto, apenas o clítico SE ocorreu, em que observamos a variante [AUX cl-FNI]:

(91) *Pois aqui no Rio, estou entusiasmado, acabando de montar meu escritório na... Rua Canning! Você vai se ralar de inveja.* (FS, 100).

(92) *Se for o caso, eu veria aqui quem pode se encarregar da representação e das notas sobre livros portugueses de interesse para o público aí.* (OLR, 111).

Nesses excertos, nenhum dos dois pronomes atraiu o clítico SE para antes do auxiliar. No entanto, a despeito da forma nominal do infinitivo, não ocorreu a variante [AUX FNI-cl], o que sugere que alguma influência esses pronomes devem estar exercendo sobre o clítico para que ele não se postasse enclítico ao infinitivo, como tem sido tendência nos dados desta pesquisa. Por outro lado, isso nos faz pensar se a natureza reflexiva desse clítico não esteja, também, atuando para mantê-lo nessa posição, porquanto os pronomes não conseguiram atraí-lo para a posição de próclise ao verbo auxiliar.

Enfim, em se tratando do contexto sintático substantivo-sujeito, que os nossos gramáticos não consideram como um elemento atrator, conforme explicitado na seção que trata das FVS (seção 6.4.1, p. 135), houve apenas 1 ênclise à FNI, com o clítico LHE:

(93) *Falar em dieta, Helena vai fazer-lhe a múmia de galinha, para o almoço amanhã (uma feijoada para três padres, com a adesão do Marechal e senhora, mas o Caio).* (OLR, 36).

A posição do clítico, nesse excerto, difere daquelas apresentadas pela maioria dos excertos nas FVS, para esse mesmo contexto. Lá, contudo, observamos que os verbos estão conjugados de acordo com os substantivos-sujeitos que os acompanham, com isso, esperávamos que, aqui, por analogia, o clítico se comportaria da mesma forma, vindo proclítico ao verbo auxiliar, que concorda com o sujeito, mas isso não se deu. Nesse caso, o que pode ter motivado a escolha da variante [AUX FNI-cl]? Uma hipótese seria a de que a

forma nominal do infinitivo esteja agindo sobre o clítico LHE, assim como tem feito com o clítico acusativo de terceira pessoa, resultado observado ao longo de toda a discussão dos dados desta pesquisa, que mostra o favorecimento da ênclise em contexto de infinitivo.

→ FORMA NOMINAL DO GERÚNDIO

No que se refere à forma nominal do gerúndio nas perífrases, os dados da Tabela 8 nos mostram que os pronomes clíticos só ocorreram na variante [AUX cl-FNG], em quatro contextos sintáticos: (a) advérbio/locução adverbial (3 ocorrências), (b) verbo após pausa (2 ocorrências), (c) início de período (4 ocorrências) e (d) substantivo-sujeito (1 ocorrência), de acordo com estes respectivos excertos exemplificadores:

- (94) *Estou na Embaixada e são 6 horas da tarde – daqui a pouco tenho de me mandar. Ainda estou me instalando, arranjei um ap. provisório, agora estou procurando o definitivo.* (FS, 60).
- (95) *Eu leio e releio a sua carta, acabo respondendo que você estava louco para fumar e seu cigarro havia acabado. E também porque a dona da pensão está te furtando na água mineral.* (FS, 21).
- (96) *Estou lhe devendo carta, sim. Um pouco por melancolia e outro tanto por safadeza.* (MR, 81).
- (97) *Os ingleses estão me espiando, dou uma espiada, saio correndo com os rabos entre as pernas, quê que os ingleses vão dizer?* (OLR, 41)

Esses excertos nos mostram que, independentemente dos contextos favorecedores, a próclise ao gerúndio acontece. No caso do excerto (97), por exemplo, se o compararmos ao excerto (93), apresentado, mais acima, para a perífrase com infinitivo, percebemos uma variação do uso dos clíticos pelo mesmo falante/missivista, apesar de, lá, encontrarmos a ênclise ao infinitivo, e, aqui, a próclise ao gerúndio. Isso nos leva a cogitar que o que está influenciando a posição distinta do clítico é o tipo de forma nominal presente nas perífrases.

Ademais, as variantes [AUX-cl FNG] e [AUX FNG-cl] poderiam ter ocorrido, mas parece haver aí uma tendência de próclise ao gerúndio, talvez por analogia ao contexto em que essa posição é requerida, o de gerúndio precedido da preposição “em”.

→ VERBO AUXILIAR

Quanto à posição do clítico em relação ao verbo auxiliar, os dados acusaram uma preferência pela próclise (11,4% dos dados, o que corresponde a 8 ocorrências), também, em quatro contextos sintáticos: (a) advérbio/locução adverbial (3 ocorrências), (b)

conjunção/locução conjuncional (2 ocorrências), (c) preposição (1 ocorrência) e (d) pronome (3 ocorrências), além de 1 ocorrência na variante [AUX-cl FN], no contexto (a), conforme os respectivos excertos que se seguem:

- (98) *Tudo isso já lhe foi dito, mas você pode ter a certeza de que é verdade.* (MR, 99).
- (99) *E você fazendo falta aqui, embora já se diga a boca pequena estar provado que se pode viver sem o Otto.* (FS, 122).
- (100) *Quando comecei a ler o seu conto. Não. Antes, deixe-me protestar contra a torpeza de me ter mandado o conto com as páginas todas fora de ordem, o que me foi uma verdadeira calamidade.* (OLR, 2).
- (101) *Aperte o crânio do Negrão, movimento o comandante de Brasília e diga a todos que você se propôs salvar o velho Rubião de uma solidão já quase que irreparável.* (MR, 95).
- (102) *Perdi o hábito de escrever cartas, mas aos poucos vou-me acostumando. Pergunte e responderemos.* (FS, 26).

Olhando para esses excertos, poderíamos dizer que os contextos sintáticos anteriores às perífrases estariam favorecendo a variante [cl-AUX FN]. Todavia, nos excertos (98) e (101), a posição dos clíticos poderia estar, também, sendo influenciada pelos contextos que antecedem o advérbio e o pronome pessoal, ou seja, os pronomes (*tudo* e *isso*) e a conjunção integrante (*que*), respectivamente. Além disso, temos ainda o caso do excerto (102), em que o clítico ME está na posição de ênclise ao auxiliar, mesmo com a presença da locução adverbial antes da perífrase. Talvez, essa ocorrência se deva ao resultado que observamos antes, no contexto de perífrase com gerúndio, em que ocorreu somente próclise a essa forma nominal, sendo que, por analogia, para não destoar da próclise ao gerúndio, o falante/missivista tenha utilizado a ênclise ao auxiliar, provavelmente, ciente da força da locução adverbial anterior à perífrase, sobretudo se pensarmos que nosso informante é um cidadão letrado e capaz de fazer uso de estratégias metalinguísticas.

No excerto (101), a posição do clítico SE pode, ainda, ser explicada pela restrição das possíveis posições desse clítico, que nos remete ao problema do referencial, pois, caso o clítico viesse antes do infinitivo, a regência da forma nominal (*salvar*) mudaria, passando a se referir ao próprio pronome (*você*), ao invés de ao objeto direto (*o velho Rubião*), por causa da propriedade reflexiva que o SE assumiria se ele viesse tanto proclítico como enclítico ao infinitivo. Apenas uma outra opção seria possível nesse caso, a ênclise ao auxiliar.

→ FORMA NOMINAL DO PARTICÍPIO

Quanto à forma nominal do particípio nas perífrases, na Tabela 8 (p. 146), identificamos 5 ocorrências dos pronomes clíticos na variante [AUX cl-FNP], em três contextos sintáticos: (a) advérbio/locução adverbial (1 ocorrência), (b) substantivo-sujeito (1 ocorrência) e (c) tipo de oração (3 ocorrências), conforme ilustrado nos seus respectivos excertos, a seguir:

- (103) *Depois você pega o avião da Panair, com 50% de abatimento, e volta. **Depois de ter me insultado** muito, dizendo que eu estou inteiramente enganado, que ficção não se faz assim, que não aproveito a sua experiência literária etc.* (OLR, 22).
- (104) *Helena e eu **temos nos lembrado** muito de você e ainda ontem de madrugada, ao voltar do aeroporto, lembrei que você, mais do que profeta, parece ter me rogado uma praga...* (OLR, 70).
- (105) *Como é que você **tem se dado** aí com o CL?* (OLR, 48).

No excerto (103), a presença da locução adverbial (*depois de*) não conseguiu trazer o clítico para antes da perífrase, como seria o esperado. Então, o que pode ter motivado o falante/missivista a posicionar o clítico ME entre o auxiliar e o particípio, nesse contexto? Uma provável resposta seria a de que, como o particípio não permite ênclise e o infinitivo (flexão do auxiliar) favorece a ênclise e sendo o contexto da perífrase típico da próclise à forma nominal no PB, a variante [AUX cl-FNP] se faz a mais indicada, apesar da locução adverbial.

Sobre o excerto (104), apesar de o contexto substantivo-sujeito composto não ser regulado pelos gramáticos de referência e de não ter havido ocorrência de próclise ao auxiliar, esse dado sugere que, em oração encaixada coordenada, em que há o contexto substantivo-sujeito + verbo, sem nenhum tipo de elemento atrator, esse contexto parece condicionar a posição dos clíticos também nas perífrases, favorecendo a próclise às suas formas nominais.

Em relação ao último excerto, temos aí uma oração interrogativa direta, para a qual a próclise é de rigor, segundo nossos gramáticos. Contudo, é importante se questionar se é a oração *per si* que favorece os clíticos nessa posição, ou se é a palavra interrogativa que está exercendo essa função. Além disso, nesse excerto temos outros elementos que podem estar contribuindo para a ocorrência da variante [AUX cl-FNP], como os pronomes (*que* e *você*) e a natureza prototípica da próclise às formas nominais das perífrases no PB.

Esses resultados são representativos, pois nos indicam uma tendência dos falantes/missivistas pela próclise à forma nominal nas perífrases, confirmando o que os

nossos gramáticos expõem sobre a colocação pronominal entre os brasileiros (ver seção 5.2.3).

* * *

Após a apresentação da discussão dos resultados relativos aos contextos sintáticos favorecedores/condicionadores das posições dos clíticos pronominais, observados nas duas formas verbais, a simples e a perifrástica, verificamos que, na maioria desses contextos sintáticos, em ambas as formas verbais, a ordem dos pronomes pessoais oblíquos átonos utilizada pelos falantes/missivistas se distancia sobremaneira da norma de colocação pronominal proposta pelas gramáticas normativas tradicionais da língua portuguesa do Brasil, aqui referenciadas.

Portanto, podemos afirmar que nossa hipótese de que, no vernáculo de cidadãos altamente letrados (nossos falantes/missivistas), em contexto de informalidade (cartas pessoais), no Português do Brasil, seria observado um distanciamento, em certa medida, entre o uso da colocação dos pronomes oblíquos átonos e sua norma padrão proposta pelos compêndios normativos da língua portuguesa do Brasil, que se espelham na norma europeia, se confirma.

6.5 O uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas, ao longo da diacronia estudada

Exploramos, aqui, a hipótese de que poderia haver uma mudança na sintaxe de colocação pronominal de nossos falantes/missivistas, ao longo das quatro décadas em que trocaram correspondências entre si.

Iniciamos essa tarefa, a partir da análise dos dados dispostos nas três tabelas que se seguem, nas quais se apresentam individualmente os percentuais totais de cada falante/missivista, ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70. Iniciemos pela análise da sintaxe de ordem de Fernando Sabino.

TABELA 9 – Posições dos clíticos pronominais no *subcorpus* de FS, por década

FALANTE/ MISSIVISTA	POSIÇÃO	DÉCADA				TOTAL
		40	50	60	70	
FS	Próclise	11 (100%)	39 (86,7%)	43 (79,6%)	17 (85,0%)	110 (84,6%)
	Ênclise	-	6 (13,3%)	11 (20,4%)	3 (15,0%)	20 (15,4%)
	Subtotal	11 (100%)	45 (100%)	54 (100%)	20 (100%)	130 (100%)

No *subcorpus* de FS, ao compararmos a década de 40 com as outras décadas, verificamos que o uso da próclise diminuiu levemente e que, em contrapartida, o da ênclise teve um ligeiro aumento, apesar de, na primeira década, o falante/missivista não ter usado os clíticos na posição pós-verbal, em suas missivas.

Contudo, se levarmos em conta somente as décadas de 50, 60 e 70, é possível observar que essa variação se mantém para ambas as posições dos clíticos pronominais. Os dados mostram que, ao subtrairmos o índice da década de 50 ao da de 70, identificamos uma diferença de 1,7 pontos percentuais para menos no uso da variante proclítica (de 86,7% para 85%, ou - 2%) e para mais no uso da variante enclítica (de 13,3% para 15%, ou + 12%). A partir desse resultado, podemos dizer que, apesar da pouca variação entre os índices, eles sinalizam um processo de variação/mudança na sintaxe de ordem dos clíticos pronominais desse falante/missivista, ao longo dessas três décadas, principalmente se compararmos esses dados com os da década de 40.

Cabe-nos, com base na história social do falante/missivista, tentar entender o que pode ter desencadeado esse processo. Se olharmos para a trajetória de vida de Fernando Sabino (ver biografia do autor na seção 2.2.4, da metodologia, p. 40), na década de 1940, o autor se graduou em Direito. Talvez, essa formação acadêmica e o contato com a linguagem jurídica tenham contribuído para que o falante/missivista começasse a variar o uso dos clíticos pronominais, uma vez que, quanto maior o conhecimento da língua, mais nos inclinamos ao uso da norma padrão. E, no caso da colocação pronominal, a norma padrão propõe a ênclise como a posição mais natural (CUNHA; CINTRA, 2008[1984]).

Não obstante esses resultados advindos dos dados do falante/missivista FS, houve uma significativa inversão dos índices de próclise e de ênclise da década de 60 em relação aos das de 50 e 70. Da década de 50 para a de 60, houve uma diferença de 7,1 pontos percentuais de diminuição da próclise (de 86,7% para 79,6%, ou - 8,2%) e de aumento da ênclise (de 13,3% para 20,4%, ou + 53,4%); e, da década de 60 para a de 70, houve uma diferença de 5,4

pontos percentuais de aumento da próclise (de 79,6% para 85%, ou + 6,8%) e de diminuição da ênclise (de 20,4% para 15%, ou – 26,5%). Mas, a que se deve essas inversões?

Voltando à trajetória de vida do autor, podemos identificar que o período da década de 50 à de 70 foi quando ele teve uma grande produção literária, com publicação de variados romances e crônicas; além disso, na década de 60, o falante/missivista inaugurou, com Rubem Braga, a Editora do Autor (1960) e a Editora Sabiá (1966) e, de 1964 a 1966, foi Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Londres. É possível que essas intensas atividades literárias e profissionais tenham levado o autor/editor a se ater mais à norma padrão da língua, o que pode tê-lo influenciado a imprimir, em suas cartas pessoais, um uso diferenciado dos clíticos pronominais, justificando, em certa medida, essa inversão dos dados nesse período.

TABELA 10 – Posições dos clíticos pronominais no *subcorpus* de MR, por década

FALANTE/ MISSIVISTA	POSIÇÃO	DÉCADA				TOTAL
		40	50	60	70	
MR	Próclise	30 (68,2%)	52 (75,4%)	5 (45,5%)	5 (83,3%)	92 (70,8%)
	Ênclise	14 (31,8%)	17 (24,6%)	6 (54,5%)	1 (16,7%)	38 (29,2%)
	Subtotal	44 (100%)	69 (100%)	11 (100%)	6 (100%)	130 (100%)

No *subcorpus* de MR, com exceção, também, da década de 60, podemos constatar um movimento oposto ao de FS, com um aumento do uso da próclise e, conseqüentemente, uma retração da produtividade da ênclise. Os dados mostram que, ao subtrairmos o índice da década de 40 ao da de 70, podemos verificar uma diferença de 15,1 pontos percentuais para mais no uso da próclise (de 68,2% para 83,3%, ou + 22,1%) e para menos no uso da ênclise (de 31,8% para 16,7%, ou – 47,5%). Tendo em vista esse resultado, é possível dizer que há uma mudança no padrão de colocação pronominal desse falante/missivista, entre a década de 1940 e a de 1970.

A década de 60 em relação à década anterior, assim como em FS, apresenta uma inversão grande nos índices, em que verificamos uma queda expressiva no uso da próclise (de 75,4% para 45,5%, ou – 39,7%), com um aumento de produtividade da ênclise (de 24,6% para 54,5%, ou + 121,5%), isto é, com 29,9 pontos percentuais para menos na primeira posição e para mais na segunda. Comparando a década de 60 com a de 70, temos uma inversão contrária, com um aumento expressivo de produtividade da próclise (de 45,5% para 83,3%, ou

+ 83,1%) e uma retração do uso da ênclise (de 54,5% para 16,7%, ou – 69,4%), isto é, com 37,8 pontos percentuais para mais na primeira posição e para menos na segunda, em relação à década seguinte. Esses dados mostram que há um processo de variação/mudança linguística, nesse falante/missivista, diferente do observado em FS, em que houve uma certa estabilidade de uso dos pronomes clíticos.

Mas, qual teria sido o motivo para uma inversão tão significativa de padrões do uso dos pronomes clíticos na década de 60, nesse falante/missivista? O fato de ele ter organizado o *Suplemento Literário de Minas Gerais*, dirigindo essa publicação de 1961 até 1969 (ver biografia do autor na seção 2.2.4, da metodologia), pode tê-lo influenciado a mudar seu padrão de escrita, por uma imposição do cargo exercido nesse jornal. Assim, o fato de produzir mais textos formais, pode ter levado a um aumento do uso da ênclise, uma vez que esta é mais natural na língua padrão (segundo Cunha e Cintra (2001[1984])). Esse padrão enclítico adotado por força da situação de formalidade dos textos jornalísticos pode tê-lo influenciado a proceder da mesma forma até mesmo em suas cartas pessoais, nesse período. Esse processo de mudança no padrão linguístico decorrente da ocupação exercida pelo falante/missivista pode também explicar a inversão contrária dos dados na década de 70, quando ele não mais estava trabalhando nesse jornal.

TABELA 11 – Posições dos clíticos pronominais no *subcorpus* de OLR, por década

FALANTE/ MISSIVISTA	POSIÇÃO	DÉCADA				TOTAL
		40	50	60	70	
OLR	Próclise	8 (88,9%)	26 (76,5%)	43 (71,7%)	19 (70,4%)	96 (73,8%)
	Ênclise	1 (11,1%)	8 (23,5%)	17 (28,3%)	8 (29,6%)	34 (26,2%)
	Subtotal	9 (100%)	34 (100%)	60 (100%)	27 (100%)	130 (100%)

No *subcorpus* de OLR, podemos verificar uma certa constância em relação à redução dos índices de uso da próclise e à elevação de produtividade no uso da ênclise, ao longo do tempo, indicando um processo de variação/mudança em curso. Os índices mostram que, se subtrairmos o índice da década de 40 ao da de 70, verificaremos uma diferença de 18,5 pontos percentuais para menos no uso da variante proclítica (de 88,9% para 70,4%, ou – 20,8%) e para mais no uso da variante enclítica (de 11,1% para 29,6%, ou + 166,7%).

Seria possível identificar o que estaria motivando essa mudança de padrões, com um aumento considerável do uso da ênclise? De 1967 a 1970, o falante/missivista foi

Conselheiro Cultural na Embaixada do Brasil em Lisboa (ver biografia do autor na seção 2.2.4, da metodologia). É possível que essa estadia em Portugal tenha feito com que ele passasse a empregar mais a ênclise do que a próclise, já que o português lusitano é enclítico, o que se refletiu também em suas missivas pessoais.

Os Gráficos 3 e 4, a seguir, nos dão uma visão mais apurada dos dados que representam essas variações na colocação dos pronomes clíticos pelos falantes/missivistas, ao longo do tempo. No Gráfico 3, temos as porcentagens das ocorrências dos clíticos na variante próclítica, e, no Gráfico 4, os índices se referem à variante enclítica.

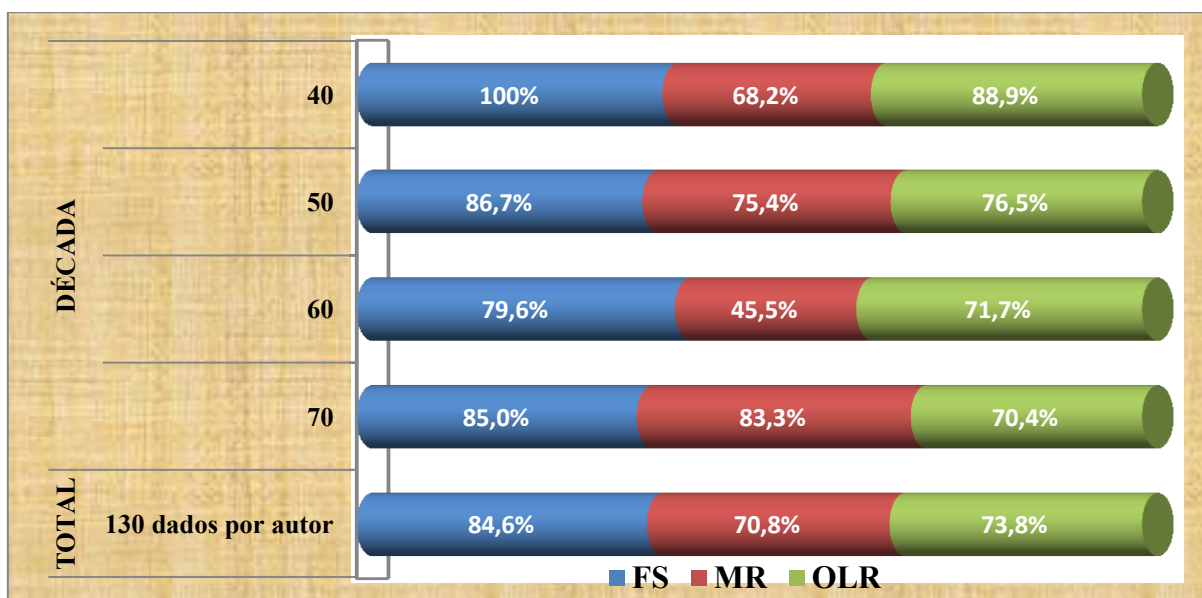


GRÁFICO 3 – Porcentagens da próclise nos *subcorpora*, por década

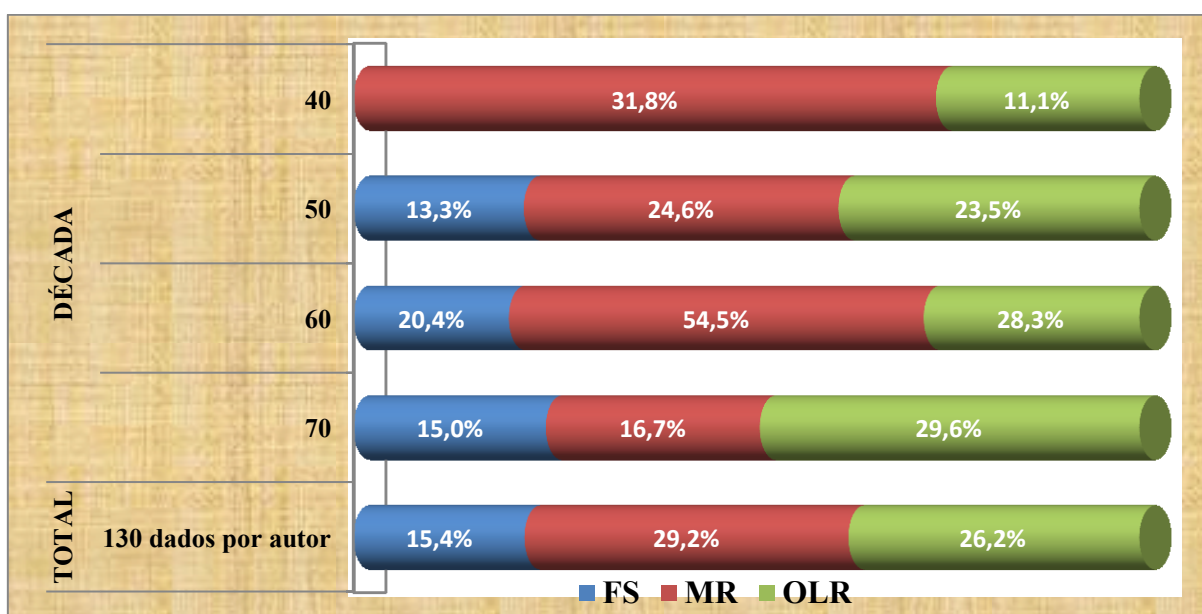


GRÁFICO 4 – Porcentagens da ênclise nos *subcorpora*, por década

Na perspectiva de painel, verificamos que, enquanto, em FS e OLR, o uso da variante proclítica foi reduzindo paulatinamente, com o passar dos anos, em MR, o uso dessa variante foi se elevando, quase que na mesma proporção. Isso indica que o comportamento linguístico, quanto ao uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas, sofreu alteração de padrão ao longo das quatro décadas analisadas.

Apesar de ter sido uma alteração tímida, verifica-se que a forma de posicionarem os pronomes clíticos foi se modificando à medida que os falantes/missivistas passavam da juventude (década de 40) à fase adulta (da década de 50 em diante), período da vida em que as pressões sociais, em suas vidas, se fizeram abundantes, ou seja, quando os três missivistas já estavam formados em Direito, organizando e dirigindo jornais e revistas, sendo adidos culturais em diversos países, trabalhando em setores públicos no Brasil e desenvolvendo uma ampla produção literária, o que, certamente, afetou o sistema linguístico de cada um deles. Logo, todos esses fatores sociais, muito provavelmente, levaram os falantes/missivistas a imprimirem um uso diferenciado da colocação dos clíticos pronominais em suas cartas pessoais, apesar de serem estas de um gênero mais informal de escrita, que se aproxima mais do vernáculo do que dos textos formais que eles, provavelmente, eram levados a produzir em suas trajetórias profissionais. Esse resultado evidencia que graus mais elevados de letramento interferem no desempenho linguístico do falante até mesmo em situações de uso privado da língua.

Assim sendo, considerando a trajetória de vida dos missivistas, no intervalo de tempo estudado, podemos conjecturar – pois uma afirmativa a esse respeito demandaria um estudo mais detalhado e direcionado especificamente ao tema – que as variações no uso dos clíticos tenham sido um reflexo dos condicionadores extralinguísticos (sociais), como a transição etária (da juventude à vida adulta), as profissões exercidas (jornalistas, adidos culturais, funcionários públicos etc.) e as atividades literárias que os falantes/missivistas empreenderam nessas quatro décadas.

Enfim, como analisamos, aqui, somente os dados brutos, sem especificação dos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas, não podemos ser categóricos em afirmar que essa variação se deva somente aos fatores sociais. Pode ser, por exemplo, que determinado falante/missivista empregue mais a forma nominal do infinitivo e isso, como vimos, favorece a ênclise. Desse modo, não seria uma mudança de padrão, porque ele sempre usou a ênclise ao infinitivo, mas uma mudança na forma, que refletiria na sintaxe. Nesse sentido, deixamos aqui a observação de que somente uma análise multivariada poderia

fornecer informações mais precisas para a análise. Tal como estão os dados, podemos apenas fazer conjecturas.

6.5.1 *A localidade de vivência dos falantes/missivistas*

Como já explicitado, os dados dos Gráficos 3 e 4 evidenciam que os falantes/missivistas variaram o uso dos clíticos ao longo do tempo. Algumas explicações já foram aventadas para dar conta desse fenômeno, mostrando que a trajetória de vida dos missivistas pode ter influenciado para que essa variação ocorresse.

Em observação mais detalhada às suas trajetórias de vida, identificamos que dois dos missivistas – Fernando Sabino e Otto Lara Resende – se mudaram de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro, e que um deles – Murilo Rubião – permaneceu na capital mineira. A partir disso, aventamos a hipótese de que a localidade de vivência dos falantes/missivistas (RJ e BH) pudesse também determinar uma variação no uso que eles fizeram da sintaxe de ordem dos pronomes clíticos em suas cartas pessoais.

Comparando os dados de MR, que, no decorrer do tempo, passou a usar mais a próclise e menos a ênclise, com os dados dos outros dois missivistas, FS e OLR, que apresentam um movimento semelhante entre si, com uma retração no uso da próclise e um aumento do uso da ênclise com o passar do tempo, verifica-se que estes dois missivistas se movimentaram na contramão do caminho seguido por MR, quanto à colocação dos clíticos pronominais.

Segundo dados biográficos desses falantes/missivistas (ver seção 2.2.4), FS e OLR, diferentemente de MR, se mudaram para o Rio de Janeiro em meados da década de 40, e não mais retornaram a BH, a não ser a passeio. Tanto FS quanto OLR, apesar de terem fixado residência na capital do RJ, na maior parte de suas vidas, também moraram intermitentemente em outros países, mas esses momentos de ausência do RJ não poderiam ter condicionado uma mudança em seus comportamentos linguísticos, pela pouca convivência com outros brasileiros, nesses períodos. Já Murilo Rubião permaneceu em BH a maior parte de sua vida, morando no RJ, por menos de dois anos (de 1949 a 1950), e na Espanha, por apenas quatro anos (1956 a 1960). Esses interstícios de ausência do missivista de seu local de vivência, em BH, foram muito curtos para aventarmos que eles exerceram uma influência marcante em sua escrita, a ponto de apresentar um comportamento diferenciado de uso dos clíticos pronominais daquele apresentado por seus amigos.

Assim, a hipótese de que a localidade de vivência dos nossos falantes/missivistas influenciaria os seus usos da colocação pronominal pode ser considerada plausível, pois se verifica que MR passou a ter um perfil de colocação pronominal mais proclítico, enquanto FS e OLR mudaram seu perfil para mais enclítico. Contudo, para uma conclusão mais assertiva, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada, que leve também em consideração outros fatores sociais, como, por exemplo, as redes sociais dos falantes/missivistas, que, por uma tentativa de identificação com seus pares, os levariam a imprimir padrões diferenciados quanto ao uso dos clíticos pronominais, ao longo do tempo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colocação pronominal na língua portuguesa é um tema que encerra muitos elementos a serem observados para seu devido entendimento. Por isso, desde há muito, ele tem sido mote para variadas investigações, como é o caso desta pesquisa. Aqui, empreendemos um estudo da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais para compreendermos melhor seu funcionamento na estrutura linguística do PB, mais especificamente da variante mineira, bem como para descrever o vernáculo de cidadãos letrados cultos comparativamente à norma prescrita pelos manuais normativos, cujo fundamento é a norma europeia.

Assim, o objetivo principal de nosso estudo se resumiu a descrever o paradigma da colocação dos clíticos pronominais nos contextos morfossintáticos das formas verbais simples e perifrásticas (locução verbal e tempo composto, nos termos tradicionais), a partir do vernáculo mineiro culto, que foi representado, nesta pesquisa, pelas cartas pessoais de três falantes/missivistas mineiros altamente letrados – Fernando Sabino, Murilo Rubião e Otto Lara Resende –, no intuito de verificar se os usos que eles fizeram desses pronomes, nesse gênero de discurso primário, se distanciava ou se aproximava da norma padrão culta proposta pelos compêndios normativos da Língua Portuguesa do Brasil, representados aqui por três gramáticos de referência: Bechara (2009[1961]), Cegalla (2008[1964]) e Cunha e Cintra (2001[1984]).

Exploramos, pois, inicialmente a hipótese de que, no vernáculo de cidadãos altamente letrados, em contexto de informalidade, seria observado um uso da colocação dos pronomes oblíquos átonos que se distanciaria, em certa medida, da norma padrão proposta pelas gramáticas normativas na língua portuguesa do Brasil, por estas se espelharem na norma padrão europeia. Adicionalmente, por se mostrarem relevantes nesta pesquisa, testamos ainda as hipóteses que se seguem : (i) a sintaxe de ordem dos pronomes clíticos utilizada pelos três falantes/missivistas apresentaria um padrão comum, tendo em vista a semelhança de suas formações acadêmicas e de suas faixas etárias, além da íntima amizade que mantinham; (ii) o tipo de pronome clítico e de suas funções sintáticas condicionaria a colocação pronominal; (iii) haveria uma variação no uso desses pronomes pelos falantes/missivistas com o passar dos anos; e (iv) a localidade onde os falantes/missivistas residiam durante o período de tempo analisado determinaria também uma variação na sintaxe de ordem dos clíticos, o que se refletiria nas missivas trocadas.

Por esta investigação adotar um modelo de análise que leva em consideração a influência de fatores tanto linguísticos quanto extralinguísticos, tomando como amostra correspondências pessoais dos mesmos sujeitos/falantes ao longo de quatro décadas, ela foi fundamentada nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, apresentados por Labov (2008[1972]), a partir de uma adaptação/aproximação da metodologia do estudo de painel.

O *corpus* desta pesquisa congrega três *subcorpora*, compostos individualmente de 130 ocorrências de clíticos pronominais coletadas nas correspondências pessoais de cada um dos escritores mineiros selecionados para o estudo, totalizando, assim, 390 dados, dos quais 320 se ligavam às formas verbais simples e 70, às formas verbais perifrásticas. A análise de tais dados revelou que nossos falantes/missivistas não empregaram em suas correspondências pessoais nem o clítico VOS, nem a mesóclise, resultado de certo modo previsível, considerando-se o gênero textual e seu contexto de produção. Desse modo, pudemos descrever, na análise dos dados, somente o comportamento dos clíticos ME, TE, O/A, LHE, SE e NOS (com seus alomorfes e respectivas flexões de número) em relação a duas posições: próclise e ênclise.

Isso posto, sistematizamos, a seguir, os principais resultados a que chegamos neste estudo, os quais se relacionam diretamente a cada uma das hipóteses levantadas sobre o fenômeno investigado.

→ Contextos sintáticos favorecedores

Para verificarmos em que medida os falantes/missivistas observavam, ou não, a norma padrão de colocação pronominal, fixamos tal norma, a partir do compilado das três gramáticas normativas de referência, e a cotejamos com o uso da CP pelos informantes, coletado em suas cartas pessoais e disposto no nosso *corpus*. A partir dessa compilação, identificamos que a ênclise é tida, pelos nossos gramáticos, como a posição natural dos clíticos pronominais e que são poucos os contextos categóricos favorecedores de próclise comuns aos três gramáticos consultados. Diante disso, chegamos às conclusões que passamos a descrever nos parágrafos seguintes.

O contexto sintático de advérbio, incluindo os de sentido negativo e as locuções adverbiais, se mostrou um condicionador categórico de próclise, nas FVS. Por outro lado, nas FVP, os nossos falantes/missivistas, mesmo na situação em que esse contexto aparecia antes das perífrases, optaram pela ênclise à forma nominal do infinitivo e ao auxiliar, distanciando-se, portanto, da norma, embora sejam conhecedores dela.

Nos contextos de início de período e de oração, os nossos falantes/missivistas empregaram os clíticos tanto na posição de próclise quanto na de ênclise, nas FVS, atestando nossa tendência pela variante proclítica, já que, em início de período, a próclise é proibida. Nas perífrases, encontramos os pronomes proclíticos ao infinitivo e ao gerúndio e enclíticos ao infinitivo no primeiro contexto, e, em início de oração, verificamos as duas variantes somente em relação à forma nominal do infinitivo. Apesar de não ter ocorrido próclise ao auxiliar, entendemos que os falantes/missivistas se distanciaram da norma, nesses contextos.

Quanto ao contexto de tipo de oração, na qual estão inseridas as orações subordinadas substantivas, optativas, interrogativas diretas, imperativas afirmativas, exclamativas com palavras exclamativas e as reduzidas de gerúndio, observamos o uso dos clíticos tanto em posição proclítica quanto enclítica, com uma produtividade maior da ênclise (66,7%), nas FVS. Nas FVP, os clíticos pronominais ocorreram proclíticos à forma nominal do particípio. As únicas orações que pedem a ênclise são as reduzidas de gerúndio e as imperativas afirmativas, sendo que estas últimas não ocorreram no *corpus*, e naquela observamos vários casos de próclise. Assim, podemos concluir que os tipos de oração não influenciaram nossos falantes/missivistas no momento de usarem a colocação pronominal.

Nos contextos sintáticos de verbo após pausa, de preposição, de conjunção e de pronome, incluídos nesses dois últimos as palavras de sentido negativo, os nossos falantes/missivistas empregaram tanto a próclise quanto a ênclise nas duas formas verbais, indicando que esses contextos não são considerados por eles como categóricos de próclise, apesar de essa posição dos clíticos ter sido mais produtiva. Não obstante esse resultado, nas perífrases precedidas de conjunções, houve ocorrências dos clíticos na posição de ênclise ao infinitivo em maior número, porém se deve levar em conta que essas ocorrências foram no contexto das coordenadas e com o clítico O/A, em sua maioria, que mostrou tendência enclítica, no *corpus*, principalmente a essa forma nominal. Tudo isso mostrou que os falantes/missivistas não consideravam o contexto sintático das conjunções como um elemento atrator por excelência, como propõem Cegalla (2008[1964]) e Cunha e Cintra (2001[1984]) para o caso das conjunções subordinadas.

Esses resultados nos levam a concluir que, apesar de os nossos falantes/missivistas se aterem à norma de CP em alguns contextos sintáticos (advérbios e gerúndio precedido da preposição “em”, nas FVS), nos outros contextos, em ambas as formas verbais, o uso dos pronomes clíticos se distanciou sobremaneira da norma de colocação pronominal proposta pelas gramáticas normativas tradicionais da língua portuguesa do Brasil,

aqui referenciadas, devido ao fato de estas, ainda, se espelharem na norma europeia, confirmando, assim, a hipótese principal desta pesquisa.

→ Uso da colocação pronominal pelos falantes/missivistas

Observando os dados relativos às posições dos clíticos em ambas as formas verbais, a simples e a perifrástica, verificamos que houve uma certa homogeneidade no padrão de uso da sintaxe de ordem dos clíticos pronominais, no sentido de que a próclise (76,4%) foi muito mais utilizada pelos falantes/missivistas do que a ênclise (23,6%). Esses índices se referem ao total dos dados do *corpus*, o que realça, ainda, a ampla ocorrência da próclise, evidenciando e comprovando a preferência proclítica do uso culto da colocação pronominal na língua portuguesa do Brasil.

Contudo, quando a análise se desloca do geral para o particular, isto é, atendo a cada *subcorpus*, verificamos uma pequena distinção de padrão da colocação adotada por MR (próclise = 70,8%, ênclise 29,2%) e OLR (próclise = 73,8%, ênclise 26,2%) em relação àquela empregada por FS, que faz um uso um pouco maior da próclise (84,6%) do que da ênclise (15,4%), distanciando-se, com uma pequena margem percentual, dos outros dois falantes/missivistas. No entanto, essa diferença não foi suficiente para asseverarmos uma diferença de padrões de colocação pronominal entre eles.

A partir dessas constatações, chegamos à conclusão de que a colocação dos pronomes clíticos utilizada pelos três falantes/missivistas em suas cartas pessoais se assemelham mais do que se distanciam, o que se deve, provavelmente, ao fato de eles terem a mesma formação acadêmica (se formaram em Direito, sendo, portanto, altamente letrados), a mesma faixa etária (nascidos por volta da década de 40), o mesmo ofício (eram escritores), além de terem sido amigos íntimos.

→ O tipo de clítico e a diversidade de funções

A análise dos dados relativos às posições dos clíticos pronominais e às suas respectivas funções sintáticas, em ambas as formas verbais, mostraram os seguintes resultados:

- 1) o clítico de segunda pessoa (TE), tanto na função acusativa (OD) como na dativa (OD), parece influenciar a sua posição tanto nas FVS quanto nas FVP,

pois teve sua ocorrência na posição pré-verbal, categoricamente, no nosso *corpus*;

- 2) já o clítico acusativo de terceira pessoa (O/A) ocorreu em ambas as posições – pré-verbal (35,5%) e pós-verbal (64,5%) – nas FVS; por outro lado, nas FVP, ele só apareceu enclítico à forma nominal do infinitivo, com índice de 18,6% em relação ao total de dados nesse contexto, mostrando-se mais propenso a assumir a posição enclítica, em ambas as formas verbais, especialmente em relação a verbo no infinitivo;
- 3) em relação aos clíticos ME, SE e NOS – quer em função acusativa, quer em função dativa – e o dativo LHE, verificamos que eles têm uma tendência pela posição pré-verbal mais que por sua concorrente enclítica, pois a maioria de suas ocorrências, no *corpus*, foram antes das formas verbais simples e antes das formas nominais nas perífrases;
- 4) ainda em relação ao clítico LHE, apesar de este ter somente a função de objeto indireto (dativo), segundo os gramáticos de referência, ele ocorreu também como objeto direto (acusativo), em nosso *corpus*, ocupando a posição de próclise, o que nos leva a aventar que esse comportamento distinto do LHE pode estar ditando sua sintaxe de ordem. Há que se levar, ainda, em consideração que, em substituição ao clítico TE dativo, o LHE ocorreu produtivamente antes das formas verbais simples e antes das formas nominais nas perífrases. Esses modos peculiares de se comportar do clítico LHE podem estar indicando um processo de mudança no sistema pronominal do PB.
- 5) em todas as outras funções dos clíticos analisadas, quais sejam, adjunto adnominal, apassivador, complemento nominal, indeterminador do sujeito, objeto direto reflexivo, objeto direto recíproco e partícula pronominal, encontramos um resultado semelhante ao das anteriores (objeto direto e objeto indireto), com índice de próclise (78,1%) três vezes maior que o de ênclise (21,9%), nas FVS, e de próclise (68,6%) duas vezes maior que o de ênclise (31,4%), nas FVP.

Em face desses resultados, concluímos que as funções sintáticas desempenhadas pelos clíticos pronominais não exercem influência sobre sua ordem em relação ao hospedeiro tônico, uma vez que apareceram ora proclíticos, ora enclíticos, exercendo a mesma função. Portanto, a hipótese de que as funções dos clíticos influenciariam suas posições não se confirmou.

Por outro lado, no que se refere aos tipos de clítico como influenciadores de sua sintaxe de ordem, é possível dizer que os clíticos ME, TE, LHE, SE e NOS, em nosso *corpus*, foram mais produtivos na posição de próclise e que o acusativo de terceira pessoa (O/A) foi mais produtivo na posição pós-verbal, independentemente de suas funções ou dos contextos sintáticos favorecedores, tornando legítima a hipótese de que o tipo de clítico condicionaria sua posição nas formas verbais às quais se ligam foneticamente.

→ Variação dos clíticos na diacronia estudada

Adotando a perspectiva de painel, para verificarmos se os falantes/missivistas modificaram o uso da ordem dos clíticos ao longo das quatro décadas (de 1940 a 1970) de troca de correspondência, separamos os dados de cada *subcorpus* (FS, MR e OLR) de acordo com as ocorrências dos clíticos em cada década, quanto às posições de próclise e de ênclise.

A partir dos dados obtidos, identificamos que, enquanto, em FS e OLR, o uso da variante proclítica foi reduzindo paulatinamente, com o passar dos anos, em MR, o uso dessa variante registrou um leve aumento, quase que na mesma proporção. Com isso, concluímos que o comportamento linguístico relativo ao uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas sofreu alteração de padrão ao longo das quatro décadas analisadas.

Visando a interpretar essa variação no uso dos clíticos pronominais pelos falantes/missivistas, ao longo dos anos, conjecturamos que ela seja um reflexo dos condicionadores extralinguísticos (sociais), como a transição etária (da juventude à vida adulta), as profissões exercidas (jornalistas, adidos culturais, funcionários públicos etc.) e as atividades literárias que os missivistas empreenderam ao longo dessas quatro décadas.

Além disso, a hipótese de que a localidade de vivência dos nossos falantes/missivistas influenciaria sua sintaxe de colocação pronominal pode ser também considerada plausível, pois verificamos que MR, que viveu a maior parte da sua vida em Belo Horizonte, passou a ter um perfil de colocação pronominal mais proclítico, enquanto FS e OLR, que passaram a viver no Rio de Janeiro, a partir de meados da década de 40, alteraram seu perfil para mais enclítico. Contudo, uma conclusão mais assertiva sobre a influência desses fatores sociais na mudança do comportamento linguístico desses falantes/missivistas demandaria uma investigação mais aprofundada do fenômeno, que levasse também em consideração outros fatores sociais, como, por exemplo, as redes sociais dos falantes/missivistas.

* * *

Ao refletirmos sobre nosso trabalho, tivemos ciência de que a investigação aqui empreendida apresenta limitações de várias ordens. Era nossa intenção inicial, além de descrever o fenômeno da colocação na variante mineira do PB, sistematizar de modo mais aprofundado o padrão vernacular de colocação pronominal de cidadãos letrados, contribuindo, assim, para ampliar a descrição do PB em situação de uso coloquial da LP. Contudo, dada a complexidade do fenômeno da colocação pronominal no PB e da insuficiência do tempo disponível no mestrado para desvelar suas variadas nuances, não pudemos realizar nosso intento plenamente.

Além disso, somos levadas a admitir que ficaram mais perguntas do que respostas, como, por exemplo: quais as razões de o clítico TE ocorrer somente na posição de próclise no nosso *corpus*?; será que o clítico ME tem mesmo uma característica prosódica marcante a ponto de levar nossos falantes/missivistas a preferirem a próclise em detrimento da ênclise com esse clítico?; quais seriam as reais explicações do abundante quantitativo de próclise em orações do tipo <sujeito – verbo>, que não possuem contextos sintáticos favorecedores da sintaxe de ordem dos clíticos?.

Apesar disso, esperamos que as poucas conclusões a que chegamos sobre o uso dos clíticos pronominais no vernáculo de cidadãos mineiros altamente letrados, representado aqui por suas cartas pessoais, tenham contribuído para ampliar o conhecimento linguístico relacionado ao famigerado fenômeno da colocação pronominal na língua portuguesa do Brasil. Ficáramos honradas com a possibilidade de que este estudo tenha aberto novas portas para que outros estudiosos do tema possam adentrar, a fim de desvelar suas peculiaridades e alcançar respostas para as questões que aqui se esboçaram.

REFERÊNCIAS

- ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia Melhoramento: Brasília; DF: Editora Universidade de Brasília, 2001. Primeira edição – 1921.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. Revisão da tradução de Marina Appenzellerl. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997. (Coleção Ensino Superior). Tradução feita a partir do francês.
- BARROSO, Henrique. Perífrases verbais, gramaticalização e aspecto perifrástico. In: BARROSO, Henrique. *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrônica*. Porto: Porto Editora, 1994. p. 55-81.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Primeira edição – 1961.
- BENVENISTE, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al.* Revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1989. 413p. Primeira edição – 1974.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiza Neri. Revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 3. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. 413p. Primeira edição – 1966.
- BERLINCK, Rosane de A; BARBOSA, Juliana B.; MARINE, Talita de C. Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua. *Revista da ABRALIN*, v. 7, n. 2, p. 169-195, jul./dez. 2008.
- CABRAL, Cleber Araújo (org., comp.). *Mares Interiores: correspondência de Murilo Rubião & Otto Lara Resende*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora: Editora UFMG, 2016. 221p.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 6ª reimp. São Paulo: Contexto, 2020.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 48. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. Primeira edição – 1964.
- COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. 1. ed. 1ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018. 174p.
- COELHO, Sueli Maria *et al.* *O processo de difusão da mudança na posição de clíticos de 3ª pessoa na história do português*. [2021?]. No prelo.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. Primeira edição – 1984.

ELSPASS, Stephan. The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. 1st ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 156-169.

FERNÁNDEZ REI, Elisa. A Clitización Fonológica en Galego e en Português Brasileiro. In: LAGARES, Xoán Carlos & MONTEAGUDO, Henrique (org.). *Galego e Português Brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói, RJ: Editora da UFF, Universidade de Santiago de Compostela – USC, 2012. p. 105.

FONSECA, João José Saraiva da. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos_files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.

FRANCO, Divaldo Pereira. *Triunfo pessoal*. 9. ed. Pelo espírito Joanna de Ângelis [psicografado por] Divaldo Pereira Franco. Salvador: LEAL, 2018. v. 12, 192p. (Série Psicológica).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Normas de apresentação tabular*. 3. ed. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 62p.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. v. 1.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. Primeira edição em inglês – 1972.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACHADO, Josué. O melhor lugar do pronome – Até bons redatores escorregam na colocação dos pronomes oblíquos átonos. In: REVISTA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo, SP: Editora Segmento. ano 9, n. 99, jan. 2014. ISSN: 1808-3498.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001. 391p.

MARTINS, Ana Maria. *Clíticos na história do português*. 1994. 628 f. Tese (Doutorado em Linguística Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. rev. aum. Lisboa: Caminho, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTEIRO, José Lemos. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: Edições UFC, 1994. 272p.

NASCENTES, Antenor. Lheísmo no português do Brasil. *Revista Letras*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 108-113, 1960. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19904/13129>. Acesso em: 4 out. 2021.

PAGOTTO, Emilio Gozze. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX. *Revista Letra: Revista da Faculdade de Letras/UFRJ*, Rio de Janeiro, ano VIII, v. 1 e 2, p. 31-50, 2013.

PAGOTTO, Emilio Gozze. *A posição dos clíticos em Português: um estudo diacrônico*. 1992. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 1992. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270508>. Acesso em: 4 out. 2021.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1973, 144p.

RESENDE, Otto Lara. *O Rio é tão longe: cartas a Fernando Sabino*. Introdução e notas de Humberto Werneck. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 412p. (Compilado pela editora).

RUMEU, Márcia C. de B. *A implementação do 'Você' no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um Estudo de Paineis*. 2008. 276 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Curso de Pós-graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. v. 1.

SABINO, Fernando (comp.). *Cartas na mesa – Aos três parceiros, meus amigos para sempre*. Hélio Pellegrino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 2002. 336p.

SABINO, Fernando. *Cartas perto do coração / Fernando Sabino – Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SABINO, Fernando. *O encontro marcado*. 63. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995. 285p.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa Sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 1985. (Série Princípios).

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Colocação pronominal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 1. ed. 2ª reimp. São Paulo, SP: Contexto, 2009. p. 121-146.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 1. ed. 2ª reimp. São Paulo: Contexto, 2009. 262p.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical Foundation for a Theory of Language Change. *In*: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (ed.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

WERNECK, Humberto. *O Desatino da Rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais (1920-1970)*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 223p.

APÊNDICES

Apêndice A: Tabelas das posições dos clíticos pronominais, por clítico.

TABELA 12 – Posições dos clíticos pronominais no *corpus*

POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
	ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Próclise	153 (86,9%)	20 (100%)	11 (25,0%)	37 (63,8%)	61 (82,4%)	16 (88,9%)	298 (76,4%)
Ênclise	23 (13,1%)	-	33 (75,0%)	21 (36,2%)	13 (17,6%)	2 (11,1%)	92 (23,6%)
TOTAL	Nº (%)	176 (100%)	20 (100%)	44 (100%)	58 (100%)	74 (100%)	18 (100%)
							390 (100%)

TABELA 13 – Posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples

POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
	ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Próclise	133 (85,8%)	14 (100%)	11 (35,5%)	26 (65,0%)	51 (81,0%)	15 (88,2%)	250 (78,1%)
Ênclise	22 (14,2%)	-	20 (64,5%)	14 (35,0%)	12 (19,0%)	2 (11,8%)	70 (21,9%)
Mesóclise	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	Nº (%)	155 (100%)	14 (100%)	31 (100%)	40 (100%)	63 (100%)	17 (100%)
							320 (100%)

Apêndice B: Tabelas das funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas, por clítico, no *corpus*.

TABELA 14 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais simples, por clítico

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Adjunto Adnominal	Próclise	3 (100%)	-	-	1 (50,0%)	-	-	4 (80,0%)
	Ênclise	-	-	-	1 (50,0%)	-	-	1 (20,0%)
	Subtotal	3 (1,9%)	-	-	2 (5,0%)	-	-	5 (1,6%)
Apassivador	Próclise	-	-	-	-	5 (71,4%)	-	5 (71,4%)
	Ênclise	-	-	-	-	2 (28,6%)	-	2 (28,6%)
	Subtotal	-	-	-	-	7 (11,1%)	-	7 (2,2%)
Complemento Nominal	Próclise	2 (100%)	-	-	1 (100%)	-	-	3 (100%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	2 (1,3%)	-	-	1 (2,5%)	-	-	3 (0,9%)
Indeterminador do sujeito	Próclise	-	-	-	-	7 (77,8%)	-	7 (77,8%)
	Ênclise	-	-	-	-	2 (22,2%)	-	2 (22,2%)
	Subtotal	-	-	-	-	9 (14,3%)	-	9 (2,8%)
Objeto Direto	Próclise	34 (82,9%)	2 (100%)	11 (35,5%)	2 (100%)	-	4 (80,0%)	53 (65,4%)
	Ênclise	7 (17,1%)	-	20 (64,5%)	-	-	1 (20,0%)	28 (34,6%)
	Subtotal	41 (26,5%)	2 (14,3%)	31 (100%)	2 (5,0%)	-	5 (29,4%)	81 (25,3%)
Objeto Direto Reflexivo	Próclise	-	-	-	-	1 (100%)	-	1 (100%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	1 (1,6%)	-	1 (0,3%)
Objeto Direto Recíproco	Próclise	-	-	-	-	1 (100%)	2 (100%)	3 (100%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	1 (1,6%)	2 (11,8%)	3 (0,9%)

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Objeto Indireto	Próclise	73 (90,1%)	12 (100%)	-	22 (62,9%)	-	5 (100%)	112 (84,2%)
	Ênclise	8 (9,9%)	-	-	13 (37,1%)	-	-	21 (15,8%)
	Subtotal	81 (52,3%)	12 (85,7%)	-	35 (87,5%)	-	5 (29,4%)	133 (41,6%)
Partícula Pronominal	Próclise	21 (75,0%)	-	-	-	37 (82,2%)	4 (80,0%)	62 (79,5%)
	Ênclise	7 (25,0%)	-	-	-	8 (17,8%)	1 (20,0%)	16 (20,5%)
	Subtotal	28 (18,1%)	-	-	-	45 (71,4%)	5 (29,4%)	78 (24,4%)
TOTAL	Nº (%)	155 (100%)	14 (100%)	31 (100%)	40 (100%)	63 (100%)	17 (100%)	320 (100%)

TABELA 15 – Funções e posições dos clíticos pronominais nas formas verbais perifrásticas, por clítico

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Adjunto Adnominal	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	1 (100%)	-	-	1 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
		Subtotal	-	-	-	1 (5,5%)	-	-	1 (1,4%)
	Apassivador	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	3 (100%)	-
INF			-	-	-	-	-	-	-
GER			-	-	-	-	-	-	-
PAR			-	-	-	-	-	-	-

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	3 (27,3%)	-	3 (4,3%)	
Complemento Nominal	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	2 (100%)	-	-	2 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	2 (11,1%)	-	-	2 (2,9%)	
Objeto Direto	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	3 (60,0%)	1 (33,3%)	-	-	-	-	4 (19,0%)
		GER	1 (20,0%)	2 (66,7%)	-	-	-	-	3 (14,3%)
		PAR	1 (20,0%)	-	-	-	-	-	1 (4,8%)
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	13 (100%)	-	-	-	13 (61,9%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	5 (23,8%)	3 (50,0%)	13 (100%)	-	-	-	21 (30,0%)	
Objeto Direto Reflexivo	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	1 (100%)	-	1 (50,0%)
		GER	1 (100%)	-	-	-	-	-	1 (50,0%)
		PAR	-	-	-	-	-	-	-

FUNÇÃO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	1 (4,8%)	-	-	-	1 (9,1%)	-	2 (2,9%)	
Objeto Indireto	PRÓCLISE	AUX	2 (22,2%)	-	-	1 (6,7%)	-	-	3 (11,1%)
		INF	5 (55,6%)	3 (100%)	-	7 (46,7%)	-	-	15 (55,6%)
		GER	-	-	-	2 (13,3%)	-	-	2 (7,4%)
		PAR	2 (22,2%)	-	-	-	-	-	2 (7,4%)
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	5 (33,3%)	-	-	5 (18,5%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	9 (42,9%)	3 (50,0%)	-	15 (83,3%)	-	-	27 (38,6%)	
	Partícula Pronominal	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	2 (28,6%)	-
INF			2 (33,3%)	-	-	-	2 (28,6%)	-	4 (28,6%)
GER			3 (50,0%)	-	-	-	1 (14,3%)	-	4 (28,6%)
PAR			-	-	-	-	1 (14,3%)	1 (100%)	2 (14,3%)
ÊNCLISE		AUX	1 (16,7%)	-	-	-	-	-	1 (7,1%)
		INF	-	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (7,1%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		6 (28,6%)	-	-	-	7 (63,6%)	1 (100%)	14 (20,0%)	
TOTAL	Nº (%)	21 (100%)	6 (100%)	13 (100%)	18 (100%)	11 (100%)	1 (100%)	70 (100%)	

Apêndice C: Tabelas dos contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos pronominais nas formas verbais simples e perifrásticas, por clítico, no *corpus*.

TABELA 16 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos nas formas verbais simples, por clítico

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Advérbio/ Locução adverbial	Próclise	25 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	4 (100%)	26 (100%)	1 (100%)	66 (100%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	25 (16,1%)	7 (50,0%)	3 (9,7%)	4 (10,0%)	26 (41,6%)	1 (5,9%)	66 (20,3%)
Após pausa	Próclise	9 (81,8%)	-	1 (100%)	1 (50,0%)	4 (100%)	2 (100%)	17 (85,0%)
	Ênclise	2 (18,2%)	-	-	1 (50,0%)	-	-	3 (15,0%)
	Subtotal	11 (7,1%)	-	1 (3,2%)	2 (5,0%)	4 (6,3%)	2 (11,8%)	20 (6,3%)
Conjunção/ Locução conjuncional	Próclise	13 (86,7%)	-	3 (100%)	4 (100%)	4 (100%)	3 (100%)	27 (93,1%)
	Ênclise	2 (13,3%)	-	-	-	-	-	2 (6,9%)
	Subtotal	15 (9,7%)	-	3 (9,7%)	4 (10,0%)	4 (6,3%)	3 (17,6%)	29 (9,1%)
Gerúndio precedido da preposição “em”	Próclise	-	-	-	-	1 (100%)	-	1 (100%)
	Ênclise	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	1 (1,6%)	-	1 (0,3%)
Início de oração	Próclise	14 (77,8%)	1 (100%)	-	-	-	-	15 (41,7%)
	Ênclise	4 (22,2%)	-	4 (100%)	5 (100%)	7 (100%)	1 (100%)	21 (58,3%)
	Subtotal	18 (11,6%)	1 (7,1%)	4 (12,9%)	5 (12,5%)	7 (11,1%)	1 (5,9%)	36 (12,2%)
Início de período	Próclise	9 (47,4%)	-	-	-	-	-	9 (34,6%)
	Ênclise	10 (52,6%)	-	3 (100%)	3 (100%)	1 (100%)	-	17 (65,4%)
	Subtotal	19 (12,3%)	-	3 (9,7%)	3 (7,5%)	1 (1,6%)	-	26 (8,1%)

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS	
Preposição	Próclise	4 (66,7%)	3 (100%)	-	5 (83,3%)	2 (100%)	2 (100%)	16 (64,0%)
	Ênclise	2 (33,3%)	-	6 (100%)	1 (16,7%)	-	-	9 (36,0%)
	Subtotal	6 (3,9%)	3 (21,4%)	6 (19,4%)	6 (15,0%)	2 (3,2%)	2 (11,8%)	25 (7,8%)
Pronome	Próclise	43 (100%)	-	3 (80,0%)	10 (90,9%)	9 (100%)	5 (100%)	70 (97,2%)
	Ênclise	-	-	1 (20,0%)	1 (9,1%)	-	-	2 (2,8%)
	Subtotal	43 (27,7%)	-	4 (12,9%)	11 (27,5%)	9 (14,3%)	5 (29,4%)	72 (22,5%)
Substantivo-sujeito	Próclise	13 (100%)	1 (100%)	1 (50,0%)	2 (100%)	4 (80,0%)	1 (100%)	22 (91,9%)
	Ênclise	-	-	1 (50,0%)	-	1 (20,0%)	-	2 (8,3%)
	Subtotal	13 (8,4%)	1 (7,1%)	2 (6,5%)	2 (5,0%)	5 (7,9%)	1 (5,9%)	24 (7,5%)
Tipo de oração	Próclise	3 (60,0%)	2 (66,7%)	-	-	1 (25,0%)	1 (50,0%)	7 (33,3%)
	Ênclise	2 (40,0%)	1 (33,3%)	5 (100%)	3 (100%)	3 (75,0%)	1 (50,0%)	14 (66,7%)
	Subtotal	5 (3,2%)	3 (21,4%)	5 (16,1%)	3 (7,5%)	4 (6,3%)	2 (11,8%)	21 (6,6%)
TOTAL	Nº (%)	155 (100%)	14 (100%)	31 (100%)	40 (100%)	63 (100%)	17 (100%)	320 (100%)

TABELA 17 – Contextos sintáticos favorecedores da posição dos clíticos nas formas verbais perifrásticas, por clítico

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Advérbio/ Locução adverbial	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	1 (33,3%)	1 (50,0%)	-	2 (22,2%)
		INF	1 (25,0%)	-	-	2 (66,7%)	-	-	3 (33,3%)
		GER	2 (50,0%)	-	-	-	1 (50,0%)	-	3 (33,3%)
		PAR	1 (25,0%)	-	-	-	-	-	1 (11,1%)
	Subtotal	4 (19,0%)	-	-	3 (16,7%)	2 (18,2%)	-	9 (12,9%)	
	ÊNCLISE	AUX	1 (100%)	-	-	-	-	-	1 (25,0%)
		INF	-	-	3 (100%)	-	-	-	3 (75,0%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	1 (4,8%)	-	3 (23,1%)	-	-	-	4 (5,7%)	
Após pausa	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	1 (100%)	1 (100%)	-	-	-	-	2 (100%)
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	1 (4,8%)	1 (16,7%)	-	-	-	-	2 (2,9%)	
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	2 (100%)	-	-	2 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	2 (11,1%)	-	-	2 (2,9%)	
Conjunção/ Locução conjuncional	PRÓCLISE	AUX	1 (50,0%)	-	-	-	1 (50,0%)	-	2 (33,3%)
		INF	1 (50,0%)	1 (100%)	-	1 (100%)	1 (50,0%)	-	4 (66,7%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	2 (9,5%)	1 (16,7%)	-	1 (5,6%)	2 (18,2%)	-	6 (8,6%)	

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Início de oração	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	4 (100%)	1 (100%)	-	-	5 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	4 (30,8%)	1 (5,6%)	-	-	5 (7,1%)	
	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	2 (100%)	-	-	1 (100%)	-	-	3 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	2 (9,5%)	-	-	1 (5,6%)	-	-	3 (4,3%)	
Início de período	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	
		INF	-	-	3 (100%)	2 (100%)	-	-	5 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	3 (23,1%)	2 (11,1%)	-	-	5 (7,1%)	
Início de período	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	
		INF	-	1 (50,%)	-	1 (33,3%)	-	-	2 (33,3%)
		GER	1 (100%)	1 (50,%)	-	2 (66,7%)	-	-	4 (66,7%)
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	1 (4,8%)	2 (33,3%)	-	3 (16,7%)	-	-	6 (8,6%)	
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	1 (100%)	-	-	1 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	1 (5,6%)	-	-	1 (1,4%)		

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Preposição	PRÓCLISE	AUX	1 (14,3%)	-	-	-	-	-	1 (8,3%)
		INF	6 (85,7%)	2 (100%)	-	3 (100%)	-	-	11 (91,7%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	7 (33,3%)	2 (33,3%)	-	3 (16,7%)	-	-	12 (17,1%)	
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	3 (100%)	-	1 (100%)	-	4 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	3 (23,1%)	-	1 (9,1%)	-	4 (5,7%)	
Pronome	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	3 (60,0%)	-	3 (60,0%)
		INF	-	-	-	-	2 (40,0%)	-	2 (40,0%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	5 (45,5%)	-	5 (7,1%)	
	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)	
Substantivo-sujeito	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	1 (100%)	-	-	-	-	-	1 (50,0%)
		PAR	-	-	-	-	-	1 (100%)	1 (50,0%)
	Subtotal	1 (4,8%)	-	-	-	-	1 (100%)	2 (2,8%)	

CONTEXTO SINTÁTICO	POSIÇÃO	CLÍTICO						TOTAL	
		ME	TE	O, A	LHE	SE	NOS		
Tipo de oração	ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	1 (100%)	-	-	1 (100%)
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	-	-	-	1 (5,6%)	-	-	1 (1,4%)	
	PRÓCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-
		INF	-	-	-	-	-	-	-
		GER	-	-	-	-	-	-	-
		PAR	2 (100%)	-	-	-	1 (100%)	-	3 (100%)
	Subtotal	2 (9,5%)	-	-	-	1 (9,1%)	-	3 (4,3%)	
ÊNCLISE	AUX	-	-	-	-	-	-	-	
	INF	-	-	-	-	-	-	-	
	GER	-	-	-	-	-	-	-	
	PAR	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal	-	-	-	-	-	-	0 (0,0%)		
TOTAL		21 (100%)	6 (100%)	13 (100%)	18 (100%)	11 (100%)	1 (100%)	70 (100%)	
